

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LUGAR DE TRABALHADOR É NA ÁREA DE SERVIÇO**  
**Moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História por Maíra Carvalho Carneiro Silva.  
Orientadora: Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo.

**Juiz de Fora**  
**2008**

Dissertação defendida e aprovada, em 15 de agosto de 2008, pela banca constituída por:

---

Presidente: Prof. Dr. Fábio José Martins de Lima

---

Titular: Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino

---

Orientador: Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim do mestrado é uma grande felicidade e um grande alívio. Como em todo tipo de trabalho nada foi feito sem o auxílio de outras pessoas. Muitos passaram pela minha vida nesses dois anos e mesmo correndo o risco de esquecer alguém preciso citar alguns nomes.

Em primeiro lugar minha família, pais (Dito e Célia), irmã (Janaína), tios e primos, estes me deram suporte emocional para continuar lutando por um sonho. Alguns deles nem entendendo direito o que eu fazia, mesmo assim apoiaram a minha decisão de “não trabalhar” e continuar mais dois anos fora de casa à custa de meu pai.

À professora e orientadora Maraliz Christo agradeço a disposição em orientar um projeto ainda imaturo e de um tema diferente de suas pesquisas.

A leitura atenta, as críticas e sugestões de livros que foram feitas pelos professores Robert Pechman e Mônica Ribeiro de Oliveira, quando da qualificação, foram muito importantes para chegar ao fim desse trabalho.

Aos professores Fábio de Lima e Silvana Rubino por aceitarem participar da banca de defesa, mesmo tomando contado com o trabalho a tão pouco tempo.

As fontes primárias, tão fundamentais para o trabalho do historiador, foram acessadas com facilidade graças a organização dos arquivos (onde passei muitas horas) e da boa vontade de seus funcionários. Por isso, meu muito obrigada a Heliane Casarin, do Setor de Memória da Biblioteca Municipal. Ao “Chicão”, Sr. Antônio e diversos estagiários, do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Ao Galba, Edna e Getúlio, do Arquivo Histórico da UFJF.

Outras pessoas também leram o trabalho além de corrigirem meus errinhos de português, Stella (que também figura no rol dos amigos) e Marialice Faria Pedroso, que com suas dicas de leitura deu mais liga aos diversos assuntos tratados. À vocês, obrigada pela boa vontade em me ajudar.

Os amigos foram muitos e muito importantes nesses anos de desespero, leituras, lágrimas, solidão, mas também muitas risadas. Com certeza sem a presença de vocês tudo

teria sido mais difícil. Alguns acompanharam tudo mais de perto, por serem divisores do mesmo teto ou colegas de turma, Juliana, Cleyton, Raphaela, Iverson, Ana Paula, Eliana, Luís Gustavo. Obrigada por me emprestarem sua amizade e suas famílias. Valeu galera!

Outros estiveram acompanhando mais longe, mesmo assim representaram muito para mim, são os amigos do Emaús (como não lembrar de vocês!) e os de Itajubá, Lília, Adriano Stella, Maria Cecília, D. Bernadete, Djalma, Dani e tantos outros que acompanharam minha trajetória sempre com interesse e animação.

Esses agradecimentos não estariam completos se não fizesse menção especial a Ju e o Cleyton. Vocês me ensinaram a ser uma pessoa melhor. Ouviram meus dilemas teóricos, discutimos os textos das aulas, fomos intrometidos uns nos projetos dos outros, dividimos nossas descobertas nos jornais, ficávamos contando os dias em que nos encontraríamos para botar a conversa em dia e ir dormir só no começo da madrugada... Muito obrigada mesmo e espero continuar contando com a amizade de vocês.

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejos.”  
(Carolina Maria de JESUS. *Quarto de Despejo: diário de uma favela.*)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1: PREÂMBULO NECESSÁRIO	
1.1 A modernidade e seus modelos .....	23
1.2 A casa, significados e funções .....	28
CAPÍTULO 2: A CIDADE E SEUS MORADORES	
2.1 Pequeno histórico: as origens da cidade .....	33
2.2 Para além de Tostes e Halfeld, a maioria da população .....	44
2.3 A cidade cresce e precisa de ordem .....	61
CAPÍTULO 3: CORTIÇO VERSUS SAÚDE E MORAL	
3.1 Moradia uma questão de saúde e moral .....	77
3.2 O Poder Público atua para resolver o problema: a fiscalização e o incentivo às construções .....	85
3.3 Quem construía: investidores imobiliários, proprietários e construtores .....	103
CAPÍTULO 4: CENÁRIO URBANO, AS DIVERSAS FORMAS DE MORAR	
4.1 Cenário urbano juizforano .....	111
4.2 Composição de cenário, as casas e suas tipologias .....	114
4.3 A relação público e privado mediada pela casa .....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
ANEXOS	
Anexo 1: Mapa 1: Juiz de Fora localização dos bairros.....	158
Anexo 2: Mapa 2: Inundações do Paraibuna em Juiz de Fora.....	159

Anexo 3: Gráfico 1: Quantidades de construções populares por ano.....	160
Anexo 4: Tabela 1: Desenhistas mais atuantes entre 1892 e 1930.....	161
Anexo 5: Tabela 2: Locais de construção mais freqüente entre os anos de 1892-1930.....	162
Anexo 6: Tabela 3: Plantas coletadas de casas populares.....	163
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	179

## LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 – Plano de modernização.....	38
Figura 1: Relatório da Prefeitura de Juiz de Fora de 1931.....	45
Figura 3: Endereços mais comuns de cortiços.....	55
Figura 4: Quantidade de cortiços por rua.....	56
Figura 5: Revista A Evolução.....	60



## LISTA DAS IMAGENS

Imagem 1: Januário Correa, 1910.....	118
Imagem 2: Povedônio José de Souza, 1893.....	118
Imagem 3: Antônio Alves de Sá, 1913.....	119
Imagem 4: Cel. João Evangelista da Silva Gomes, 1912.....	120
Imagem 5: Arthur de Castro, 1928.....	120
Imagem 6: Ludovico Giovanni, 1893.....	121
Imagem 7: Honorato Munck, 1905.....	122
Imagem 8: Paulo Tirapani, 1924.....	124
Imagem 9: Esperança Milagres, 1917.....	127
Imagem 10: Luiz Cândido Xavier, 1926.....	127
Imagem 11: Francisco Lucato, 1923.....	128
Imagem 12: Francisco das Chagas Fontes, 1924.....	129
Imagem 13: Rua Princesa Isabel, Granbery.....	129
Imagem 14: Pedro Botti, 1910.....	131
Imagem 15: Odelon Turolla, 1912.....	132
Imagem 16: Augusto Degwert, 1913.....	133
Imagem 17: João Surerus, 1907.....	134
Imagem 18: Fazenda Santa Sofia.....	135
Imagem 19: Companhia Industrial e Comercial América, 1930.....	141
Imagem 20: Henrique Surerus, 1926.....	145
Imagem 21: João José Vieira, 1912.....	146
Imagem 22: Idem anterior.....	147
Imagem 23: Jorge Miguel e Irmãos, 1913.....	148

## **ABREVIATURAS**

AHPJF - Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora

AHUFJF - Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

BNH - Banco Nacional de Habitação

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CME - Companhia Mineira de Eletricidade

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

SMBMMM – Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

SMC(JF) – Sociedade de Medicina e Cirurgia (de Juiz de Fora)

## RESUMO

A importância da casa para os homens e a sua falta para parte da população são temas que perpassam este trabalho.

Entre fins do XIX e início do XX a casa sintetizou ideais, teorias e relações. Como dar a todos um abrigo saudável foi preocupação de políticos e higienistas, além de oportunidade de lucro para os investidores imobiliários. Quem mais sofreu e foi alvo de intervenções foram os trabalhadores, a estes restou a “área de serviço” das cidades.

## RESUMÉ

L'importance de la maison pour les hommes et sa faut pour une partie de la population sont thème qui contenit ce travail.

Entre le fin du XIX siècle et le début du XX, la maison comprendrait, idéaux, théories et relations. Comme a donné à tout le gens un abri salubre a été préoccupation de politique et hygiéniste, d'ailleurs opportunité de gain pour les capitalistes. Qui plus a suffi et a été em butte à intervention ont été les ouvrière. À ces ont reste l' "aire de service" de la ville.

## INTRODUÇÃO

Juiz de Fora possui desde 1987 a EMCASA, Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora, que objetiva “inibir e combater o déficit habitacional no município”.<sup>1</sup> Segundo dados da própria prefeitura, só no bairro Santo Antônio, nos assentamentos Vila São Paulo, Cantinho do Céu e Vila São Gabriel (situados no ponto mais alto do bairro), existem 700 submoradias, sendo 40 habitações improvisadas.<sup>2</sup>

Segundo Maria Lúcia Menezes<sup>3</sup> esta área da cidade foi deliberadamente esquecida quando da elaboração do Plano Diretor da cidade, em 1996.

O setor leste da cidade onde está localizado o bairro Santo Antônio fica inexplicavelmente fora de análise como se o fato de ser uma antiga área consolidada com moradias e bairros populares não fosse necessário ser incluída no cenário de demanda habitacional. Como se no cenário coubesse apenas as possíveis novidades. Pois, exatamente nesta região da cidade encontram-se as áreas de maior risco para novas ocupações e velhas formas de ocupação problemáticas quanto a infra-estrutura urbana básica, legalização, sociabilidade, risco e agressões ambientais.<sup>4</sup>

Em 1999 foi elaborado o Plano Estratégico de Juiz de Fora. Dessa vez o bairro Santo Antônio foi incluso, mas passou a existir um espaço em branco correspondente à área de invasão no alto do bairro. Essa área do bairro ainda não tem a infra-estrutura básica, o terreno é de grande declividade e os terrenos têm metragem mínima menor que a exigida. Enquanto isso a EMCASA vai construindo seus apartamentos e casas em outros cantos da cidade, como a Vila Bejani e o Residencial Vivendas da Serra, no Bandeirantes (as chaves desse último foram entregues no dia 12 de março deste ano).

O que se vê hoje em Juiz de Fora, talvez de forma um pouco mais aguda, é o mesmo que ocorria há um século atrás. O déficit habitacional também foi uma preocupação das autoridades municipais, por isso tentaram incentivar a construção de vilas (o que na época era visto como a grande solução) e casas baratas. E assim como, as 700 submoradias, só no bairro

---

<sup>1</sup> <http://www.emcasa.pjf.mg.gov.br/> acessado em: maio de 2008.

<sup>2</sup> MENEZES, M. L. P. Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(133). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(133).htm)> [ISSN: 1138-9788]

<sup>3</sup> Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>4</sup> MENEZES, M. L. P. Op. cit.

Santo Antônio, no final do século XIX foram inúmeras as submoradias espalhadas pela cidade, os cortiços, como eram conhecidos na época. Porém, ao contrário do intenso combate aos cortiços, essas submoradias são hoje ignoradas pelo Poder Público, gerando uma nova série de problemas.

O exemplo narrado anteriormente explicita a metáfora título deste trabalho. Assim como em uma casa a cozinha e a área de serviço deveriam ficar afastadas dos olhares das visitas que se encontram na sala, na cidade, as sub-moradias, vilas, cortiços (ou qualquer outro nome dado as habitações de trabalhadores) devem ficar o mais longe possível do centro e de suas imediações. Como não são vistas por todos, podem ficar esquecidas, deixadas de lado. Tudo, desde que não atrapalhem a composição de cidade ordenada e “sem problemas”.

Como será visto ao longo do trabalho, a casa era a mediadora das relações entre patrões e empregados ou mesmo entre vizinhos. Também a casa era vista, na época, como responsável pelo aprimoramento da raça, via higiene e moral. Em tempos de aquecimento global e preocupações com a natureza, volta a casa a sintetizar, agora, as preocupações ecológicas. É a partir da casa que se economiza água, energia e separa-se o lixo para reciclagem. E já se pensa em casas ecologicamente corretas, como relatado na grande mídia, com reaproveitamento da água das chuvas e a luz solar como única fonte de energia. Isso já é realidade em um condomínio de Londres com cem famílias; e o governo da Grã-Bretanha pretende que, a partir de 2016, as casas sejam construídas nesses moldes. Mais uma vez as casas são colocadas como instrumento propiciador de melhoria da qualidade de vida e meio para mudança da realidade.

Os planos habitacionais e sua permanência ao longo de décadas, como os incentivos dados para os construtores no início do século XX, o Banco Nacional de Habitação, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) e os financiamentos da Caixa Econômica Federal revelam os sintomas de um problema não resolvido até os nossos dias. Mesmo buscando estratégias diversas e entendendo o problema por diversos ângulos ele ainda persiste; vide o último levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), publicado em outubro de 2008, no qual se constatou que 54,6 milhões de pessoas vivem em moradias inadequadas no país, representando um aumento da população favelada de 42% nos últimos

quinze anos.<sup>5</sup> Por isso há ainda muitos motivos que permitem trabalhar este tipo de assunto, embora já tratado por outros autores.

A moradia operária entrou para a historiografia como ampliação dos estudos sobre o movimento operário, saindo um pouco das questões puramente políticas, de organização de sindicatos e influências de partidos, para questões que envolviam o seu dia a dia, inclusive onde moravam.

A influência de historiadores ingleses, de modo especial Thompson e Hobsbawm, mudaram os rumos da pesquisa histórica sobre o movimento operário no Brasil. O primeiro é introduzido como ferramenta para o estudo do operariado nos anos 80, através da obra de Angela Castro Gomes, “*A invenção do trabalhismo*”<sup>6</sup>, como foi dito por ela mesma<sup>7</sup>. A importância primordial da obra de Thompson é levar em consideração para a formação da classe trabalhadora, não só o que foi aprendido e vivenciado dentro das fábricas, como queria Marx, mas levar em conta todas as atividades realizadas por eles para que proporcionassem uma experiência de luta por objetivos em comum.

Podem ser apontadas como conseqüências dessa nova opção analítica a ampliação temporal das discussões, e também a diversificação dos subtemas ligados ao movimento operário. Como foi apresentado por Batalha: “A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe. Momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário”<sup>8</sup>.

Foi dessa forma que o olhar voltou se para questões cotidianas, nas quais estava incluída a forma de morar desses operários em vilas e como isso gerou laços de solidariedade entre seus moradores. No entanto este assunto foi deixado de lado pelos historiadores, na década de 1990, e passou a fazer parte do rol de assuntos de interesse de arquitetos, o que pode ser percebido através dos livros utilizados neste trabalho, como por exemplo: Eva Alterman Blay, Telma de Barros Correia, Carlos Lemos e Hugo Segawa. A contribuição ao retomar um assunto que não faz mais parte freqüente de estudos de historiadores é de trazer a ele novamente um olhar histórico (não que os arquitetos não o façam), mas sem a

---

<sup>5</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22/10/2008. Caderno Cotidiano, p.C5

<sup>6</sup> Angela de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*. Passim.

<sup>7</sup> Angela de C. GOMES O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA (org.) *O populismo e sua história*. p.44-45

<sup>8</sup> BATALHA, Cláudio H.M.. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. p. 153

preocupação de estar trabalhando o tema como parte restrita da história do movimento operário e, ao mesmo tempo, sem estar somente focado nos aspectos estéticos e formais das construções. A pretensão é de conseguir costurar essa relação entre as formas de morar, seus habitantes e o momento histórico vivido, de ajustamento da cidade às novas necessidades de saneamento e embelezamento que se impunham.

Além da atualidade do tema, o recorte “regional” dado à pesquisa permitiu trabalhar o assunto em um local onde a pesquisa histórica tem se desenvolvido muito, mas ainda não havia sido tratado este assunto, em específico, apesar de Juiz de Fora ser uma cidade de grande desenvolvimento industrial e com movimento operário organizado, participativo em greves e tentando melhorar as condições de vida de seus associados. O recorte espaço-temporal permite a efetivação do trabalho, ao limitar a área e o período a ser pesquisado, mas sem perder de vista que esse espaço “recortado” é parte de um todo e com ele se relaciona, influencia e é influenciado.

A cidade de Juiz de Fora demonstra ter possuído grande dinamismo econômico e cultural, o que contribuiu sensivelmente para seu crescimento urbano. Juiz de Fora já nasceu sob o signo da modernidade, ou pelo menos fora do ambiente “arcaico” de outras cidades mineiras. Ser uma cidade do período colonial trazia em si uma forte identificação com o escravismo, a monarquia, o catolicismo. No momento de transição escravismo-capitalismo, estes foram entraves fundamentais que precisavam ser sanados nos locais em que estas características eram mais presentes e mais fortes. Em relação especificamente a questão das moradias populares há na historiografia local uma enorme lacuna sobre o assunto, a qual se pretende começar a preencher.

Levando em consideração a situação de Juiz de Fora e os estudos referentes aos processos de modernização de cidades interioranas, foi escolhida esta cidade como objeto de estudo. O recorte cronológico foi fixado entre os anos de 1892 e 1930, por ser este o período de efervescência no Brasil das idéias urbanísticas ligadas à modernização e representar para Juiz de Fora um momento singular de crescimento e vivência da *Belle-Époque*. O ano de 1892 é significativo, pois marca o início das políticas públicas na cidade, sendo promulgada a 1ª Resolução da Câmara Municipal, início da legislação republicana em Juiz de Fora, que daria o tom do desenvolvimento e do progresso.

No estado de Minas a década de 1890 foi marcada pelas discussões a cerca da transferência da capital de Ouro Preto para outra cidade mais moderna, já construída ou a se



construir, sendo que a mudança foi oficialmente decretada, no ano de 1893, para a cidade de Belo Horizonte, que foi edificada onde na época era o povoado de Curral Del Rei.<sup>9</sup>

Com a decadência da mineração a região de Ouro Preto entrara em dificuldades econômicas que aliadas a sua relação com a monarquia (a cidade tinha o título de “Imperial Cidade”, ou seja, era defensora dos ideais monárquicos, que perderam a validade com a proclamação da república, além de serem considerados antiquados e obsoletos) fortaleceram a imagem de cidade decaída, imprópria para ser sede da capital do estado. “Ouro Preto passa a ser vista como uma cidade atrasada e imprópria aos devidos desígnios de uma capital republicana; torna-se a imagem, por assim dizer, do atraso, da inoperância e da falta de funcionalidade segundo os parâmetros sociais de civilidade vigentes neste período”<sup>10</sup> A república trouxe consigo a idéia de modernidade, progresso, civilização. A palavra de ordem da República era reformar, fossem cidades, leis, hábitos, comportamentos.

Mudar ou não a capital era uma decisão política que passava pela disputa de interesses dos políticos da capital e, da Zona da Mata e Sul de Minas. A elaboração de relatório e planejamento para a escolha do local da nova capital ficou sob a responsabilidade de Aarão Reis, vindo do Rio de Janeiro, e sua equipe técnica, que não contava com profissionais mineiros (para que não tivessem interesses próprios em questão). Entre as localidades estudadas para sede da nova capital estavam Belo Horizonte, Paraúna, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.<sup>11</sup>

Para os que defendiam a permanência da capital em Ouro Preto era mais viável, financeiramente que fosse melhorada a cidade, do que gastar dinheiro com a construção de uma nova capital. Bastava fazer algumas reformas que apagassem o passado indesejado, que aqui se referia a ligação com a monarquia e sobressaísse seu passado heróico, da Inconfidência, de Aleijadinho. Para isso foi criada a Empresa de Melhoramentos da Capital, que faria as obras para a melhoria da cidade, na tentativa de não perderem seu posto de sede político administrativa.<sup>12</sup>

“A capital mineira [Belo Horizonte] foi pensada moderna. Nos trabalhos técnicos desencadeados para a sua realização ressaltaria uma visão cosmopolita. Os seus protagonistas

---

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre a mudança da capital e a construção de Belo Horizonte: Caion Meneguello NATAL. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. e Fábio José Martins de LIMA. *Belo Horizonte um passo de modernidade*.

<sup>10</sup> Caion Meneguello NATAL. Op. cit. p. 14

<sup>11</sup> Fábio José Martins de LIMA Op. cit. p.31,33

<sup>12</sup> Caion Meneguello NATAL. Op. cit. p.33,37

vislumbravam uma cidade confortável, antes de tudo, cujo limite de habitantes, [estaria] em torno de 200 mil”. Entre as prerrogativas estavam a distribuição de água, luz e ar para todos, sendo que Aarão Reis não admitia outro tipo de iluminação que não fosse a elétrica. Talvez nesse sentido Juiz de Fora tenha tido certa vantagem frente às outras candidatas a capital, já que possuía iluminação elétrica desde 1889.

O ano de 1930 foi escolhido por ser nacionalmente conhecido pelo início de um outro período da História Republicana, a Era Vargas, dando espaço a outros atores políticos, em especial os vinculados ao setor industrial. De acordo com Sônia Miranda, o pós-30 foi marcado por novos padrões de intervenção no espaço urbano<sup>13</sup>, rompendo assim com a postura mantida até então, como é o caso da dedicação maior ao embelezamento do que a projetos urbanísticos propriamente ditos. O período entre 1892-1930 representou um significativo desenvolvimento industrial na América Latina, coincidindo com o crescimento da indústria na cidade de Juiz de Fora, por isso denominada Manchester Mineira.<sup>14</sup> O crescimento do setor industrial representou também o aumento no número de operários o que se transformou em problema urbano a ser resolvido. Afinal, para onde iriam todos eles?

Apesar dos limites cronológicos deste trabalho terem sido fixados entre 1892 e 1930, tornou-se necessário fazer um pequeno avanço além dos anos 30, para entender melhor como o posicionamento político modificou-se com relação à moradia popular. Essas observações são mais gerais, em nível nacional, não se prendendo ao que ocorreu efetivamente em Juiz de Fora. Até os anos 20 existiam iniciativas isoladas de construção de moradias populares. A partir de 1930, o que era discurso de higienista, políticos e empresários passou a ser encampado pelo Estado.<sup>15</sup>

Na tentativa de cercar o assunto por todos os lados, ou quase todos, foram utilizadas como fontes os documentos da Câmara Municipal, como os pedidos de licença para construções, os documentos de fiscalização dos cortiços, dados de censo, as plantas apresentadas para aprovação e as Resoluções da Câmara. A série documental sobre cortiços é composta por 122 itens que abarcam os anos de 1893 a 1930. No entanto, não foram

---

<sup>13</sup> Sônia Regina MIRANDA. *Cidade Capital e Poder: Políticas Públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. p.99

<sup>14</sup> Segundo Vanda Arantes do VALE. *Juiz de Fora-“Manchester Mineira”*. p. 2. A referência a cidade de Manchester foi primeiro dada em função do estilo arquitetônico racionalista das indústrias aqui instaladas. (Afonso H.H. BOTTI e Vanda VALLE. Apud. Maraliz de Castro V. CHRISTO. *Europa dos Pobres: A Belle Époque Mineira*. p. 78) Mas pode-se expandir essa comparação para a questão da presença do imigrante europeu, da grande massa operária e dos problemas habitacionais.

<sup>15</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.11

utilizados todos estes documentos. Muitos tratavam de requerimentos que haviam sido cancelados, ou seja, o poder público reconheceu que tais habitações não se tratavam de cortiços, por isso passaram a não interessar. Outros, não continham o parecer do fiscal, ou diretor de higiene, o que também não permitia conhecer a visão que tinham destes. E por fim, é importante ressaltar, que nem todos eles possuíam a localização do cortiço a que se referiam.

As diversas plantas foram coletadas no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Em seu acervo constam requerimentos e plantas desde o ano de 1890 até, mais ou menos, 1945; sendo que deste período final elas estão menos regulares. Como o recorte cronológico do trabalho em questão é de 1892 a 1930, foram coletadas apenas as plantas das caixas referentes a estes anos, caixa de números 01 a 21. Como se pode imaginar, o volume das mesmas é muito grande, por isso optou-se por selecionar entre todo o material existente, apenas os que se referiam à construção de novos prédios, que tivessem uso somente residencial e localizassem-se na zona urbana da cidade, desconsiderando-se também os distritos.

Restava ainda a questão: - que tipo de casa procurava-se? Inicialmente a reflexão guiou-se pela caracterização feita pelo professor Carlos Lemos em sua pesquisa sobre as moradias republicanas em São Paulo<sup>16</sup>. De acordo com ele, há sete tipos de moradias identificadas nas plantas da prefeitura de São Paulo. Dentre eles escolheu-se três tipos que correspondem às habitações de pessoas mais pobres, ou seja, tipos mais populares, como o alvo desta pesquisa. São eles: os cortiços, que englobam as habitações promíscuas em que tanques de roupas e latrinas eram comunitárias; incluindo moradias de até três cômodos isolados entre si, mas com privadas compartilhadas. As casas operárias, moradias de até três acomodações, fora WC de uso exclusivo da família. E as casas da baixa classe média, moradias com quatro cômodos e instalação sanitária. No entanto, logo que foram feitos os primeiros contatos com as fontes foi percebido que esta caracterização não resolvia o problema. As plantas encontradas no acervo não correspondiam à descrição feita para São Paulo. Exemplo claro disso foram as casas operárias que aqui, na maioria das vezes, aparecem com quatro cômodos, mais instalações sanitárias, o que para Lemos seria uma casa da baixa classe média. A questão, então, continuava em aberto.

---

<sup>16</sup> LEMOS, Carlos. A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. p.32-34

Para definir quais seriam as plantas selecionadas, foi levado em consideração que a diferença entre uma casa popular e uma casa residencial era dada, sobretudo pelo número de cômodos<sup>17</sup>. E de acordo com o código Arthur Sabóia, da Câmara Municipal de São Paulo, de 1929, habitação popular é toda aquela que dispõe, no mínimo, de um aposento, de uma cozinha e de compartimento para latrina e banheiro e, no máximo, de duas salas, três aposentos, de uma cozinha e de compartimentos para latrina e banheiro, sem contar a garagem e quarto de criada.<sup>18</sup> Além de ter em vista o que estava sendo encontrado nas plantas da cidade, optou-se, então, por caracterizar como casas populares aquelas que tivessem até seis cômodos estando incluídas as instalações sanitárias (cozinha e latrina/banheiro). Enfim, depois de todo o recorte necessário foram coletadas 652 plantas de prédios construídos ao longo de trinta e oito anos.

Para melhor analisá-las, foram organizadas em um banco de dados, que permite fazer identificações básicas, mas que ajudem a tirar o maior número de informações que pudessem dar. Na maioria dos casos as plantas apresentam localização, nome do proprietário, do construtor, do desenhista e, em anexo, a petição para licença de construção. Neste documento em anexo é que aparecem referências a incentivos dados pela Câmara e o parecer do diretor de obras e/ou do diretor de higiene da prefeitura. Além, é claro, de permitirem a visualização dos aspectos arquitetônicos formais de fachada e divisão de interiores.

Os jornais colaboraram para construir o contexto geral da época e para acompanhar os debates e reclamações sobre a situação vivida. Diversos aspectos cotidianos passavam pelos jornais e acompanhar as suas publicações é conhecer as idéias que norteavam aquela sociedade, que ora apoiava o rumo dado pela política, ora se colocava a favor dos “mais fracos”, reclamando ações que os beneficiassem. Muitas informações de jornais foram conseguidas nas fichas de pesquisa da Coleção Sílvia Vilela, que estão sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade. Alguns livros (*Salvo Erro ou Omissão*, *Notas Urbanísticas*, *Cidade Salubre*, *Ruas da Cidade*) e o *Álbum do Município de Juiz de Fora*, foram importantes para preencher algumas lacunas, de modo especial sobre a vida de alguns personagens, localização de algumas ruas da cidade e dados sobre a administração local.

---

<sup>17</sup> Maria Luiza de FREITAS. *O “Lar conveniente”*: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). p.45

<sup>18</sup> Idem. p. 118. Embora seja um código de obras de São Paulo não deixou de ser uma referência importante no primeiro momento de determinação do que era uma casa operária.

Falta ainda explicar a escolha do termo “moradia popular” em substituição a “moradia operária”. A primeira vista a terminologia “operária” parecia mais condizente com o vocabulário da época e também com a leitura da bibliografia. Porém, esta palavra remete mais diretamente ao trabalhador da fábrica, ao assalariado, que não era necessariamente o morador das habitações estudadas. Quando o trabalho também passou a preocupar-se com os cortiços e outros tipos de habitação que não fossem as vilas operárias o termo perdeu um pouco do seu sentido e optou-se por substituí-lo por “popular”, a não ser quando a própria fonte, ou a bibliografia o designa como “operária”. Utilizando a expressão “moradia popular” tem-se em mente não só aquelas habitações para operários, mas para todo um estrato da população que não tem, em um primeiro momento, condições de ter a casa própria e por isso depende de casas ou cômodos alugados, fossem em vilas, avenidas ou cortiços.

Depois dessas explicações é preciso apresentar os capítulos da dissertação. O primeiro deles é uma introdução ao momento histórico que perpassa todo o trabalho, a *Belle Époque*, a modernidade. Como a moradia é o foco principal de atenção fez-se uma pequena apresentação sobre as funções e significados da casa ao longo da história.

O capítulo dois busca expor, através da história de Juiz de Fora, a inserção dessa cidade no ideal de progresso. Quais foram as ações realizadas para que a cidade e seus habitantes passassem a ser mais disciplinados, higiênicos e belos. É nesse ponto que se percebe o início da segregação, quem são os segregados e para onde foram, também, são assuntos tratados nele.

Devido ao quadro apresentado no capítulo segundo, a carestia e o papel preponderante de saúde e moral que imputavam às casas, o Poder Público passou a acirrar o combate aos cortiços e incentivar a construção de moradias mais salubres. Esse é o foco do capítulo três. E mais, tentou-se conhecer quem foram os investidores e construtores da época.

O último capítulo traz as plantas encontradas no Arquivo da Prefeitura. O contato com este tipo de fonte, não muito comum em trabalhos históricos, veio contribuir com mais informações sobre as casas. Se foi possível acompanhar os discursos e preocupações com a moradia, nessa parte conhecemos visualmente, como eram elas na sua materialidade. Por mais que estivessem afastadas do centro da cidade, ainda assim estavam inseridas na cidade, por isso prezavam, dentro de seus limites, pela harmonia do conjunto. Conhecer este tipo de moradia ajuda a compreender a cidade hoje, o que lhe dá sentido e coerência, sendo também uma referência à memória de tantas pessoas anônimas que com seu esforço construíram a “Manchester Mineira”.

Em Juiz de Fora, cidade de forte presença operária no início do século passado, não há preservação desse tipo de construção que faz parte de momento importante para a cidade e de personagens motores para a constituição da “Manchester Mineira”. Basta olhar os guias de bens tombados<sup>19</sup> da cidade e constatar o interesse em se preservar prédios públicos, palacetes das famílias tradicionais e igrejas. As moradias populares ainda de pé e em uso na cidade são aquelas que se preservam por consciência dos moradores ou falta de dinheiro dos mesmos para fazerem uma reforma ou mudar-se para outra casa. Não há preocupação da Prefeitura quanto à conservação e preservação dessa parte da memória juizforana. Ou quando há ela se faz de maneira incompleta preservando partes que só ganham sentido completo se inseridas em seus contextos originais. Como é o caso da Ferreira Guimarães e a preservação de sua chaminé, sem preocupação com o conjunto e com a história inscrita em suas paredes. É também na tentativa de preservar a memória deste segmento que se pensou este capítulo.

Resta lembrar que como qualquer outro trabalho em Ciências Humanas as questões e possibilidades de análises são infinitas. A finitude do trabalho foi dada pela escolha do tema e dos pontos tratados como objetivos dessa pesquisa. Sabe-se que muitos outros livros existem, outras fontes também colaborariam para desvendar o tema, mas opções tiveram que ser feitas e a dissertação, que ora se apresenta, é o resultado de tudo isso. O fim deste trabalho, dado pelo seu recorte, nada mais é do que a porta de entrada para novas perguntas.

Fica agora feito o convite para conhecer a área de serviço. Se hoje a cozinha é o lugar do café com os amigos ela já foi o lugar dos escravos, não freqüentado pelas visitas.

---

<sup>19</sup> Divisão de Patrimônio Cultural da PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (org). Op. cit. e FUNALFA (org.) *Memória da urbe: bens tombados*.

## CAPÍTULO 1: PREÂMBULO NECESSÁRIO

“O homem, quando constrói sua casa, imprime nela sua imagem. Ela é um objeto de cultura”.<sup>20</sup>

O capítulo que ora se segue nem deveria ser chamado de capítulo, é mais preâmbulo ao tema. Foi feita a opção de fazê-lo à parte por tratar de outros assuntos que não estão referidos na introdução e que se lá estivessem deixariam-na extensa. Como este trabalho está inserido nas discussões sobre cidade e modernidade, e também, para dar mais clareza ao importante papel da casa na vida das pessoas é que se torna necessário este adendo.

A segunda parte do capítulo está baseada no livro de Telma Correia<sup>21</sup>, sobre habitação, e em outros autores que dialogam a respeito do tema. Entendendo o que se pensava sobre a habitação e como se pensava fica mais fácil compreender o problema habitacional e as tentativas para a sua resolução.

### 1.1 - A modernidade e seus modelos

Observar nossas cidades no início do século XXI é muitas vezes estar à frente do caos, do intenso tráfego, da sujeira, dos muros pichados, dos ambulantes e do constante medo da violência. Também é comum olharmos para o passado sempre idealizando-o e fazendo com que pareça ser aquilo que não foi. Nada mais romântico e belo do que falar sobre Paris, a cidade que, mesmo hoje com sua vida agitada de século XXI, guarda todo o ar da cidade pós-reformas de Haussmann e Napoleão. Como não fazer menção aos imensos bulevares, a Champs Elysées e a Tour Eiffel? Este é o espírito de Paris!

---

<sup>20</sup> Neide LEHFELD. *Uma abordagem populacional para um problema estrutural: A habitação*. Apud: José Roberto GONÇALVES. *Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas: o exemplo da Vila Castelo Branco*. p.38.

<sup>21</sup> Telma CORREIA. *A construção do habitat moderno no Brasil- 1870-1950*.

A Modernidade muito nos encanta. Ao olharmos para o passado, remetendo-nos a um momento de grandes transformações em que a tecnologia desponta, a vida torna-se mais confortável, mais iluminada, mais elegante. A *Belle-Époque* havia-se tornado uma realidade. Foi este estilo de vida e a abertura para novas possibilidades de ver o mundo e viver no mundo que me atraíram desde o início para este momento da História da Humanidade. Porém, ao longo das pesquisas, a vitalidade e a beleza harmônica deste momento foram sendo dissolvidas. Novos atores surgiram e imagens não tão agradáveis foram sendo encontradas. Aos poucos, o que era O IDEAL passou a ser apenas uma das faces da mesma moeda. Acredito, ao fim, foi possível entender, realmente, o sentido da Modernidade, pois como escreveu Marshal Berman: “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, auto-transformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”<sup>22</sup>

Durante todo esse trabalho a Modernidade será entendida como um jogo de contrários. Seguindo a divisão estabelecida por Berman, a Modernidade pode ser dividida em três fases. A primeira tem início no século XVI e estende-se até o fim do XVIII. Nesta fase as pessoas começaram a experimentar a vida moderna, mas ainda não tinham idéia do que as atingia, não compreendiam o que estava acontecendo e não se tinha noção da proporção das transformações que estavam ocorrendo. Na segunda fase, caracterizada pela onda revolucionária de 1790, o grande público foi despertado para o sentimento de viver em uma era de revoluções, no entanto, ainda se lembravam do que era viver em um mundo que não era moderno por inteiro. E na terceira, ambientada no século XX, ocorreu a transição entre viver em um mundo que ainda não era inteiramente moderno e o processo de expansão que potencialmente atingiu o mundo todo e criou uma cultura do modernismo trazendo consigo inovações no pensamento e nas artes. O presente trabalho tem seu enfoque no fim da segunda fase e na terceira, de acordo com a classificação de Berman.<sup>23</sup>

Voltando a atenção para o século XIX, percebe-se o surgimento de uma paisagem, extremamente urbana e dinâmica, onde acontecem as experiências modernas. A nova paisagem é constituída de fábricas automatizadas, novos meios de comunicação, como o telégrafo, o telefone e os jornais diários (que aumentaram sua circulação), movimentos de

---

<sup>22</sup> Marshall BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. p.15

<sup>23</sup> Idem. p.16-17



massa que lutavam contra a modernização de cima para baixo e um mercado mundial em crescente expansão, gerando desperdício e devastação.<sup>24</sup>

Não só neste momento, mas principalmente nele, a cidade torna-se um objeto fascinante para o historiador. O mundo passava a ser urbano, as cidades proliferavam, a nova forma de trabalho capitalista já estava sendo criticada, as contradições aumentavam e, com elas, as tensões. Como lidar com essa situação? Como atender a todos que se mudavam para as cidades? Como deixar estas cidades sempre agradáveis e acolhedoras para as novas invenções modernas e para aqueles que iriam desfrutá-las? Estas foram perguntas frequentes, que ocuparam as mentes de muitos pensadores na passagem do século XIX para o XX. Projetos urbanísticos e leis foram propostos e aplicados. A ordem era racionalizar o espaço urbano sem que ele perdesse em beleza e saúde.

No Brasil, como foi apontado por Maria Izilda Matos, os estudos sobre as cidades têm passado por mudanças. A cidade deixou de ser apenas o “palco” dos acontecimentos para ser objeto, questão e ou problema. A “cidade questão” foi delineada pela via higiênico-sanitarista, conjugando o olhar transformador de médicos, engenheiros e a intervenção da política estatal. Conceituada como lugar da disciplina, cidadania e palco de tensões.<sup>25</sup>

As mudanças vindas com este espírito de modernidade não foram muito diferentes no Brasil. É preciso levar em consideração que estas transformações ocorreram aqui com um relativo atraso, se tomarmos como base a Europa. A reforma do Barão de Haussmann foi um paradigma seguido por diversos outros lugares mundo afora e foi usado na América Latina, mesmo após o surgimento de outras concepções urbanísticas. No Brasil, as reformas do Rio de Janeiro e de São Paulo tornaram-se emblemáticas por serem, estas, duas importantes capitais nacionais.<sup>26</sup> No entanto, foram inúmeras as cidades brasileiras que se inseriram na Modernidade, sejam através de Reformas Urbanas, ou outros métodos de incorporação dos elementos de Modernidade, com efetiva participação do Poder Público ou das elites locais. Partindo do pressuposto de que a Modernidade, em sua terceira fase, se espalhou virtualmente por todo o mundo, e que, não apenas as capitais, mas também as cidades interioranas passaram por processos modernizadores, pode-se dizer que Juiz de Fora passou por um processo semelhante a estas outras cidades.

---

<sup>24</sup> Idem p.17-19

<sup>25</sup> Maria Izilda MATOS. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. p. 33

<sup>26</sup> Fransérgio FOLLIS. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. p.16-17.

No início do século XX “a cidade afirmava-se como o palco do moderno – a modernização tendo como referência a organização, as atividades e o modo de vida do mundo europeu”. Os engenheiros se colocavam como agentes da modernização.<sup>27</sup> Para Hugo Segawa quatro elementos são representativos da modernização urbana no Brasil, 1) a transferência da capital mineira para Belo Horizonte, em 1897. 2) a *haussmannização* do Rio de Janeiro com a reforma Pereira Passos. 3) as intervenções de Saturnino de Brito em várias cidades, entre elas Campos e Santos. 4) a construção das *garden-cities* da Companhia City de São Paulo.<sup>28</sup>

O crescimento das cidades brasileiras pressionava por melhoramentos urbanos e demanda por habitação. A modernidade desejada não era compatível com a estrutura colonial, suas tradições, seus grupos populares. Sua presença causava mal-estar e maculava a imagem de progresso<sup>29</sup>, por isso as cidades precisavam ser transformadas à maneira das grandes cidades européias e norte-americanas, mesmo tendo uma economia agroexportadora e valores ainda rurais.<sup>30</sup> Juiz de Fora crescia nessa época e sentia os problemas recorrentes a outras cidades, mesmo que em menor escala. Por isso aqui também a modernização foi entendida como necessária.

Dizer que Juiz de Fora e outras cidades interioranas foram modernizadas espelhando-se em Paris, não significa que houve pura e simples cópia de modelos. Como bem explica Sandra Pesavento:

Se os discursos e imagens construídos sobre o urbano são um índice social e um objeto do imaginário coletivo, são também capazes de migrar no tempo e no espaço.

Nesse contexto, é possível que, em locais e momentos diferentes, sejam adotadas soluções idênticas ou análogas, mas a explicação de uma imitação pura e simples, fruto de um cosmopolitismo ingênuo, deve ser descartada. O fato de ser possível estabelecer uma articulação entre práticas e representações do urbano entre épocas e locais variados, nos mostra que problemas semelhantes ou idênticos se colocaram nesses tempos e espaços distintos [...]

Estabelecer esse nível de reflexão não implica, repetimos, negar a especificidade de cada contexto, que faz com que sejam assumidas as particularidades locais. Da mesma forma, ao migrarem no tempo e no espaço, as imagens e os discursos sobre a cidade podem ser cada vez mais dotados de novos sentidos em função de conjunturas e composições sociais diversas<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> Hugo SEGAWA. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. p.19

<sup>28</sup> Idem. p. 19-22

<sup>29</sup> Nicolau SEVCENKO. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_(Org) *História da vida provada no Brasil*. p. 31

<sup>30</sup> Hugo SEGAWA. Op.cit. p. 22

<sup>31</sup> Sandra PESAVENTO, *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris-Rio de Janeiro-Porto Alegre*. p. 22. Apud: Rodrigo PAZIANI. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*,p.33

Em Juiz de Fora, como em outras cidades, a modernização se deu através de três vias de atuação: disciplinarização, embelezamento e saneamento. Pretendia-se, assim, não só uma mudança física e estética para a cidade, mas, também, uma mudança ética e moral. Nos dizeres de Fábio Souza: “Mudar as condições sanitárias de uma cidade ou aformoseá-la significava também, e deliberadamente, interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhes uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa.”<sup>32</sup>

Para ser atingido este padrão de civilidade e progresso muitos atores sociais presentes nos espaços urbanos tiveram de ser sacrificados. O plano ideal não teve aplicação hegemônica em todo o espaço. Quando me mudei para Juiz de Fora, em 2002, logo já fui avisada sobre os perigos de andar na “parte baixa” do centro.<sup>33</sup> Atravessar o rio então, era arriscadíssimo. À medida em que tive a necessidade de ir para esta parte “proibida” da cidade é que pude perceber que muito do que se falava era exagero, lá é sim uma parte menos cuidada da cidade, mais velha, com edifícios menos vistosos, porém, mais do que exagero essa noção é um preconceito criado por este processo de modernização e conseqüente expulsão de certos setores da população para áreas menos valorizadas da cidade. Esses lugares perigosos e o motivo pelo qual passaram a ser vistos assim será aprofundado nos próximos capítulos. O que é importante ressaltar agora que juntamente ao progresso veio também a miséria. Esta lição podemos aprender de Baudelaire, de acordo com Berman. Para ele, “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedade intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar.”<sup>34</sup>

Berman analisa a modernização ocorrida na Rússia no século XIX como o arquétipo do emergente terceiro mundo do século XX. Ao tentar atingir a modernidade aos moldes europeus, mas sem ter bases materiais para isso, a Rússia criou um modernismo “forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas”<sup>35</sup>. São Petersburgo tornou-se o símbolo de uma nova cultura secular oficial. Nos governos de Ana, Elizabete e Catarina, a nova capital foi prodigamente decorada

---

<sup>32</sup> Fábio G. R. B. de SOUSA. *Campina Grande cartografia de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)*. (versão on-line)

<sup>33</sup> Convencionou-se a dividir o centro da cidade a partir da Avenida Rio Branco, sendo a “parte baixa” a área em direção a avenida Getúlio Vargas e o Rio Paraíba.

<sup>34</sup> Marshal BERMAN. Op. cit. p. 162.

<sup>35</sup> Idem. p. 260

e embelezada, usando arquitetura e formas ocidentais a fim de transformar a cidade em teatro político e a vida cotidiana em espetáculo. Passaram a exigir fachadas em estilo ocidental, determinavam largura de ruas e altura de edifícios para dar ao panorama urbano uma amplitude de horizonte infinita. Mas não havia regulação sobre a utilização dos espaços por detrás da fachada, “quando a cidade cresceu os exteriores majestosos escondiam favelas supuradas – ‘capas de civilização’”.<sup>36</sup> E não só na Rússia esse cenário urbano que esconde o seu reverso foi formado, escondendo assim a pobreza gerada por este mesmo processo que embeleza e limpa.

Estas questões estão presentes em todo o trabalho e voltarão a ser tratadas de forma mais pontual enquanto analiso o problema da habitação popular em Juiz de Fora.

## 1.2 - A casa, significados e funções

“Longe de ser apenas um simples cenário onde se desenrola a vida privada ou uma peculiar junção de “arte e técnica”, o projeto habitacional traz em si implicações profundas sobre as pessoas e atividades que vai abrigar. A moradia é elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos.”<sup>37</sup> Assim Telma Correia abre o capítulo de seu livro dedicado às formas modernas de habitação.

Ao longo da história a casa foi ganhando vários significados além da idéia de mero teto – alojamento. A função básica de uma casa é o abrigo. Intramuros ela é palco das atividades condicionadas pela cultura do seu usuário.<sup>38</sup> Variando de acordo com a cultura, com o clima e com a sua utilidade, encontramos ao longo da história formas diversas de habitação, como os iglus dos esquimós, as ocas indígenas, ou os chalés suíços, só para citar alguns exemplos.

A partir do século XIX e com base no discurso sanitarista a casa foi pensada como espaço sanitário com normas de higiene capazes de garantir conforto, privacidade e alterar a vida doméstica e dotada de nova racionalidade que modifica seu projeto e uso, separa e

---

<sup>36</sup> Idem.p. 204

<sup>37</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p. 47

<sup>38</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História da casa brasileira*. p. 9

classifica funções.<sup>39</sup> Para as moradas dos trabalhadores as recomendações eram as mesmas, acrescentando o baixo custo da obra. Uma boa casa também era responsável pelo aprimoramento da raça. Mais que abrigo a habitação passou a ser o espaço de formação e moralização do trabalhador, preocupação presente entre políticos, engenheiros e arquitetos. Com base no urbanismo moderno empenhavam-se em projetar a cidade do trabalho.<sup>40</sup>

Já no período colonial brasileiro há referências de viajantes que deram à casa o sentido de santuário doméstico, lugar da família, onde ela se realiza e fortalece, apropriado à constituição de um lar, instrumento valioso ao fortalecimento dos laços familiares. A promoção da privacidade associa-se à segmentação e especialização do espaço (lugares diferentes para patrões e empregados – casa grande e senzala - e para trabalho e repouso – lugar de trabalhar é na rua, em casa são repostas as energias). As atividades exercidas dentro de uma casa variam muito no tempo e no espaço. Com o progresso essas ações tendem a diminuir. Roupas, pães, biscoitos não são mais feitos dentro de casa que ganha cada vez mais ares de lugar de repouso, separado das atividades de trabalho. O que caracteriza uma casa de classes sociais ou culturas diferentes são os critérios de superposição ou distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço. Na casa pobre a quantidade de superposições é muito maior, basta lembrar as casas de apenas um cômodo. Nem sempre essa divisão de funções não ocorria de forma plena, pois havia muitos caixeiros e empregados domésticos que moravam com os patrões, ou seja não havia distinção entre local de repouso e de trabalho. Nas décadas de 1940/50 a idéia de casa como lar foi ganhando prioridade do serviço social.<sup>41</sup>

O habitat moderno foi pensado como a morada de família nuclear, tendo apenas uso residencial e de repouso. Protegida de estranhos e organizados internamente de modo a obedecer aos preceitos de higiene, privacidade, conforto e economia (inclusive de tempo gasto nas atividades domésticas). Este tipo de imóvel surge da articulação da casa com o urbano, pressupõe uma rede de infra-estrutura com água, esgoto. Havia ainda equipamentos de uso coletivo, como escolas, creches e hospitais e lugar específico de trabalho, indústrias, repartições, etc. A casa (moradia) limita o acesso de estranhos em seu interior e por isso, as grandes salas de visita, recebiam o convidado sem deixá-lo em contato com áreas “menos

---

<sup>39</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p. 48

<sup>40</sup> Marisa CARPINTÉRO. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil*. p. 12

<sup>41</sup> Telma CORREIA. Op. cit. 52-56. Carlos LEMOS. Op. cit. p.10.

nobres” como a cozinha, ou íntimas como os quartos. Por esse motivo a partir da segunda metade do XIX foram pensadas idéias para reordenamento da cozinha e de sua atividade. Essa discussão teve primazia nos EUA pelo avanço da indústria de equipamentos domésticos e a capacidade financeira das famílias em adotar as inovações. No Brasil na década de 40 havia a expectativa de levar ao pobre este conceito de habitat.<sup>42</sup>

Como propriedade a casa é utilizada como medidor da situação de seu dono, símbolo de poder e status. Desde o século XIX que a responsabilidade da posse de um imóvel era vista como antídoto contra inquietações, revoltas e desmoralizações. No Brasil há diversos casos de patrões que venderam casas para seus empregados<sup>43</sup>, mesmo acreditando nos benefícios que poderiam trazer a casa própria, os patrões e os investidores nunca abriram mão de garantir seus lucros. Para os operários esta nunca foi uma grande pretensão. Suas lutas referiam-se sobretudo ao aluguel. Influenciados por anarquistas e socialistas lutavam contra o aumento dos aluguéis e os despejos.<sup>44</sup> De acordo com Carpintéro “para os setores dominantes, a casa própria significava o elemento eficaz para a moralização e controle do trabalhador urbano. Já para os operários, ela representava uma questão de necessidade, sobretudo, de luta pelo direito de sobrevivência na cidade.”<sup>45</sup>

Mais identificado com o estilo de vida burguês e utilizando a expressão de Walter Benjamin, a casa também ganha sentido como estojo do homem privado. A ascensão do individualismo no século XIX reforça o sentido da casa como expressão particular. O sujeito busca dar a cada canto da casa seu toque pessoal, seja em seu interior ou no exterior. O interior repleto de objetos já é prenunciado pelo exterior com sua profusão de elementos, pilastras, colunas, gradis, estátuas. Esses elementos, mais do que revelar uma época, falam-nos sobre os indivíduos que os utilizaram e viveram naquelas casas.

Integrada à idéia do habitat moderno do século XIX e formulada pelos arquitetos integrantes do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) está o modelo da máquina de morar. Além das noções antes existentes associa-se à produção em série dos componentes da construção (standardização), nova elaboração estética e estudo das dimensões mínimas. No esforço de baratear a casa os adornos externos foram amplamente simplificados, o que também foi influenciado pela arquitetura moderna com seu discurso

---

<sup>42</sup> Telma CORREIA. Op. cit. 57-59

<sup>43</sup> Alguns relatos desse tipo podem ser encontrados no livro de Eva BLAY *Eu não tenho onde morar*, em especial no capítulo 4.

<sup>44</sup> Idem. p. 59-62.

<sup>45</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.15

social de construir para maioria e esteticamente eliminar tudo o que fosse desnecessário. Faz parte desse momento o repensar das medidas mínimas para uma habitação popular, diminuindo alturas de pé-direito e evitando áreas muito espaçosas.<sup>46</sup> À idéia de habitação mínima não foi logo incorporada a noção do apartamento, que a princípio eram considerados inseguros, insalubres e sem privacidade. Esta modalidade era associada pejorativamente aos cortiços - que evocavam o medo das pestes e da contaminação e que fundamentou a prevenção contra as habitações coletivas. Tal posicionamento manteve-se até a década de 1940 mesmo quando apartamentos eram oferecidos para a classe média.<sup>47</sup> Para tentar romper este preconceito e fazer com que fossem mais aceitos “era imperioso conferir exclusividade e luxo àqueles que se dispusessem a migrar dos palacetes para os apartamentos, já que eram incontornavelmente um gênero de moradia coletiva, aspecto nauseante para as elites, que condenavam os cortiços, estalagens e casas de cômodos”<sup>48</sup>, tanto assim que os primeiros edifícios foram construídos para os ricos.

Acompanhando a classificação feita por Correia resta falar da concepção contemporânea de casa como lugar de consumo, embora existam outras especificidades e variações em cada estrato social. As restrições ao uso do espaço público fazem com que a vida se volte para dentro de casa, onde se descansa, se trabalha, se diverte e se consome. A quantidade cada vez maior de utensílios de cozinha acena para a casa como consumo, favorecida também por aparelhos eletro eletrônicos como DVD, televisão, vídeo-game e o computador, capazes de conciliar formas baratas de diversão com moradias pequenas.<sup>49</sup> Isso tudo para determinado setor da população não é novidade se lembrarmos dos saraus em torno do piano e dos bailes nas fazendas.

Entender as múltiplas concepções de moradias é importante para que os discursos elaborados por políticos, engenheiros, higienistas e operários possam ser compreendidos em todas suas possibilidades e não pareçam desvarios de uma elite sempre disposta a dominar. A casa, seja ela alugada ou própria, vai ganhando importância à medida em que o século XX se aproxima e o urbanismo ganha para si a missão de pôr ordem na cidade modernizada. Nos dizeres de Michelle Perrot:

---

<sup>46</sup> Telma CORREIA. Op. cit.67-73.

<sup>47</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit.p.43

<sup>48</sup> Paulo César MARINS. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Nicolau SEVCENKO. Op. cit. p.191.

<sup>49</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p.75-77

É claro que os fatores propriamente urbanos não são os únicos. As transformações demográficas, o fim das migrações temporárias, a instalação e o enraizamento, assim como a evolução familiar ou o mimetismo sócio-cultural, empurram para o interior. Mulheres com suas máquinas de costura, estudantes com seus deveres precisam de uma mesa, um canto e – por que não? – um quarto para si. Um dos temas da Exposição Mundial de 1889 não é a história da “casa através dos tempos”? Das cavernas pré-históricas aos tipos-modelos de casas para operários, todos são convidados a seguir o pressuposto da vida privada como uma das conquistas da Humanidade. Progressivamente constrói-se a imagem da home como signo e condição indispensável da felicidade – uma lareira e um coração.<sup>50</sup>

Seguiremos agora para o próximo capítulo no qual veremos de perto como se formou a cidade e a sociedade em Juiz de Fora. Tendo crescido em torno do café e da indústria e tendo uma elite intelectual atuante, vamos acompanhar sua inserção na modernidade e os desafios a serem superados.

---

<sup>50</sup> Michelle PERROT. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. p. 124.



## CAPÍTULO 2: A CIDADE E SEUS MORADORES

A rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre suas margens direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, (...); Cadeia, com seus presos; toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. (...) Já a margem esquerda da rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favorecia a pouca vergonha.<sup>51</sup>

Este capítulo tem por objetivo traçar o panorama urbano e social de Juiz de Fora contextualizando regionalmente as discussões que envolvem este trabalho. Conhecendo um pouco mais sobre a cidade fica mais fácil entender a questão da habitação e o problema que ela representou, não só para Juiz de Fora como para outros locais. O capítulo está dividido em três partes que percorrem a história da cidade, sua formação enquanto lugar de atração de pessoas e a atuação do Poder Público no sentido de colocar ordem na cidade que cresce e precisa se modernizar, para assim manter-se nos caminhos do progresso.

Muito já foi escrito sobre a história de Juiz de Fora tanto sobre suas origens como sobre diversos aspectos de sua vida política, econômica ou social. Por isso este capítulo está embasado nessa bibliografia regional sem se ater muito a fontes primárias, que já foram por demais esmiuçadas por outros historiadores, evitando um trabalho desnecessário e cansativo.

### 2.1 – Pequeno histórico: as origens da cidade

Juiz de Fora foi elevada à categoria de cidade, na metade do século XIX, mantendo ainda o nome de Paraibuna até 1865. De acordo com Sônia Miranda, as terras antes divididas

---

<sup>51</sup> Pedro NAVA. *Baú de Ossos*. p. 20,21

em sesmarias, ganharam aspectos urbanos por volta de 1830, quando também foi impulsionada a ocupação da área central da cidade. O traçado da principal avenida da cidade, atual Barão do Rio Branco, foi definido pela abertura da Estrada do Paraibuna (ou Estrada Nova), ligando Juiz de Fora a Vila Rica, através de contrato do governo provincial com Henrique Halfeld.<sup>52</sup> A Estrada Nova foi projetada em 1844 por Fernando Halfeld, já tendo traçado largo, opondo-se ao modelo urbanístico colonial. “O traçado da estrada delineou toda a conformação urbana, uma vez que em suas margens foram construídas as repartições públicas, a praça central, a Igreja. Essa região foi ‘eleita’ para abrigar os ‘bem nascidos’, com seus belos sobrados”<sup>53</sup>

Por volta de 1840 o povoado ganhou atividades urbanas e base de poder da elite agrária. No fim da década cafeicultores constroem a Igreja Matriz, a Irmandade dos Passos e a Santa Casa.

Foi na área central que, a partir de 1850, a elite agrária optou pela definição de um centro de poder: Igreja, Repartições Municipais e Praça Central. A cadeia pública, apesar de estar na área central<sup>54</sup>, estava fora dos limites espaciais desse centro básico de justiça e poder. Ao sul dessa região, em lugar alto, longe das inundações, surge um núcleo populacional (Bairro Alto dos Passos) para ser uma área residencial nobre.<sup>55</sup>

Em 1855, foi fundada a “Sociedade Promotora de Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna”. Para isso, reuniu “grande número de pessoas ilustradas, residentes na vila e nos subúrbios”<sup>56</sup>. Não há documentos sobre esta associação no Arquivo da Prefeitura, porém, “(...) o simples fato de sua fundação já se apresenta como indicador seguro de que o processo de urbanização então iniciado era irreversível e fazia parte de um projeto político e econômico consciente”<sup>57</sup>. Esta iniciativa já demonstra o que será corrente, pelo menos até 1892, ou seja, a iniciativa particular suplantando a ação pública efetiva, sendo sua preocupação maior o embelezamento urbano e nivelamento de ruas. Esse posicionamento do

---

<sup>52</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 87-89.

<sup>53</sup> Ana Lúcia Fiorot de SOUZA. *Metáfora de Modernidade: As imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora* (c.1891-c.1922).p. 2,9

<sup>54</sup> A cadeia se situava onde hoje existe a Escola Normal – Instituto Estadual de Educação, na esquina das Ruas Espírito Santo e Getúlio Vargas. *Juiz de Fora em 2 tempos*. p. 100

<sup>55</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit.p.90- 94

<sup>56</sup> Paulino de OLIVEIRA. *História de Juiz de Fora*. p. 29

<sup>57</sup> Sônia Regina MIRANDA.Op. cit. p. 92

Poder Público pode ser observado a partir do Código de Posturas de 1853, que trata muito mais de comércio do que de contravenções à ordem.<sup>58</sup>

De acordo com Goodwin “em Juiz de Fora, o processo de urbanização não se deu em oposição, ou à revelia, dos interesses da elite local. Pelo contrário, a elite político- econômica, representada pela Câmara Municipal, transformou a urbanização da cidade de Juiz de Fora na principal manifestação coletiva de seu poder.” O que não significa falta de disputas e consenso absoluto.<sup>59</sup>

É importante ressaltar que ocorreu um impulso modernizador na cidade, seja através da Sociedade Promotora de Melhoramentos ou das novas tecnologias que chegavam, como é o caso da ferrovia (por volta de 1870) e da luz elétrica (em 1889)<sup>60</sup>, que foi a grande novidade da época. Entre 1870 e 1880 vários melhoramentos urbanos foram feitos: abriram ruas, construíram pontes, iluminaram a cidade com 84 lâmpadas de querosene. Para a realização de algumas dessas obras tiveram que ser feitos empréstimos.<sup>61</sup> As ruas principais da cidade já eram dotadas de iluminação a gás, desde 1885. E os bondes de tração animal receberam concessão para funcionarem, em 1880, através da Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora; aos poucos os trilhos foram se espalhando e atendendo o setor industrial da cidade. A Companhia Mineira de Eletricidade aos poucos passou a deter o monopólio dos serviços de iluminação pública e particular (1889), força motriz (1898), bondes de tração elétrica (1905) e telefonia (1893). Este monopólio se manteve até 1950, quando a Cemig passou a controlar a distribuição de energia elétrica. Fato semelhante acontecia também em São Paulo onde a Light & Power mantinha o controle sobre os serviços de bonde, gás, iluminação e energia, o que gerou, em fins da década de 20, pressões para que se limitasse a auto-suficiência e a liberdade daquela empresa.<sup>62</sup>

Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata Mineira, importante região produtora de café, que se manteve como economia forte até mesmo depois da crise do café na região fluminense, em função do significativo plantel de escravos na região, mesmo após o fim do tráfico negreiro<sup>63</sup>. No pós-abolição, as constituições de novas relações de trabalho, agora

---

<sup>58</sup> Idem. p. 100,106. Sobre as medidas do Código de Postura de 1857 ver James GOODWIN JUNIOR. *A “Princesa de Minas”*: A construção de uma identidade pelas elites juizforanas.1850-1888.

<sup>59</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.102

<sup>60</sup> Sobre o processo de eletrificação Cf. Cleyton Souza BARROS. *Luz e Progresso*: eletricidade em Juiz de Fora (1889-1914).

<sup>61</sup> Paulino de OLIVEIRA. Op. cit. p.98

<sup>62</sup> Raquel ROLNIK. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. p.136

<sup>63</sup> Wilson CANO, *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras* (1850-1930). p. 295-296.

capitalistas, corresponderam à remuneração monetária, gerando a dinamização do mercado interno e a ampliação dos níveis de monetarização. Ao contrário do que se pensava até um tempo atrás, e como nos mostra o historiador Anderson Pires, na região da Mata Mineira houve diversificação econômica urbana industrial em função das exportações. Essa diversificação foi decorrente da necessidade de novos produtos para a exportação e gerada pelos recursos advindos do próprio café, que foram retidos na cidade em função da criação do Banco de Crédito Real, em 1889. Assim, rompeu-se o processo de transferência de recursos até então, predominantemente, feito com o Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

A abolição foi fator importante para a ampliação dos níveis de monetarização e do desenvolvimento urbano e industrial. Segundo Lia de Aquino Carvalho “o processo de desagregação dessa economia [escravista], que adquirira um caráter irreversível a partir de 1850, levaria a uma concentração de capitais de certo vulto que, deixando de ser investido na mão de obra escrava, tiveram seu investimento atraído para outros setores da economia, refluindo assim, para o mercado interno e determinando uma diversificação e aumento na produção”<sup>65</sup>. Situação análoga foi encontrada por Rita Almico, em sua dissertação de mestrado, em que analisa a transformação da riqueza pessoal em Juiz de Fora na transição do regime escravista para o assalariado. O surgimento de novas possibilidades de investimento de suas fortunas, ali mesmo, contribuiu para o desenvolvimento da cidade, que pode ser percebido através da diversificação industrial e comercial. Esta proporcionou à população garantia de consumo sem ter que se deslocar para o Rio de Janeiro.<sup>66</sup>

Ao longo do século XIX, a concentração industrial tendeu a se localizar na Mata, sendo Juiz de Fora o principal centro mineiro, superando até Belo Horizonte. De acordo com Pires, “(...), a cidade, isoladamente, detém em relação ao conjunto do Estado, 8% do número de estabelecimentos, 22% do capital, 16% do número de operários e cerca de 26% do valor total de sua produção industrial.”<sup>67</sup> Pelos dados apresentados por Sílvia Vilela em seu trabalho pode-se falar que os dois setores mais dinâmicos da indústria juizforana eram o têxtil e de alimentos. Antes de 1910 concluiu a autora “(...) todas as unidades do ‘Têxtil’ já se caracterizavam, na época, como fábricas, quanto ao seu processo de trabalho, embora três

---

<sup>64</sup> Anderson PIRES. *Café e Indústria em Juiz de Fora*: um anota introdutória. p. 7, 9, 4

<sup>65</sup> Lia de Aquino CARVALHO. *Contribuição ao estudo das habitações populares*: Rio de Janeiro (1886-1906).p.11

<sup>66</sup> Rita de Cássia ALMICO. *Fortunas em movimento*: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914).p.14,56,64

<sup>67</sup> Idem. p. 10 (grifos do autor)

delas (Meurer, Golietti e Pacheco) o fossem em proporção reduzida. Já no ‘Alimentos’ constatamos uma maior diferenciação: as maiores empresas se aproximam das menores do ramo Têxtil, parecendo possuir as características de fábrica apenas uma (cervejaria Kremer); (...)”<sup>68</sup> O que também pode ser comprovado quando observamos os anúncios nos diversos jornais da cidade, além de outras publicações como os Almanques que traziam diversas informações sobre a cidade, seus estabelecimentos de ensino, comércio e indústrias.<sup>69</sup> Dessa forma, pode-se entender o título dado à cidade de “Manchester Mineira”, o que, ao lado da expansão dos setores urbanos, permitiu a afirmação do estatuto de modernidade. Assim como na Inglaterra, a Manchester Mineira trouxe com a urbanização a sua contrapartida em termos sociais, que foram o caos urbano, a insalubridade, a marginalização e a manutenção de setores empobrecidos em situações mínimas de sobrevivência.<sup>70</sup>

“O crescimento da cidade não pode ser atribuído a nenhum elemento único; mas certamente o fato de que, desde logo, suas elites políticas e econômicas desenvolveram um discurso que identificava a cidade, procurando moldá-la à imagem e semelhança daquilo que era visto como belo, seguro, progressista, é um dos fatores que ajudam a compreender a história desse desenvolvimento.”<sup>71</sup> O projeto de modernização só conseguiu ser colocado em prática porque desde o período imperial as elites (política, econômica, intelectual) já estavam empenhadas em transformar a cidade, ou melhor “civilizá-la”. Maraliz Christo, em seu livro já citado, apresenta um organograma (Fig. 1) que permite visualizar o processo modernizador empreendido pelas elites. Fazia parte dele toda uma rede econômica, de informação e formação, através da educação em suas duas vertentes, o trabalhador e a burocracia, além da higiene.

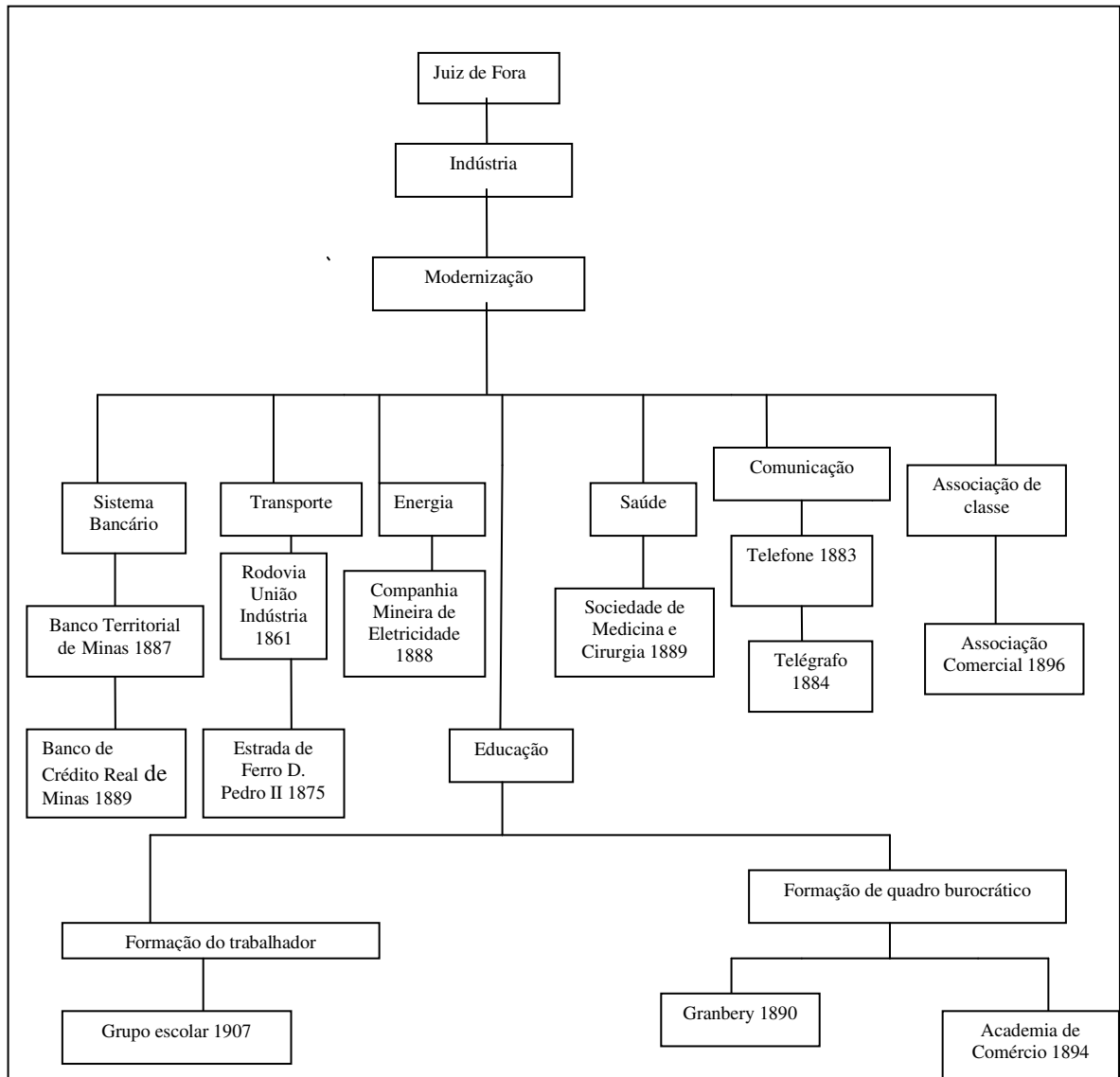
---

<sup>68</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*.p.23

<sup>69</sup> Estas publicações estão disponíveis no Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

<sup>70</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 144-145

<sup>71</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.9



**Figura 2:** Plano de Modernização. Maralitz de Castro V. CHRISTO. Op. cit. p.58

Como já citado anteriormente, a existência desses dois bancos na cidade foi fundamental para que os lucros advindos do café ficassem aqui mesmo. Isso gerou maior dinamismo econômico e conseqüentemente maiores investimentos na indústria e comércio local.

A Rodovia União e Indústria, interligando as províncias de Minas Gerais a do Rio de Janeiro, foi um empreendimento da Companhia União e Indústria (1852) formada pelos cafeicultores da cidade, tendo à frente Mariano Procópio, que recebeu subsídio do governo imperial para a sua construção. Para tal empreitada utilizaram-se da mão de obra do imigrante alemão, instalado na Colônia Alemã Dom Pedro II (atuais bairros Fábrica, Borboleta e São

Pedro).<sup>72</sup> Sua existência colaborou para o fortalecimento da economia exportadora de Juiz de Fora e fazendo da cidade “ao mesmo tempo, entreposto comercial e núcleo urbano fundamental, além de porto estratégico para captação da produção cafeeira do restante da região. Em contrapartida, tornou-se distribuidora de produtos importados que vinham, principalmente da Corte em direção ao interior.”<sup>73</sup> Com a chegada da Ferrovia D. Pedro II a União e Indústria entrou em decadência, o que não significou problemas para a cidade porque a ferrovia mostrou-se ainda mais eficaz para o escoamento da produção. Esta ferrovia passava por Matias Barbosa, ligava os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e foi a primeira ferrovia a passar por Minas. A segunda estrada de ferro a passar pela cidade foi a Leopoldina, cortando a região em sentido Norte-Nordeste e ligando efetivamente toda a região da Zona da Mata.<sup>74</sup> Acrescente-se à importância econômica da ferrovia a mudança por ela proporcionada no espaço urbano. Com a linha do trem foi deslocado o eixo de expansão da cidade, que antes estava circunscrita à rua Direita (atual Barão do Rio Branco) e começou a abrir caminho em direção à rua do Botánágua (atual Sete de Setembro).<sup>75</sup>

O “projeto modernizador” da cidade de Juiz de Fora também precisava incidir sobre a saúde, além do controle dos braços e mentes dos trabalhadores. A cidade era constantemente atacada por epidemias, sendo as mais frequentes, de tifo, febre amarela, varíola e cólera, em menor proporção<sup>76</sup>. Para atender às novas exigências de saúde e higiene é que se formou a Sociedade de Medicina e Cirurgia (SMC), embora esta mantivesse a retórica da salubridade, em questões lucrativas, colocavam em primeiro lugar os interesses empresariais.<sup>77</sup> Das figuras de maior representatividade desta instituição estava o Dr. Eduardo de Menezes, de quem tratarei com mais calma no próximo capítulo, quando se enfoca a SMC e sua atuação junto à questão da moradia popular.

A disciplinarização do trabalhador foi importante em todas as cidades inclusive para Juiz de Fora. Como já foi dito, e seguindo o que disse o historiador, Anderson Pires, nossa cidade tinha grande representatividade industrial em Minas Gerais, conseqüentemente, grande

---

<sup>72</sup> Luiz Antônio Valle ARANTES. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: Célia Maia BORGES. (Org.) *Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. p. 90

<sup>73</sup> Rita de Cássia ALMICO. Op. cit. p.50

<sup>74</sup> Idem. p.51; James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.32

<sup>75</sup> Patrícia Falco GENOVEZ, Maria Julieta Nunes de SOUZA, Mônica C. Henriques LEITE, Paulo GAWRYSZEWSKI, Raquel de Oliveira FRAGA. *Núcleo Histórico e Arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro- Parte Alta*. p.16

<sup>76</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. Cit. p. 124

<sup>77</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 129

número de operários e de problemas que se relacionavam a eles<sup>78</sup>. Aplicar à cidade o ritmo do progresso exigia controle sobre aqueles que eram de fundamental importância para o processo produtivo, mas que precisavam ter e saber quais seus espaços, suas funções e o que lhes era permitido. Regular suas ações e impor-lhes o novo sentido do trabalho foi obra tanto da Câmara Municipal, quanto da elite intelectual da cidade, utilizando-se da educação do trabalhador, como foi pesquisado por Maraliz Christo.

Na “Manchester Mineira”, submeter certos atores sociais à educação era a forma de transformar pobres e desvalidos em força de trabalho. Ao lado da repressão à vadiagem, vinha também o ensino, a princípio, em escolas agrícolas como a da “União e Indústria” em 1869. A dificuldade de se “criar” um trabalhador para a indústria fez com que se investisse na mão-de-obra imigrante, por vê-los como trabalhadores “já feitos”, habituados com o trabalho industrial, advindo da experiência adquirida em seus países de origem. A expectativa quanto ao imigrante não se realizou. Muitos que aqui chegavam não tinham contratos com as fazendas, outros, que tinham contrato, não assumiam seu posto. Alguns se utilizavam da possibilidade do contrato, só para chegarem ao país, preferindo tentar outros tipos de trabalhos na cidade. Nem todos que aqui chegaram foram absorvidos como se esperava por isso, a educação do “povo” passou a ser uma exigência política<sup>79</sup>, de modo a fazer com que fossem adequados às novas exigências que o trabalho industrial impunha. Coube à iniciativa privada e religiosa a formação de mão-de-obra qualificada para exercer cargos mais qualificados. O Colégio Metodista Granbery, apoiado por profissionais liberais, comerciantes (membros da Associação Comercial) e industriais foi responsável pela formação de lideranças sob os ideais liberais norte-americanos. A Academia de Comércio foi fundada com a intenção de atender às necessidades dos comerciantes e industriais da cidade, mas depois de ter passado para as mãos da Congregação do Verbo Divino, serviu de instrumento para a romanização, formando uma elite católica e conservadora. Coube aos Grupos Escolares<sup>80</sup>, providos pelo Estado, a educação, “regeneração” dos “vagabundos” e “domesticação” de pobres e crianças para tornarem-se força de trabalho disciplinada, além de bons cidadãos.<sup>81</sup>

Além do telégrafo e do telefone também é importante ressaltar a imprensa da cidade. James Goodwin e Ana Lúcia Souza apontam para o papel da imprensa na formação dessa

<sup>78</sup> Como pode ser observado no trabalho de Sílvia Vilela de ANDRADE. Op. cit.

<sup>79</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. cit. p. 103-104,106.

<sup>80</sup> O primeiro Grupo Escolar do estado foi aqui instalado em 1907 e dirigido por José Rangel. Este colégio continua em funcionamento atualmente com o nome de Escola Estadual Delfim Moreira.

<sup>81</sup> Idem. p.141-142



identidade progressista e moderna, que não só se baseava em evidências materiais, mas também na construção de uma imagem modernizadora e empreendedora, “conquistando, através de argumentos racionais ou emotivos, as mentes e os corações dos habitantes de Juiz de Fora”.<sup>82</sup>

Segundo Ana Souza podemos contar sete jornais diários de vida mais longa e entre eles, *O Pharol* (mais longo, com início na década de 1870), *O Dia*, *Jornal do Comércio* e *Diário Mercantil*. Vários outros de duração efêmera em formato de tablóide, e também, jornais operários.<sup>83</sup> Segundo Bacsko “os discursos são essenciais para o controle do imaginário social por agregar as representações coletivas através de uma linguagem comum.”<sup>84</sup> Nesse sentido, mesmo no espaço publicitário pago observa-se o compromisso em vender a imagem de uma cidade empreendedora com uma elite dinâmica”. A cidade era a um só tempo registro e elemento de construção de uma identidade que se pretendia moderna. Estampar nos jornais as misérias e cortiços, mais do que um questionamento, tornava-se uma afronta à civilização moderna de Juiz de Fora, construída com as imagens apresentadas na imprensa. A miséria deve, portanto ser extinta, pois macula a imagem que a elite local quer ver representada.<sup>85</sup>

Ainda no mundo das letras, em 1910, foi fundada a Academia Mineira de Letras, tendo sua sessão inaugural no Teatro Juiz de Fora com a presença da imprensa da cidade, de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, e mais as autoridades municipais e representantes do governo mineiro. Tinha a mesma organização da Academia Brasileira, na capital federal, e faziam parte de seus membros os intelectuais produtores de bens simbólicos, muitos dos quais escreviam nos jornais da cidade.<sup>86</sup>

Nas páginas dos jornais, em seções especiais,<sup>87</sup> podemos acompanhar as programações para o divertimento da população. Como atesta a programação de 17/01/1909, que anuncia apresentação da Banda Euterpe Mineira no Parque Halfeld; novidades no Cinema Juiz de Fora e no Cinema Pathé; e mais, apresentação de espetáculo da Companhia Eqüestre Circo

---

<sup>82</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.197

<sup>83</sup> Ana Lúcia Fiorot de SOUZA. Op. cit.p. 24-57

<sup>84</sup> Bronislao Bacsko. *Imaginário Social*. Apud. Idem.p.73

<sup>85</sup> Idem.73-74

<sup>86</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. cit. p. 15-16

<sup>87</sup> *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, por exemplo, essa seção era intitulada “onde se diverte”. Outros jornais da cidade tinham também seus lugares apropriados para este tipo de notícias.

Chileno<sup>88</sup>. Peças de teatros, fitas no cinematógrafo, apresentação de bandas e os circos eram alguns tipos de lazer oferecidos na cidade. Goodwin nos informa que

Havia um favorecimento ao teatro, em detrimento dos espetáculos mais populares, como as touradas, os circos de cavallinhos e de variedades. A mesma proposta mencionada no capítulo anterior, taxando os proprietários de escravos, estabelecia também a taxaço “Sobre Espectaculos e divertimentos publicos”, deixando clara sua preocupação em aumentar a arrecadação fiscal do município:

Art. 13. Por cada noite de espectáculo e cosmorama, 5\$000.

Art. 14. Por cada noite de espectáculo de cavallinhos, 20\$000.

Sobre a última linha há uma rasura, elevando o imposto de 10\$000 para 30\$000, e uma justificativa assinada por Penido:

Não moralisa, nem educa e nem instrue, um circulo de cavallinhos; e só levão o dinheiro da população: proteja-se o theatro.<sup>89</sup>

Mesmo assim os circos ainda eram bem populares e interessantes, atraindo as pessoas para seus espetáculos. O teatro com seu caráter mais educativo e civilizado colaborava com a aproximação de Juiz de Fora, com o Rio de Janeiro e outros centros maiores. Os primeiros teatros da cidade foram o “Misericórdia” e o “Perseverança”<sup>90</sup>. Neles foram apresentadas peças de nomes importantes do teatro daquela época, caso de Domingos Gonçalves de Magalhães e João Caetano, e também de companhias locais<sup>91</sup>. Outro teatro da cidade foi o “Juiz de Fora”, mais tarde denominado de “Novelli”, que recebeu entre seu público Arthur de Azevedo (em 1889), o qual nos conta como eram os seus freqüentadores, “a sala esta cheia e a sociedade é a melhor do lugar. As senhoras vestem-se com elegância, e os rapazes nada ficam a dever aos nossos leões fluminenses. Há seis ou oito camarotes ocupados por Barões: em terra nenhuma haverá tantos Barões como em Juiz de Fora.”<sup>92</sup> A tradição dos teatro avançou pelo século XX, com o Teatro Politheama e a Companhia Central de Diversões, fundada em 1927 e responsável pela construção do Cine-Theatro Central<sup>93</sup> (inaugurado em 1929), no coração da cidade.<sup>94</sup> “A exemplo da Belle - Époque carioca, o teatro, a par de todo o seu potencial crítico, era usado como lugar privilegiado de culto da aparência exterior e visto

<sup>88</sup> *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 17/01/1909.p2.c3.

<sup>89</sup> AHCJF. Império. Fundo da Câmara Municipal. 3ª Parte: Vereadores. Caixa 161-165. Pasta 163/3 - Propostas de Artigos adicionais às Posturas. Apud James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.222

<sup>90</sup> Paulino de OLIVEIRA. Op. cit. p.104

<sup>91</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.210

<sup>92</sup> Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)* p.25

<sup>93</sup> O edifício foi construído pela Companhia Pantaleone Arcuri, tendo projeto de Rafael Arcuri, foi uma das primeiras obras com utilização do concreto armado na cidade. Foi tombado pelo IPHAN em 1994, hoje pertence a UFJF e continua em funcionamento.

<sup>94</sup> Divisão de Patrimônio Cultural da PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (org) *Guia dos bens tombados de Juiz de Fora*. p.68.

como indicador de civilização da ‘Europa dos pobres’”.<sup>95</sup> Pelo que se pode perceber saraus, bailes e teatros eram o divertimento de apenas uma parte dos moradores da cidade. Mesmo o circo que era um divertimento mais popular sofria impedimentos de ordem fiscal, o que distanciava este tipo de lazer de grande parte da população.

Para escravos, libertos, e depois operários o estar na cidade e dela poder desfrutar não se misturava com as possibilidades de diversão das senhoras de família e da elite política e econômica. Para aqueles o lazer estava nas biroscas, pagodes e bordéis<sup>96</sup>, estes não só representavam atividades de um submundo, como também espacialmente, se localizavam às margens do centro da cidade. Muito interessante é o comunicado apresentado no *Pharol* de 1887, em que uma agremiação de escravos defende a sua existência e deixa claro que eles também tinham o direito de se divertirem e que, como estão longe da cidade, não atrapalhariam ninguém. Assim como disse seu presidente, Simão Buta: “acha-se estabelecida em um ponto distante do centro da cidade. Não a posso mudar para o deserto, nem devo acabar com ella, pois, como ácima disse, os pobres também têm o direito de se divertirem.”<sup>97</sup>

Como atividades do submundo também eram encaixadas as atividades religiosas de origem africana e tudo quanto viam como bruxaria, seitas, etc, sempre unidas à idéia de serem um ajuntamento de vagabundos. Cabia à polícia dar conta de controlar toda essa balburdia que tirava o sono e atacava a boa moral da sociedade juizforana.<sup>98</sup> No entanto, Patrícia Almeida lembra que estes lugares, embora depreciados pela imprensa e controlados pela polícia, eram importantes espaços de sociabilidade, onde conseguiam manter seus costumes e tradições.<sup>99</sup>

Só em alguns festejos de rua, muitos de origem religiosa, que o contato entre estes dois mundos acontecia. A falta de limites físicos permitia a aproximação com os membros da elite, mesmo assim havia em determinadas partes da cidade festejos de rua, mas que só eram freqüentados pela marginália, como nos fala Patrícia Almeida.<sup>100</sup>

Pelas suas características modernas, dinamismo econômico e político, Juiz de Fora foi cogitada para ser a capital do estado de Minas Gerais, quando das discussões para a sua

<sup>95</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. cit. p.14

<sup>96</sup> Patrícia Lage de ALMEIDA. *Elos de Permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX*. p.52

<sup>97</sup> *Pharol*, Juiz de Fora, 01 de Janeiro de 1887. AHUFJF. Volume 12. Apud. James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.224

<sup>98</sup> Jefferson de Almeida PINTO. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876-c.1922)*. p.64-67,96-97

<sup>99</sup> Patrícia Lage de ALMEIDA. Op. cit. A discussão perpassa todo o trabalho, mas, em especial, o capítulo 2.

<sup>100</sup> Idem. p.46

transferência. A meio passo entre a decrépita Ouro Preto e a moderna Belo Horizonte, mas mais próxima desta, Juiz de Fora tinha clara diferença se comparada com outras cidades mineiras, em especial aquelas do antigo percurso do ouro. Juiz de Fora apresentava-se de modo diverso das outras cidades coloniais mineiras, marcadas pelo seu conservadorismo atrelado ao seu forte catolicismo, guiadas pelos sinos de suas Igrejas barrocas. Na cidade, a religião católica não era a única, havia convivência entre diversas outras religiões, como o espiritismo e o metodismo, mesmo que de forma não pacífica. Surgia, assim, uma sociedade diferente, nem carioca, nem mineira, em suas características mais intrínsecas.

Segundo Paulino de Oliveira, ao contrário do conservadorismo mineiro, “os paraibunenses só pensavam no progresso da cidade, levados a um bairrismo quase fanático, nascido talvez do desprezo com que a tratava o Governo Provincial, do qual em tudo dependia.”<sup>101</sup> Ou seja, desde o início de sua história, ainda como Paraibuna, este distanciamento das cidades barrocas e seu olhar sempre em direção ao futuro, foi alimentado pela noção de progresso. Nesse sentido, concordamos com Christo, em que “(...) civilizar-se significava estar próximo à vida mundana do Rio de Janeiro, se prendendo nas teias de um “colonialismo interno”; ser “carioca do brejo”; ser um “trecho de terra cercado de piano por todos os lados”. ”<sup>102</sup>

## **2.2 – Para além de Tostes e Halfeld, a maioria da população**

Conhecendo um pouco mais sobre a história de Juiz de Fora, sua formação, dinamismo econômico e cultural, compreenderemos melhor o motivo de seu crescimento populacional e dos problemas decorrentes dele. De acordo com Ata da Câmara de 1855, a população do município naquele ano era de 27.722 pessoas, sendo 11.176 brasileiras, 118 estrangeiros e 16.428 escravos.<sup>103</sup> Acompanhando o crescimento populacional, agora tendo por base o Relatório da Prefeitura em 1931, temos os seguintes valores:

---

<sup>101</sup> Paulino de OLIVEIRA. Op. cit. p. 93

<sup>102</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. cit.p. 12

<sup>103</sup> Paulino de OLIVEIRA. Op. cit. p.40

<b>Ano</b>	<b>Juiz de Fora</b>
1890	17.622
1907	28.553
1920	51.392
1931	69.984

**Figura 3:** Relatório da Prefeitura de Juiz de Fora de 1931, p.257. Apud. Cláudia M. R. VISCARDI. Mutualismo e filantropia. p.8

Como pode ser percebido através dos dados apresentados, a cidade de Juiz de Fora teve um crescimento da ordem de 297% no período entre 1890 e 1931. O crescimento acelerado não foi exclusividade de Juiz de Fora. No período São Paulo também teve grande aumento populacional contribuindo para o surto de urbanização. Entre 1890 e 1900 São Paulo cresceu cerca de 168% e entre 1900 e 1920 outros 141%.<sup>104</sup> O Rio de Janeiro, como capital nacional, teve também um considerável crescimento, já em décadas anteriores. Seus 522651 habitantes registrados em 1890 equivaliam a 96% da população registrada em 1872, segundo Lia Aquino.<sup>105</sup>

Mas afinal de contas, quem eram esses, além de Tostes e Halfeld<sup>106</sup>, que faziam os números dos censos crescerem? “Excluídos da história”, como o título do livro de Michelle Perrot, muitos sem nome próprio, que deixaram suas marcas na cidade. São os trabalhadores, negros, imigrantes de diversas nacionalidades, mulheres, força de trabalho para as indústrias que surgiam, para o comércio e nos trabalhos informais, chegando onde os serviços públicos não chegavam. Eles que estavam ocultos na sala de visitas por causa do trabalho.

Desde quando ainda era a Vila de Santo Antônio do Paraybuna já possuía uma população escrava em proporção bastante alta. Enquanto nacionalmente a população escrava correspondia a 40,2% da população total, aqui a porcentagem era de 59,1% de escravos. “Num total de sete localidades mais prósperas de produção de café na Zona da Mata, havia 93.759 escravos divididos entre as principais fazendas. Juiz de Fora possuía a maior quantidade de escravos entre todas, correspondendo a 23% do total.”<sup>107</sup> Segundo Elione Guimarães Juiz de Fora pode ter chegado a ter 19 mil escravos.<sup>108</sup>

<sup>104</sup> Eva Alterman BLAY. *Eu não tenho onde morar* – Vilas operárias na cidade de São Paulo. p.10

<sup>105</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. p.15

<sup>106</sup> Referência as duas famílias importantes socialmente, as quais são atribuídas o crescimento e desenvolvimento da cidade.

<sup>107</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*.p. 46,51

<sup>108</sup> Elione Silva GUIMARÃES. *Violência entre parceiros de cativeiro*. Apud: Jefferson de Almeida PINTO. Op. cit. p.34

A presença maciça do negro no espaço urbano deu-se tardiamente, e grande era a preocupação, ainda no tempo da escravidão, com o seu trânsito na cidade. Leis e impostos eram feitos para evitar sua presença entre os brancos. Com o aumento do fluxo de carros abertos, *tylburis* e diligências na cidade, muito em função dos passageiros da Estrada de Ferro, a preocupação se voltou para a presença do escravo cocheiro. Estes só podiam ir na boleia e vestidos decentemente, nunca no seu interior.<sup>109</sup>

Os impostos sobre os escravos da cidade eram uma forma de dificultar sua existência no meio urbano e liberá-lo para o campo, em especial após o fim do tráfico negreiro, o que não significa dizer que não havia escravos sendo usados na cidade, comprovado por anúncios do *Pharol*. “Escravos e escravas eram vendidos ou alugados para serviços domésticos, como cozinhar, lavar, passar e engomar, ou quaisquer outros; podia-se consegui-los nos mais variados locais: em padarias, em lojas, até mesmo na tipografia do *Pharol!*”<sup>110</sup>

Quando ocorreu o fim da escravidão por causa da atividade cafeeira no município, muitos dos então ex-escravos continuaram nas fazendas. Apenas na década de 1920 quando a cafeeicultura começou a dar sinais de esgotamento é que os negros foram mais para a cidade. O centro urbano não oferecia mais espaço, por isso a saída foi se dirigirem para a periferia, onde era possível morar sem muitos gastos, mas também sem infra-estrutura. A maioria das fábricas do comércio não absorvia o negro, a construção civil possibilitou algum trabalho aos homens, restando às mulheres o trabalho doméstico, ou então, partiam para a venda ambulante, em especial, de legumes, verduras e produtos artesanais, como cestos e balaios, ou mesmo de aves.<sup>111</sup>

Em São Paulo, ao contrário daqui, mesmo antes da abolição já havia uma forte presença de negros na cidade, sendo que poucos deles eram escravos. Moravam em habitações coletivas, única opção para um liberto no centro da cidade, um espaço semi-público. O quarto era só para dormir e guardar seus poucos pertences. As outras atividades eram desenvolvidas no quintal. Sua presença no centro foi considerada um entrave ao crescimento da cidade e sua transformação em metrópole, por isso em nome da luta contra a

---

<sup>109</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.191

<sup>110</sup> Idem.p. 195-220

<sup>111</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. Famílias solidária e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In:Célia Maia BORGES.(Org.). Op. cit. p.65,71,73

promiscuidade estes territórios foram desqualificados e estigmatizados para justificar as reformas urbanas.<sup>112</sup>

As opções de trabalho para os negros eram poucas e a imigração colaborou com isso ideológica e quantitativamente. A substituição do escravo pelo imigrante veio acompanhada pelo discurso do progresso, na medida em que os europeus mais “civilizados e laboriosos” traziam sua cultura para desenvolver a nação. Os imigrantes ocuparam principalmente as fábricas e também a construção civil, onde se encontravam muitos libertos.<sup>113</sup>

Por conta de seu desenvolvimento industrial e crescimento acelerado, as cidades atraíam muitos imigrantes, que em busca de melhores condições de vida saíam de sua terra natal e vinham tentar a vida nos trópicos. A vinda de imigrantes para a cidade de Juiz de Fora, como foi exposto por Christo, foi uma alternativa encontrada pela elite econômica para solucionar o problema da mão-de-obra operária, já que o trabalhador escravo nunca foi um problema sério para a região. O procedimento de importação de trabalhadores foi facilitado pela existência da hospedaria dos imigrantes, passagem obrigatória para os recrutados para o Estado de Minas Gerais<sup>114</sup>. No entanto, ao chegaram aqui, muitos não se submetiam aos trabalhos que lhes eram propostos, vindo a procurar ocupações independentes, como padeiros, pedreiros e até mesmo ambulantes, ou engrossavam o número de vagabundos que perambulavam pelas ruas<sup>115</sup>. Estes trabalhadores alternativos estavam “à margem de tolerância da ação pública”<sup>116</sup> e proliferavam carroceiros, quitandeiros, criadores de animais, mercadores ambulantes e carregadores.

Alemães, italianos, portugueses, sírios e libaneses foram algumas das nacionalidades que ajudaram a compor a sociedade juizforana do início do século<sup>117</sup>. Os primeiros alemães chegaram aqui através da Companhia União e Indústria, como já citado anteriormente. A partir das listas eleitorais, Mônica Oliveira pode averiguar que 71% deles estavam envolvidos em atividades urbanas, sendo que o comércio era das atividades que mais cresciam entre os

---

<sup>112</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 66

<sup>113</sup> Idem. p. 69-73

<sup>114</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Op. cit.p. 104

<sup>115</sup> Idem. p.106

<sup>116</sup> MIRANDA. Op. Cit.p. 261

<sup>117</sup> Sobre os imigrantes na cidade ver Célia Maia BORGES.(Org.). Op. cit. Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. *Imigração*. Op. cit. Juliana Gomes DORNELAS. *Ares Árabes na Manchester Mineira: um estudo sobre os sírios e libaneses em Juiz de Fora (1893-1933)*. Deivy Ferreira CARNEIRO. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (JF – 1858-1921)*, entre outros.

alemães. “O comércio era a atividade de alta concentração de alemães e seus descendentes, junto às oficinas artesanais, o que reflete o tipo de imigrante que veio para a colônia.”<sup>118</sup>

Grande parte dos italianos que para cá vieram buscaram a cidade de maneira espontânea, por sua atratividade. Estes tinham experiência técnica e encontraram na cidade uma forma de criar seu próprio negócio. Dos italianos em funções urbanas, 58% estava no comércio de gêneros alimentícios, armarinhos, móveis, sapatos, etc e 21% em atividades artesanais, como funileiros, sapateiros, marceneiros, latoeiros, construtores e outros.<sup>119</sup> Os italianos representaram também a maioria entre os operários. Segundo os dados do censo de 1920, dos 8.353 operários, 6.062 eram estrangeiros e destes 3.389 eram italianos, seguidos de 1.575 portugueses.<sup>120</sup>

Os portugueses além de serem operários, trabalhavam como vendedores ambulantes, pedreiros, caixeiros, comerciários e jornaleiros. Grande parte de proprietários e empregados de vendas e botequins era composta por eles. Havia entre os portugueses a preferência em contratar como empregados seus patrícios, dificultando para os brasileiros pobres uma colocação como assalariado em uma das áreas mais dinâmicas das cidades, o comércio.<sup>121</sup>

Um tipo importante de comércio ambulante era feito pelos imigrantes sírios e libaneses, chamados aleatoriamente de turcos, às vezes tendo esta alcunha um sentido pejorativo. Um número maior destes imigrantes chegou à cidade entre as décadas de 1910 e de 1960, embora já conste sua presença no censo de 1893. Logo que chegavam eram responsáveis pelo comércio ambulante, principalmente de tecidos e armarinhos, embora também comercializassem outros artigos. Era comum a associação dos mercadores ambulantes com elementos negativos, não modernos, prejudiciais à imagem de “Manchester”<sup>122</sup>. Quando percebiam que não retornariam para a terra natal ajuntavam algum dinheiro e montavam seu próprio negócio, situados especialmente na parte baixa da rua Marechal Deodoro, perto da linha de trem e onde também moravam (nos fundo ou segundo

<sup>118</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. *Imigração*. Op. cit. 74 e Luiz Antônio Valle ARANTES. Op. cit. p.99

<sup>119</sup> Idem. p.111,116 e Maraliz de Castro V. CHRISTO. Trabalho, enriquecimentos e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: Célia Maia BORGES.(Org.). Op. cit. p.143,144

<sup>120</sup> Albino ESTEVES. *Álbum do Município de Juiz de Fora*.p. 85. Apud. Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.37

<sup>121</sup> Cláudia M. R. VISCARDI. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: Célia Maia BORGES.(Org.). Op. cit. p.24,41 e Sidney CHALHOUB. *Trabalho, lar e botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. p. 114

<sup>122</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. Cit. p. 263-264



andar das lojas).<sup>123</sup> Assim como outros imigrantes também eles figuravam entres os operários no censo de 1920.

Incluídos no mercado informal de trabalho, ou melhor, excluídos e perseguidos por não se encaixarem na disciplina do trabalho, estavam os ciganos. Em Juiz de Fora, como em outros lugares, eram recebidos com intolerância pela população e com violência pela polícia. Como os “turcos” eram designados nos jornais por termos pejorativos. Mas tinham sua sobrevivência atrelada à proximidade da cidade. Viviam do comércio de escravos, cavalos, bugigangas e objetos de cobre; ou de pequenos serviços; as mulheres praticavam a quiromancia, que como as religiões africanas, era também perseguida.<sup>124</sup>

Nos anos 30 a visão do imigrante foi modificada. Na Constituição de 1934 sua entrada passou a ser restrita e proibida a sua concentração em determinadas áreas. “Desse modo, o estrangeiro, de quem as elites esperavam, na virada do século, sangue novo para a salvação nacional, foi transformado em obstáculo à construção da rota da nacionalidade.”<sup>125</sup>

O desenvolvimento econômico da cidade foi responsável pela atração de grande quantidade de pessoas, imigrantes ou não, além de ex-escravos em situação de abandono; a não absorção de toda essa mão-de-obra pelo mercado gerou adensamento da pobreza e crescimento de práticas e meios de sobrevivência tradicionais como a mendicância. Quem não se inseria em atividades regulares no mundo do trabalho tinha sua imagem ligada à vadiagem e por isso houve ação voltada para o seu controle. O vadio também poderia ser o falso mendigo, aquele que não estava impossibilitado de trabalhar e roubava as esmolas dos que realmente precisavam da ajuda do próximo.<sup>126</sup> Foram estes meandros que o historiador Jefferson Pinto buscou desvendar em sua dissertação de mestrado. Os pobres eram vistos como empecilho ao progresso, uma ameaça à imagem moderna da cidade. Frente à existência deste problema “caberia ao Estado a responsabilidade de conter os excessos daqueles pobres que tinham condições de trabalhar, mas que compunham o universo dos vadios e à Igreja a função de remediar o destino daqueles que não podiam se inserir no mundo do trabalho.”<sup>127</sup>

---

<sup>123</sup> Juliana Gomes Dornelas. Sírios e libaneses em Juiz de Fora. Disponível em: [http://www.icarabe.org/CN02/artigos/arts\\_det.asp?id=78](http://www.icarabe.org/CN02/artigos/arts_det.asp?id=78). Capturado em 24/02/2008

<sup>124</sup> Isabel C. M. Mattos BORGES. “É proibido negociar com ciganos e suspeitos...”- O trabalho na Manchester Mineira. p. 11-14.

<sup>125</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p.88

<sup>126</sup> Jefferson de Almeida PINTO. Op. cit. p. 42,58,59,69.

<sup>127</sup> Idem. p.73

Ao Estado cabia a correção e a educação e as obras de caridade também convertiam-se em repressão contra a mendicância e auxiliavam o Estado a manter a ordem urbana.<sup>128</sup>

Compondo este cenário de pobreza e desventura surgiram na cidade as associações mutualistas e beneficentes que vinham ocupar o lugar onde o Estado não alcançava e colaborar com o trabalho feito pela Igreja para garantir a sobrevivência dos seus associados. Este tipo de associativismo também contribuiu para a consolidação das relações capitalistas que estavam ainda em formação e as de imigrantes funcionavam como reforço das identidades e lugar de solidariedade social. Possuíam caráter mais colaborativo do que de oposição ao patronato e por isso, ficaram durante muito tempo conhecidas pela historiografia, como sindicalismo amarelo. Em Juiz de Fora podiam ser encontrados três tipos básicos: religiosas, (leigas) de trabalhadores e étnicas, sendo que estas eram, sobretudo de italianos (10), alemães (2) e portugueses (3).<sup>129</sup> A maioria delas surgiu no decênio de 1909 a 1919. Entre 1908 e 1917 nota-se o surgimento de um quarto grupo auto denominado de mutuais que atuavam no mercado financeiro como seguradoras. “Entre as filantrópicas, encontramos um grande número de integrantes pertencentes às elites políticas e econômicas do município. Para as elites, as associações funcionavam como mecanismo de reforço de seus *status*”<sup>130</sup>, o que era facilitado pelos jornais que divulgavam nomes de doadores e quantias doadas, reforçando o “capital simbólico”<sup>131</sup> dos doadores através de seu investimento nessas entidades.<sup>132</sup> Na década de 1930 as mutuais se esvaziaram com as políticas sociais propostas pelo Estado. Ao mesmo tempo, sociedades de resistência assumiram o papel de complementar a proteção do Estado, enquanto as mutuais viraram espaços de lazer e sociabilidade.<sup>133</sup>

Por ser Juiz de Fora uma cidade industrial, com tantas pessoas e associações diversas não é de se estranhar a presença também de um movimento operário organizado e de grandes greves, de caráter generalizado, como as acontecidas em 1912, 1920 e 1924.<sup>134</sup> Outras

<sup>128</sup> Idem. p.152 e Sônia Regina MIRANDA. Op.cit. p.268

<sup>129</sup> Cláudia M. R. VISCARDI. Proteção e Socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. p. 1,4. \_\_\_\_\_. Mutualismo e Filantropia. p.8

<sup>130</sup> Idem. Mutualismo...op.cit. p. 6

<sup>131</sup> Segundo Pierre BOURDIEU. “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.” O capital simbólico se incorpora como tal “porque as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força.” In: *O poder simbólico*.p. 145

<sup>132</sup> Idem. p.9

<sup>133</sup> Cláudia M. R. VISCARDI. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. p.10

<sup>134</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.12

menores ocorreram neste mesmo período, mas envolveram apenas um setor ou unidade fabril. Sílvia Vilela, em trabalho já citado, preocupou-se com a organização do operariado e sua luta contra a dominação do capital. Segundo seu estudo, o proletariado local já se organizava no início do século XX e não apenas em 1912 quando acontece a primeira greve importante.<sup>135</sup>

As associações de operários da cidade estavam em sintonia com o que acontecia em outros lugares. Faziam-se presentes nos Congressos operários mesmo que fosse através de ofício mandado ao mesmo, caso ocorrido com o Centro Beneficente das Classes Operárias, no Primeiro Congresso (1906) acontecido no Rio de Janeiro. A Associação Beneficente dos Irmãos Artistas ajudou na preparação do 2º Congresso Operário e a Associação Beneficente dos Condutores e Motorneiros, da CME, mandou quatro delegados ao 4º Congresso realizado em 1912.<sup>136</sup>

A greve de 1912 teve como foco a redução da jornada de trabalho para 8 horas, objetivo que se inseria nos desejos do proletariado de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta greve não atingiu o objetivo. Algumas categorias receberam aumento de salário e uma lei passou a proibir o trabalho do menor. Muitos operários preferiram migrar após não terem obtido sucesso na greve, o que representou facilidade de encontrar emprego em outros lugares e também facilidade de reposição de mão de obra, por parte dos empregadores.<sup>137</sup>

A greve de 1920 foi decorrência da carestia que castigava a vida operária em todo o Brasil e achatamento dos salários, agravada pela conjuntura da Primeira Guerra. O ano de 1917 marcou o Rio de Janeiro e São Paulo pelas greves gerais que aconteceram e ecoaram em outros estados. É também neste período que o movimento operário pressiona as autoridades por melhores condições de vida e trabalho. Essa sim foi vitoriosa na conquista da redução das horas de trabalho e aumento salarial geral.<sup>138</sup>

O custo de vida em 1924 cresceu ainda mais com a política de Artur Bernardes e a imprensa juizforana alardeava a carestia e pressionava para que a municipalidade tomasse alguma providência. Tendo por principais reivindicações o fim dos serões e aumento salarial, mais uma vez os operários paralisaram o trabalho. Diante da intransigência dos industriais as reivindicações operárias enfraqueceram e os objetivos não foram alcançados.<sup>139</sup>

---

<sup>135</sup> Idem. p.68

<sup>136</sup> Idem. p.69,71,75

<sup>137</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit p.76,96

<sup>138</sup> Idem. p.103,124

<sup>139</sup> Idem. p.141,157

A greve realizada pelos operários de Juiz de Fora em junho de 1924 constitui um dos poucos exemplos de luta de classe à época no Brasil. Juntamente com a que ocorrera em janeiro de 1920, busca, a nível (sic) local, a recuperação dos níveis salariais corroídos pela alta do custo de vida. Foi, a nosso ver, uma luta não apenas pela melhoria de condições de vida mas uma luta pela própria sobrevivência. Ao preço inflacionário dos alimentos, somava-se o aluguel absurdo de casas sem nenhum conforto.<sup>140</sup>

A luta pela sobrevivência operária não foi “privilégio” só de Juiz de Fora. A preocupação com salários, gastos com alimentação e moradia permearam as lutas operárias também em outros centros industriais como Rio de Janeiro e São Paulo. Em análise feita por Eva Blay nas discussões da Câmara de São Paulo percebe-se que “há uma clara correlação entre a abordagem de problemas habitacionais e a ocorrência de greves. Isto é, nos períodos em que estas ocorriam também o cotidiano da vida operária vinha a debate, e as questões habitacionais eram discutidas.”<sup>141</sup>

Os problemas decorrentes da carestia de vida, como a habitação se faziam presentes nos jornais operários, caso d’O Proletário, publicado pela Federação Operária Mineira, de Juiz de Fora.<sup>142</sup> Nos jornais paulistas a problemática se fazia presente nos jornais anarquistas, tendo participação esporádica em outros jornais. Na Folha do Braz o principal problema das moradias não era a higiene (como alertavam os higienistas) e sim o acúmulo de pessoas nas casas transformadas em cortiços.<sup>143</sup> Mas isso foi uma exceção. Pois também os operários se aproximavam dos discursos moralizantes e higiênicos<sup>144</sup>, apropriando-se do discurso sanitarista como arma de luta por melhores condições de vida.<sup>145</sup> “A concepção sanitária sobre as adequadas condições de vida na cidade apresentam-se nítidas nos textos de jornais operários, recorrendo seus articulistas ao léxico do sanitarismo ainda vincado pelas noções miasmáticas somadas a imprecisas noções microbianas.”<sup>146</sup> Também na concepção popular a cidade moderna deveria ser sã e bela, ativa e tomada de ânsia pelo progresso.<sup>147</sup>

Diferente do posicionamento encontrado por Michelle Perrot no século XIX, em que havia pouca reivindicação sobre moradia e eles aceitavam as condições em que viviam, não se

---

<sup>140</sup> Idem. p.157

<sup>141</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.60

<sup>142</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.47

<sup>143</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 114

<sup>144</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.166

<sup>145</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. A algaravia das pequenas memórias encontra-se com as linguagens cultas em São Paulo, 1890-1940. p. 9

<sup>146</sup> Idem. p.10

<sup>147</sup> Idem. p.11

preocupando nem com a densidade populacional das casas e cortiços, o que em muito assustava os higienistas. Preocupava-lhes o custo, não o conforto, o espaço das casas. Por isso não faziam parte de pauta de greves.<sup>148</sup> Ao contrário do que foi falado para Juiz de Fora e também com o que aconteceu na greve de 1917 em São Paulo, e com a colocação da pauta da greve de 1919. Naquele momento, diversos setores estavam envolvidos, cada um a seu modo, na busca por uma resolução para o problema da moradia.<sup>149</sup> Para Michelle Perrot as reivindicações não se referiam a moradia, mas só ao aumento dos aluguéis. O que não retira ou reduz a sua importância na luta dos operários por melhores condições de vida. Como já falado no capítulo 1, a propriedade da casa nunca foi uma grande aspiração do proletariado, no entanto necessitavam de um lugar onde pudessem repousar. Por isso a preocupação em garantir uma moradia que coubesse em seus poucos salários, mesmo que esta fosse alugada.

“A questão dos aluguéis não é uma luta isolada no conjunto das reivindicações operárias. Ela se articula aos demais problemas da classe trabalhadora, sobretudo porque, ao tornar frágil a posição do operário, ela repercute sobre as bases que ele pode estruturar para as demais reivindicações. Pressionado pelo aluguel, o trabalhador vê reduzida sua possibilidade de barganha por um salário melhor, pois está sempre sujeito, em caso de greve, a não poder pagar o aluguel.”<sup>150</sup> A Liga dos Inquilinos formada pelos anarquistas em São Paulo, nos anos de 1907, 1912 e 1920, tinha por intenção dar um basta nos aumentos dos aluguéis e como forma de luta propunha que os inquilinos se negassem a pagar preços despropositados.<sup>151</sup> Outra idéia foi dada por Jesus de Oliveira, n’*O Lince*, de Juiz de Fora, de se fazer uma greve de inquilinos (tirar a mobília das casas e impedir que fossem ocupadas) como forma de protesto contra os absurdos aumentos.<sup>152</sup> No entanto a fragilidade do operariado era grande, precisavam da casa, então, ou pagavam os preços exorbitantes ou eram despejados.<sup>153</sup>

Perrot nos conta que na França do XIX nos dias de pagamento de aluguéis aconteciam centenas de mudanças escondidas, eles pegavam seus poucos utensílios e levavam para um outro lugar.<sup>154</sup> A questão dos aluguéis chegou a ser uma das origens da Comuna de Paris. Devido à grande carestia vivida em 1910-11 foi criada a Câmara Sindical dos Locatários de

<sup>148</sup> Michelle PERROT. Op. cit. p.102.

<sup>149</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 168

<sup>150</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.123

<sup>151</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.169

<sup>152</sup> *O Lince*, Juiz de Fora, 14/02/1920. Apud. Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.45

<sup>153</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 117

<sup>154</sup> Michelle PERROT. Op. cit. p.104-105

Paris que entre outras coisas pedia socorro às famílias mais numerosas, taxaço dos aluguéis e “guerra” aos cortiços, viveiros de tuberculose. O movimento durou até 1912.<sup>155</sup>

Mas afinal, em Juiz de Fora, onde se localizavam estas moradias populares? A população trabalhadora, inicialmente, se aglomerou à margem esquerda do rio Paraibuna (bairro Botanágua, atual Costa Carvalho), devido ao pequeno valor imobiliário dos terrenos que sofriam constantes riscos de enchentes. Ainda no início do processo de urbanização configurou-se uma outra área típica de operários, na região de Mariano Procópio e das colônias de imigrantes, que vieram para o trabalho na rodovia União e Indústria. São também essas áreas, conhecidas por sua população trabalhadora, que concentravam grande parte das habitações classificadas como cortiço.

Sílvia Vilela, como já citada anteriormente, apresenta-nos as péssimas condições de vida do operariado de Juiz de Fora. Estes viviam sofrendo com a carestia e com problemas habitacionais<sup>156</sup>. A falta de moradias conjugava-se ao aumento dos aluguéis e favorecia a aglomeração em cortiços. Aos poucos, os cortiços tornaram-se correntes, ao mesmo tempo em que o discurso higienista e modernizador tentava normatizar a situação. A princípio, eles localizavam-se, sobretudo nas áreas mais próximas ao centro da cidade, perto dos locais de trabalho (na época a maioria das fábricas estava localizada na região hoje central), mas existiam alguns no Botanágua (atual Avenida Sete de Setembro) e Serra (atual Rua Olegário Maciel)<sup>157</sup>. Para Michelle Perrot a ambição maior dos operários era ficar na cidade, mesmo depois das reformas de Haussmann e do aumento do custo de ficar nesta área. As três maiores reivindicações deles eram morar no centro, circular e utilizar livremente o espaço público parisiense,<sup>158</sup> o que também pode ter sido as aspirações dos operários juizforanos.

No nosso caso, o conhecimento de um maior número de cortiços em determinada região da cidade pode ser causado pela atuação mais regular dos fiscais dessa área<sup>159</sup>. A fiscalização dos cortiços cabia à Diretoria de Polícia, sempre trabalhando em conjunto com o inspetor de higiene e o fiscal de obras da administração municipal. A presença mais atuante pode ter gerado uma quantidade maior de relatórios, nos permitindo localizá-los melhor, o que não nega a sua existência em outros locais.

---

<sup>155</sup> Idem. p.106-107.

<sup>156</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.42.

<sup>157</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 209

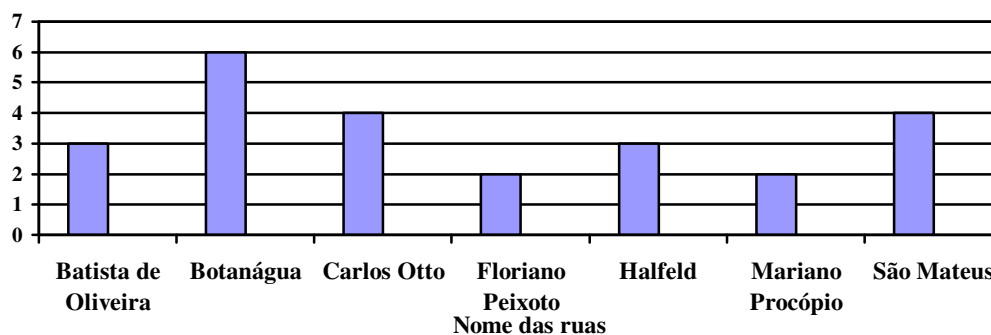
<sup>158</sup> Michelle Perrot. Op. cit. p.117-122

<sup>159</sup> No ano de 1915 a cidade estava dividida em 70 secções policiais. Só a rua Botanágua era compreendida por três secções, 25ª, 26ª e 27ª.

Através dos mapas (Anexos 1 e 2) fica mais fácil compreender a localização destas áreas na cidade e sua proximidade com o rio Paraíba. As regiões a que nos referimos inicialmente correspondem no mapa à delimitação de número 2 (Botanágua), número 6 (Mariano Procópio) e a Serra no número 12. No mapa 2 pode ser observada a área atingida pela enchente de 1906, que corresponde aos locais em que mais se concentravam os cortiços e mesmo outros tipos de habitação da população trabalhadora, como será visto à frente.

Os negros, quando chegaram à cidade, já a encontraram sem muito espaço, por isso se dirigiram diretamente para a periferia, lugares sem infra-estrutura urbana, em especial os bairros Arado (atual São Benedito) e Serrinha (Dom Bosco), que nem constam no mapa anexo.<sup>160</sup> E a maioria dos italianos morava em localidades já conhecidas, como o Botanágua, Poço Rico (8 no mapa), Tapera (10 – atual Santa Terezinha), Manoel Honório (11) e, especificamente, o largo de São Roque, próximo à avenida dos Andradas, típica de operários e italianos.<sup>161</sup>

Com a série documental sobre os cortiços, tratada como foi dito na introdução, sendo selecionados apenas aqueles que eram reconhecidos pelo poder público como cortiços, teve-se como resultado 48 endereços de cortiços pela cidade. Desses endereços, os que apareceram mais de duas vezes foram transformados no seguinte gráfico:



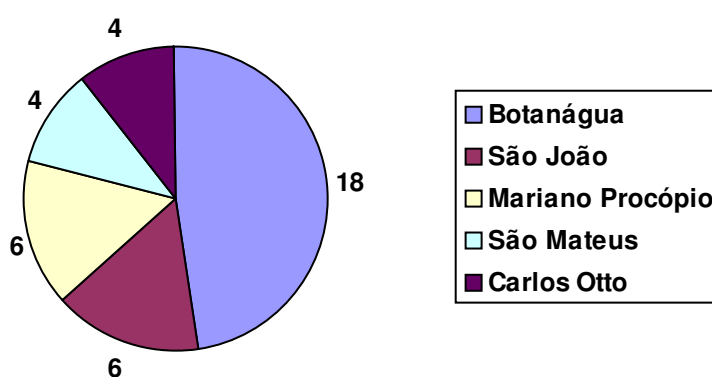
**Figura 3:** Endereços mais comuns de cortiços. Fonte: Série documental 90/06-Cortiços. Fundo Câmara Municipal da República Velha, IVª parte.

<sup>160</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. Famílias...Op. cit. p.65

<sup>161</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Trabalho...Op. cit. p.161

A partir do gráfico podemos ver que a região mais central<sup>162</sup> (exceto rua São Mateus e Mariano Procópio) é a campeã dessas habitações. Em especial a região do bairro Botanágua (atual Costa Carvalho) representada pela rua de mesmo nome e também pela rua Carlos Otto. Este gráfico foi feito apenas utilizando como referência o nome da rua em cada um dos requerimentos. Alguns destes apresentavam a quantidade de imóveis que existiam naquele endereço, nas mesmas condições. Com esses dados continua a rua Botanágua em primeiro lugar, comparada com as outras ruas recorrentes. Quantificando as residências existentes em cada endereço, o gráfico fica assim:

#### Quantidade de cortiços



**Figura 4:** Quantidade de cortiços por rua. Fonte: Idem.

Com os dados obtidos das fontes e da elaboração dos gráficos, fica ainda mais clara a distribuição espacial deste tipo de habitação ao longo da cidade, enquanto a população de alta renda localizava-se na avenida central (Rio Branco) em direção ao Alto dos Passos e São Mateus e nas ruas transversais, entre a Igreja e o Parque Halfeld. Por ser área de moradia da elite tinha maiores possibilidades de consumos básicos de melhor qualidade. De acordo com cronistas, já no século XX, o centro à margem direita do rio Paraíba (Ruas 15 de Novembro – atual Getúlio Vargas -, Santo Antônio, Direita – atual Rio Branco -, Batista de Oliveira, Halfeld, São João, Espírito Santo, Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, São Sebastião, Barbosa Lima, Brás Bernardino e Avenida Municipal – atual Francisco Bernardino) era importante por seu comércio, gosto artístico, artigos de luxo e elegância dos edifícios. Em direção aos morros da Gratidão (Avenida dos Andradas), Santo Antônio e da Academia foram

<sup>162</sup> Segundo Ramon Brandão, existiu até a década de 1980 um cortiço, provavelmente um dos mais antigos, na rua Getúlio Vargas à altura do número 335, entre as Ruas Halfeld e São João Nepomuceno, onde hoje é o César Palace. In: Ramon de Lima BRANDÃO. *Arquitetura neocolonial*. Juiz de Fora 1925-1955. p. 68



construídos bairros, em fins da década de 1910, com “as mais poéticas moradas”, enquanto que Alto dos Passos e São Mateus (já no século XX) possuíam “nobres e soberbos edifícios”<sup>163</sup>. A construção feita em colinas era um costume dos que podiam fugir das várzeas, onde as inundações eram constantes, e poderiam também se beneficiar do ar puro dos locais mais elevados da cidade, onde os miasmas tinham dificuldade de chegar.

Inclusive os jornais da época ajudam a localizar este tipo de habitação e conhecê-las melhor.

Brevemente daremos uma relação de todos os cortiços e cubículos existentes em nossa cidade e alugados por quantias exageradas a pobres operários, onde moram em comum seis e mais pessoas e onde há, às vezes, a maior falta de higiene.

Muitos destes existem no bairro do Botanágua, de São Mateus, Mariano Procópio e morro de Santo Antônio.

Os moradores de tais cubículos não recebem os recibos de seus pagamentos e muitos deles estão prontos a declararem o quanto pagam e o modo como vivem nesses casebres imundos.

Não estamos ainda em condições de haver por aqui tal miséria a de se consentir que os proprietários de tais espeluncas continuem nesta exploração<sup>164</sup>.

O Riachuelo<sup>165</sup> e a rua do Comércio (atual Batista de Oliveira) também apareceram n’*O Pharol* sendo alvo de reclamações ou noticiando a ação pública no combate, dos cortiços ali existentes: “(...) o sr. dr.Souza Fernandes, acompanhado do alferes Oscar, agente Costa Braga e praças da polícia, foi ontem ao cortiço nº 107,da rua do Comércio e lacrou as respectivas portas e janelas, por estar essa habitação condenada pela referida inspetoria”<sup>166</sup>. Também a rua de São Mateus aparece na coluna do jornal que denunciava o estado de salubridade de certa casa: “Chamamos a atenção da municipalidade para o cortiço da rua de São Mateus, n.23, onde, em três pequenos quartos, se acumulam dezenas e dezenas de pessoas, com grave risco para a saúde de todas elas.”<sup>167</sup>

A cidade de Juiz de Fora, como era uma cidade industrial de importante relevância para a região, o grosso das pessoas comuns eram os operários das inúmeras fábricas que existiam. O trecho do *Pharol* de 1914 logo na sua primeira frase coloca o problema da habitação tendo exatamente o operário como foco: “Há em Juiz de Fora uma explosão torpe da pobreza, essa de aluguel de cômodos para operários.”<sup>168</sup> Isso é bem mais recorrente e mais

<sup>163</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 205-206

<sup>164</sup> O Cortiço. *O Pharol*, Juiz de Fora, 05/04/1914, p1.c4.

<sup>165</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 22/03/1900, p1.c5.

<sup>166</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 20/07/1901, p1.c2.

<sup>167</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 24/01/1912, p1.c7.

<sup>168</sup> Nossa cidade já tem seus bairros de miséria. *O Pharol*, Juiz de Fora, 04/04/1914. p1.c6.

claro, quando se trata da crise habitacional, citada por Sílvia Vilela, que embora tenha atingido outros setores teve no operariado seus maiores prejudicados; tendo como resultado imediato o aumento dos aluguéis<sup>169</sup>.

No jornal *O Pharol* de 1903 encontra-se uma denúncia de cortiço em péssimas condições de higiene na Rua Liberdade (atual Floriano Peixoto), onde moravam “elevado número de mendigos e pretos”<sup>170</sup>. Uma referência um tanto quanto vaga, mas que revela um tipo conhecido daqueles tempos. Nos jornais a maioria das menções aos moradores se dá de forma negativa, sempre levando em conta as reclamações feitas contra os desordeiros e em especial, as desordeiras. Como vemos também no ano de 1903: “(...) Na rua do Espírito Santo, entre as ruas Progresso<sup>171</sup> e Barão de Santa Helena, há um portão largo que comunica com um cortiço habitado por crioulas e outras mulheres de vida desregrada. Essas delambidas (sic) faltam a todo o momento ao respeito devido às famílias residentes próximo aquele local, praticando atos e cenas indecorosas. (...)”<sup>172</sup>

Também nesse sentido temos a reclamação dos moradores da rua Carlos Otto, apresentada ao mesmo jornal no ano de 1900, em que se pede a ação da polícia contra um bando de vagabundos que se aglomeram a noite na ponte ali existente, e pede que fiquem atentos ao “procedimento incorreto de uma mulher do demi-monde, ali residente.”<sup>173</sup>

Da mesma forma, má fama era o ponto alto da Rua de Santa Rita. Embora não fosse um foco de grande concentração de cortiços, ali existiam muitas meretrizes e botequins de onde saíam brigas e se aglomeravam desordeiros<sup>174</sup>. No *Álbum do Município de Juiz de Fora*, há artigos do Major Ignácio Gama, escrito para a *Semana Comercial*, em que trata sobre algumas ruas da cidade. Quando nos conta sobre a rua de Santa Rita confirma estas más impressões. “A velha rua de Santa Rita, (...)era, a princípio, ocupada quase que por gente de vida airada.(...)Em tal rua, como é de presumir, reinava a desordem. Ali, pela primeira vez, vi cair um homem esfaqueado para não mais levantar-se. (...)Manda ainda a justiça dizer que havia pessoa de certo valor moral, na rua de Santa Rita. Lembrei-me do Silveira(...); do Chico Gomes, dono de um carro de bois, nosso único veículo para mudanças.”<sup>175</sup>

<sup>169</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit.p.44

<sup>170</sup> Saúde Pública. *O Pharol*, Juiz de Fora, 01/03/1903.p1.c3.

<sup>171</sup> Atual Rua Santos Dumont.

<sup>172</sup> Ao cav. Ricci. *O Pharol.*, Juiz de Fora, 25/08/1903.p1.c4.

<sup>173</sup> *O Pharol*. Juiz de Fora, 23/08/1900.p1.c5.

<sup>174</sup> *O Pharol* Juiz de Fora., 08/05/1900.p1.c2.

<sup>175</sup> Albino ESTEVES e Oscar V. B. LAGE. *Álbum do município de Juiz de Fora*. p.159

Não se quer em absoluto dizer que apenas pessoas com “desvios de caráter” moravam nos cortiços insalubres ou em áreas menos privilegiadas na cidade. Com certeza pessoas “de certo valor moral”, para utilizar a expressão do Major Ignácio Gama, eram obrigadas, pelas precárias condições de vida, a se submeterem a morar em lugares como estes que acabamos de ver. Talvez desses não tenhamos muitos registros, pois não feriram a ordem vigente e não tiveram seus nomes estampados nas páginas de jornal, ou em boletins policiais. Infelizmente não nos é possível conhecer o passado por inteiro, mas apenas o que foi passível de ser registrado pelos seus contemporâneos, assim, ficamos sem conseguir identificar todos os moradores dos inúmeros cortiços da cidade, restando através dos jornais esta impressão de que seus moradores eram pessoas que infligiam a moral e os bons costumes da cidade moderna.

Pela Resolução de número 374 de 1896, ficava proibido contruir casa de capim, meias águas e congêneres. No entanto, em 1912, na seção “Os nossos arrabaldes” do *Jornal do Comércio*, há a descrição de um pobre arrabalde da cidade, o Zinco<sup>176</sup>. Com o subtítulo “O **Zinco** não é hoje propriamente um arrabalde, mas para o futuro poderá vir a sê-lo, e talvez um dos mais pitorescos da cidade”, é introduzido o texto que embora se compadeça dos que ali moravam, também não propõe nenhuma mudança em tal situação, afinal, como diz o artigo “a felicidade de uns depende da desventura de muitos”. São os habitantes do Zinco os trabalhadores que colaboram com o chamado progresso e adiantamento da cidade. Assim era o Zinco:

(...) aquilo não passa realmente de um pequeno agregado de habitações escusas, na sua maioria cobertas por folhas de zinco e latas velhas.

Situado a cavalleiro da urbes (sic), na base do moro do Redentor, o Zinco é o refúgio da gente pobre que não pode arcar com as despesas de casa, cá no centro, onde, diga-se de passagem, os alugueis, até do mais incomodo casebre, estão pela hora da morte.

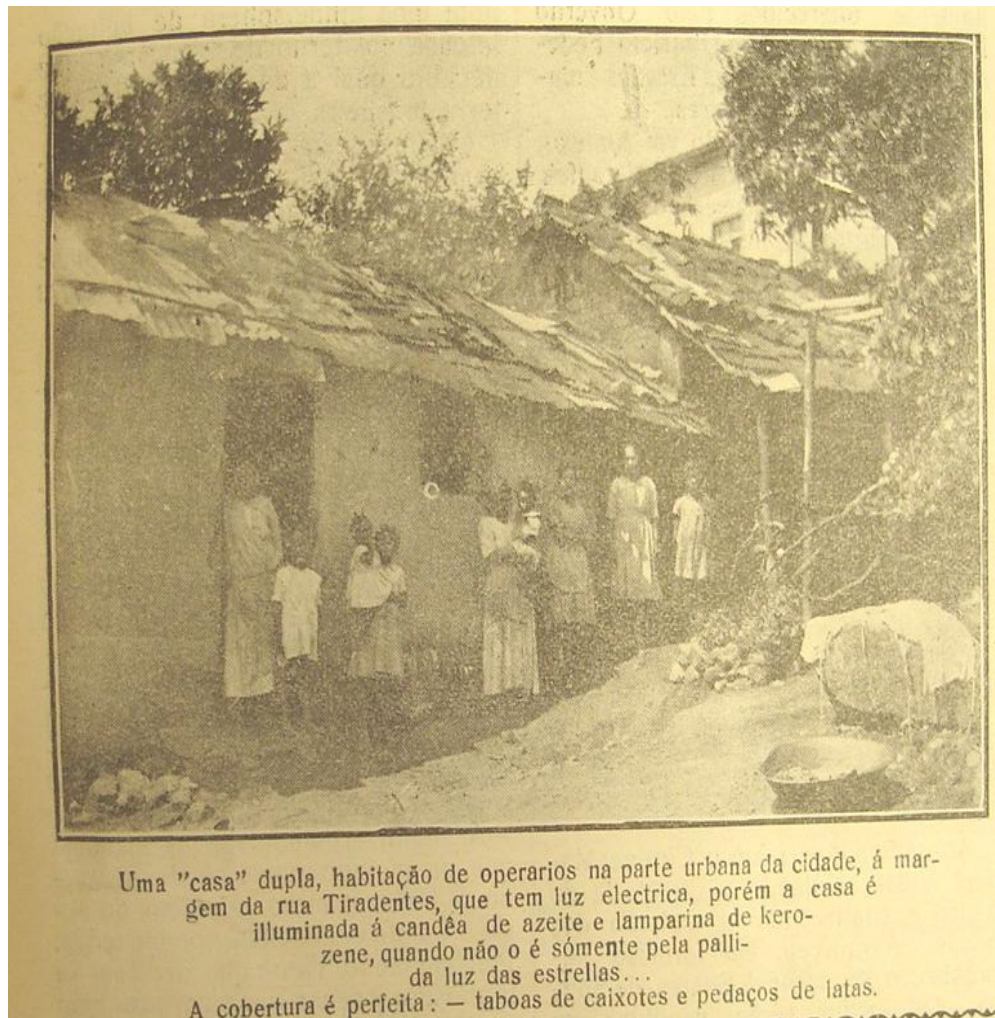
Lá se aglomeram, em uma promiscuidade repugnante, mendigos, trabalhadores de enxada, crianças e mulheres de vida duvidosa<sup>177</sup>.

A partir da descrição dada podemos ter uma idéia de como eram esses casebres, quem eram seus moradores (que mais uma vez aparecem de forma depreciativa) e também nos confirma a questão dos alugueis altos, que foi mais um dos problemas da habitação. O Zinco não foi um problema que teve solução rápida. Na *Revista Evolução* de 1922 volta a

<sup>176</sup> No alto da rua Halfeld, mais ou menos onde é hoje a rua Olegário Maciel, acima da rua Tiradentes.

<sup>177</sup> *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 06/02/1912, p2. c2,3.

ser tema de artigo, ressaltando seu crescimento como consequência do problema das moradias. Na legenda da foto utilizam da ironia, ao referirem-se à luz das estrelas e à cobertura perfeita, para descreverem as condições do Zinco, como fica exposto através da imagem das casas e de seus moradores.



**Figura 5:** Revista A Evolução 26-2-1922.

Outro lugar que vinha se desenvolvendo desde inícios da década de 1910, era a Tapera (Santa Terezinha) “Um dos bairros mais prósperos e de mais futuro da cidade”, como foi dito pelo jornal *Diário Mercantil*, em 1912.

A Tapera não é uma “tapera”. (...) O observador que der um pulo até lá, há de ver, pelo notável desenvolvimento da Tapera, que ela pode ser hoje considerada um dos melhores arrabaldes da cidade, já por sua grande população, já pela vida intensa que se nota em todos os pontos, graças à atividade e ao gênio empreendedor de seus habitantes.

Os moradores da Tapera têm um carinho intenso pelo progresso do bairro. Não há melhoramento, não há iniciativa, e não há inovação, a que eles não emprestem o valor de sua energia e de sua dedicação.(...)<sup>178</sup>

De acordo com a continuação do artigo contribuíam para o progresso do bairro a construção da ponte metálica, a vinda do batalhão de polícia que foi aquartelado na antiga hospedaria de imigrantes e a Fábrica Cerâmica da Tapera.

Neste mesmo ano, os jornais comentam também a expansão de Manoel Honório. Quando a Companhia Mineira de Eletricidade estava levando a linha de bonde até a Tapera foi sugerido que a linha passasse neste outro bairro.

(...) Não seria mais conveniente que a Companhia determinasse um estudo no sentido de verificar se devia preferir levar a linha pela ponte Manoel Honório?

Parece-nos que este traçado para a Tapera consultaria não só os interesses da empresa, mas, o que é bem importante, a conveniência de proporcionar-se a edificação daquele longo trecho, à esquerda das terras da fazenda Manoel Honório, como ainda hoje a chamamos. Ali se acha um correr de prédios aprazíveis, já habitados; e si os bondes passassem por esse trecho em demanda da Tapera, muito viriam concorrer para outras edificações, estabelecendo-se o movimento em um bairro pitoresco. (...)<sup>179</sup>

A cidade crescia, sua população aumentava e com isso também surgiam alguns problemas comuns às cidades que se queriam modernas. Esse será o próximo passo.

### **2.3 – A cidade cresce e precisa de ordem**

O crescimento das cidades em geral e a preocupação em seguir os rumos da modernidade eram comuns no século XIX e XX. Influenciados pelas grandes reformas de Paris e ou de Viena, também aqui no Brasil intencinou-se dar ares mais modernos às cidades, a começar pelo exemplo radical do Rio de Janeiro de Pereira Passos, mas sem esquecer intervenções que não necessariamente se impuseram através de desmontes gerais, e sim com modificações pontuais, que somadas, buscavam uma nova ordem. É ainda importante ressaltar que essas várias modernizações que ocorriam não eram simples cópia de um modelo importado, seja de Paris ou do Rio de Janeiro. O que havia era um repertório de opções políticas e urbanísticas, de conhecimentos e práticas de intervenção, os quais se encontravam

<sup>178</sup> *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/02/1912. p2. c2,3.

<sup>179</sup> *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 10/01/1912. p1. c3.

à disposição dos interessados objetivando sanar os mesmos problemas que se apresentavam em outras localidades; “um leque de concepções universalizantes” nos dizeres de Bresciani.<sup>180</sup> Assim é que Juiz de Fora, por sua proximidade com o Rio de Janeiro, conseguiu participar de forma rápida da difusão do modelo haussmaniano filtrado pela capital carioca, seja por meio da observação do que lá era feito, como por meio de revistas, jornais e exposições, porém modificando-o e adaptando as suas necessidades. Assim como a construção de Belo Horizonte seguiu influências de La Plata e de Washington, além de ecos da reforma parisiense de Haussmann sem ser uma cópia dessas experiências, mas reinterpretações das concepções lá aplicadas.<sup>181</sup>

Chalhoub apresenta-nos o projeto de aburguesamento da sociedade carioca como sendo um projeto totalizante, no que concordo plenamente e acrescento ser esta característica não só do processo ocorrido no Rio de Janeiro. Explica o autor, “totalizante – no sentido de que visava impor não só mudanças materiais, mas todo um modo de vida – e profundamente autoritário – no sentido de que visava realizar essas mudanças à força e sem nenhuma consideração maior para com os setores sociais que sofreriam as conseqüências diretas de tais transformações.”<sup>182</sup> Era assim também que as Resoluções da Câmara de Juiz de Fora eram pensadas, como diretrizes que objetivavam mudanças radicais no modo de vida da população e de organização da cidade em três aspectos, o do embelezamento, da disciplina do trabalho e do sanitarismo.

Fez-se necessário compreender que a lei municipal é o molde da cidade ideal, mesmo que ela nunca chegue a ser colocada em prática, plenamente. Segundo Raquel Rolnik “a legislação age como marco delimitador de fronteira de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram envolvidos em sua formulação.”<sup>183</sup> Por esta sua característica é que a lei é aplicada de forma desigual e excludente no espaço urbano.

Com a constituição do município, a Câmara tornou-se palco de um novo papel a ser exercido pela elite econômica. Através do poder político passou a buscar uma direção ao desenvolvimento da cidade. O historiador James Goodwin ao estudar as Atas da Câmara no

---

<sup>180</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. *Imagens de São Paulo: Estética e cidadania*. p.13

<sup>181</sup> Fábio José Martins de LIMA. *Op. cit.* p.80-86

<sup>182</sup> Sidney CHALHOUB. *Op. cit.* p.252

<sup>183</sup> Raquel ROLNIK. *Op. cit.* p.13

período imperial conseguiu perceber que o tema “obras de urbanização” foi sempre o mais recorrente, seguido de “assuntos fiscais” e “ordem e segurança” muitas vezes empatados ou revezando-se no segundo lugar. As maiores despesas eram feitas com obras públicas, existia “uma elite disposta a gastar com obras públicas, a fim de implementar na cidade seu projeto de uma cidade moderna, reflexo do seu progresso.”<sup>184</sup>

O embelezamento da cidade serviu como justificativa para várias aberturas de ruas e ocupação de terrenos. Esta preocupação com a aparência e limpeza da cidade foi ratificada no Código de Posturas de 1857 e nos diversos editais que eram publicados lembrando aos municípios suas obrigações,<sup>185</sup> o mesmo podendo ser dito para o período republicano, quando a maioria das Resoluções da Câmara também versavam sobre o embelezamento da cidade, embora questões de saúde e disciplina/controlê existissem.<sup>186</sup> Ao meu ver o embelezamento é a forma mais clara de se fazer do espaço urbano um cartão de visitas a ser apresentado aos que o vêem pela primeira vez. Edifícios “recomendados pelo gosto estético das construções”<sup>187</sup> contribuem para o reconhecimento do progresso e da civilidade reinantes. Pode ser por esse motivo que o Poder Público, durante o período analisado e mesmo até os dias de hoje, tem especial atenção por esta questão, inclusive não se preocupando com estratégias de planejamento a longo prazo<sup>188</sup>. Por isso, as várias Resoluções sobre abertura e nivelamento de ruas, avenidas, praças e regras de construção para diversos tipos de prédios.<sup>189</sup>

Assim pode-se entender a relevância de transformar a avenida Central do Rio de Janeiro em um símbolo da regeneração, “eixo do novo projeto urbanístico da cidade, contemplada com um concurso de fachadas que a cercou de um décor arquitetônico *art nouveau*, em mármore e cristal, combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines das lojas de artigos finos importados.”<sup>190</sup> E também da avenida Nevski na Rússia, que com seus bulevares eram o ponto de convergência da cidade, lugar das vitrines maravilhosas da economia de consumo que a produção em massa tornara acessíveis. Área cosmopolita, tanto de mercadorias quanto de pessoas, só para se ter uma idéia, na década de 1830 metade dos letreiros das lojas nesta avenida eram bilíngües ou

<sup>184</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p.42,48,53

<sup>185</sup> Idem. p.65

<sup>186</sup> Sobre as Resoluções da Câmara no período da República Velha ver minha monografia. Maíra Carvalho Carneiro SILVA. *Modernizar para criar a cidade sonhada: Juiz de Fora na virada do século XX.*

<sup>187</sup> Termo retirado da Resolução nº 510.

<sup>188</sup> Renato ALMEIDA. *Planejamento urbano em Juiz de Fora: Reflexões Históricas. Passim.*

<sup>189</sup> Alguns exemplos são as Resoluções de número, 374, 510, 577, 661.

<sup>190</sup> Nicolau SEVCENKO. Op. cit. 26

exclusivamente escritos em inglês ou francês.<sup>191</sup> Análoga era a situação da rua Direita (avenida Rio Branco), de onde partiam os principais melhoramentos urbanos, moravam os bem nascidos e freqüentava a “boa sociedade”. Arthur Azevedo, em visita à cidade em 1889, relata em carta suas impressões sobre esta rua: “...é a mais importante da cidade; é tão larga como os boulevards de Paris, e mais extensa que qualquer deles. Tem importantes edificações, está bem arborizada, de ambos os lados, e perfeitamente nivelada prestando assim, contra o costume que há no Brasil de se chamar direita à rua mais torta.”<sup>192</sup>

Para Sônia Miranda é a partir do período republicano que se pode falar em políticas públicas, quando o poder local assume crescente papel ordenador do crescimento urbano. Neste período as municipalidades tinham considerável autonomia. Eram responsáveis pela manutenção das estradas e limpeza e manutenção dos espaços públicos; construção e inspeção de água, esgoto e iluminação; regulamentação do trânsito e uso e ocupação do solo (posturas); controle do mercado e das atividades econômicas.<sup>193</sup> De modo geral os planos ordenadores visavam resolver problemas emergenciais ou mesmo só a análise e caracterização dos problemas, em especial ligados ao saneamento. De acordo com a expansão física da cidade podem ser distinguidos dois tipos de serviços: aqueles relacionados às necessidades imediatas de sobrevivência, como água e esgoto; e os ligados à intervenção na forma urbana, como arreamento, calçamento e vias de acesso. Os gastos para se ter tais benefícios eram socializados, mas o consumo era restrito a determinados áreas.<sup>194</sup>

Na França do século XIX a má qualidade da água começava a preocupar e é provável que esta tenha sido a grande causadora das epidemias de tifo em 1886, 1893-94 e 1901-02. Os que tinham condições compravam água mineral, mas a falta de redes de esgotos e matadouros contribuía para agravar ainda mais o problema sanitário.<sup>195</sup> A primeira lei sanitária e urbana foi aprovada na Inglaterra em 1848 e dentre as cidades que a utilizaram estão Londres e Manchester. Por volta de 1866 e 1871 aconteceram iniciativas por parte do Estado e de

---

<sup>191</sup> Marshall BERMAN. Op. cit.p.220,221

<sup>192</sup> Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Alto dos Passos)*. p.36. Curioso é que apesar de seu enaltecimento por parte de colonistas dos principais jornais da cidade, grande parte da rua não tinha calçamento, o que na época de seca significava muito pó (para minimizar havia irrigação da mesma – *Pharol*, Juiz de Fora, 26/05/1912 p.1 c7.) e no tempo chuvoso muita lama. Nos jornais locais era recorrente tratarem da Avenida Rio Branco enaltecendo ou descrevendo, caso do *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, de 31/05/1913. p.1,c.3,4,5 e *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 01/12/1905. p.1,c.6. E as edições do *Pharol*, Juiz de Fora, de 14/02/1912. p.1 e *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 01/01/1911. p.2, trazem reproduções de imagens de trecho desta avenida.

<sup>193</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p.18

<sup>194</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p.175,177

<sup>195</sup> Eugene Joseph WEBER. *França fin – de – siècle*. p. 76



entidades filantrópicas que resultaram em poucas modificações nas condições de saúde e moradia dos trabalhadores ingleses. A segunda finalidade da lei sanitária era o incentivo, por parte dos municípios, para viabilizar e financiar a construção de moradias populares.<sup>196</sup>

Em Juiz de Fora não era muito diferente e as medidas higienistas aplicadas à cidade eram feitas normalmente em decorrência de alguma epidemia, o que com o tempo foi se transformando em medidas profiláticas para serem aplicadas a todo o momento. No século XIX o pensamento médico espalhou-se por todas as instâncias de poder, inclusive o político. Na Câmara de Juiz de Fora, entre os anos de 1853-1889, 7,53% dos vereadores eram médicos.<sup>197</sup> E já no período republicano, entre 1892 e 1936, de 10 presidentes da Câmara 6 fizeram parte dos quadros da Sociedade de Medicina e Cirurgia.<sup>198</sup>

“Na medida em que o discurso e as práticas higienistas constituem-se como importante alicerce normativo, estas acabaram por tentar estipular, em nome da higiene e da salubridade públicas, padrões para construções, limpeza, arruamento, normas estéticas, interferindo de certo modo nos aspectos urbanísticos da cidade. Em nome do controle da desordem urbana (...) afluíram os primórdios de um planejamento urbano com sentido prospectivo.”<sup>199</sup>

Será visto mais adiante como estes preceitos de higiene influenciaram, e muito, a preocupação com as moradias populares. No momento ainda é importante saber que o discurso higienista associava vadiagem, desordem e vida mundana potencializado pela ausência de higiene e proliferação de doenças, o que, em contra partida, ampliava a valorização positiva dada ao trabalho e à sua decorrência no plano da saúde: a higiene.<sup>200</sup>

Em Juiz de Fora, como é possível perceber, ocorreu uma importante união entre a medicina e o poder político local, facilitando assim que as medidas sanitárias tivessem uma aplicação prática um pouco maior. Em São Paulo é o urbanista (engenheiro e arquiteto) que se confunde com o administrador público, seja porque os governantes recorressem muito a estes profissionais, ou por serem estes, em sua maioria, engenheiros formados pela Escola Politécnica. Com o objetivo de ordenar a cidade, a medicina e a engenharia sanitária se uniram em um primeiro momento, e em seguida foi a vez da engenharia e do urbanismo darem-se as mãos em prol da cidade moderna.<sup>201</sup>

<sup>196</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.31,32

<sup>197</sup> James GOODWIN JUNIOR. Op. cit. p. 77

<sup>198</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 274

<sup>199</sup> Idem. p.276

<sup>200</sup> Idem. p.274

<sup>201</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. *Algaravia...* Op. cit. p. 12

Na cidade de Juiz de Fora a partir de 1930 observou-se um momento primordial de reestruturação da ação pública e modernização da estrutura urbana. As ações antes pontuais e emergenciais ganharam um caráter mais intervencionista e de maior aplicação no espaço urbano na administração do prefeito Menelick de Carvalho. Uma administração um tanto quanto autoritária e ideológica (aos moldes do que era recorrente no governo Vargas), mas que pode ser entendida como uma tentativa de dinamizar uma cidade em crise, que já não era mais a Manchester Mineira.<sup>202</sup>

De acordo com Miranda, as ações de Menelick não se restringiram à contribuição de políticas sociais locais, mas objetivava, a médio e longo prazo, reestabelecer o espaço urbano como alvo de investimentos produtivos, “inaugurou na cidade um primeiro momento efetivo de intervenções mais perenes no espaço urbano além de ter estabelecido as bases em termos de normas urbanísticas com o intuito de regular a expansão posterior.”<sup>203</sup> Em sua administração organizou burocraticamente o município e atentou para as questões urbanísticas básicas como saúde, água e normas para o crescimento, tudo de forma prospectiva. O avanço advindo nos seus dois anos e oito meses de governo foram fundamentais, principalmente, em relação ao abastecimento de água. Sendo responsável pelas bases urbanísticas da cidade, que perduram até os dias de hoje, em certo sentido. Isto porque o sistema de abastecimento é basicamente o mesmo por ele implementado e o código de obras organizado e compilado em seu governo vigorou até 1986.

A disciplina do trabalhador era fator primordial para uma sociedade que saía do escravismo e necessitava de braços disciplinados para o trabalho nas indústrias. Para isso o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador, típico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem com valor positivo. Era preciso incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por milhares de libertos, homens sem moralidade, como afirmava o pensamento da época.<sup>204</sup> Em outro trabalho Sidney Chalhoub, mostra a relação que se estabelecia entre o principal lugar de lazer dos trabalhadores do sexo masculino – os botequins e a idéia de indolência destes trabalhadores. Eram nos botequins que jogavam conversa fora sorvendo café, cachaça, cerveja ou vinho de baixo preço. Era comum que baleiros, vendedores ambulantes, parassem em quiosques, ou mesmo em botecos para um

---

<sup>202</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p.279,280,289,293

<sup>203</sup> Idem. p. 288

<sup>204</sup> Sidney CHALHOUB. Op. cit. p. 65,71

gole da “branquinha” enquanto seus fregueses não apareciam. Este hábito deixa claro que para eles a divisão entre trabalho e lazer não era rígida como desejava o ideal civilizador. Como mostra o autor eram muito comuns os crimes cometidos nestes estabelecimentos, tornando-os ainda mais “perigosos”.<sup>205</sup>

Nesse sentido podemos compreender a preocupação das autoridades juizforanas com bares e com o acúmulo de ébrios em estabelecimentos desse tipo, como pode ser observado na Resolução nº 602, de 23 de abril de 1907. Por seus artigos fica clara a atenção dispensada para com a moralidade da população. Trata-se de uma postura de saneamento da cidade, uma vez que, se retira dos botequins e tavernas este tipo de pessoa, alegando questões higiênicas e de conduta moral (por isso a necessidade de um atestado do delegado de polícia) afinal, “ébrios, vagabundos e desordeiros” não são apenas um problema para a polícia, mas também, para a vizinhança ao redor dos estabelecimentos comerciais e para a própria reprodução do capital. Por trás dessa idéia de moralidade urbana, temos também a necessidade de se preservar o trabalhador de vícios que pudessem servir de empecilho para o pleno desenvolvimento de suas atividades produtivas. Afinal, o excesso de bebida não permitia a plena realização de seu trabalho.

O trabalho ambulante foi constantemente vigiado e cerceado. Embora mal vistos pelas elites, por não se encaixarem em seu desejo de cidade perfeita, este tipo de trabalhador era útil para o funcionamento urbano. Como é o caso dos carroceiros, que faziam percursos alternativos, chegando a lugares não alcançados pelas linhas de bonde. Enquanto pudessem contribuir para a arrecadação pública e não representassem concorrência aos comerciantes estabelecidos, como temia a Associação Comercial, estes foram apenas controlados, não impedidos de praticarem suas atividades<sup>206</sup>. Carregadores de objetos e condutores de veículos foram proibidos de transitarem pela cidade, em especial no centro, pelas Resoluções de números 392 e 495, de 20 de agosto de 1897 e 1º de dezembro de 1903, respectivamente. Em todos os casos o motivo alegado foi o embaraço que causavam no trânsito. O infrator seria punido com multa.

Aos mercadores ambulantes foi imposta uma série de Resoluções, ordenando matrícula anual, que lhes concedia licença para comerciarem. Este foi o caso da Resolução 318, de 31 de dezembro de 1894, que punia os ambulantes que fossem encontrados sem a

---

<sup>205</sup> Idem. p.256-258

<sup>206</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 263, 265, 266

referida licença, tendo suas mercadorias apreendidas. Foram redigidas, no período de 1892 a 1930, cerca de sete Resoluções sobre mercadores ambulantes, sendo assim, suponho que esse tipo de infração era comum e por isso foram necessárias tantas medidas que tentassem controlá-la. Sabendo que Juiz de Fora se comportava como pólo de atração da região, devido a sua preponderância econômica, pode-se inferir que o número de ambulantes crescia na cidade com a chegada de novos braços para o trabalho, que não encontravam abrigo nas fábricas ou em outros tipos de trabalhos formais, restando-lhes a venda ambulante.

No ano de 1916, Resoluções continuavam a ser promulgadas, como a de número 715. Nesta e em outra Resolução de 1896, percebe-se claramente o poder coercitivo de tais medidas, limitando o número de artigos a serem comercializados e impondo taxas adicionais para se obter tais licenças. A Resolução 385, de 1896, “obriga os mercadores ambulantes a pagarem a licença devida à Câmara Municipal tantas vezes quantas forem os distritos em que exercerem a profissão”. Para este tipo de trabalhador, pagar tantos impostos era forma de proteger o comércio local e desincentivar a prática ambulante, a qual também recebeu medidas de controle na França do XIX. Lá a venda em bancas ambulantes era uma outra fonte de renda operária; em tempos de crise vendiam suas roupas velhas ou revendiam mercadorias compradas baratas ou roubadas.<sup>207</sup>

Todas essas medidas formuladas e implementadas pelo Poder Público local não foram incólumes. Talvez não tenham atingido o total da população e nem tenham conseguido ser colocadas em prática como uma todo. No entanto elas tiveram sim alguns resultados e entre eles a exclusão. De uma forma ou de outra durante nesse processo de modernização a segregação foi contínua e vinda de muitas direções. Nos dizeres de Norbert Elias, “o repugnante (...) é removido para o fundo da vida social. (...) Repetidamente iremos ver como é característico de todo o processo que chamamos de civilização esse movimento de segregação, este ocultamento ‘para longe da vista’ daquilo que se tornou repugnante.”<sup>208</sup>

Segregar não era algo inédito nos séculos XIX e XX. Desde o século XII já era usado para separar aqueles que não se enquadravam em determinada ordem, como os judeus a quem era devida a culpa pela morte de Cristo e pela decadência econômica e moral de Veneza no século XVI. Por isso foram mantidos em guetos de onde só saíam durante o dia para trabalharem e à noite, quando voltavam, portas e janelas eram fechadas e tinha fim o seu

---

<sup>207</sup> Michelle PERROT. Op. cit. p. 123

<sup>208</sup> Norbert ELIAS. *O processo civilizador*. P. 128. Apud. Rodrigo PAZIANI. Op. cit. p.80

contato com o mundo lá fora. Os judeus, embora uma minoria na cidade de Veneza, eram muito importantes para a economia local, ao mesmo tempo em que sua presença incomodava, por isso a utilização de uma solução espacial, “segregação sem expulsão”,<sup>209</sup> assim como nossos trabalhadores que foram aos poucos sendo afastados do centro da cidade e também eram muito importantes para o seu funcionamento e sua organização econômica, por isso não poderiam ser expulsos dela.

Esta noção de espaço segmentado volta à discussão e é ratificada pelos modernistas e suas cidades espacialmente divididas. Pessoas de um lado, trânsito do outro, moradia e trabalho, pobres e ricos, cada um em seu lado determinado da cidade. Para Berman as ruas são o lugar do conflito, onde as contradições se deixam à mostra e ameaçam; é nesse sentido que entende a proposta de Le Corbusier de abolir as ruas.<sup>210</sup>

O processo de exclusão da população indesejada do centro da cidade e de outras áreas mais nobres foi então uma constante nos diversos projetos urbanos de vários lugares diferentes. Tratava-se de determinar o “espaço social” de cada agente ou grupo de agentes, sem ser possível ocupar dois espaços ao mesmo tempo.<sup>211</sup> A especulação imobiliária, que elevava o preço de terrenos<sup>212</sup> e aluguéis em algumas regiões, as regras para construção e a proibição de certos tipos de moradores em determinadas áreas da cidade foram os responsáveis pela contínua segregação. Porém não podemos esquecer também de outros tipos de exclusão, como as punições, as prisões, asilos e reformatórios, pensados na época como necessários para a civilização dos povos.

No Rio de Janeiro as reformas realizadas por Pereira Passos foram as maiores responsáveis pelo processo de expulsão de pobres e o início da favelização dos morros cariocas, que continuam como um grave problema para a cidade até os dias de hoje. A tirania

---

<sup>209</sup> Richard SENNET. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. P. 183,188,192,196.

<sup>210</sup> Marshall BERMAN. Op. cit. p. 191

<sup>211</sup> “Os agentes e grupo de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está (...) numa região determinada do espaço, e não pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço. (...) As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos.” Pierre BOURDIEU. Op. cit. p.134

<sup>212</sup> Só para se ter uma idéia o valor de 1m<sup>2</sup> nas localidades exclusivas residenciais em São Paulo correspondia a um ano de salário de uma tecelã, que recebia, em média, 3\$000 a jornada. Isso explica a única alternativa de morar em cortiços ou subúrbios muito afastados. (Raquel ROLNIK. Op. cit. p.114) No *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, de 20/08/1916, é apresentada planta de um palacete, a pedido dos leitores que estavam interessados nos serviços de certo arquiteto do Rio de Janeiro, o orçamento do mesmo era de 36:500\$000, também muito além do salário médio dos operários da cidade que era de 5\$000 diários. E no Rio de Janeiro trabalhadores diversos ganhavam de 3 a 5\$000 por dia e um quarto em casa de cômodo não saía por menos de 20\$000 ao mês. (Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. 30)

Passos proibia a construção de cortiços e estalagens na cidade e também de casas térreas em um amplo espaço que ia do centro até bairros da zona sul, além disso, as regras para as novas construções eram minuciosas e enfáticas,<sup>213</sup> junta-se a isso as demolições, a valorização do solo e os novos impostos surgidos<sup>214</sup>. Com tantas proibições e regras a serem cumpridas era quase impossível habitar nessas áreas nobres sem ter recursos financeiros. Ao mesmo tempo em que a fiscalização sobre estas áreas era intensa, as favelas acabaram por ser toleradas e “quando morar nas habitações coletivas superlotadas alcançava um custo impossível, ou as condições de moradia ficavam insuportáveis, umas poucas madeiras e a complacência das autoridades abriam novas – e panorâmicas – perspectivas de habitação.”<sup>215</sup> Como os meios de transporte na época eram muito deficitários acabou sendo permitida uma certa proximidade para que operários estivessem mais perto de seus locais de trabalho. Assim era possível ao empregador continuar a exploração de seus empregados, e aos empregados era permitido que continuassem em seus trabalhos. O crescimento dos morros, na zona sul, foi surpreendente e representou o começo do fim do sonho civilizador, que esperava ter como vizinhos seus iguais<sup>216</sup>.

Mesmo na recém inaugurada capital de Minas Gerais a segregação espacial e a falta de planejamento para moradias populares gerou problemas desde antes de sua fundação.<sup>217</sup>

Como outros tipos de espacializações que se configuravam na consolidação da cidade, as "Casas de Cômodo" e os "Barracões" também escapavam ao plano inicial. (...) Em Belo Horizonte, a ausência de velhas casas e a existência de uma legislação rigorosa, proibindo a formação de assentamentos semelhantes, resultou nestas moradias. Eram assentamentos precários que se desenvolviam, nas imediações do centro comercial, abrigando parcelas de trabalhadores.<sup>218</sup>

Como exemplo de desarticular desses espaços sem ordenamento, pode ser citada a erradicação, entre 1911 e 1914, da favela do “Alto da Estação”. Seus moradores foram “transferidos” para a Barroca e a Pedreira Prado Lopes, locais sem estrutura constituindo-se, mais tarde, nas maiores favelas da cidade. Os moradores da Barroca foram novamente

<sup>213</sup> Paulo César MARINS. Op. cit. p.146

<sup>214</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. p. 287-288

<sup>215</sup> Paulo César MARINS. Op. cit. p.154

<sup>216</sup> Idem. p.154-156

<sup>217</sup> Segundo Berenice Martins GUIMARÃES, a falta de casas operárias fez com que vários terrenos fossem invadidos, sendo que dois anos antes de sua fundação Belo Horizonte já tinha duas áreas de invasão com cerca de três mil habitantes. (Berenice Martins GUIMARÃES. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis.)

<sup>218</sup> Fábio José Martins de LIMA. Op. cit. p.133

“transferidos”, formando novas favelas, em 1929 quando da nova erradicação de uma área de moradias populares<sup>219</sup>. Como em outros locais a população mais pobre esteve sempre sendo deslocada para regiões mais distantes e inóspitas.

Em Porto Alegre e Salvador não foi diferente. Também nessas duas capitais aconteceu um zoneamento urbano com intenções de separar a população entre ricos e pobres, uma separação que não existia anteriormente, mas que passou a ser desejada após as experiências, européias e cariocas, mesmo que sem sucesso absoluto. Em um jornal gaúcho podia-se ler o desejo de manter longe das vistas aqueles que tanto incomodavam: “Os arrabaldes estão aí, e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene.”<sup>220</sup> Ou seja, era bem definido a quem era permitido morar nos lugares nobres e quais seriam aqueles que estariam nesses lugares por tempo determinado, o tempo do trabalho, afinal não poderiam ocupar dois espaços sociais ao mesmo tempo. Em Salvador não foi diferente, os distritos da cidade passaram a acolher, em terrenos baldios e precárias habitações, os moradores impelidos para esses locais, que se tornaram grandes bairros populares e negros.<sup>221</sup>

Em São Paulo, desde o Código de Obras de 1886, as casas de operários deveriam ser colocadas fora do perímetro urbano, o que gerou inclusive diferenças entre dados estatísticos de pesquisas sobre a capital paulista<sup>222</sup>. Em 1894 foi feita a primeira proposição estatal para construção de vilas operárias no lugar dos cortiços; o governo municipal propunha localizar a classe operária fora do perímetro central, mas indicava melhoras no serviço de transporte para que eles chegassem ao trabalho com mais facilidade. Cabia ao município incentivar a expansão dos limites urbanos, desafogando o centro, que era mais dotado de serviços e de trabalho<sup>223</sup>. Incentivando a construção de moradias operárias fora do espaço urbano, em 1900 a lei 498 passou a determinar que estas, se atendessem a certos requisitos de higiene, poderiam ficar isentas de impostos. A segregação era dupla (espacial e estrutural – o padrão de casas populares era diferente das outras): “a cidade ratificava e incorporava as diferenças de classe através da ação da Câmara Municipal; (...) para gozar desta isenção, os pedidos de licença para construir sempre indicavam que se iria construir casas operárias, o que nem

---

<sup>219</sup> Idem. Ibidem.

<sup>220</sup> Paulo César MARINS. Op. cit. p.163

<sup>221</sup> Idem.p.168

<sup>222</sup> Carlos A. C. LEMOS. *A República...* Op. cit. p. 20-21

<sup>223</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.72,74

sempre correspondia à verdade.”<sup>224</sup> Não atendendo assim o objetivo para o qual a lei foi criada, continuaram os operários a morarem de forma precária. A “civilização” de São Paulo foi obra das administrações de Antônio Prado, tendo efeitos semelhantes ao do Rio de Janeiro. Os moradores, que foram expulsos pelas obras implementadas por ele, seguiram para as proximidades e geraram um contraste ainda maior, com bairros novos e antigos muito próximos. A segregação, que já existia desde o fim do século XIX, foi potencializada com a criação dos bairros-jardins<sup>225</sup>, que caracterizaram a paisagem paulistana<sup>226</sup>.

Juiz de Fora também acompanhou os passos das outras cidades e não ficou de fora das mudanças que levavam à exclusão de parte da sua população. No ano de 1916 com a Resolução 706, ficava proibida a construção de avenida operária ou ruas de largura inferior a 13 metros no perímetro urbano. E pelo parágrafo primeiro era autorizado o agente municipal “a fazer a desapropriação das habitações existentes nas avenidas abertas no interior dos bairros da cidade e a fazer demolição das mesmas, quando o permitirem as condições financeiras do município”. De acordo com Andrade esta resolução foi muito importante para expulsar os operários para a periferia<sup>227</sup>, pois não tratava somente da proibição de novas construções, mas da demolição das já existentes.

Dando continuidade às preocupações com a estética das habitações e colaborando para o encarecimento das obras a lei nº 797 proibiu a construção de casas térreas nas principais ruas do centro da cidade, privilegiando as casas de dois ou mais andares, também com isenção de impostos<sup>228</sup>, para incentivar a sua construção. Com as medidas de pé-direito, janelas e portas, impostas pelas leis municipais e o preço dos materiais de construção e da mão-de-obra, tornava-se inviável para o proletariado viver nas ruas centrais de Juiz de Fora.

Contribuindo com este movimento de segregação social, em 1921, foi proibida a residência, no centro, de pessoas com vida imoral. Assim diziam seus artigos:

Resolução nº 869 de 2 de maio de 1921 – QUE PROIBE DE RESIDIREM NO CENTRO DA CIDADE AS PESSOAS DE VIDA IMORAL

---

<sup>224</sup> Idem. p.86,87

<sup>225</sup> As cidades-jardim eram uma proposta britânica de habitações suburbanas para classes médias e pobres, idealizada por Ebenezer Howard e seguidores, para atenuar as precárias condições de moradia das grandes metrópoles. No entanto, em São Paulo o primeiro bairro jardim, Jardim América, não foi destinado aos segmentos menos favorecidos. Bairro só de residências, garantia vizinhança homogênea, pequeno trânsito de estranhos e tranqüilidade. (Paulo César MARINS. Op.cit.p.180-182)

<sup>226</sup> Idem.p.179-180

<sup>227</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op.cit. p.43

<sup>228</sup> Resolução da Câmara Municipal nº 797 de 7 de fevereiro de 1919.



Artigo 1º. Os indivíduos de ambos os sexos sem profissão conhecida e que se entregarem a vida que atente contra a moral, a lei e os bons costumes não poderão residir na zona central da cidade.

Artigo 2º. Ao Agente Executivo cabe delimitar a zona central a que se refere o artigo.

Clara quanto as suas intenções, mas um tanto difícil de compreender seus métodos e critérios. Quem seriam os de vida imoral? Qual seria a zona central ainda não delimitada pelo agente executivo? Controlar as formas de trabalho e o trabalhador passava também pelo combate ao jogo e aos vícios de modo geral. Jogos de azar, assim como a bebida, a prostituição, o curandeirismo e outras magias eram vícios e como tais necessitavam ser combatidos. Áreas agora valorizadas precisavam ser expurgadas, em especial nas quais se concentravam as zonas de meretrício, como era o caso da rua Floriano Peixoto<sup>229</sup>. A valorização trazida com os bondes e com a expansão comercial para essa rua atraía novas famílias para lá, o que não combinava com as zonas de meretrício que existiam naquelas regiões. Como em toda área era necessário que iguais habitassem o mesmo espaço, pobres tinham de viver junto de seus iguais, assim como os ricos não poderiam abrir mão de residir ao lado daqueles que tinham os mesmos valores que os seus.

Resoluções como as duas anteriores fazem parte do projeto de “limpeza” do espaço público, frente ao que poderia representar para uma cidade civilizada como Juiz de Fora, ter às vistas de quem quer que fosse, pessoas “vagabundas”, trabalhadores pobres e mulheres de vida “airada”. Não podemos nos esquecer de que estas ações também eram motivadas pela crescente valorização de certas áreas urbanas, quando por elas começaram a passar as linhas de bondes, por exemplo. No entanto a expansão das linhas de bonde não acompanhava o crescimento da cidade, excluindo áreas de ocupação mais recente, o que abria espaço para meios de transporte alternativos, como o auto-ônibus, com tarifas mais altas, o que contribuía também para a segregação devido ao aumento de gastos.<sup>230</sup> Em São Paulo bairros operários como Bom Retiro, Brás, Mooca e Água Branca eram cortados por linhas de bondes, mas o preço das passagens dificultava o seu uso. Por isso a Light, em 1909, destinou bondes para operários com tarifa reduzida, mas também percurso limitado, pois estes carros não circulavam no centro da cidade, por permitirem que pessoas descalças fossem

<sup>229</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 267-268. Jefferson PINTO. Op. cit. Há mais informações sobre estes grupos sociais excluídos e a ação repressão contra eles.

<sup>230</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p.166

transportadas.<sup>231</sup> Em Juiz de Fora, em 1871, foram os trilhos do trem que motivaram a exclusão de populares e escravos de onde foi construída a Estação Ferroviária do centro, local de casas populares inicialmente e depois um dos símbolos da *Belle Époque*.<sup>232</sup>

A Companhia Mineira de Eletricidade contribuiu e muito para a segregação social e espacial na cidade. Como já foi dito os bondes não chegavam a todos os lugares e o preço pago pelos serviços por ela prestados ainda eram escalonados por consumo. Pagava menos quem usava mais e vice-versa, implicando em maiores desigualdades e manutenção de alguns setores sem usufruir dos benefícios oferecidos pela empresa.<sup>233</sup> Em Franca, no interior de São Paulo, o alto custo dos serviços de água, esgoto e luz desestimulava a aquisição dos mais pobres que preferiam rejeitar tais melhoramentos quando lhes eram oferecidos.<sup>234</sup>

Ser servido pelos serviços básicos não era coisa fácil em Juiz de Fora, pois em nome da ampliação da arrecadação municipal, os valores pagos pela população não eram diferenciados de acordo com o valor locativo do prédio. Uma casa nas ruas principais tinha o mesmo gasto com taxas que uma outra em bairro mais afastado e com dificuldades de abastecimento. Com essas informações fica mais compreensível entender o grande número de cortiços que existiam na cidade e a preocupação das autoridades em combatê-los, aspecto que será melhor trabalhado nos capítulos seguintes.

A segregação real passa a ter seu correspondente também no imaginário. Divisões onde não há limites reais, como muros e cercas, mas há claros limites imaginários que são reconhecidos por grande parte dos seres sociais. Seja a divisão dada pela rua Halfeld como na imagem de Pedro Nava na epígrafe deste capítulo, ou da própria Halfeld dividida em quatro partes segundo depoimento do sr. João Batista de Assis, “(...) da Rio Branco até no Salvaterra que é hoje o Central, praça do cinema teatro Central, era a burguesia, do Salvaterra à Batista era a classe média, era o mesmo, o povo mesmo se discriminava e da Batista até a Getúlio aquele trechinho, era os negros mais metidos a não sei o que, os negros meio branco e nem sei explicar e da Getúlio à Praça, da Estação os mais humildes (...)”<sup>235</sup> E em fins do século XX os condomínios fechados simplesmente materializaram uma muralha já presente na lei e no imaginário.<sup>236</sup>

---

<sup>231</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 92

<sup>232</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 104

<sup>233</sup> Idem. p.171

<sup>234</sup> Fransérgio FOLLIS. Op. cit. p. 131

<sup>235</sup> Patrícia Lage de ALMEIDA. Op. cit. p. 59

<sup>236</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p.189

Em São Paulo a cidade dividia-se em territórios mais ou menos definidos de cada grupo: nas vastas planícies moram os brancos estrangeiros; no setor sudoeste havia os bairros exclusivos (como o Jardim América) de brancos, ricos e brasileiros; nas bordas atrás da região sudoeste começou a surgir no século XX um território negro, com proximidade das casas luxuosas, um dos maiores mercados de trabalho para seus habitantes. Santa Efigênia e Sé eram os distritos mais negros e o Brás o mais estrangeiro. Em comum, eles faziam parte da área fora-da-lei em termos de legislação urbanística. Para se ter uma idéia, até 1920 apenas 10% dos prédios construídos no Brás tinham alvará.<sup>237</sup>

A dinamização do mercado imobiliário na cidade mineira ocorreu de forma gradativa, com uma presença pequena do Poder Público, uma vez que a expansão precedia sua ação. O recurso do setor imobiliário foi utilizado como mecanismo de reajuste do setor empresarial e agrícola face a crise que se esboçava em fins dos anos 20.<sup>238</sup> No Rio de Janeiro não foi muito diferente. As reformas da administração Pereira Passos dinamizaram a especulação imobiliária, intensificando a urbanização e a diferenciação espacial, na zona norte (indústria e classe trabalhadora) e zona sul (comércio e população de alta renda). “(...) era a própria expansão do espaço urbano que levaria a uma ação governamental, no sentido de esvaziar as áreas mais valorizadas da cidade, derrubando os indesejáveis cortiços, onde viviam uma numerosa população de trabalhadores que, em suas péssimas condições de vida constituíam-se em uma presença que, por si só, era uma contradição aos foros de cidade moderna assumidos pela Capital.”<sup>239</sup>

Ordem para amparar o crescimento, dar ares de modernidade, organizar o funcionamento da cidade, mas que ao mesmo tempo gerou ou agravou problemas como o da moradia. Juiz de Fora cresceu economicamente por causa do café e da indústria, por isso tornou-se pólo de atração de pessoas, ao mesmo tempo em que dinamizava um projeto modernizador mais amplo, com o intuito de moldar toda a sociedade. Nesse mesmo momento em outros lugares também existia este tipo de preocupação, que procurava sanar problemas higiênicos e morais. A casa, a moradia, além de se constituir como um problema estrutural, devido à quantidade insuficiente, também era entendida como o *locus* de epidemias e desvios de caráter; por isso a importância de transformá-la em santuário doméstico, lugar de restauração das energias gastas com o trabalho e de fortalecimento dos laços familiares. É isso

---

<sup>237</sup> Idem. p. 74-77

<sup>238</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 213

<sup>239</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. 64-69

que será explorado no capítulo seguinte, com o intuito básico de responder as perguntas, para que construir casas populares? E quem as construiu?

## CAPÍTULO 3: CORTIÇO VERSUS SAÚDE E MORAL

“Todo mundo reconhece atualmente que o que interfere mais fortemente sobre a moralidade e o bem-estar das classes trabalhadoras é, sem dúvida, o estado de seu alojamento.” (Muller & Cacheux, 1889)<sup>240</sup>

A preocupação que norteia este capítulo é a de contextualizar a discussão em relação à moradia em âmbito nacional e perceber que Juiz de Fora não foi um caso isolado de tratamento do assunto. Para Bonduki “Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas”<sup>241</sup>, tão grande foi a preocupação e o esforço de técnicos, higienistas e médicos com os prejuízos trazidos para a saúde pública por este tipo de moradia.

Entender este tipo de preocupação e as ações feitas no sentido de sanar o problema habitacional, colabora para a compreensão da atuação do Poder Público e também no entendimento da casa como o lugar da ordem e da higiene. Os estudiosos da época consideravam a casa como ponto nevrálgico para a moralidade e a saúde do trabalhador, como ilustrado pela frase de Muller & Cacheux. Também faz parte do capítulo a investigação sobre os investidores imobiliários da cidade e seus construtores.

### 3.1 – Moradia uma questão de saúde e moral

Como já falado no capítulo 1, no século XIX, em nome da higiene, a casa foi entendida como espaço sanitário. Lugar de higiene, conforto, saúde e, em consequência, de aprimoramento da raça humana. Nesse momento estudado a medicina ganhava cada vez mais posição de ciência que resolveria os problemas urbanos, por isso os combates as epidemias, as

---

<sup>240</sup> In: Telma CORREIA. Op. cit. p. 20

<sup>241</sup> Nabil Georges BONDUKI. *Origens da habitação social no Brasil*. Op. cit. p.21

moradias rústicas e outros focos de possíveis contaminações. Então vamos a princípio entender como a medicina era pensada e quem era seu representante na cidade.

Pelo ideal do sanitarismo tudo deveria ser limpo e saudável. E esta não era, simplesmente, uma questão de estética, objetivando deixar tudo com aspecto saudável e belo. Mas, também se relacionava à saúde das pessoas da cidade. As epidemias eram constantes no início do século e não respeitavam cor ou posição social. Até uma das filhas do presidente Rodrigues Alves foi vítima da febre amarela. Além de outras doenças que grassavam, como a cólera, a varíola e a peste bubônica. Com a existência de tantas doenças era muito difícil a manutenção de braços para o trabalho e o estímulo à vinda de imigrantes<sup>242</sup>. Portanto, tal situação era comprometedora para a própria reprodução do capital interno, seja da cidade, no caso do Rio de Janeiro, ou do próprio país. A transição para o trabalho capitalista exigia trabalhadores sãos, o que também interessava aos próprios trabalhadores, afinal não é da lógica humana querer adoecer e arriscar-se a morrer. Além de que precisavam de saúde para vender sua força de trabalho e garantirem a sua subsistência e reprodução da prole.<sup>243</sup>

As políticas públicas sobre sanitarismo esbarravam nas teorias médicas do momento. Não havia consenso sobre a forma de propagação das doenças, sendo dois os paradigmas principais: A) o *contágio*, uma doença surgia por causa de um veneno específico, que uma vez produzido, se reproduzia no indivíduo doente e se propagava pela comunidade. B) a *infecção*, resultado das substâncias provenientes da putrefação de animais e vegetais; um doente não transmitia sua enfermidade por contágio, mas por alterar o ar do ambiente em que vivia<sup>244</sup>. A teoria do contágio submetia à quarentena trabalhadores e navios que estivessem infectados com algum tipo de doença epidêmica, causando certo desequilíbrio de mão de obra em fábricas ou qualquer outra atividade. Até por razões econômicas a teoria miasmática era mais vantajosa. Dessa forma, pântanos, morros, concentração de ozônio, cemitérios, esgotos, ambientes mal ventilados, ruas estreitas, tudo era, em potencial, um foco de doenças<sup>245</sup>. A difusão de epidemias era um dos indicadores a demonstrar o grau de atraso de um país na corrida rumo à civilização<sup>246</sup>.

<sup>242</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período de 1899-1937. In: Jaime Larry BENCHIMOL (Coord.). *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na Belle Époque*. p. 17.

<sup>243</sup> Elaine A. Laier BARROSO. *O Sanitarismo na Manchester Mineira: uma das vias de modernização na cidade-1889-1918*. p. 2; Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. p.51

<sup>244</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. p. 168-169

<sup>245</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. *Manguinhos...* Op. cit. p.13

<sup>246</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p. 178

Os pobres representavam perigo<sup>247</sup> de contágio tanto pela sujeira do lugar onde viviam, mas também pelo seu caráter desviante, ou seja, um contágio metafórico e literal ao mesmo tempo. Piorando a situação os cortiços foram apontados como o berço da epidemia de febre amarela de 1873 no Rio de Janeiro, relação de impacto simbólico e político de grandes proporções; reforçando a identificação de pobreza e perigo. Pelos discursos higienistas da época percebe-se a crença de que há um “caminho da civilização” pelo qual os governantes deveriam levar seu povo. E a forma de encaminhar rumo à “grandeza e à prosperidade” passava pela solução dos problemas de higiene pública.<sup>248</sup>

A disseminação da teoria miasmática foi decisiva para a interferência no espaço urbano, através das ações e dos pressupostos ideológicos da higienização<sup>249</sup>. Os médicos desse período deixaram a imagem de que “eram um misto de cientistas sociais, planejadores urbanos e analistas de instituições”<sup>250</sup> (por isso sua participação ativa na política aliado aos engenheiros e arquitetos). Para tanto, passam a ser vistoriados, não só o espaço público da cidade, mas também as áreas privadas, casas, fábricas e escolas.

A medicina social foi criada como medicina preventiva, que observa, inventaria e analisa o espaço em busca da localização do perigo para a saúde dos habitantes da cidade. Os médicos condenavam sistematicamente os proprietários das habitações insalubres, em especial as coletivas. Acusavam-os de especulação por alugarem habitações sem as menores condições de ar e luz, constantemente fazendo o contraponto entre casas higiênicas e casa coletivas como contrárias.<sup>251</sup> No Rio de Janeiro foi a epidemia de cólera-morbus de 1855 o ponto de partida para novos projetos que tentassem, ao menos, controlar o problema da habitação na capital.<sup>252</sup>

O projeto modernizador da cidade de Juiz de Fora também precisava incidir sobre a saúde, além do controle dos braços e mentes dos trabalhadores, lembrar do organograma (figura 1 página 38) apresentado no capítulo anterior. A cidade era constantemente atacada

---

<sup>247</sup> De acordo com Chalhoub os legisladores brasileiros usavam o termo “classes perigosas” como sinônimo de “classes pobres”, ligando automaticamente pobreza e perigo para a sociedade. Os pobres apresentavam maior tendência a ociosidade, aos vícios e a pouca moral. (Sidney CHALHOUB. *Trabalho...* Op. cit. p. 76)

<sup>248</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p. 29,35,88

<sup>249</sup> Fransérgio FOLLIS. Op. cit. p. 63

<sup>250</sup> GIUMBELLI. *Apud*. Roberta M. S. SCOTON. *Médicos acadêmicos e Curandeiros na Manchester Mineira (Juiz de Fora, MG – 1890-1940)*. p.4

<sup>251</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. *Pereira...* Op. cit. p. 115-118

<sup>252</sup> Idem. p.128.

por epidemias, sendo as mais freqüentes, de tifo, febre amarela, varíola e cólera, em menor proporção<sup>253</sup>.

Diante da situação epidêmica da cidade, surge, em 1889, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), três anos após a criação da mesma Sociedade na Corte. Paulino de Oliveira ressalta que a SMC não funcionava como entidade de classe, mas tinha suas ações voltadas para a administração pública.<sup>254</sup> Este seu propósito pode ser notado logo na Ata de inauguração, em 09 de outubro de 1889, quanto ao seu objetivo:

Zelar, sob o ponto de vista da higiene, das condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com algum de seus membros, quer no município, quer na província, ou algures, especialmente às relativas à cidade de Juiz de Fora, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanente ou transitória, discutir os meios de resolvê-las do melhor modo científico e prático, propor aos poderes públicos as medidas próprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas inconvenientes...<sup>255</sup>

Com as primeiras eleições do período republicano, a Câmara foi composta por alguns integrantes da SMC (o que se manteve como uma constante, visto que de 10 presidentes da Câmara, seis pertenciam a esta instituição, entre os anos de 1892 a 1936) e sua participação pode ser percebida nas primeiras Resoluções proferidas pela Câmara. Como membros da Câmara, eles podiam deliberar sobre medidas que visassem seus interesses enquanto categoria médica, por isso a medicina não é só social, mas também política.<sup>256</sup> Os membros da SMC com seus títulos de doutores e seus acentos na Câmara constituíam importante capital simbólico que lhes conferia respeitabilidade em suas ações e idoneidade quanto à intenção das propostas apresentadas para o bem da cidade, contribuindo para a justificativa de sua existência necessária. Ao contrário da Inspeção de Higiene carioca que de acordo com Chalhoub funcionava quase como um 4º poder, tanto pelo seu poder acumulado, quanto por sua área de atuação<sup>257</sup>, a SMC estava inserida em um *locus* de poder já instituído e por isso usufruindo de todos os recursos por ele disponíveis.

Para Elaine Barroso as Resoluções da Câmara de Juiz de Fora “refletem uma política sanitária intensificada se comparada ao período imperial (...). Tratava-se da categoria médica delimitar seu espaço exclusivo de atuação, de ampliar seu status quo demonstrando a utilidade

<sup>253</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. *Europa...* Op. Cit. p. 124

<sup>254</sup> Paulino de OLIVEIRA. *Apud.* Maraliz de Castro V. CHRISTO. Idem. p. 127

<sup>255</sup> Ata da 1ª sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia, realizada em 09/10/1889. *Apud.* Roberta M. S. SCOTON. Op. Cit. p.5

<sup>256</sup> Elaine A. Laier BARROSO. O Sanitarismo... Op. cit.p. 4

<sup>257</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p.50



de seu conhecimento para a sociedade juizforana.” Assim, logo na Resolução nº 1, em seu artigo 132 ficou instituída a existência de sete comissões permanentes, sendo uma delas a de *policia e hygiene*. Suas funções foram descritas na Resolução nº 3, do dia 14 de maio de 1892, e destacamos entre elas as seguintes:

Artigo 3º. À inspetoria de higiene municipal incumbe: (...)

§ 2º. O saneamento das localidades e das habitações (...)

Artigo 6º. Ao inspetor de higiene compete:

§ 13º. Fiscalizar a observância dos preceitos higiênicos na construção das habitações, representando ao agente executivo sobre as informações encontradas e propondo a suspensão das obras, quando forem infringidas as posturas municipais relativas ao assunto.

§ 14º. Examinar as condições higiênicas das habitações da classe pobre, tais como cortiços, estalagens e outros, notando-as, ordenando as medidas convenientes e propondo ao agente executivo o respectivo fechamento, quando os defeitos forem insanáveis, ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido executados no prazo marcado, salvo o caso de motivo plenamente justificado perante o mesmo inspetor. (...)

Além das questões assinaladas, também era de sua competência a inspeção em escolas, fábricas, prisões, asilos, o serviço de vacinação e revacinação e a fiscalização do exercício ilegal da medicina. Assim, previa-se uma ampla área de atuação que pretendia a mudança de hábitos, a formação de cordões sanitários, tudo desde que não interferissem caso sua ação representasse restrições ao capital<sup>258</sup>. (A fiscalização feita pela inspetoria de higiene será tratada mais adiante).

De acordo com Vanessa Lana a “SMCJF foi o espaço de comunicação e integração dos profissionais da saúde juizforanos visando evidenciar a utilidade de seu conhecimento através de discussões e propostas de intervenção no *locus* urbano.”<sup>259</sup> O discurso médico-higienista tratava de todos os aspectos da cidade e também do espaço físico das moradias. A necessidade de luz e ventilação não era conseguida nas casas populares, onde famílias inteiras se aglomeravam em pequenos cômodos sem janela e com arquitetura não adequada, ou seja, sem as mínimas condições de salubridade e higiene, de acordo com os médicos.<sup>260</sup> Estes preceitos de higiene para as construções foi esmiuçado por Eduardo de Menezes<sup>261</sup> em livro

<sup>258</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. *Europa...* Op. cit. p. 143

<sup>259</sup> Vanessa LANA. *Limpar a cena urbana: a SMCJF e o combate aos cortiços*. p. 1

<sup>260</sup> Idem. p. 2

<sup>261</sup> Eduardo de Menezes foi médico, cientista, jornalista e escritor. Um dos fundadores da Liga Mineira contra a Tuberculose e do Instituto Pasteur e Antiofídico. Diretor Municipal de Higiene. Diretor da Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. (FUNALFA Org. *Ruas da Cidade*. p. 106)

intitulado “Cidade Salubre”<sup>262</sup>, de 1911. No livro são apresentadas diversas regras de higiene e de construção, não só de casas, como também de escolas e hospitais, assim como questões relativas à água e esgoto.

No parecer dado ao livro pela SMCJF dizem: “(...) só temos a louvar ao ilustrado clínico Dr. Eduardo de Menezes pela publicação de tão útil trabalho, cujo mérito está sintetizado no conselho que nos permitimos emitir, a quem de direito, para que seja adotada a sua leitura em nossas escolas primárias.”<sup>263</sup> Isso porque entendiam o livro como um instrumento de educação, único meio de fazer com que os preceitos higiênicos fossem amplamente reconhecidos por todos. Para justificarem este posicionamento lembram que a coerção através de multas ou através da força não dava os resultados esperados, não mudando o comportamento das pessoas; fazendo referência inclusive a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro e seus resultados fracassados. Não encontrei outras indicações e aplicações desse livro, não sei se foi realmente levado para as escolas ou se chegou a ser aprovado pela Câmara como um “Código Sanitário”, assim como queriam os membros da SMCJF.

Dr. Eduardo de Menezes, em 1890, já mostrava sua preocupação com as condições de moradia dos juizforanos, considerando a rua da Santa Rita como um “cortiço monstro”, o que só seria solucionado com a construção de casas higiênicas para operários, mesmo que isso sobrecarregasse a renda municipal.<sup>264</sup> Ainda segundo Lana, “as propostas geridas pelo corpo societário estiveram baseadas na crença de que a implementação de medidas higiênicas, no cotidiano e interior dos lares, produziria, em curto prazo, melhorias sensíveis na qualidade de vida das cidades. E, com tais melhorias, o aspecto utilitário da SMCJF estaria justificado, assim como a importância da instituição e de suas discussões para a sociedade em geral”.<sup>265</sup>

Essas noções de moral e higiene também estavam presentes nas concepções do urbanismo moderno, afinal a cidade deveria ser projetada para o trabalho. “Formar, moralizar e higienizar os indivíduos por meio da habitação veio a ser tarefa principal que vários arquitetos, desde o século XIX, empenharam-se em executar, a partir de seus projetos de

---

<sup>262</sup> Com o mesmo título foi proferida palestra, que depois foi publicada, por Victor Freire, importante arquiteto paulista do período. Não creio que o título seja uma simples coincidência, pois havia uma preocupação geral com questões de higiene, de moral, com os benefícios do ar e da luz nas casas. Em suas próprias palavras: “têm as cidades interesses em serem belas, porque não só a beleza é higiênica, não só educa e moraliza, mas enriquece, atrai negócios e lucros.” (Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 76; Maria Stella M. BRESCIANI. *Imagens...* Op. cit. p. 11; Idem. *Saberes eruditos e técnicas na configuração e reconfiguração do espaço urbano –Estado de São Paulo, séculos XIX e XX.* p.17)

<sup>263</sup> Eduardo de MENEZES. *Cidade Salubre.* p. X-XI

<sup>264</sup> Vanessa LANA. Op. cit. p. 3

<sup>265</sup> Idem. p. 5

cidade.”<sup>266</sup> A preocupação com a habitação popular vinculava-se ao campo conceitual do urbanismo moderno. A cidade é um corpo social e a casa é uma célula desse corpo, responsável pela reprodução e desempenho da força de trabalho.<sup>267</sup>

Na Inglaterra e na França também afloravam problemas relativos à moradia e por isso foram desenvolvidas pesquisas e experiências de habitações para empregados com os equipamentos necessários para uma vida higiênica. Com isso comprovavam a eficácia de um meio salubre sobre os indivíduos, o que também comprovava estudos franceses sobre a morte de trabalhadores por falta de moral e higiene. A necessidade de moralizar se “materializava no espaço da casa”. A casa higiênica foi projetada como um bem necessário no combate ao vício e à indisciplina; ter uma casa de espaço agradável era manter o trabalhador longe da rua e do bar, lugares que poderiam corrompê-los.<sup>268</sup>

“Neste sentido, os engenheiros, arquitetos, sociólogos, literatos transformaram a cidade, (...) em um imenso laboratório e, ao lado do poder público, procuraram implantar as primeiras medidas de higienização na moradia do trabalhador urbano.”<sup>269</sup> Segundo Bresciani a literatura ajudou a formar essa imagem negativa da cidade, com bairros pobres ameaçadores comparados a cloacas de tão imundos. Além da ameaça de contágio de doenças para o resto da população, havia também o perigo de contágio moral. Poemas, novelas, relatórios de políticos e médicos, faziam mais ou menos a mesma análise de avaliação negativa.<sup>270</sup>

Em fins do século XIX, em oposição aos cortiços, foram difundidos os conceitos básicos norteadores de uma construção popular, ligando sempre a barateza do material, a salubridade e a proximidade da residência em relação ao local de trabalho. Para Auguste Comte o programa ideal constituía-se de sala de reunião/recepção; local para preparo e consumo de alimentos; oratório e quartos diferenciados para os membros da família, de acordo com situação, sexo e idade. Para o Brasil, o engenheiro Everardo Backheuser, em seu Relatório sobre Habitações Populares de 1906, admitia como programa básico, devido às condições financeiras do país, sala, quartos, latrinas, quintal e jardim. Sendo que o contato com a natureza, através dos jardins era visto com muitos bons olhos; contato capaz de benefícios higiênicos e morais<sup>271</sup>.

---

<sup>266</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 46

<sup>267</sup> Idem. Ibidem.

<sup>268</sup> Idem. p. 29-30

<sup>269</sup> Idem. Ibidem.

<sup>270</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. Século XIX: elaboração de um mito literário. P. 231-233

<sup>271</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p. 35

Para o pobre bastava uma casa despojada de conforto, mas de preferência higiênica para evitar as epidemias que atingiam outros moradores.<sup>272</sup> De acordo com o Código Arthur Sabóia (SP), de 1929, diferenciava-se a habitação popular de uma habitação residencial conforme o número e dimensão das peças da habitação.<sup>273</sup> Também no Plano de Avenidas, de autoria de Prestes Maia, havia um item específico sobre a construção popular, no qual propunha a construção em série de habitações individuais e criticava os apartamentos para famílias de baixa renda, porque as pessoas não eram civilizadas e higiênicas o suficiente para morarem tão próximas. Então, as casas deveriam ser pequenas, pois casas grandes só agravariam o problema da promiscuidade e da sublocação. Para o trabalhador o ideal era um espaço amplo para ser higiênico, pequeno para morar só uma família e distribuído de modo que os pais possam vigiar os filhos.<sup>274</sup>

No ano de 1931 aconteceu o I Congresso de Habitação de São Paulo, que retoma a questão da moralidade aliando-a à preocupação com o aperfeiçoamento da raça e objetivando a “casa econômica, com redução do custo sem prejuízo das condições gerais de higiene.”<sup>275</sup> Os engenheiros participantes do Congresso queriam convencer o Estado do alto custo de moradias malsãs. A casa era responsabilizada por comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime. Para os engenheiros, os operários eram sem cultura, sem regras de civilidade, por isso construir conjuntos habitacionais com escolas, igreja, playgrounds era o primeiro passo para moralizá-lo e introduzir novos hábitos. Para técnicos e políticos a “propriedade do lar” era um elemento importante para formação dos valores morais e religiosos.<sup>276</sup>

Pelas teses sanitaristas as condições de moradia precárias se associavam à imoralidade e doenças, marcando um espaço “rejeitado na cultura urbanística da cidade”; visão essa presente na legislação até hoje.<sup>277</sup> Por causa da teoria dos miasmas, acreditavam ser possível a alteração do meio pelas pessoas que lá vivessem, por isso construir casas higiênicas era melhorar a raça. Era alterar o meio que corrompe o indivíduo. No livro de Aloísio de Azevedo, *O Cortiço*, essa crença na influência do meio, fica muito clara no personagem Jerônimo, trabalhador, bom pai de família, que transforma-se em malandro, deixa emprego e

---

<sup>272</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 108

<sup>273</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit. p. 118

<sup>274</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 94, 95, 131, 132

<sup>275</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. *Algaravia...* Op. cit. p. 18

<sup>276</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 143

<sup>277</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 41

família, após ir morar no cortiço e conhecer Rita Baiana. Embora seja um exemplo da ficção era assim que essas habitações coletivas eram vistas, e por isso era imperioso investir, incentivar a construção de moradias populares que atendessem aos requisitos da higiene, além de combater as moradias precárias, em especial os cortiços.

### 3.2 – O Poder Público atua para resolver o problema: a fiscalização e o incentivo às construções

“Um problema que se está tornando inquietador em Juiz de Fora é o da subsistência das classes proletárias. Quase todos os gêneros de primeira necessidade subiram extraordinariamente de preço.(...) Nunca em Juiz de Fora se construíram tantos prédios como de dois anos a esta parte; entretanto, não só há falta de casas como os aluguéis duplicaram, chega do mesmo a triplicar em algumas ruas.(...) O que é certo é que se há mais trabalho, isso significa apenas que há lugar para outros; mas os ordenados não aumentaram. É de ontem a parede de operários. E, como estes, todos que vivem de ordenados não tiveram aumento de receitas.(...) Felizmente, no que respeita a Juiz de Fora, ainda a iniciativa particular - a alma de nosso progresso - começa a reagir. Hoje é o benemérito sr. Eugênio Teixeira Leite Júnior que importa grande quantidade de coke para substituir a lenha; amanhã será algum generoso capitalista ou alguma empresa que construirá casas higiênicas e baratas para as classes proletárias.”<sup>278</sup>

No trecho apresentado da crônica semanal de Heitor Guimarães podemos começar a ter uma idéia das condições de vida da população de Juiz de Fora ainda no início da década de 1910. Os baixos salários dos trabalhadores, as chuvas abundantes do ano de 1912<sup>279</sup> e o aumento da população são alguns fatores que encareceram e dificultaram a vida dos mais pobres da cidade. A carestia aumentava a cada dia e com a guerra a situação se agravou ainda mais.

Como apresentado por Andrade, os dois problemas principais na vida dos operários eram a carestia e a falta de moradia<sup>280</sup>. Mesmo com as leis municipais, que incentivavam a construção de habitações populares, não ocorreu o desenvolvimento esperado. Faltavam materiais de construção e o preço dos existentes era muito alto. A escassez de trabalhadores (já que a indústria absorvia praticamente todos os braços especializados para o trabalho) e o aumento salarial conseguido com a greve de 1920 também dificultaram o crescimento das

<sup>278</sup> Hebdomana – Heitor Guimarães. *O Pharol*, Juiz de Fora, 15/09/1912, p1. c1,2.

<sup>279</sup> Gilberto de Alencar. *O Pharol*. Juiz de Fora, 07/03/1912, p1.c1. Artigo sobre a carestia no Brasil e as vilas operárias: *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 23/03/1913.

<sup>280</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op. cit. p.40

habitações na cidade. Os aluguéis tornavam-se cada dia mais caros, chegando a ter aumento de 3 ou 4 vezes comparativamente com os anos normais.<sup>281</sup>

Os problemas habitacionais não foram privilégio só de Juiz de Fora. Outras cidades (como pode ser visto ao longo do trabalho, para as cidade de Rio de Janeiro e São Paulo) e países como Espanha e Peru<sup>282</sup> também estavam na mesma época sofrendo o crescimento populacional e a falta de casas para acomodar todas essas novas famílias. É o que acontecia em Belo Horizonte, também no ano de 1912 e denunciado através das páginas d'*O Pharol*. A denúncia feita referia-se ao novo imposto baixado pela Câmara daquela cidade em que seria cobrada taxa dos barracões habitados, julgava-se esta cobrança como uma ofensa àqueles que não tinham condições de habitar em lugar melhor e por isso se submetiam à vida nos “barracões, desconfortáveis embora, e muitas vezes mesmo anti-higiênicos, mas ainda assim os únicos tetos, sob que, com seus minguados salários, podiam abrigar-se e a suas famílias.”<sup>283</sup> Alegavam também que para os proprietários de tais imóveis o imposto seria mais uma justificativa para o aumento dos aluguéis.

Como já dito anteriormente foi de extrema importância para o problema habitacional a exclusão das pessoas de menor renda e o combate a suas moradias através das reformas urbanas e outros tipos de intervenções que incentivassem/obrigassem moradias regulares e higiênicas. A abertura das grandes avenidas para circulação fez com que a especulação nestas áreas lentamente impossibilitasse o “morar de baixo custo” e impelisse a habitação em regiões mais periféricas e de menores gastos,<sup>284</sup> como o que aconteceu de Paris ao Rio de Janeiro (casos mais famosos), mas também em diversas capitais e mesmo cidades interioranas<sup>285</sup> durante o século XX.

O problema habitacional foi relativizado com algumas medidas da municipalidade de Juiz de Fora, que ora buscavam solucionar o problema, ora atendiam aos interesses dos mais abastados da cidade. N'*O Pharol*, de 1913, temos um comentário a respeito da situação, que ajuda a situar melhor como estava posta a situação:

---

<sup>281</sup> Idem, p. 44

<sup>282</sup> A crise das habitações – F. Prado. *O São Matheus*, Juiz de Fora. 24/05/1920. p1(Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>283</sup> *O Pharol*. Juiz de Fora, 20/02/1912.p2.c4.

<sup>284</sup> Paulo César MARINS. Op.cit. p.135

<sup>285</sup> Sobre Franca ver: Fransérgio FOLLIS. Op. cit. Sobre Ribeirão Preto ver a tese: Rodrigo Ribeiro PAZIANI, e Rodrigo Santos FARIA. *Ribeirão Preto uma cidade em construção(1895-1930)*- o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina.

Pode-se afirmar, sem exagero, que o custo das casas em Juiz de Fora triplicou dentro do curto prazo de um ano e pouco, ou quando muito de dois anos. Se os aluguéis se conservassem como em princípio de 1911, o nosso povo não estaria hoje com tantas dificuldades, não sofreria tanto. (...) Bem sabemos que para esse mal, difícilíssimo é o remédio. Os poderes públicos, mesmo que se animem das melhores intenções, não poderão sem delongos de sacrifícios de toda espécie vir em socorro do público. É esta uma questão melindrosa, que exige para ser a contento, resolvida a tempo, e sobretudo muito dinheiro, com o qual o governo do município esteja habilitado a conjurar a crise. A Imprensa, portanto, em nome do povo que sofre, não deve exigir de nossos administradores uma solução rápida para a questão.<sup>286</sup>

A matéria do jornal diz que o problema não é de fácil resolução e por isso não se poderia cobrar que acontecessem medidas de solução rápida. Mas seriam só estas as causas da persistência da falta de moradias? Em São Paulo no período da guerra (1914-1918) as construções paralisaram quase que por completo, porque a maioria dos materiais de construção vinha de fora, nos navios que buscavam café. Praticamente, só tijolos, areia, cal e pedra eram nacionais. Para amenizar o problema até fizeram algumas tentativas de substituir os materiais importados, mas foram mal sucedidos na empreitada<sup>287</sup>. Só para se ter uma idéia do impacto sofrido, em 1913, foram licenciadas 5791 novas construções e em 1917 apenas 610, uma redução drástica, da ordem de quase 90%.<sup>288</sup> Em Juiz de Fora, talvez não houve grande falta de material para a construção<sup>289</sup>, pois em 1905 a Companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli<sup>290</sup> já era uma das maiores casas do gênero no Estado, com madeiras nacionais e importadas, ferragem, marcenaria, carpintaria, fábrica de ladrilhos hidráulicos e por volta de 1908-1910 passaram a fabricar também telhas de cimento e amianto (dizem ter sido a primeira do Brasil).<sup>291</sup> No entanto, o fornecimento de material pode não ter sido interrompido, o que não significa sua compra em uma conjuntura de guerra, com alta inflação e salários baixos. Nas fontes pôde ser observado que no ano de 1914 não há nenhuma

<sup>286</sup> Corretivo para um abuso. *O Pharol*. Juiz de Fora, 14/03/1913.p1. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>287</sup> Carlos A. C. LEMOS. *A república...* Op. cit. p.86

<sup>288</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op.cit. p.36

<sup>289</sup> Além da Companhia Pantaleone e Spinelli havia também o Depósito de Madeiras e Materiais de Francisco Notaroberto, que vendia quase todo tipo de material para obras, desde tijolos, até encanamentos e louças. (*O Pharol*, Juiz de Fora, 01/01/1901- Anúncio)

<sup>290</sup> A Companhia Pantaleone Arcuri e Spinelli era um estabelecimento industrial da cidade do ramo da construção civil. Fabricavam ladrilhos, telhas, esquadrias, construíam, projetavam e vendiam a varejo artigos para construção em geral. (Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico da rua Espírito Santo*. p. 16) . Além de serem das maiores firmas da cidade, tendo inicialmente o nome de Pantaleone Arcuri & Timponi, mais tarde passou a chamar-se Pantaleone Arcuri & Spinelli; contabilizava entre seus operários, em 1906, aproximadamente 50% de italianos, dotados de experiência. (Maraliz de Castro V. CHRISTO. *Trabalho...* Op. cit. p. 143,147 In: Maíra Carvalho C. SILVA. Op. cit. p. 27)

<sup>291</sup> Paulino de OLIVEIRA. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. p.21,23

construção popular e até 1918, elas são poucas, comparando com o ano de 1912 e de 1920 em diante, anos sem conflitos, porém com os incentivos municipais sendo oferecidos; o que será visto mais à frente.

Como já foi dito, não sei exatamente do impacto da guerra nas obras em Juiz de Fora, mas o que se pode afirmar é que o problema não cessava, a população e o aluguel aumentavam, os materiais e a mão de obra faltavam; mesmo com as medidas do governo municipal, assim nos conta o *Diário Mercantil* de 1920:

Apesar de estar em pleno vigor uma lei municipal, isentando de impostos (...) a edificação de casas novas não tomou o vulto que era de se esperar com a vinda para aqui da IV região militar e de novas unidades militares e com o progresso sempre crescente que se observa na cidade. (...) A falta de materiais de construção e o preço excessivo a que eles atingiram (...); os tijolos, as telhas, a cal, o cimento, as madeiras, custam agora o triplo do seu valor de há três anos e mesmo assim em condições mui precárias...

Há obras na cidade que, de um momento para outro paralisam por falta de materiais, pois as olarias e os depósitos, devido ao grande número de pedidos, só os podem atender com largas demoras.

De outro lado, a escassez de braços que ora observamos é outro fator importante que impedem se realizem as construções em proporções maiores. Os salários dos operários subiram também. Tudo isso concorre para que os prédios fiquem 3 ou 4 vezes mais caros (...) Ora ninguém quer abalançar-se a levantar um prédio por esta quantia(...) <sup>292</sup>

Por causa das dificuldades vividas não era lucrativa a edificação de prédios e como a população aumentou com a chegada dos militares <sup>293</sup>, maior foi o déficit de casas na cidade. A situação no ponto em que se estava gerava um ciclo vicioso, a demanda aumentava, os materiais eram escassos, aumentava-se o preço destes, junto com ele também o da mão de obra e em conseqüência de todos os aumentos, subia o aluguel. O prejuízo era transferido do proprietário para o inquilino. O pior é que mesmo as casas velhas e sem reformas tiveram seus aluguéis aumentados, em alguns casos ao dobro.

A alta dos aluguéis já gerava tumultos e temiam que acontecessem incêndios e apedrejamentos, em conseqüência da ameaça de despejos daqueles que se recusavam a pagar o aluguel <sup>294</sup>. Outra confusão aconteceu no largo 13 de maio <sup>295</sup>, quando Pinto Leite, o Pé de Anjo, um dos maiores proprietários da cidade, com cerca de 80 casas, comunicou aos seus

<sup>292</sup> *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 05/02/1920,p2 (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>293</sup> Apenas o jornal faz menção a este aumento causado pelo destacamento militar, não foi encontrada nenhuma informação sobre a quantidade de militares que vieram para a cidade em 1919.

<sup>294</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE.Op.cit.p. 49

<sup>295</sup> Localiza-se onde hoje é o entroncamento das ruas Batista de Oliveira, Marechal Deodoro e Getúlio Vargas. Também foi conhecido como Largo da Alegria.



inquilinos que faria um aumento de quase 40% nos aluguéis<sup>296</sup>. A população já não sabia o que fazer e começavam a temer que coisas piores acontecessem. Até nas Associações Mutualistas, as quais não tinha posicionamento político explícito se mobilizaram em 1917 junto com outras associações civis contra a carestia, “demonstrando uma ação popular de resistência às dificuldades econômicas vividas pelos setores populares, provavelmente em razão dos impactos da I Guerra Mundial.”<sup>297</sup>

Para uns a culpa era do governo municipal. O jornal *A Tarde*, de 1921, criticou a inércia da Câmara frente à situação existente. Acusava-a de não aceitar propostas de construções de casas populares, além de não controlar o valor dos aluguéis, que em alguns casos já chegavam a 250\$000 (vale a pena lembrar que o salário médio dos operários da cidade era de 5\$000 por dia), sem dar conforto nem higiene.<sup>298</sup> Também acusava o vice-presidente da Câmara, Luis de Sousa Brandão, de ser um dos maiores exploradores de aluguéis na cidade. Dono de vários imóveis na rua Roberto de Barros, aumentou seus aluguéis em 5\$000 alegando ser por causa do imposto do lixo<sup>299</sup>.

Em São Paulo a questão da moradia sempre voltava à tona em momentos de crise e alta inflacionária, sobretudo com a defasagem entre os níveis salariais e valor dos aluguéis, como ocorrido durante a I Guerra. Entre 1913 e 1919 o preço da comida e do aluguel subiram mais que os salários, gerando protestos contra o custo de vida. A elevação dos aluguéis desestabilizou o mercado e pressionou a expansão das fronteiras invadindo a zona rural. O limite da expansão eram as linhas de bonde que cresceram muito pouco na época.<sup>300</sup> Comentando também sobre os reajustes de aluguéis e os conflitos entre inquilinos e proprietários, Eva Blay afirma que a única alternativa que cabia aos operários era lutar para que o reajuste não fosse muito grande. O aumento era inevitável e tornava-se mais importante garantir a moradia perto do trabalho, para evitar gastos com transporte, além de que havia pequena oferta de imóveis com preço acessível a eles.<sup>301</sup>

<sup>296</sup> Pé de anjo, o açambarcador-mor de casas, aumentou de novo os aluguéis. *A Tarde*. Juiz de Fora, 02/09/1921.p1(Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>297</sup> Cláudia M. R. VISCARDI. *Mutualismo...* Op. cit. p. 6

<sup>298</sup> A falta de casas e a inércia da Câmara. *A Tarde*. Juiz de Fora, 26/05/1921.p3 e *A Tarde*. Juiz de Fora, 21/06/1921.p1 (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF).

<sup>299</sup> O sr. Sousa Brandão lesando os cofres municipais. *A Tarde*. Juiz de Fora, 07/06/1920.p1(Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>300</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p.126,127

<sup>301</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.132

Segundo Engels a moradia é um problema estrutural e uma forma de controle e dominação tanto social quanto econômica, utilizada pela burguesia para disciplinar o trabalhador,<sup>302</sup> o que fica bem claro quanto à construção de vilas pelas empresas. No Rio de Janeiro, com as transformações ocorridas no governo Passos, ficava à mostra mais uma vez um problema que vinha se arrastando há mais de três décadas: onde e como alojar os trabalhos que aumentavam, cada vez mais, na capital do país?<sup>303</sup>

Devido a esta conjuntura de carestia geral, de protestos, poucas casas e altos aluguéis, restava aos operários se submeterem a moradias condenadas por higienistas, fiscais e engenheiros. Amontoados em cortiços perto do centro, em especial no Botánágua, foram alvo dos fiscais que, inutilmente, combateram os mesmos em nome da saúde e do progresso.

Na cidade de Juiz de Fora a ação do Poder Público surgiu a reboque das iniciativas privadas, por isso não é possível falar de políticas públicas antes de 1892, ano em que foi promulgada a primeira Resolução da Câmara Municipal, do período republicano. As Resoluções eram o resultado das discussões na Câmara que viravam leis e regulavam sobre todos os aspectos da cidade, de abertura de ruas, a criação/isenção de impostos e posturas municipais. Desde o início de sua existência podemos perceber uma grande preocupação com as habitações, seja quanto ao seu aspecto estético, seja na questão da higiene das mesmas. Legislava-se não só sobre as condições das moradias já existentes, que deveriam ser fiscalizadas e, a partir de certo momento, adaptadas às novas exigências, mas também se preocupavam e ditavam as regras para as novas construções.

A questão dos cortiços, prioritariamente, era tratada pelas autoridades da época ou sobre a vertente da higiene ou da moral, o que se consegue observar nos jornais e na documentação. Os cortiços quase sempre eram construções em terrenos baratos, em áreas alagadiças, com águas servidas correndo a céu aberto.<sup>304</sup> “Do lado sanitário, as dimensões reduzidas, a falta de ventilação e a pouca iluminação dos cômodos ou das casinha operárias, com aglomeração de pessoas e coisas em um espaço exíguo, eram vistas como condicionantes de um meio propício à geração de moléstias.<sup>305</sup>(...)Da vida promíscua em cortiços sai um curso de pervertidos, de delinquentes, cortejados por moléstias terríveis.”<sup>306</sup> Assim eram

<sup>302</sup> Sidney CHALHOUB. *Trabalho...* Op. cit. p.131,133

<sup>303</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. p.45

<sup>304</sup> Carlos A. C. LEMOS. *A república...* Op. cit. p.16

<sup>305</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit. p.30

<sup>306</sup> Discurso de Alexandre Albuquerque na inauguração do I Congresso de Habitação de 1931, em São Paulo. In: Maria Luiza de FREITAS *Loc cit.*

pensados os cortiços, este tipo de habitação que pela falta de higiene, de estética e de moral era detestável e necessitava ser combatido. A pressão contra os cortiços era sentida nas posturas municipais baixadas, regulamentando limites da área urbana para este tipo de construção, regras para construção e reconstrução, sujeição de qualquer obra à licença de execução o que fechava o cerco, em nome da industrialização e de setores dominantes cariocas.<sup>307</sup>

Para Juiz de Fora, a primeira Resolução que encontramos falando sobre habitações trata a questão a partir da cobrança de imposto. É a Resolução 119 de 19 de dezembro de 1892, que regulava o imposto predial e o imposto sobre indústria e profissões. No entanto, não há referência a cortiço, nem mesmo quando tratam do imposto predial, no Título I, nem quando tratam do imposto de indústria e profissão no Título II. A referência existente é para aqueles que poderiam ser classificados como alugadores de casa ou aposento. A primeira vez que conseguimos localizar a palavra cortiço foi na Resolução 227 de 16 de outubro do ano seguinte, que dispõe sobre o mesmo assunto, imposto predial, de indústria e profissão. Em seu artigo 17 podemos ler: “As edificações no perímetro da cidade, denominadas – cortiços – enquanto não são demolidas em execução da lei municipal, estarão sujeitas ao pagamento anual de 20\$000, de cada cômodo ocupado ou não, além do imposto predial correspondente ao valor locativo.” Como se pode perceber, só há a citação da palavra, sem que se definam quais seriam as características que determinariam uma moradia deste tipo.

É importante ressaltar que a sobretaxa referida no artigo 17 era uma forma não só de punir os que possuíam estas casas, como também uma maneira de pressionar para que fossem demolidos e só assim ficassem livres de tal taxaço. Eliminar os cortiços era o fim último desejado, no entanto a forma não era incisiva, como no caso do Rio de Janeiro e da emblemática eliminação do cortiço “Cabeça de Porco”. (Embora saibamos que não foi a solução do problema, mas o seu deslocamento para outra área.)<sup>308</sup> A taxaço era uma forma de inibição, mas que como podemos perceber, não deu o resultado esperado, afinal os cortiços continuaram a existir e preocupar as autoridades. Lembrar do cortiço da Avenida Getúlio Vargas que existiu até a década de 1980 e que já foi citado no capítulo 2.

---

<sup>307</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. p. 61

<sup>308</sup> Paulo César Garcez MARINS. Op. cit.p. 140. Segundo Kowarich só na capital paulista no ano de 1975 havia cerca de 615 mil moradores de cortiços. (Lúcio KOWARICH. A lógica da desordem. p. 38)

Quanto ao problema visto pelo lado da higiene, a preocupação começava com a necessidade de licença para qualquer tipo de construção e posterior inspeção para averiguação das suas condições, como pode ser notado na Resolução 127, de 22 de março de 1893.

Casas coletivas, incluindo hotéis, albergues, asilos, vilas, avenidas e estalagens, já tinham sua legislação própria na primeira resolução relativa a construções (nº 374, de 20/05/1896, que ditava sobre abertura de ruas, regras para construções de todos os tipos e em todos os aspectos). Além das obrigações de residências particulares, como alinhamento, nivelamento, altura do pé-direito, de portas e janelas, ainda deveriam observar certas condições descritas no Artigo 48º como, ter banheiro em número suficiente e estarem sujeitas a visitas e inspeções das autoridades sanitárias.

Indefinições que não foram privilégio da questão dos cortiços, podem ser percebidas também na condição 3ª, do Artigo 48º; de quanto seria o número suficiente de banheiros? Isso ficava a critério do construtor? Como pôde ser visto, a palavra cortiço foi usada apenas uma vez nestas leis, que embora legislassem sobre sanitarismo e regulamentassem as construções, não definiam o que era um cortiço. Esta falta de definição gerou alguns problemas para a administração, uma vez que, casas classificadas como cortiços pagavam sobretaxa de impostos e vários de seus proprietários discordavam da classificação feita pelas autoridades e apelavam, justamente para a falta de clareza do termo.

A falta de definição e os problemas relativos a isso também aconteceram no Rio de Janeiro. Definir o que era um cortiço era algo difícil para os contemporâneos e as discussões que aconteciam entre policiais, proprietários e fiscais aconteciam em razão disso. A identificação de uma habitação coletiva estava no olhar do observador, cada um julgava ao seu modo.<sup>309</sup> Mas o combate aos cortiços lá foi mais drástico, vide o caso “Cabeça de Porco”. Houve por parte da municipalidade uma guerra declarada contra esse tipo de habitação. Na grande imprensa essa empreitada era a regeneração, porém para os atingidos pelas medidas era o bota-abaixo.<sup>310</sup>

Já em São Paulo a situação foi um pouco diferente em consequência de um Relatório de inspeção de habitações em Santa Efigênia, no ano de 1885. Devido às constantes epidemias foi feita esta inspeção na qual se averiguaram inúmeros cortiços, os quais foram classificados e descritos no relatório. Além da parte descritiva, o Relatório também propunha

---

<sup>309</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p.38,39

<sup>310</sup> Nicolau SEVCENKO. Op. cit. p.23

medidas de higiene e embelezamento da cidade, definindo o tipo de casa, na forma de vilas e o lugar onde deveriam ser construídas (na periferia, num raio de 10 a 15 quilômetros do centro). Chegaram a conclusão de que era melhor construir vilas do que, mais tarde, retirar os moradores dos cortiços.<sup>311</sup>

Diante do problema da indefinição de termos e conseqüente aplicação de multas, como atuava o Poder Público de Juiz de Fora através dos fiscais? Quanto à fiscalização feita na cidade, Miranda nos alerta para a atuação desigual dos fiscais, “desprovida de qualquer norma de aplicação de multas e impostos, variáveis de acordo com a região, com o fiscal (que recebia de acordo com a arrecadação), mas principalmente, de acordo com o proprietário.”<sup>312</sup> Este argumento pode ser comprovado através dos requerimentos recebidos pela Câmara Municipal referentes ao imposto de indústria e profissão<sup>313</sup>. Nesta documentação a população apresenta sua reclamação contra a cobrança do dito imposto e, em alguns casos, há o parecer dos fiscais com a sua justificativa e entendimento sobre o que é um cortiço. É o que veremos a seguir.

A atuação desigual e a falta de definição podem ser percebidas no requerimento de D. Joaquina Pinto Leite no ano de 1900. Ela reclama que sua casa tinha recebido a classificação de cortiço e alega que, mesmo a lei já existindo há 8 anos, só agora foi assim denominada. O agente municipal do 2º distrito da cidade, Franklin Rodrigues Moraes Jardim alega que: “(...) quando lancei a casa da suplicante como cortiço, guiei-me por habitações iguais a essa e que se acham assim classificadas. Não sendo determinados por leis municipais as condições que sujeitam ao prédio essa classificação e crendo que devem se classificar dessa forma as casas que carecem de luz, ar, etc, peço a V.Ex. dirigir esta petição ao Dr. Inspetor de Higiene(...)” Percebe-se ao longo da análise desta documentação, que era uma constante utilizar-se da comparação para classificar as residências e também, em caso de dúvida, apelar ao diretor de higiene. Tais atitudes eram conseqüentes da falta de definição clara do termo.

Apelava-se sempre, tanto fiscais, como proprietários, para o critério de comparação usando como argumento que outras casas em condições iguais recebiam tratamento diferenciado. Isso foi o que alegou Frederico Daibert, em 1905. Seu objetivo não era reclamar o imposto pago, mas questionar a forma como eram definidas as residências lançadas:

---

<sup>311</sup> Maria Stella M. BRESCIANI. *Algaravia...* Op. cit.p.14

<sup>312</sup> MIRANDA.Op. Cit. p. 209

<sup>313</sup> Fundo Câmara Municipal da República Velha, IVª parte, série 90/06 – Cortiços. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Reafirmo que toda documentação usada refere-se a esta série, quando não o for, aparecerá a sua referência em nota.

(...) não é meu intuito de não pagar, o imposto de indústria e profissão de cortiço; mais sim que a ilustrada Câmara, estabeleça as condições e denominações das edificações com a denominação de cortiços. Entretanto o sr. encarregado das obras em sua informação, diz NÃO haver Resolução Municipal, para classificação de cortiços. No entanto se não há resolução Municipal para denominação de cortiços; também não pode o sr. Agente Municipal denominar sem ordem de V. Ex. sendo certo que muitíssimas casas n'esta cidade em muito piores circunstâncias não são denominadas cortiços.

Neste caso o encarregado das obras, João de Souza, nos esclarece que: “Não havendo resolução municipal para classificação de cortiços, estes têm sido assim considerados, quando são pequenas casas de pés direitos muito reduzidos e faltar as certas condições de higiene.” Por esta fala podemos entender o que não estava escrito com palavras, porém estava presente na atitude dos encarregados da difícil tarefa de classificar e o incômodo causado nos proprietários por não saberem quais os critérios que eram utilizados.

Alguns dos requerimentos geravam intensa polêmica com os fiscais, muitas vezes acusados de perseguidores, e mesmo com o diretor de higiene. Caso do requerimento do sr. Ladislau Esteves, no ano de 1914, no qual ressalta a atuação dos fiscais que não deixaram “passar em branco” a existência de cortiços na rua de São Mateus. Por outro lado, a atuação do fiscal, Sr. Manoel de Aguiar, deixa a desejar, pois restringe sua fiscalização a esta rua, não tomando conhecimento do que acontecia em outras partes da cidade, daí a reclamação do requerente. Apelando para o senso de justiça o procurador não só reclama a injustiça cometida contra o reclamante, mas também alerta para que as medidas de controle aos cortiços sejam feitas de forma mais homogênea e atenta por parte dos senhores fiscais. Os jornais<sup>314</sup> também faziam pedido para que a atuação fosse mais constante, para dar maiores resultados.

As construções na cidade eram regidas pela Resolução 374 de 20 de maio de 1896, que determinava, no seu artigo 18, a altura do pé direito em pelo menos cinco metros no pavimento inferior e nos demais 4,20m. Um pé direito tão alto encarecia ainda mais a construção e favorecia o aumento da quantidade de cortiços ou outros tipos de habitações menos salubres. Ao longo do tempo o pé direito foi sendo diminuído chegando a 3,80m no ano de 1923, para prédios construídos na área urbana e 3,50m para os da área suburbana<sup>315</sup>. Diferente do que foi encontrado pelo Inspetor de Higiene nos doze cortiços de Manoel Marques Ferreira, 12 palmos<sup>316</sup> de pé direito<sup>317</sup>.

<sup>314</sup> *O Pharol* Juiz de Fora, 04/04/1914, p1.c6.

<sup>315</sup> Resolução Municipal nº 902 de 25 de abril de 1923.

<sup>316</sup> Antiga medida correspondente a 0,22m. (Dicionário Aurélio). Os cortiços em questão tinham 2,64 metros.

Ainda na Resolução 374, em seu artigo 22, fica “expressamente proibido construir na cidade e nas povoações casas de capim, meias águas e outras habitações congêneres.” No entanto, este artigo não era cumprido. Exemplo claro é o do Zinco (Fig. 5) e suas casas cobertas de latas velhas, apresentado no capítulo anterior. Seja por falta de fiscalização, ou pelo simples motivo de não se ter para onde levar a população que habitava em casas deste tipo, sabemos por outros exemplos que leis como estas eram impossíveis de obter sucesso.

Havia aqueles que não aceitavam a taxação de suas residências como cortiços e justificavam-se a partir da questão moral que os ensejava habitar em um local como estes. Foi assim que apresentou seu argumento Caetano [Arlota],

(...) ignorando o abaixo assinado os raciocínios que levaram o Sr. Fiscal ou lançador a considerar a sua residência, recesso íntimo de sua família, um cortiço que é uma espécie de pardieiro onde impera a maior promiscuidade e geralmente a menor moralidade, (...)foi vítima de um deplorável equívoco, vem pedir a v. Ex. se digne de mandar cancelar um tal lançamento de cortiço, lembrando-se que a minha casa à rua São Mateus nº62 é tão somente residência de pessoas de minha família e que só deve estar sujeita aos impostos, de cujo pagamento tinha o sr. fiscal certamente ciência pelo talão da contadoria da Câmara.<sup>318</sup>

Ou seja, de posse do discurso higienista considerava que viver em um cortiço não era só coisa de pessoas pobres, mas também de pessoas de vida fútil, imoral. Por isso a preocupação de nosso personagem com a reputação de sua família se sua casa fosse considerada cortiço. Sua atitude pode ser facilmente compreendida quando se lê os dizeres do diretor de Higiene, em seu relatório de 1909, pois para ele estes eram: “coisas coletivas em que pela reunião em comum em pátios e pela intemperança da linguagem e loquacidade desregrada, própria da gente de classes inferiores, forma-se algazarra, assimilando aquelas habitações aos cortiços de abelhas com seu coro de zumbidos.”<sup>319</sup> Com esse exemplo visualiza-se a absorção do discurso da salubridade por outros setores da sociedade, não sendo um discurso restrito do saber médico e dos detentores de poder.

Em outro caso nota-se a atuação desigual dos agentes de fiscalização ao ler o documento da Companhia Pantaleone Arcuri e Spinelli, no ano de 1909. O fiscal do 2º distrito lançou dois cortiços junto à casa de propriedade do requerente à Rua do Sampaio. Não concordando com a classificação e dizendo existir no lugar apenas um barracão pertencente

<sup>317</sup> Fundo Câmara Municipal da República Velha, IIª parte, série 44/6- documentos referentes a Construções Particulares. Diretoria de Polícia Municipal, 28 de setembro de 1894. AHPJF

<sup>318</sup> O destaque dado a palavra cortiço é do texto original.

<sup>319</sup> RELATÓRIO DA DIRETORIA MUNICIPAL DE HIGIENE. Apud. Sônia Regina MIRANDA. Op.cit. p. 275

ao prédio onde mora um empregado da casa, acaba conseguindo a invalidação do imposto de cortiço. Há a possibilidade de que o fiscal ao lançar tal barracão como cortiço errou e então o erro, simplesmente foi desfeito. No entanto, segue junto ao primeiro documento a informação prestada pelo delegado de higiene, com o qual nota-se que não se tratou de um simples engano. Assim diz o delegado de higiene:

Verifiquei, em visita que fiz, existir ao lado do prédio nº17, sito a Rua Sampaio, e dele separado por muro, um barracão, dividido em 5 cômodos e habitado por uma família composta por 8 pessoas – mãe, 4 filhos, genro e dois netos menores. O fornecimento d'água é em comum com a casa de nº17. Tem latrina própria e funcionando bem. Apesar de não tratar-se de uma habitação com rigorosas condições higiênicas, pode ser tolerado provisoriamente como abrigo que a caridade não pode negar aos desfavorecidos da sorte(...).

Apelando para a caridade o delegado de higiene explica-se e retira o imposto dos dois cortiços. Seria o fato da caridade o motor dessa decisão ou não teria pesado ser o tal cortiço propriedade de uma companhia construtora tão afamada na cidade, como a Pantaleone e Spinelli? Tende-se a crer que a segunda hipótese seja mais plausível, pois a mesma construtora no ano de 1895, embora não recebendo a autorização para construir habitações construiu-as mesmo assim.<sup>320</sup> As autoridades faziam “vista grossa” aos seus descumprimentos da lei.

Talvez a justificativa da caridade tenha sido a melhor forma encontrada pelo diretor para livrar os suplicantes. Digo isso porque em outros momentos, descrições de habitações como essa, com problemas de higiene e alta densidade populacional, foram sim classificadas ou mantidas como cortiços, justamente pelas razões, que no caso anterior foram desconsideradas.

Também Félix Giácomo apelou para a caridade em busca de restituição da importância paga por um cortiço, visto que, a casa estava ocupada por um velho inábil ao trabalho e que o mesmo não pagava aluguel algum. Infelizmente não podemos saber se sua explicação gerou algum resultado, pois não há o parecer das autoridades junto ao documento.

Ainda como reflexo do acontecido com os srs. Arcuri e Spinelli, o sr. Joaquim Coelho Dias para retirar de seu prédio a Rua Batista de Oliveira a denominação de cortiço utiliza-se da comparação de seu imóvel com aquele: “(...) estando em melhores condições que o barracão dos srs. Pantaleone Arcuri e Spinelli a rua do Sampaio”. Por causa de seu pedido foi enviado o delegado de higiene ao local para dar o seu parecer. Tratava-se, também, de um

---

<sup>320</sup> Idem p. 210



barracão com quatro habitantes, pelo que lhe foi dito, mas com regulares instalações sanitárias e asseio, arejamento e iluminação regulares, e pé-direito de 3,45 m. Como é de se imaginar, a interdição não foi imposta.

No ano de 1915, o diretor de higiene, José Mendes, desclassifica a casa do peticionário, José Gomes Fraga, mesmo sendo das habitações pequenas. Defende que estas casas, se observarem as medidas de higiene indicadas, no caso, a construção de cozinha, podem ser toleradas, devido às precárias condições da vida atual. Sua atitude revela atenção com a conjuntura vivida naquele momento em consequência, provavelmente, da guerra.

Depois do que foi apresentado, fica clara a atuação difusa e heterogênea da fiscalização, tanto em função das confusões advindas da falta de uma definição do termo, quanto da classificação diferenciada de forma consciente, como o que ocorreu no sentido de proteger a companhia Pantaleone Arcuri e Spinelli. Mas podemos apreender das justificativas dadas pelos fiscais, que mesmo, não havendo nenhuma lei que definisse quais seriam as condições para uma moradia ser classificada como cortiço, havia um receituário de regras e características para o seu reconhecimento. Entre essas características, habitações com pé direito reduzido, com pouca iluminação e arejamento, e carência de instalações sanitárias, eram elementos que sempre apareciam nas justificativas. Junto a essas estavam a falta de valores morais, fossem eles causados pela aglomeração de pessoas em um mesmo local, ou por serem “desvios de caráter” que levavam pessoas a terem uma vida de vadiagem ou devassidão. Em número menor aparece a questão da beleza, ou melhor, da falta de aprimoramento estético, como característica das habitações classificadas como cortiços. A identificação de serem seus moradores pessoas de classes inferiores, ou pobres, também se fazia presente; pois acreditavam que estas eram as que mais estavam susceptíveis à baderna e aos problemas morais, era o entendimento da equação, pobre igual a perigo. Nos dizeres de “Há sem dúvida semelhanças relevantes entre os conceitos de ‘cortiço’ e de ‘classes perigosas’: ambas supostamente descrevem ‘realidades’ a respeito dos hábitos das mesmas pessoas – as classes pobres -, e se caracterizam muito mais pela fluidez, pela ambigüidade, do que por qualquer esforço consequente de precisão de conceitos.”<sup>321</sup>

O combate as moradias insalubres não conseguiu conter as mesmas e olhando já para a metade da década de 1930, encontram-se as mesmas reclamações:

---

<sup>321</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p.39

Problema da habitação operária: casebres insalubres, focos de doenças graves, mosquitos e águas estagnadas, falta d'água, casebres de zinco sem luz e com uma única instalação sanitária para todas as casas(...). Deve-se criar um coro para amigos do progresso e do embelezamento da cidade. Há a necessidade de remodelação de tudo que é arcaico em detrimento da estética e as habitações operárias devem estar em primeiro plano sendo que a Prefeitura deu os primeiros passos para demolição dos pardieiros da rua do Redentor.<sup>322</sup>

Aos poucos, os cortiços foram sendo substituídos por construções “modernas e civilizadas”, nos dizeres da época, as vilas e avenidas. Na prática, não havia mudanças profundas entre elas, com exceção da inclusão de banheiros e cozinhas no interior das casas, eliminando os espaços coletivos. Em média, as casas operárias tinham 50 metros quadrados. Uma diferença substancial se compararmos com os 300 ou mais metros quadrados das residências da elite.<sup>323</sup>

Com a afirmação cada vez mais forte sobre a insalubridade das casas coletivas e a falta de casas, o Estado foi chamado a patrocinar a criação de uma esfera de atuação do grande capital: a construção de moradias saneadas. A concessão de licenças estabelecia várias exigências a serem cumpridas, no intuito de garantir que as construções feitas fossem realmente salubres. No Rio de Janeiro a partir de 1882 constituiu-se uma indústria de construção de moradias populares subsidiadas pelo Estado, sendo a maior delas a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. A companhia facultava aos seus inquilinos a possibilidade de comprarem as casas com prestações mensais. Dessa empresa é a Vila Ruy Barbosa e a Vila Arthur Sauer. Se tivessem conseguido construir todas as casas que pretendiam, abrigariam um terço dos trabalhadores da cidade, segundo o censo de 1890. Mas as companhias fracassaram, várias não terminaram o empreendimento iniciado e o problema persistiu.<sup>324</sup> Em 1911 novo decreto municipal concedeu vantagens para quem construísse 200 casas segundo determinadas normas e não cobrassem aluguel excessivo.<sup>325</sup>

Mesmo com as medidas governamentais cariocas de proibição e de incentivo a construções melhores, continuaram a existir habitações anti-higiênicas provocando problemas econômicos e um latente perigo social. A passagem para as mãos dos empresários da responsabilidade quanto a construção de moradias operárias, garantia-lhes a proteção de seus

---

<sup>322</sup> *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 05/12/1935. Apud. Sônia Regina MIRANDA. Op.cit.p. 147.

<sup>323</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 210-212

<sup>324</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. *Pereira....*Op. cit. p.150,153-158

<sup>325</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p.42

interesses e possibilitava ao Estado uma forma de resolução de um problema que gerava constante tensão social.<sup>326</sup>

Em Juiz de Fora a Câmara Municipal promulgou uma Resolução, em 1908, e a partir dela tivemos o incentivo a construção de moradias populares na cidade, o que se repetirá ao longo de anos. Era a Resolução 628: “que isenta de todos os impostos municipais pelo prazo de 5 anos, a contar da data desta lei, aos proprietários que construírem grupos de 5 casas, no mínimo, para residência de operários. Parágrafo primeiro: Essas construções obedecerão as regras de higiene e seu aluguel não poderá exceder a 30\$000 mensais enquanto durar os favores da lei.”

Através desta lei pretendia-se que os empreendedores capitalistas construíssem mais casas na cidade e não cobrassem aluguéis abusivos, mesmo que fosse apenas durante os cinco anos de vigência dos favores da lei. Observando o gráfico (anexo 3), vê-se que os efeitos desta resolução não foram significativos e talvez por isso, no ano de 1912, foi promulgada a Resolução 666 com os mesmos dizeres da Resolução 628. A contínua cessão de favores para que fossem construídas habitações operárias demonstra a preocupação com um problema que se agravou com o tempo. No ano de 1912 percebe-se um grande impulso das construções por causa dos favorecimentos da lei, o que também foi percebido por Rita Almico nos inventários analisados em seu trabalho.<sup>327</sup> Mesmo assim não surtiu o efeito esperado, apesar de ter havido crescimento. Digo isso, pois depois deste ano ocorre novo decréscimo brusco na quantidade de construções, o que deve ter estimulado o novo incentivo dado em 1919.

A partir de então novamente observa-se o crescimento do número de construções, o que se manteve em ascendência até 1930, em função das contínuas prorrogações da Resolução 814 de 1919, a qual dizia: “As pessoas ou sociedades que fizerem construções de casas nesta cidade ou distritos, iniciando-as e terminando-as dentro de um ano, a contar da publicação da presente lei, ficam isentas durante três anos de todos os impostos municipais sobre os ditos imóveis, começando o gozo de tal isenção desde a aprovação da planta respectiva.” Porém, a prorrogação dessa Resolução sem demarcar limites de aluguel, acabou incentivando a construção de casas além das possibilidades reais dos operários; foram os capitalistas seus maiores beneficiados.<sup>328</sup> Blay, em seu estudo para São Paulo, confirma a mesma situação na qual a expansão no número de licenças para construção não significou

---

<sup>326</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit. p.41

<sup>327</sup> Rita de Cássia ALMICO. Op. cit. p. 135

<sup>328</sup> Sílvia Vilela de ANDRADE. Op. cit. p.50

alteração nas condições de moradia operária, referindo-se mais a construções da classe média emergente. Restando ao operariado continuar morando nos cortiços, em cômodos ou outras habitações coletivas.<sup>329</sup>

Também durante ano de 1912 no senado mineiro estava em discussão um projeto de lei que concedia favores as companhias que fossem fundadas com a finalidade de construir casas para operários na capital.<sup>330</sup> O projeto número 11 foi levado no mês de setembro à Câmara dos Deputados para aprovação. Em julho do ano seguinte foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto número 6, que tinha por objetivo o incentivo a construção de vilas operárias na capital do Estado<sup>331</sup>. No ano de 1914 a comissão de orçamento da Câmara discutia ainda a proposta nº6 e alegava ser impossível que o Estado arcasse com mais esse encargo, visto que havia outras medidas mais urgentes a serem resolvidas.<sup>332</sup>

Em São Paulo ocorreu fato semelhante. Era oferecida isenção de impostos como forma de incentivar a construção de moradias populares salubres, que tivessem baixo custo e seguissem as normas de higiene. Pela lei de 1900 as casas construídas fora do perímetro urbano, obedecendo aos requisitos de tamanho e higiene, ficariam livres de impostos. E em 1908 os favores foram ampliados para construir casas para aluguel ou venda a quem não fosse ainda proprietário e não tivesse condições de morar em uma casa higiênica. Até a década de 1920 foram se repetindo leis como essa, demonstrando assim que o problema não foi solucionado. Naquele estado estas medidas, embora não tenham conseguido resolver o problema, foram as responsáveis por beneficiar grande quantidade de empresas construtoras. Uma delas foi a Companhia Construtora de Santos, fundada em 1912 por Roberto C. Simonsen notabilizando-se por projetar obras públicas importantes, ter investido em habitações econômicas e em planejamento urbano. Além dessas, existiam na cidade as Companhias “mutualistas”, que investiam em casas de aluguel e também as cooperativas de construção, compostas de operários.<sup>333</sup>

---

<sup>329</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.129

<sup>330</sup> ANAIS DO SENADO MINEIRO, Belo Horizonte, Imprensa Oficial 1912. pág.84. 30ª sessão ordinária de 03/08/1912. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>331</sup> ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS NO ANO DE 1913, Belo Horizonte, Imprensa Oficial 1913.pág. 98. 18ª sessão ordinária de 23/07/1913. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>332</sup> ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS NO ANO DE 1914, Belo Horizonte, Imprensa Oficial 1914. pág.559. 39ª sessão ordinária de 19/09/1914. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>333</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit. p. 101,102,107; Hugo SEGAWA.Op. cit. p. 55; Raquel ROLNIK.Op. cit. p. 47.

Aqui tivemos também uma mutual, que financiava a construção de casa, era a “Crédito Predial de Minas Gerais” de 1914, Também existiu a “Cooperativa de Casas”<sup>334</sup> de Luiz Perry, de 1909, que objetivava a construção de casas baratas e pequenas para operários. E a “Companhia Predial Juiz de Fora”, que construía prédios no valor de cinco contos, divididos em mensalidades de 15 mil réis e jóia inicial de 25 mil réis; isso para as construções da série A.<sup>335</sup> Além da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, a qual tinha diversas casas de aluguel na rua Antônio Dias, no bairro Granbery. Por serem casas de aluguel eram geminadas e tinham quintal menor, distinguindo-se das outras casas da rua, no entanto seus sócios e locatários eram pessoas com formação acadêmica, talvez possa chamar de classe média, como o farmacêutico Vespasiano Pinto Vieira e os educadores Paulino de Oliveira e Isabel Bastos de Oliveira.<sup>336</sup> Ou seja, em nada contribuíam para a questão da falta de moradia para os operários.

Voltando as Resoluções, a de número 814 deu um certo impulso nas construções, mas também não teve a capacidade de amenizar o problema e, por isso mesmo, foi prorrogada tantas vezes. A primeira delas, através da Resolução 853 de 1920, que estendia seu prazo até 15 de agosto de 1921. Pela Resolução 876 de 28 de outubro de 1921, o prazo de início e término das construções foi fixado entre 15 de agosto de 1921 e 07 de setembro de 1922. Como se isso não bastasse ocorreram ainda mais duas prorrogações, com a Resolução 883, de 22 de agosto de 1922, e a de número 934, de 12 de julho de 1924, que fixava o prazo do benefício para as obras que se iniciassem e tivessem fim entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1925.

A prorrogação do prazo da Resolução 814 de 1919 mereceu nota em jornal que aproveitou o momento para comentar a situação vivida na cidade.

A atual crise das habitações, que se acentua de dia para dia, tornando cada vez mais crítica a situação das classes menos abastadas, tem sido a preocupação constante da nossa municipalidade, que tem tomado a respeito todas as providências, a medida de suas forças.(...) apesar de todos esses favores, foi muito reduzido o número de novas construções, devido a escassez de materiais a falta de casas continua a constituir um problema grave a resolver, a Câmara acaba de instituir a resolução nº853(...)Vamos ver se agora os nossos capitalistas se abalarão a construir. A edificação de casas baratas de aluguel, constitui, é preciso dizer, um ótimo emprego de capital.<sup>337</sup>

<sup>334</sup> Cooperativa de Casas. *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 29/09/1909. p.2.c.1

<sup>335</sup> Companhia Predial de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 25/10/1914. p.1. Anúncio.

<sup>336</sup> Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico do Bairro Granbery*. p.40

<sup>337</sup> A falta de casas. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 05/08/1920.p1. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

A notícia do *Diário Mercantil* esclarece que a lei de 1919 não teve o sucesso esperado e, por isso mesmo, é que foi reeditada dois anos depois. Talvez seja esse motivo que tenha levado ao seu prolongamento durante tantos anos. Foram praticamente cinco anos tentando incentivar as construções sem o sucesso imediato esperado. Até o jornal faz a sua parte lembrando ser vantajosa “a edificação de casas baratas de aluguel”, ainda mais que dessa vez não se fixava o valor do aluguel a ser cobrado. Como todos os alugueis já estavam caros, bem que poderia ser uma boa oportunidade de garantir lucros.

Os limites cronológicos deste trabalho foram fixados entre 1892 e 1930, mas torna-se necessário fazer um pequeno avanço além dos anos de 30, para entender melhor como o posicionamento político modifica-se com relação à moradia popular. Essas observações são mais gerais, em nível nacional, não se prendendo ao que ocorreu efetivamente em Juiz de Fora. Até os anos 20 existiam iniciativas isoladas de construção de moradias populares. A partir de 1930, o que era discurso de higienista, políticos e empresários passa a ser encampado pelo Estado.<sup>338</sup> “No decorrer dos anos 30, o Estado procurou legitimar todas as propostas que foram apresentadas nas décadas anteriores, bem como incorporar seus idealizadores aos órgãos e às instituições municipais, estaduais ou federais.”<sup>339</sup>

É nesse sentido que podemos entender a ocorrência do I Congresso de Habitação e os projetos apresentados durante o evento, os quais não restringiam sua aplicação a São Paulo, mas foram pensados para serem utilizados em todo o Brasil. O Congresso foi importante para definir as diretrizes que, em 1932, estabeleceram a política habitacional no Brasil.<sup>340</sup> Neste ano através do decreto 21326 foi aprovada a aquisição e construção de casas pelas CAPs (Caixa de Aposentadoria e Pensão). Mesmo que de forma embrionária, o decreto tinha os componentes da política habitacional do BNH (Banco Nacional de Habitação, criado em 1964).<sup>341</sup> Para Blay este retoma os mesmos preceitos das vilas, manter o empregado perto e aumentar a sua produtividade. Só que proposto pelo Estado e plenamente captado pela estrutura financeira. Era o Estado que patrocinava a captação de recursos, os financiamentos eram dados às empresas, mas era do empregado que se cobrava a dívida.<sup>342</sup> Porém, os empréstimos do BNH foram feitos em 80% dos casos para pessoas de renda média e alta, não cumprindo o objetivo que era de ser um plano habitacional para atender os de baixo poder

<sup>338</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.11

<sup>339</sup> Idem. p. 83

<sup>340</sup> Idem. p. 107

<sup>341</sup> Idem. p.144. Esta autora trata da política habitacional do Estado até a década de 1940.

<sup>342</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 322,323

aquisitivo. As classes médias começaram a ocupar áreas mais centrais, enquanto que os trabalhadores foram cada vez mais se fixando na periferia, autoconstruindo suas casas.<sup>343</sup>

No Recife a ação do Estado deu-se através da Fundação “A Casa Operária”, que propunha a construção de casas pequenas e higiênicas a pessoas reconhecidamente pobres e de aluguel acessível.<sup>344</sup> Em São Paulo a autoconstrução já era uma realidade, localizadas em áreas ainda ilegais e sem permissão para construção. Em 1932 e 36 foi permitida à prefeitura legalizar essas áreas e anistiar as construções que estivessem em condições razoáveis de existência. Segundo Rolnik este foi um pacto territorial, no qual a ilegalidade era tolerada para ser posteriormente negociada pelo Estado. Com a redemocratização o pacto se consolidou, pois melhorias na periferia poderiam se transformar em voto.<sup>345</sup>

Tanto o incentivo dado pelo Poder Público aos investidores, quanto às iniciativas vindas do próprio Estado no intuito de fornecer moradia aos mais carentes não obteve sucesso. De uma forma ou de outra não foram os operários os mais beneficiados com este tipo de ação. Classe média e alta e investidores imobiliários souberam aproveitar as oportunidades que surgiram e garantiram para si melhores condições de vida, ao passo que aos operários continuava restando a segregação e as moradias “fora dos padrões técnicos adequados”.

### **3.3 – Quem construía: investidores imobiliários, proprietários e construtores**

A partir da série de plantas coletas no Arquivo da Prefeitura foi possível localizar o nome dos maiores investidores da época. Foram eles, Afonso Botti (com cinco requisições apresentadas), Cel. João Evangelista da Silva Gomes (quatro requisições) e, tendo apresentado três pedidos, Franklin Fernandes Mattos, João Borges de Mattos, João Pedro Martins, João Surerus e Joaquim Brandi. No ano de 1911, o Cel. João Evangelista da Silva Gomes e João Surerus figuravam entre os maiores contribuintes do imposto predial no município ao lado de José Procópio Teixeira, Constantino Luiz Paletta, Alfredo Ferreira Lage, entre outros<sup>346</sup>.

---

<sup>343</sup> Lúcio KOWARICH. Op. cit. p. 39,50

<sup>344</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op.cit. p. 120

<sup>345</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 167, 172, 204

<sup>346</sup> *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 24/12/1911.p1.c6.

Encontra-se no ano de 1914, usando dos favores concedidos pelo governo municipal, José Procópio Teixeira. Este mandou construir um conjunto de 40 casas para operários, próximo ao Largo do Riachuelo. Para a construção foi contratada a Companhia Industrial Mineira, os beneficiados seriam famílias, em especial de nacionalidade inglesa, que eram contratadas do proprietário. As obras tiveram fim no ano seguinte.<sup>347</sup> Em maio do ano anterior, quando noticiava a iniciativa do dr. José Procópio Teixeira, o jornal *O Pharol* aproveitava para cobrar que a Câmara fiscalizasse este tipo de contrato, pois não havia um modelo de planta de casa higiênica, e muitos dos aluguéis estavam sendo cobrados acima do permitido. O valor máximo estipulado era de 30\$000 e muitos pagavam 40 e 50 mil réis.<sup>348</sup>

Mas quem eram essas pessoas?<sup>349</sup> Afonso Botti foi loteador de terrenos no Alto dos Passos e atual Mundo Novo, é tido como uns dos benfeitores da cidade. João Borges de Mattos era português, vice-cônsul de Portugal em Juiz de Fora<sup>350</sup>. João Surerus era natural de Petrópolis, industrial, comerciante, sócio da firma Henrique Surerus e Irmão<sup>351</sup>. O Cel. João Evangelista da Silva Gomes foi jornalista d'*O Pharol*, proprietário do Hotel Central, fundador da Fábrica de Tecido São João Evangelista, era ainda investidor imobiliário, financeiro e acionário. Construiu às suas custas a Vila das Damas da Caridade.<sup>352</sup>

De acordo com Miranda a partir da década de 1920 o investimento em terras passou a ser uma alternativa das mais rentáveis na cidade. Os investidores do setor imobiliário podem ser divididos em três grupos, a saber: 1- ex-fazendeiros instalados em áreas próximas ao perímetro urbano e que tiveram suas terras incorporadas à malha urbana (aqui se inclui Afonso Botti e Manoel Honório). 2- semelhante aos anteriores, eram fazendeiros de gado e café nos distritos e ligaram-se a setores urbanos como indústria, comércio e serviços (caso de José Procópio Teixeira, que teve também intensa participação política como vereador e presidente da Câmara). 3- eram aqueles com capital estritamente de atividades urbanas, indústria, comércio e profissionais liberais, incluindo aí os imigrantes alemães, italianos e portugueses (são exemplares deste grupo, Henrique Surerus, Pantaleone Arcuri, Benjamin Meggiolaro, Jacob Kneipp, Bruno Barbosa)<sup>353</sup>. Dentre os nomes mais conhecidos, apenas o de

<sup>347</sup> Avenida Operária. *O Pharol*, Juiz de Fora, 28/02/1915. p1 (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>348</sup> Notas e Novas. *O Pharol*, Juiz de Fora, 31/03/1914. p1 (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>349</sup> De alguns destes proprietários não foi encontrado nenhum tipo de informação.

<sup>350</sup> FUNALFA Org. *Ruas da Cidade*. p.14 e 150.

<sup>351</sup> J. Procópio FILHO. *Salvo Erro ou Omissão* - gente juiz-forana. p.147.

<sup>352</sup> Idem. p. 164

<sup>353</sup> Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. p. 229-232.



Afonso Botti figura entre loteadores e também proprietários com maior número de construções a seu pedido. Mas, de uma forma ou de outra estes loteadores também estiveram presentes em outras áreas do ramo imobiliário, como é o caso de Henrique Surerus, Pantaleone Arcuri e Jacob Kneipp, desenhistas e construtores na época.

Estes proprietários e loteadores tinham intensa relação com vários elos do tecido urbano. Ligavam-se ainda ao setor agrário, com a construção civil, com a representação política (vereadores, prefeitos) e com o associativismo de diversos tipos.<sup>354</sup> Os imigrantes italianos e alemães que conseguiam acumular algum capital também investiam em moradia, em especial nos cortiços que se espalhavam pela cidade.<sup>355</sup> Não era só aqui, que comerciantes edificassem casinhas para alugar junto de suas vendas, muito comum entre portugueses. O mercado imobiliário nos seus vários segmentos representou uma das principais possibilidades de mobilidade social para o imigrante.<sup>356</sup>

No trabalho de Rita Almico sobre a diversificação das fortunas em Juiz de Fora, na transição do trabalho escravo para o assalariado, ela observa que durante a escravidão os principais ativos encontrados nos inventários eram advindos de escravos, dívida ativa, café-terras, casas e títulos. Sendo que as casas tiveram participação maior no total de ativos nos anos de 1884, 1887 e 1888, em que corresponderam a 16,96%, 12,57% e 15,02%, respectivamente.<sup>357</sup> Investigando para onde foram os investimentos que antes eram usados com escravos ela analisa o período de 1889 a 1914. Durante este período 11,32% dos inventários mais ricos eram de proprietários, “pessoas que viviam de alugar casas, principalmente na cidade, havendo alguns casos de aluguel de casas nos distritos, sendo que alguns desses indivíduos exerciam também outras atividades” como fazendeiro, comerciante, capitalista, industrial, etc.<sup>358</sup> Para este período os ativos mais importantes eram terras, casas, títulos e dívida ativa. O café continuava a ser formador das riquezas da cidade, mas

as casas também formam o grupo dos maiores ativos, ocorrendo essa participação em 16 anos, sendo que em seis anos esse é o maior ativo na composição da riqueza. Há um crescimento significativo em relação ao período passado, quando em somente dois anos as casas tinham presença entre os principais ativos. A urbanização ocorrida na cidade nesse período é certamente um dos responsáveis

---

<sup>354</sup> Idem. p. 236

<sup>355</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. *Imigração...* Op. cit.p. 75; Maraliz de Castro V. CHRISTO. *Trabalho...*Op. cit. p.166

<sup>356</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 118

<sup>357</sup> Rita de Cássia ALMICO. Op. cit. p. 79,85

<sup>358</sup> Idem. p. 109

por esse crescimento, (...) há um crescimento de 313% de moradores urbanos em relação ao período anterior.<sup>359</sup>

Como sua análise só se estende até 1914 não consegue observar a longo prazo os efeitos das Resoluções que procuravam incentivar a construção de casas. Mesmo assim, afirma que houve um crescimento de prédios de aluguel nos dois últimos anos pesquisados, o que leva a crer que seja resultado da Resolução 666 de 1912.<sup>360</sup> Ou seja, a partir do momento em que os lucros advindos da agricultura não são mais tão favoráveis os investimentos na cidade passaram a atrair mais. A cidade crescia e o *deficit* de moradia gerava um mercado oportuno de emprego de capital e lucros.

No Rio de Janeiro higienistas e capital imobiliário estavam unidos contra os donos de cortiço. As pretensões científicas de saúde e higiene aliavam-se aos interesses dos investidores, que também faziam parte da Câmara, ou seja, eram eles que determinavam as diretrizes de expansão da cidade.<sup>361</sup> Limpar a cidade e valorizar determinadas áreas era estabelecer relações de interesses de setores diversos, mas que se apoiavam. Backheuser em seu Relatório sobre Habitações Populares de 1906, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, evidenciou os ganhos de capital que poderiam advir da construção de casas operárias, e para incentivar os investidores e aumentar os lucros, sugeriu isenção de impostos para importação de materiais e edificação de casas geminadas (duas a duas), além de redução de adornos, para que os gastos não fossem muito altos na sua construção.<sup>362</sup>

De acordo com Rolnik existe “uma espécie de crença comum que atravessa períodos da história e grupos sociais: investir em imóveis neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó.”<sup>363</sup> Essa crença, em certo sentido atemporal, aliada com o crescimento demográfico, a difusão do trabalho assalariado e a disponibilidade de capitais tornou o mercado imobiliários possível e rentável. De modo geral, os maiores investidores construía casas para alugar para a classe média. Para os pequenos investidores, que procuravam aplicar suas economias, o objetivo máximo era obter a casa própria.<sup>364</sup>

---

<sup>359</sup> Idem. p. 117

<sup>360</sup> Idem. p. 135

<sup>361</sup> Sidney CHALHOUB. *Cidade...* Op. cit. p.52,53,56

<sup>362</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p.33

<sup>363</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 25

<sup>364</sup> Idem. p. 103; Nestor Goulart REIS FILHO. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. p. 66

Também não se pode esquecer dos lucros auferidos pela sublocação que gerava uma complexa rede de senhorios e inquilinos, constituindo um mercado de alta densidade e talvez de valorização mais rápida e intensa do que as áreas de alta renda, e com várias alternativas de aluguéis para diversas faixas econômicas.<sup>365</sup>

Mas se existia um mercado rentável para construção de casas de aluguel, também havia um mercado que necessitava de trabalhadores para essa área. Eram engenheiros, arquitetos, desenhistas, alguns com formação acadêmica, outros talvez tivessem aprendido com a prática e sem titulação. É sobre eles, que vamos conhecer um pouco. Os controladores da técnica, construtores e desenhistas.

Vejamos quem foram os mais procurados para fazerem as casas populares da época em Juiz de Fora. Dentre os construtores quem mais se destacou foi Jacob Kneipp, contando com onze construções assinadas por ele. Em segundo lugar destacam-se Antônio Scapim Guerino e a firma Henrique Surerus e Irmão(s) com seis trabalhos cada um. Hamlet Ciampi foi o terceiro a mais construir; foram quatro prédios sob seus cuidados. Outros construtores importantes da época, como Luiz Perry, Pantaleone Arcuri e Angelo Crivelari, figuram com apenas duas construções desse tipo feitas pelas suas empresas. O que pode ser explicado pela predominância de seus trabalhos para famílias mais abastadas da cidade, por isso poderiam ser chamados de “construtores de elite”.

Pelos sobrenomes dos construtores percebe-se a predominância de italianos, fato explicado pelo alto número de imigrantes que a cidade recebeu. Para se ter uma idéia de sua participação no total de habitantes da cidade, o censo de 1893, mostra um total de 10200 habitantes, sendo 7924 nacionais e 2276 estrangeiros.<sup>366</sup> Sua presença foi importante para a arquitetura na cidade, e também em várias regiões do Brasil, pois introduziram a arquitetura Eclética. Segundo a historiografia, três fatores são apontados como fundamentais para as semelhanças arquitetônicas, entre as várias cidades que adotaram o Ecletismo. São elas: concentração de renda na região, presença da ferrovia, que permitia a chegada de materiais importados e industrializados e a existência de mão-de-obra especializada, em especial a de imigrantes. Principalmente os italianos, dominavam as novas técnicas de construção como a utilização do ferro nos remates decorativos de portões, sacadas, do trabalho em vidro bisotado, jateado e em acabamentos de alto-relevo. Exemplo dessa presença na cidade de Juiz

---

<sup>365</sup> Idem. p. 118

<sup>366</sup> Recenseamento da População de Juiz de Fora residentes no perímetro da cidade. AHCJF. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Série 164. Caixa 120.

de Fora foi a firma Pantaleone Arcuri que contabilizava entre seus operários, em 1906, aproximadamente 50% de italianos, dotados de experiência<sup>367</sup>.

Por outros estudos sabe-se da existência de construtores que não tinham capital muito grande e eram mesmo clientes da empresa Arcuri & Spinelli, comprando os materiais por ela produzidos. Mas sua participação foi muito importante na cidade por terem sido os responsáveis pela propagação da arquitetura de qualidade eclética, *art-déco* e neocolonial para essa população mais simples<sup>368</sup>.

Também em São Paulo, no início do século, os imigrantes italianos eram maioria entre os trabalhadores da construção civil. Mas com o parcelamento do trabalho eles foram sendo considerados desqualificados e substituídos pelos migrantes nacionais. O processo de desqualificação prejudicou os operários reduzindo seus salários e em consequência, reduzindo o custo com a mão-da-obra.<sup>369</sup> O processo de desqualificação foi instigado pelo discurso da higiene que exaltava os engenheiros, “seres iluminados pela ciência”, em contraposição aos pedreiros e mestres de obra, “ignorantes e incapazes”.<sup>370</sup> Criado em 1917, o Instituto de Engenharia (SP) veio ocupar um espaço importante na história da construção. Órgão que regulamentava a profissão tinha profissionais que foram ocupando cargos políticos importantes no governo estadual e municipal de São Paulo. Os boletins e revistas da associação eram fontes importantes de comunicação dos técnicos de todo o país. Foi também o Instituto o responsável pelo I Congresso de Habitação.<sup>371</sup>

Nem sempre construtores e desenhistas eram os mesmos. Em vários projetos aparecem duas pessoas diferentes, e, em outros tantos, nenhum dos dois são indicados. Na tabela (anexo 4) é possível visualizar quais foram os desenhistas mais atuantes durante estes 38 anos. Pelo que se pode perceber também os desenhistas são predominantemente de origem italiana, sendo campeão absoluto Luiz Turolla, que começou sua atuação em 1921 e se estendeu por toda a década. Ele tem outra participação importante na história das moradias em Juiz de Fora. As primeiras casas neocoloniais foram projetadas por ele a pedido de Martinho Gonçalves em 1926.

---

<sup>367</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Trabalho...Op. cit. p. 143,147 In: Maíra Carvalho C. SILVA. Op. cit. p. 27

<sup>368</sup> Idem. p. 150

<sup>369</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.127-129

<sup>370</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p. 42,43

<sup>371</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p.74

Com participação significativa vemos o nome de Pedro Scapim, descendente de italianos, mas nascido em Juiz de Fora. Foi arquiteto e industrial. Além dos inúmeros projetos de casas populares é de sua autoria a Igreja de Santa Rita<sup>372</sup>, no bairro Bonfim.

Em quantidade menor existem os trabalhos de Joaquim Rodrigues de Araújo, que atuou desde fins do século XIX. Na coleta feita, seu primeiro projeto data de 1893 e ainda aparecem projetos seus, em meados de 1925.

Em quarto lugar aparecem os trabalhos de Raul Lemos (entre 1924 e 1928).

Nove projetos são de João Surerus Júnior, que trabalhava na empresa de sua família, a Henrique Surerus e Irmão(s). Desenhista, elaborou muitos projetos, administrou construções e foi também um dos fundadores do Curtume Surerus S. A<sup>373</sup>. Suas obras podem ser encontradas entre os anos de 1912 e 1918.

Albionte Castelhani fez oito plantas já em fins da década de 20.

E com cinco projetos em seu nome encontramos Salvador Notaroberto (Salvatore Francesco Antonio Notaroberto), empregado da Pantaleone Arcuri, responsável pelos projetos da firma, ao lado de Pantaleone, até aproximadamente a década de 1910, quando Raphael Arcuri retorna da Europa e assume-os. Dentre as plantas coletadas, a primeira de sua autoria é de 1909, tendo como construtora a Companhia em que trabalhava. As outras (sendo a última de 1915) parecem ser trabalhos autônomos, como foi a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, de 1928, em Creosotagem (atual Francisco Bernardino)<sup>374</sup>.

O período em estudo coincide com a consolidação do trabalho assalariado e com a Primeira Guerra Mundial. Estes dois eventos importantes marcam um momento de reajuste social e econômico, por isso a carestia que atingiu a tantas pessoas e a falta de moradias que agravava este quadro. Para este processo de reajuste a medicina social exerceu papel preponderante delimitando o que era recomendado e o que era proibido em vista de um ambiente saudável e higiênico. A casa fazia parte de um desses ambientes e deveria ser *locus* de saúde e moral, por isso o intenso combate aos cortiços e o incentivo à construção de moradias mais higiênicas. Lembrar que a casa era o lugar de aprimoramento da raça, tal era considerada a sua importância. Aliada ao discurso da higiene existia também os interesses dos capitalistas, que aproveitaram a situação vivida para aumentarem seus negócios na área urbana em constante crescimento.

---

<sup>372</sup> FUNALFA. Op. cit.p. 216

<sup>373</sup> Idem.p. 155

<sup>374</sup> Maraliz de Castro V. CHRISTO. Trabalho...Op. cit. p. 149

Os construtores, na maioria imigrantes italianos, colaboraram para a formação do cenário urbano composto de grandes prédios ecléticos ou não, muitos deles para o serviço público (Prédio das Repartições Municipais, na avenida Rio Branco), outros para o lazer (Parque Halfeld e o Cine-Theatro Central). Porém, às margens dessa sala de visitas, lá na cozinha, muita coisa acontecia. E a cozinha, embora considerada menos nobre, também faz parte da casa e é para lá que vamos agora, conhecer como essas casas menos nobres eram em seus aspectos formais arquitetônicos. Conhecer visualmente, através das plantas dessas casas, uma outra parte da cidade, que era e é esquecida.

## CAPÍTULO 4: CENÁRIO URBANO, AS DIVERSAS FORMAS DE MORAR

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra das coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós... (Lucio Costa, 1929)<sup>375</sup>

Este capítulo objetiva através da análise das plantas de algumas casas populares entender a composição do cenário urbano em sua materialidade. Ao longo dos três últimos capítulos foi possível acompanhar o crescimento da cidade de Juiz de Fora, a composição de seus moradores e as atitudes do Poder Público, em um momento de carestia e greves, com a intenção de solucionar os problemas que afligiam a população. Após ter passado por estas questões, resta entender a materialidade das construções, os estilos arquitetônicos, as formas de construir e a organização interna das casas. Tudo isso para compreender melhor o “estojó do homem privado”, o lugar onde repunha suas energias e que, ao mesmo tempo em que individualiza o homem, também o coloca em contato com outras pessoas.

Três aspectos dividem este capítulo, em primeiro lugar entender a existência dessas casas como componentes de um cenário. Depois faz-se necessário conhecê-las, por isso a apresentação das plantas e suas descrições tipológicas; e, por último, as implicações entre público e privado que se dão por intermédio da casa. É de “surpresa em surpresa” que se quer levar o leitor a este cenário de coisas esquecidas, mas que não são totalmente estranhas, como nos dizeres de Lucio Costa.

### 4.1- Cenário urbano juizforano

Assim como em uma peça de teatro o cenário também conta uma história, ajudando e complementando o que está sendo encenado, assim como na “vida real” das ruas das cidades suas construções ajudam a contar a história daquele espaço e do que se passa naquele espaço.

---

<sup>375</sup> In: Hugo SEGAWA.Op. cit. Epígrafe

Isso fica bem claro no caso russo citado no capítulo 1, onde por de trás das fachadas em estilo ocidental se escondiam moradias pestilentas. As fachadas eram mesmo “fachadas”, “capas de civilização”, composição de um cenário que se queria moderno e civilizado.

Concordando com Nestor Goulart

a arquitetura não é um simples dado das condições de existência social. Ela é realizada pelos agentes sociais, com alvos socialmente definidos. Esses alvos, por sua vez, não podem ser aceitos apenas como são expressos ao nível da consciência pelos próprios agentes sociais, mas devem ser induzidos das condições concretas de existência social. Quem produz ou utiliza arquitetura vê em seu conjunto e em suas partes significados, que são socialmente definidos. Esses constituem, em conjunto, a linguagem plástica que o arquiteto vai manipular.<sup>376</sup>

Por isso, torna-se importante conhecer fisicamente as moradias e entendê-las como composição de um receituário manipulável, em consonância com os modelos que a época oferecia, com a intenção de sua construção e em harmonia com o restante da paisagem urbana.

Segundo Eva Blay as vilas são um aspecto de um amplo processo de construção de habitações e sua reconstituição leva à gênese da urbanização e implantação das indústrias.<sup>377</sup> As moradias populares não estão circunscritas só no período histórico estudado, além de constituir-se em problema até os dias de hoje, também perduram na paisagem urbana compondo as cidades, como no caso do Rio de Janeiro e o bairro de Vila Isabel ou das casas da Companhia União Fabril (Rheingantz) do Rio Grande (RS). As casas da Rheingantz ainda hoje compõem o cenário urbano do Rio Grande e incorporam os valores culturais de uma época áurea para a cidade, o que necessita de preservação.<sup>378</sup>

Em Juiz de Fora, cidade de forte presença operária no início do século passado, não há preservação desse tipo de construção que faz parte de momento importante para a cidade e de personagens motores para a constituição da “Manchester Mineira”. Basta olhar os guias de bens tombados<sup>379</sup> da cidade e constatar o interesse em se preservar prédios públicos, palacetes das famílias tradicionais e igrejas. As moradias populares ainda de pé e em uso na cidade são aquelas que se preservam por consciência dos moradores ou falta de dinheiro dos mesmos

<sup>376</sup> Nestor Goulart REIS FILHO. Op. cit. p. 186

<sup>377</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.7

<sup>378</sup> Vivian da Silva PAULITSCH. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande-RS*. p. 25-213-215. Neste trabalho a autora buscou fazer a correspondência entre as casas da vila Rheingantz e os Atlas internacionais de imagens de construções, além de inserir a vila no conjunto total da cidade.

<sup>379</sup> Divisão de Patrimônio Cultural da PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (org). Op. cit. e FUNALFA (org.) *Memória da urbe: bens tombados*.



para fazerem uma reforma ou mudar-se para outra casa. Não há preocupação da Prefeitura quanto à conservação e preservação dessa parte da memória juizforana. É também na tentativa de preservar a memória deste segmento que se pensou este capítulo. Para isso começa-se com a utilização de alguns dados numéricos obtidos a partir da análise do material coletado na série Plantas, do Arquivo da Prefeitura, como já foi explicado na introdução do trabalho.

O primeiro dado referenciado são as quantidades de construções anuais. Para isso retoma-se o gráfico apresentado no anexo 3. A partir dele e do que já foi tratado no capítulo precedente, quanto ao incentivo do Poder Público às construções, fica fácil perceber o salto quantitativo no número de requisições feitas a prefeitura do ano de 1909 (quatro edificações) para 1912 (55 edificações). Em função do agravamento da carestia e dos efeitos da guerra esses números caem bastante entre os anos de 1916 e 1919. De 1922 até o ano de 1930 (passando pelo ano recorde de 1928, com 88 pedidos de novas construções) as construções na cidade ganham novo impulso, embora não tenha resolvido a questão de falta de casas na cidade.

Devido à grande quantidade de plantas no Arquivo, foi difícil delimitar quais seriam as casas populares presentes em todo aquele volume de documentos. Por não ser possível utilizar a classificação do professor Lemos, citada na introdução, e como também não foi criada outra classificação, utilizou-se apenas o que constava na requisição apresentada para definir o tipo de habitação. Sendo assim, foram dezoito as petições para construção de casas para operários, incluindo vilas e avenidas. A quantidade de casas variava de apenas uma a 60, caso da avenida construída na Tapera de propriedade de Joaquim Dias da Silva, no ano de 1912<sup>380</sup>.

A grande maioria dos prédios construídos neste período eram isolados, são 445, contra 140 prédios geminados. As demais não puderam ser identificadas ou não se enquadram nestas duas características. Importante: utiliza-se a denominação de prédios, porque em alguns casos há conjuntos de casas, mas isoladas entre si<sup>381</sup>, além de que os conjuntos geminados variavam muito a quantidade de casas unidas, do comum duas a duas, até cinco, seis unidas em um mesmo bloco<sup>382</sup>. Por isso mais uma vez salienta-se, estar falando, nesse caso de prédios e não de moradas. Algumas poucas vilas encontradas pertenciam a empresas, no entanto 22

---

<sup>380</sup> Joaquim Dias da Silva, 1912. Cx. 5.

<sup>381</sup> Adolpho Knop, 1915. Cx.7. AHPJF. Três prédios isolados entre si.

<sup>382</sup> Companhia Industrial e Comercial América, 1930. Cx.20.AHPJF. Formada por um conjunto de oito casas geminadas.

requerimentos diziam ser a construção para operários, casas de todos os tipos e em várias quantidades.

Quanto à localização destes prédios, poucos se concentravam no centro da cidade e na medida em que avançamos no tempo, percebemos a expansão para outras regiões antes pouco habitadas. É necessário informar que os endereços foram transcritos tais como se apresentavam no requerimento, as vezes aparecendo o nome da rua, outras o bairro em que estavam localizadas. As localidades mais recorrentes podem ser observadas no anexo 5. Pelos dados apresentados percebe-se com destaque as localidades de Santana e Benjamim Meggiolaro, que correspondem atualmente a uma rua em Santa Terezinha e ao bairro Nossa Senhora Aparecida, respectivamente. Sua expansão deu-se na metade da década de 20, tendo impulso maior nos anos de 1928 e 1929. Até meados de 1915, as construções concentraram-se mais na região central (Rua Santa Rita, Paula Lima) e também a margem esquerda do Paraibuna (Rua do Botanágua, Avenida Garibaldi, Rua Vitorino Braga, Avenida Dona Maria Perpétua) região já conhecida pela presença de cortiços, como visto no capítulo primeiro.

Retomando a metáfora título deste trabalho, o cenário que será tratado daqui para frente é o da cozinha, mas sem esquecer que ela é um dos cômodos da casa e, portanto precisa estar em harmonia com a sala de visitas. Passa-se agora à descrição e análise dos diversos tipos de casas populares encontradas na coleta de fontes.

## **4.2 – Composição do cenário as casas e suas tipologias**

Voltando a tratar um pouco mais sobre os cortiços e levando em conta o que os jornais da época diziam destes lugares é possível visualizar como então eram descritas estas habitações, caras, insalubres e com um acúmulo de pessoas em seus espaços. Mas, vale a pena escutar um pouco mais do que se dizia sobre os cortiços para que se possa conhecê-los melhor. Em 1893, o senhor Antônio Francisco de Moraes solicitou que fosse reavaliado o lançamento feito de seu imóvel na rua de Santa Rita. Na resposta do encarregado do lançamento há a descrição deste imóvel e com isso se justificou o acerto na cobrança do imposto extra.

Esses cortiços acham-se situados nos fundos dos prédios de sua propriedade e com entrada independente por um estreito beco que dá para um pátio, onde se vêem estes cômodos.(...)sobre as condições higiênicas dos cômodos em questão,

podemos assegurar (...)que é o gênero de habitação pior e de maior repugnância que encontramos em toda a cidade e que na visita que fizemos a esses cortiços [foi] necessário recorreremos aos cuidados médicos. Que os cômodos em questão estão ligados as casas de propriedade do requerente não resta dúvida, sendo porém, exato que a parte inferior se acha dividida em pequenos cômodos com entrada pelo citado beco, conforme já dissemos, tornando-se verdadeiros cortiços na acepção da palavra.

Avançando em 12 anos, chegamos a 1905 e encontramos o proprietário de nada menos que doze cortiços na rua do Botánagua. “Casas essas edificadas e numeradas com a licença da Câmara, tendo cada uma, porta, janela, sala, quarto, cozinha e quintal(...) são pequenas casas de pés direitos muito reduzidos e falta de certas condições de higiene.”

Por fim, vale ainda ler mais uma descrição dos “bairros de miséria” apresentado no jornal O Pharol em 1914.

### **Nossa cidade já tem seus bairros de miséria**

#### **OS CORTIÇOS**

Há em Juiz de Fora uma explosão torpe da pobreza, essa de aluguel de cômodos para operários.

Ontem vimos em um cômodo alugado a seis mulheres o mais triste quadro de miséria e falta de higiene Moram estas raparigas em um cubículo apertado, por baixo de uma casa de propriedade do sr. Joaquim Pereira, no bairro Botánagua, próximo à linha da Piauí, e o antigo estabelecimento balneário.

O compartimento é de uma imundice horrível, dividido entre seus moradores por panos esticados presos às paredes. (...)

Interrogadas, as mulheres declararam que o proprietário do dito prédio havia lhes pedido que, no caso de serem interrogadas por algum fiscal, não declarassem que pagavam pelo cômodo que habitam 20\$000.(...)

Não é este o único cortiço aqui existente. Se tivéssemos uma fiscalização regular neste sentido veríamos muitos prédios daquele bairro e de outros que abrigam entre quatro paredes, as vezes, de seis a oito pessoas!(...) <sup>383</sup>

A seguir um último exemplo de descrição de cortiço e que também retoma a questão da dificuldade dos fiscais em determinar este tipo de habitação. O lançador municipal foi chamado para apresentar parecer no caso da residência de Luiza Evangelista de Almeida, na Rua Carlos Otto, nº482, bairro do Botánagua. O dito lançador começa sua petição recorrendo aos lexicógrafos, que definiam cortiço como “uma pequena casa onde reside muita gente, edifício, disposto a alojar famílias pobres.” O caso era realmente assustador,

---

<sup>383</sup> Nossa cidade já tem seus bairros de miséria. O Pharol, Juiz de Fora, 04/04/1914. p1.c6.

(...) um casebre, no meio de um quintal, ocupado por diversas famílias pobres, todas se servindo de uma só privada, em mau estado, de um tanque todo estragado, onde lavam roupa, louça, etc, etc, e encanamento furado. (...) para se ter acesso a esses cortiços, com dificuldade, entra-se por um buraco recentemente aberto no muro, e isso numa rua calçada, movimentada e no centro da cidade!...

Através dessa definição e da própria realidade dessa casa, o lançador discursa de forma a alertar para que a lei seja aplicada a todos os que “contribuem para prejudicar sua estética [da cidade] e (...) como no presente caso nem sempre buscam os mesmos preceitos de higiene”.

Em quatro momentos diferentes foi possível perceber como eram vistos os cortiços e verificar suas características de espaços pequenos, anti-higiênicos e com uma densidade habitacional alta. Além disso, pôde-se confirmar a recorrência da localização destes na cidade e a permanência do problema, mesmo com a taxa extra cobrada para inibir sua existência. (Taxa essa do mesmo valor declarado pelas mulheres da rua Botánágua em 1914, 20\$000).

De modo geral, os cortiços construídos por investidores imobiliários eram dezenas ou até, mesmo, centenas de cômodos enfileirados, todos iguais, cada um deles para uma família, com privada e tanque de uso coletivo das diversas famílias. No início do século, os cortiços no subúrbio da cidade, quase na zona rural, tinham aspecto um pouco mais ameno, com mais luz e ar e compostos de três cômodos (quarto, sala e cozinha), mas que continuava a ter as dependências sanitárias em comum com outras famílias, além ainda dos palacetes que eram subdivididos e sublocados a diversas famílias, muito comuns no Rio de Janeiro.<sup>384</sup>

No Rio de Janeiro o combate aos cortiços foi de grande violência, o que não acabou com os problemas e sim inaugurou o processo de favelização. Mas na época o combate aos cortiços, além de embasar-se nas questões sanitárias, vistas no capítulo anterior, ali também pautavam-se no sentido de combate a um cenário de lutas contra a escravidão. “Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos.”<sup>385</sup>

As avenidas foram paulatinamente substituindo os cortiços e estalagens. Entretanto elas não resolveram o problema, assim como as vilas populares não resolveriam e não erradicaram as habitações coletivas como imaginavam os idealizadores de vilas e avenidas da

<sup>384</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História...* Op. cit. p. 57,59.

<sup>385</sup> Sidney CHALHOUB. *Trabalho...* Op. cit. p. 17,25,26

época. Os cortiços sobreviviam principalmente por possibilitar ao trabalhador morar perto de seu local de trabalho, mesmo dentro de limites já proibidos pela administração municipal.<sup>386</sup> No início do século XX acreditavam que as vilas conseguiriam acabar com os cortiços. Apesar das favelas e da autoconstrução o cortiço na verdade nunca desapareceu.<sup>387</sup>

Mas não só em cortiços viviam os operários, lembrando das iniciativas municipais que incentivavam outros tipos de habitações populares, passa-se agora a ver com mais detalhes alguns modelos de casas existentes em Juiz de Fora. Como já explicado, foram selecionadas apenas as plantas de edifícios com até seis cômodos, incluindo instalações sanitárias. E foram estas as mais comuns de todas que observamos, contando no total 390, entre os anos de 1892 a 1930. Um programa bem comum que se repete ao longo do tempo é o da imagem 1 tendo, às vezes, alguma variação quanto à disposição dos cômodos dentro da habitação. Outra grande parte (144 projetos) dos edifícios era composta por cinco cômodos, caso da imagem 2. Era costume higiênico da época que as latrinas ficassem do lado externo (o que também pode ser observado na imagem 1) e, de preferência, longe do corpo do edifício. Apenas três plantas referiam-se a moradas com apenas um cômodo, podendo essas ser caracterizadas como cortiço, por constarem de apenas uma latrina para todo o conjunto de moradas. Como pode ser observado na imagem 3 (recorte de uma imagem maior) que se refere à planta de um conjunto de quinze moradias a serem construídas na rua Espírito Santo, pela Companhia Pantaleone Arcuri e Spinelli. Cabe ressaltar que este pedido foi indeferido pela Câmara, que não concordava com a construção de moradias coletivas como aquelas. O projeto voltou a ser apresentado no ano seguinte alegando a existência de outros prédios semelhantes e reafirma estar de acordo com a legislação sanitária. Mesmo assim foi mantido o indeferimento.

---

<sup>386</sup> Lia de Aquino CARVALHO. Op. cit.30,31,32

<sup>387</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. 184

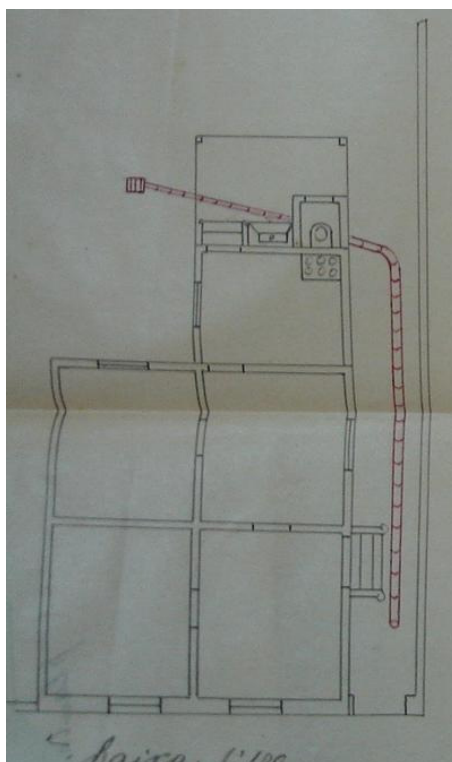


Imagem 24: Januário Correa, 1910. Desenho de Planta baixa: Salvador Notaroberto Cx. 4. AHPFJ

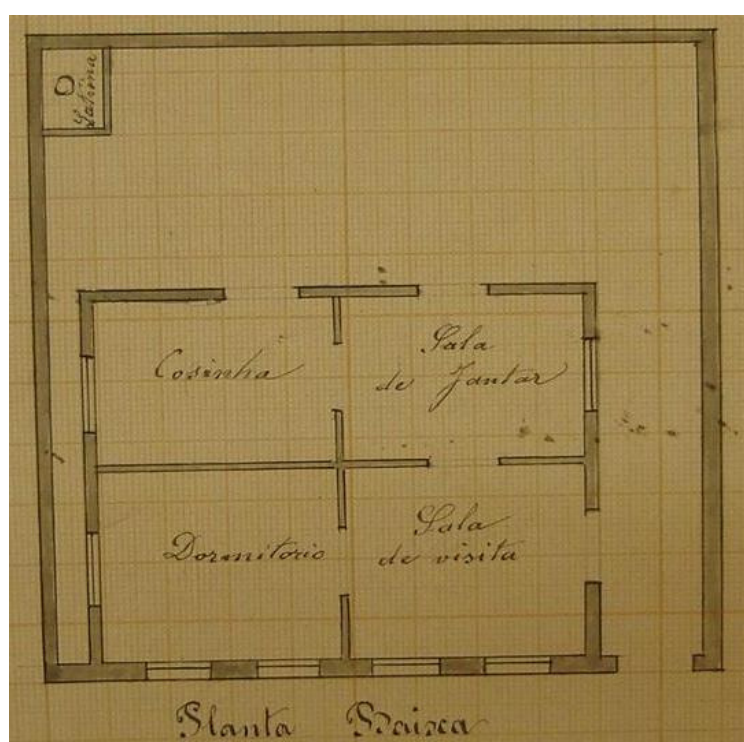


Imagem 25: Povedônio José de Souza, 1893. Desenho de Planta baixa. Cx. 1. AHPFJ

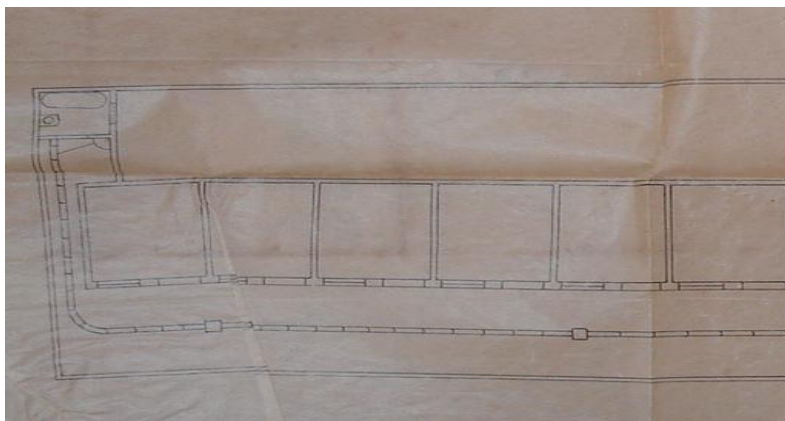


Imagem 26: Antônio Alves de Sá, 1913. Desenho de Planta baixa: Raphael Arcuri. Cx. 7. AHPJF

Quanto à presença de instalações sanitárias pode ser averiguado que elas estavam presentes na maioria das edificações, e de modo mais acentuado, depois de 1910. Nas plantas de fins do XIX, e em algumas de épocas posteriores, não têm demarcadas tubulações, latrinas, chuveiros e, em algumas vezes, nem mesmo a cozinha. Fica a dúvida: essas instalações não existiam ou simplesmente não estavam discriminadas nas plantas? Mesmo fazendo esta ressalva a presença de cozinha está clara em 68,25% das plantas analisadas.

No banco de dados que foi feito foram discriminadas em separado latrina e “casa de banho”, pois fazia parte da tradição francesa a separação entre esses dois ambientes, deixando à latrina um espaço muito reduzido. Foi só no pós I Guerra que o modelo americano, acomodando no mesmo espaço latrina, banheira, chuveiro, semicúpio e bidê, popularizou-se deixando de lado a forma utilizada anteriormente. Outras transformações passaram a ser sentidas como cozinhas e banheiros em ambientes contíguos, para economizar encanamento, que era importado, uma vez que o banheiro passou a ser aceito no interior da casa. Paredes azulejadas e pisos impermeáveis (na maioria dos casos, ladrilhos hidráulicos – assim chamados pelo tipo de força motora da máquina que os fazia-) nestes dois ambientes<sup>388</sup>.

Nas plantas utilizadas nesta pesquisa, a grande maioria apresentava latrina (82,20%). Dessas, 57,82% não vieram acompanhadas dos equipamentos de higiene pessoal. Apenas 24,53% possuíam banheiros ao modo americano. Nas imagens 1 e 2 vemos as latrinas fora da casa e sem acompanhamento de outros utensílios. Já na imagem 4 percebe-se a presença de banheira no mesmo compartimento da latrina e na imagem 5, mais do fim da década de 1920, o chuveiro integrando as instalações do banheiro.

<sup>388</sup> Carlos A. C.LEMOS. *A República...* Op. cit. p. 67-68.

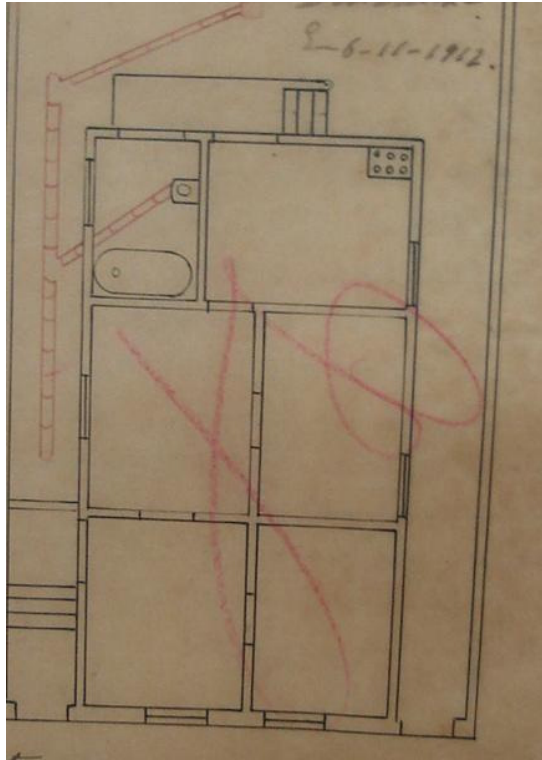


Imagem 27: Cel. João Evangelista da Silva Gomes, 1912. Construtora Perota e Groia. Planta baixa. Cx.6. AHPJF

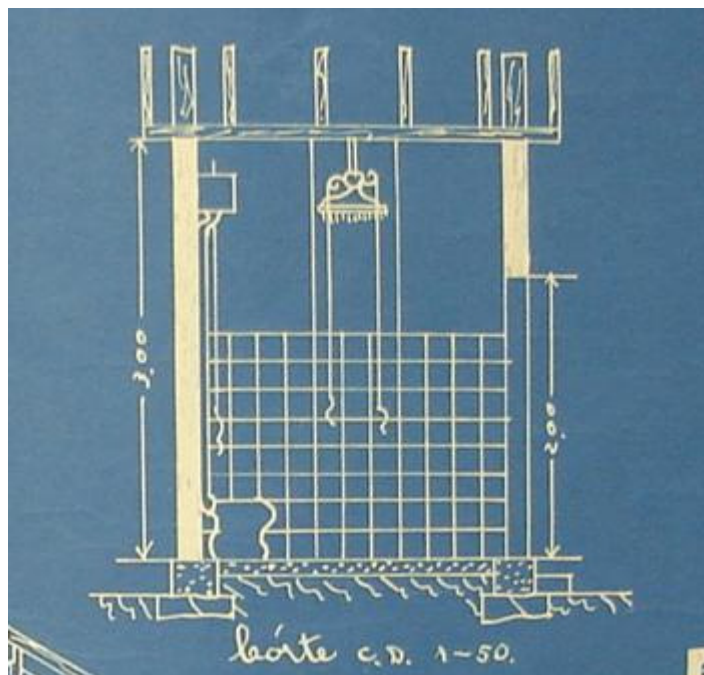


Imagem 28: Arthur de Castro, 1928. Desenho (corte): Luiz Turolla. Cx. 18. AHPJF



Quanto ao tipo de construção as casas foram subdivididas, a partir das plantas encontradas, em casas isoladas, casas geminadas, avenidas e vilas. A seguir, os vários tipos e sua utilização na cidade, compondo este cenário urbano serão tratados.

A maioria das plantas encontradas referia-se a casas isoladas no terreno, algumas delas de esquina e apenas duas possuíam jardins. Este tipo de moradia percorre todo o período em estudo e podem ser destacados os modelos de alguns desenhistas, que deram o tom nas construções da cidade. Podemos dizer que a casa isolada apresentou-se de todas as formas e tamanhos, não sendo possível padronizar seus modelos.

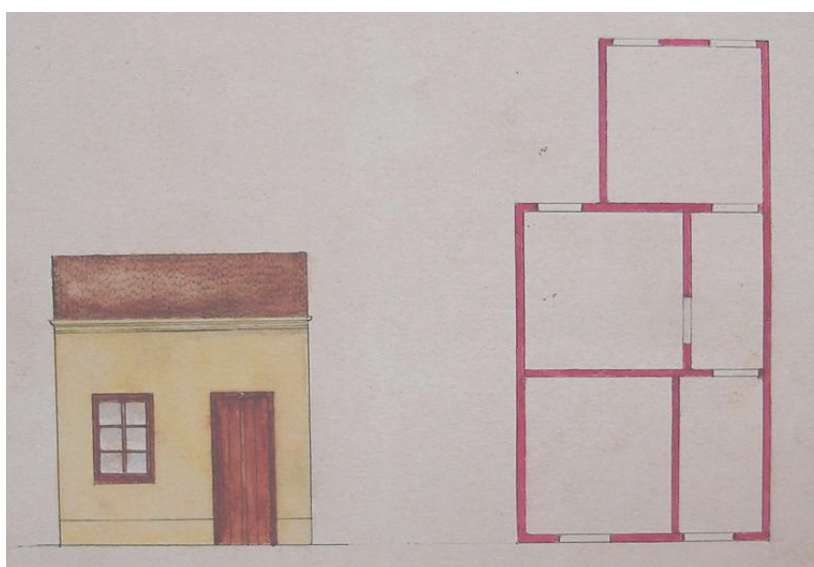


Imagem 29: Ludovico Giovanni, 1893. Desenho de elevação e planta baixa: Gilb. Cx. 1. AHPJF

A casa construída para o senhor Ludovico Giovanni, na rua de Santa Rita, é um modelo bem simples que se repete algumas vezes, em especial neste período de transição do século XIX para o XX. Muito semelhante às vilas e avenidas que constituíam-se no modelo porta-janela, sem ornamentos, mas geminadas e com telhado único. Internamente estava dividida em sala (à direita), dois quartos (à esquerda), cozinha (no fundo) e corredor<sup>389</sup>, sem apresentar instalação sanitária, o que não foi impedimento para sua aprovação.

<sup>389</sup> A definição dos cômodos está presente em outra planta igual a essa, do mesmo proprietário e mesmo desenhista. Embora na planta acima não haja ligação entre a sala e o quarto ao lado. Creio que tenha sido um erro no desenho a falta da abertura.



Imagem 30: Honorato Munck, 1905. Elevação e Planta baixa. Cx. 3. AHPJF

Entrando no século XX, encontram-se com mais freqüência os elementos ecléticos nas casas populares. Como é o caso acima, em que se nota a existência de pináculo, lambrequim, óculo e aplicação de ornatos sobre as janelas. Na verdade, daí para frente, praticamente todas as casas passam a possuir ao menos um tipo de ornato, seja um óculo, um lambrequim, ou um friso. Já que se fala de casas de trabalhadores, os quais não faziam parte da elite econômica da cidade, moravam em regiões nem sempre muito centrais, pode-se entender a utilização destes elementos como uma tentativa de aproximação de um padrão que, por fatores econômicos não era o deles, não se refletia no interior da casa, mas permitia certa distinção diante dos que por ali passavam. As edificações populares repetiam o quanto fosse possível as aparências das residências mais ricas, tudo dentro de suas limitações financeiras. Por usarem terrenos de menor tamanho aproveitavam menos as inovações daqueles tempos e eram, quase sempre, como que caricaturas das variadas correntes arquitetônicas. E mantinham mesmo internamente as mesmas tendências de valorização dos espaços, sempre dentro do possível para uma casa operária.<sup>390</sup>

Afinal, “o ecletismo é uma questão de afirmação personalística de cada um na multidão”<sup>391</sup>. A postura eclética naquele tempo simbolizava o engajamento na modernidade, era o progresso e a nova visão de conforto, a qual foi perdendo espaço durante o período da

<sup>390</sup> Nestor Goulart REIS FILHO. Op. cit. p. 66, 67

<sup>391</sup> Carlos A. C. LEMOS. Ecletismo em São Paulo. In: Annateresa FABRIS (org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. p. 70.

guerra, para os modelos vindos dos Estados Unidos.<sup>392</sup> Essa preocupação com a estética demonstra como as idéias de embelezamento, impostas pela Câmara Municipal tiveram enraizamento nos projetos apresentados daí em diante.

“As representações das fachadas residenciais atuaram como elementos de distinção e marcação de território no contexto social da cidade, utilizadas como indicadores de opulência da elite local, e, também, demonstrando o que era o modelo de boa arquitetura, como construções modernas e civilizadoras”<sup>393</sup>, o que era copiado, até certo ponto, por todas as construções. Além de ser um diferencial de seu morador, era uma imposição do Poder Público Municipal, que proibiu casas térreas nas principais ruas do centro em 1906, proibindo a construção de casas de capim e obrigava proprietários e inquilinos a conservar limpas, pintadas, a cada três anos, e reformadas as frentes das casas, sob pena de multa para os que não cumprissem o determinado.<sup>394</sup> E utilizavam não só a punição, mas também o incentivo, como o dado por Duarte de Abreu em 1905, ao instituir um prêmio anual para os três prédios construídos na zona urbana que mais se recomendassem pelo gosto estético das construções, especialmente das fachadas. O prêmio constituía-se na isenção de todos os impostos municipais ou de parte deles, durante o prazo determinado pelo agente executivo<sup>395</sup>.

Também nos requerimentos apresentados junto com as plantas, no qual consta o parecer do diretor de obras da municipalidade, pode ser percebida a preocupação com a estética das novas construções. No projeto apresentado por Paulo Tirapani (imagem 8), para construção de uma casa na avenida Sete de Setembro, junto com a aprovação vem a observação de que “para melhor estética deve ficar invertida a posição das janelas, isto é, a parte de baixo ficar para cima”. O diretor de obras Jonas Bastos, parece que teve especial atenção para com a estética das fachadas, fazendo observações semelhantes à anterior, nos requerimentos apresentados por Genaro Novella (para duas casas geminadas) e João Pinto (para um conjunto de cinco casas operárias), no ano de 1925. Os construtores de casas populares apropriavam-se de elementos próprios de determinados estilos arquitetônicos (como o art déco, art nouveau) e o aplicavam sem muita regra em seus projetos o que de certa forma pode explicar a dificuldade em combinar todos os elementos de maneira harmônica. Na fachada abaixo percebe-se mais uma aproximação com o estilo art-déco e suas linhas mais

---

<sup>392</sup> Idem. *História*. Op. cit. p. 48, 63

<sup>393</sup> Ana Lúcia Fiorot de SOUZA. Op. cit. p.37.

<sup>394</sup> Resolução da Câmara Municipal nº 374 de 20 de maio de 1896.

<sup>395</sup> Resolução da Câmara Municipal nº 510 de 18 de fevereiro de 1905.

retas e utilização de elementos geométricos ao contrário dos arabescos típicos do Ecletismo. (A inversão no sentido das janelas possivelmente objetivava harmonizar o arco da platibanda com os arcos aplicados nas janelas, de forma que um acompanhasse o outro.)

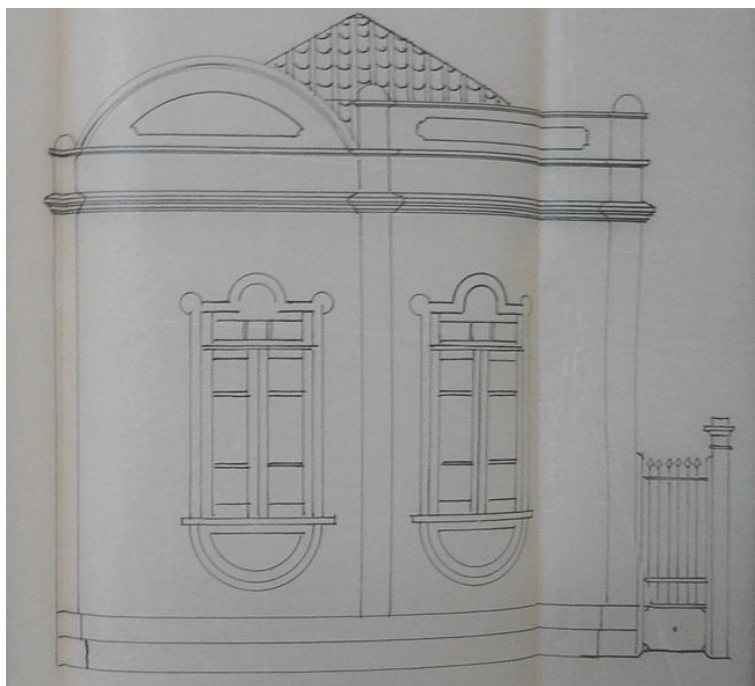


Imagem 31: Paulo Tirapani, 1924. Desenho de fachada. Cx. 14. AHPJF

Heliana Salgueiro, em texto sobre o ecletismo na capital mineira, comenta que nos bairros Floresta e Funcionários onde foram construídas as casas dos funcionários públicos vindos de Ouro Preto, mantinham uma hierarquia visível através das fachadas, que equivaliam à importância do morador. As casas variavam de acordo com seus futuros moradores, porteiros, contínuos e serventes e até, desembargadores e diretores.<sup>396</sup>

Um último comentário sobre a preocupação em se construir prédios belos para a cidade, através do jornal *Diário Mercantil*.

O aformoseamento de Juiz de Fora é um dos problemas que mais devem ocupar a atenção não somente dos poderes públicos, diretamente interessados na sua realização, mas também dos particulares, em cada um dos quais deve existir o necessário gosto pelas edificações elegantes e confortáveis.

Por maior que seja o empenho da pública administração no sentido do embelezamento da cidade, os seus esforços não serão devidamente compensados, si não houver a maior boa vontade da parte dos proprietários urbanos, uma vez que a

<sup>396</sup> Heliana Angotti SALGUEIRO. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: Annateresa FABRIS (org.) Op. cit. p. 122.

feição estética das suas habitações, o bom gosto das construções, a disposição artística das fachadas, o ajardinamento fronteiro e lateral e mil outras particularidades de gosto, dependem não do poder público, que intervém mais para assegurar a higiene e a solidez das construções, mas do esmero de cada um dos proprietários (...)<sup>397</sup>.

Este é apenas um trecho do artigo que ainda continua até o fim da coluna, inclusive fazendo comparações com as moças que precisavam, não só de boas vestimentas, mas de boa higiene, para não perderem um bom casamento, assim como as casas que deveriam prezar pelo gosto estético e pela higiene. As publicações de artigos semelhantes tinham por objetivo a sensibilização da comunidade para o problema do aformoseamento da cidade, que como ressaltam as palavras da época, era responsabilidade de cada um dos proprietários.

Ao tratar do Ecletismo em São Paulo, Carlos Lemos o divide em nove sub-tipos, entre Neoclássico, *Art nouveau* e Neocolonial. Alguns sub-tipos descritos por ele coincidem com projetos encontrados em Juiz de Fora, como é o caso do terceiro tipo chamado neo-renascentista despolicado, executado por profissionais desqualificados, em que as regras foram substituídas pela improvisação, recriação e invenção. É o grupo mais numeroso e difundido e, para muitos, só ele pode ser considerado Eclético. São obras poluídas de colagens imaginosas, justapondo materiais e até fragmentos de demolições. O oitavo grupo também tem sua representatividade dentre os projetos encontrados e trata-se do *Neocolonial*, com grande repercussão na história da arquitetura, pela sua longevidade, sendo possível encontrarmos exemplares deste tipo ainda hoje nas cidades brasileiras, incluindo Juiz de Fora<sup>398</sup>.

Dando continuidade ao assunto este autor diz que:

Aos poucos foi surgindo um receituário quase que local de colagens caracterizando as edificações de tijolos, principalmente as residências destinadas à classe média, praticamente todas de aluguel.(...)Casas de porão alto, com bossagens de argamassa até a altura do soalho, feitas no alinhamento, entradas laterais descobertas providas de portões de ferro que abriam sempre para um corredor de areação e iluminação.(...)E as indefectíveis platibandas. Platibandas trabalhadas de variadíssimas maneiras, mas sempre obedientes aos modelos eruditos copiados de álbuns e manuais importados<sup>399</sup>.

Este mostruário favoreceu a que muitos bairros tivessem se desenvolvido com certa uniformidade estilística, o que aqui pode ser percebido na expansão dos bairros Tapera (atual

<sup>397</sup> *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 08/05/1912. p1.c1.

<sup>398</sup> Carlos A. C. LEMOS. Ecletismo... Op. cit. p. 75,89. Como tratado na monografia de Ramon de Lima BRANDÃO. Op. cit.

<sup>399</sup> Carlos A. C. LEMOS. Idem . p. 79-81

Santa Terezinha), Manoel Honório e Benjamim Meggiolaro (atual Nossa Senhora Aparecida). Ao longo do período pesquisado foi muito freqüente encontrar plantas exatamente iguais sendo apresentadas por outro proprietário, em outro endereço. Algumas vezes elas apresentavam, inclusive, o outro endereço riscado e escrito em baixo o da nova construção, ou eram deixados em branco o espaço para endereço e nome do proprietário, que depois eram preenchidos com outra letra. Isso leva a crer que nem todas as plantas fossem personalizadas, mas talvez existisse, realmente, um banco de projetos à disposição dos interessados.

Tendo em vista a existência de um receituário é possível constatar modelos mais freqüentes de cada um dos desenhistas do período. Lembrar que estas obras também faziam parte do cenário urbano composto por diversas grandes obras que acompanhavam o Ecletismo e o Neoclassicismo. Mesmo as construções populares não podiam ser um corpo estranho no todo formado pelas construções da cidade.

A obra de Joaquim Rodrigues de Araújo foi marcante em fins do XIX e nos primeiros anos do século XX, ainda sendo encontradas plantas de sua autoria no ano de 1925. Suas obras concentravam-se em especial na região mais central, Fernando Lobo, Largo do Cruzeiro, mas apresentando algumas em São Mateus e na Tapera. Como outros arquitetos/desenhistas, também J. R. Araújo (modo como assinou alguns desenhos) teve um modelo que se repetiu em diversas ocasiões. Claro que produziu coisas diferentes e mesmo “casas mais ricas”, mas podemos notar uma certa semelhança e até mesmo projetos repetidos, entre as plantas que foram recolhidas.

São traços recorrentes de sua obra, como pode ser observado nesta fachada de 1917, as bases de pedra, portão lateral, pilastras laterais, ornatos pendentes no centro da fachada, janelas quadradas ornamentadas, frontão também ornamentado e este tipo de arremate no telhado. Neste caso em específico a geometrização dos ornatos dá à fachada um outro aspecto diferentemente da casa apresentada na imagem 7, em que arabescos e lambrequim são a marca do estilo da frente da casa.

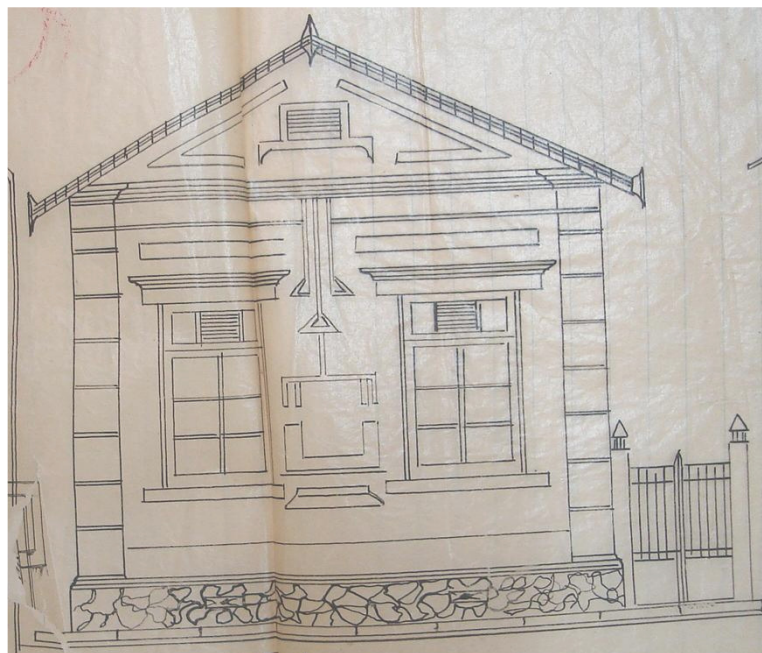


Imagem 32: Esperança Milagres, 1917. Desenho de fachada: Joaquim Rodrigues Araújo. Cx. 9. AHPJF

Pedro Scapim, outro desenhista de destaque, teve sua obra mais pulverizada pela cidade. Mas, podemos destacar uma concentração maior nos bairros de São Mateus e Manoel Honório. Pode-se dizer que o "modelo Scapim", caracterizava-se por fachadas mais estreitas, duas janelas frontais, platibanda arrematada por algum tipo de adereço. O que se modificava era o formato das platibandas e seu ornamento, como é visto nas fachadas abaixo. Também Raul Lemos fez alguns projetos com estas mesmas características.



Imagem 33: Luiz Cândido Xavier, 1926. Desenho de fachada: Pedro Scapim. Cx. 16. AHPJF





Imagem 34: Francisco Lucato, 1923. Desenho de fachada: Pedro Scapim. Construtor: Antônio Scapim. Cx. 12. AHPJF

Os projetos de Luiz Turolla talvez sejam os mais significativos com relação a um mesmo padrão de construção que se repete em determinado bairro. A maioria dos projetos por ele assinados localizava-se na rua Santana, na Tapera (Santa Terezinha). Outros tantos estavam em Manoel Honório e Benjamin Meggiolaro (Nossa Senhora Aparecida).

Pode-se supor que muitos destes prédios aprazíveis tenham sido projetados por Luiz Turolla, ou mesmo por um dos outros desenhistas conhecidos. Nos terrenos de Benjamin Meggiolaro é impressionante como um mesmo estilo se repete inclusive na mesma rua. E nem sempre eram obras de um mesmo desenhista, embora fossem de um mesmo modelo. A presença de um mesmo modelo, frequentemente aplicado, pode ser explicado pela existência de um receituário, disponível através das revistas de construção, de arquitetura e que divulgavam o que estava sendo feito no Brasil e no exterior.<sup>400</sup>

De acordo com Ramon Brandão, as primeiras casas neocoloniais da cidade teriam sido projetadas por Luiz Turolla, em 1926 para o Sr. Martinho Gonçalves e seria ele um dos difusores do estilo em Juiz de Fora. Além dos projetos de casas populares foi autor do projeto do prédio da Associação Beneficente Irmãos Artistas (atual Casa de Anita Garibaldi), em estilo eclético, em 1925, na Avenida Rio Branco.<sup>401</sup>

<sup>400</sup> No trabalho de Vivian da Silva PAULITSCH foi feita a correspondência entre os modelos utilizados na construção da vila da Rheingantz com um Atlas de imagens que possibilitaram inserir essas construções na cultura internacional da época em que foram feitas.

<sup>401</sup> Ramon de Lima BRANDÃO. Op. cit. p. 94,95,100.



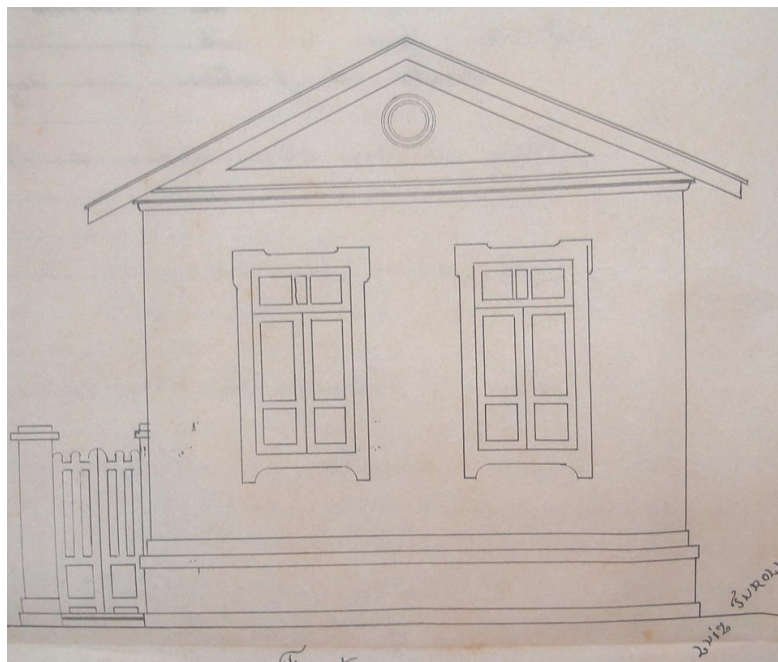


Imagem 35: Francisco das Chagas Fontes, 1924. Desenho de fachada: Luiz Turolla. Cx.13. AHPJF



Imagem 36: Rua Princesa Isabel, Granbery. 2007. Foto da autora.

As casas, das imagens acima, foram muito comuns nas décadas iniciais do século XX e constituíam-se no modelo mais frequentemente desenhado por Turolla. O que as diferenciava era o tipo do desenho colocado no frontão e a moldura das janelas. Vários foram os modelos encontrados, como se observa nas imagens acima. A casa da rua Princesa Isabel não foi encontrada entre as plantas do período e nem pode-se confirmar a data de sua construção, mas nem por isso deixa de ser um exemplo do modelo difundido naquela época e ainda presente em alguns lugares da cidade.

As casas geminadas foram uma constante durante os anos pesquisados (1892-1930), mas restava uma dúvida, onde elas deveriam ser enquadradas? As avenidas e vilas populares foram um aglomerado de várias casas geminadas, em números que variavam, de acordo com o que foi encontrado nas plantas, de seis, ou até mais de dez; dividindo paredes e compartilhando um mesmo telhado. Mas o que poderia ser dito das construções geminadas duas a duas? Elas não faziam parte de vilas, não foram construídas só para operários e, muito menos, poderiam ser consideradas casas isoladas. Em função dessa dificuldade de enquadramento que se preferiu tratar as casas geminadas, duas a duas, em separado.

A preferência pelas casas geminadas dava-se em função da economia que este tipo de construção proporcionava. Nas discussões apresentadas por Backheuser, em relatório já citado, quanto à viabilidade econômica de moradias higiênicas para os menos favorecidos, propunha-se como medida de diminuição de gastos a construção de casas geminadas, permitindo economia de material e redução do número de paredes<sup>402</sup>.

Para Lemos demonstrava juízo dos construtores a preferência pela simetria que era permitida pelas casas unidas duas a duas. Os corredores laterais descobertos permitiam a insolação, o clareamento e a ventilação dos cômodos. E os muros divisórios de uma e outra, tinham em média apenas dois metros, bem menor que o pé-direito, mas suficiente para garantir a privacidade contra olhares indiscretos do vizinho<sup>403</sup>.

As fachadas geminadas também compunham as construções dos bairros de funcionários em Belo Horizonte, apesar de que este bairro foi pensado para a elite dos funcionários públicos que vieram de Ouro Preto. Mesmo com essa ressalta pode ser feito um paralelo entre as características das casas-tipo lá construídas e as plantas encontradas aqui em Juiz de Fora. Como é o caso, de "platibandas ocultando a empena, ora simples, ora com balaustres, compoteiras; as mais requintadas com variações de curvatura, cartelas centrais com data de construção, iniciais do proprietário ou nome da vila"<sup>404</sup>. Isso fortalece a argumentação de que as casas populares se apropriavam dos modelos das casas mais abastadas, mesmo que em grau menor de detalhes. Além de que há semelhanças entre as casas de tipo F de Reis e as casas operárias de Backeuser no Rio de Janeiro, o que pode ser explicada pela filiação ao positivismo de ambos.<sup>405</sup>

As edificações apresentavam-se de variadas formas, acompanhando, como é de se esperar, a tendência daquele momento, assemelhando-se com a estética das casas isoladas

---

<sup>402</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p. 33.

<sup>403</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História...*p.56.

<sup>404</sup> Heliana Angotti SALGUEIRO. Op.cit. p. 123.

<sup>405</sup> Berenice Martins GUIMARÃES. Op. cit. p. 133.

tratadas antes. Algumas observações podem ser feitas quanto às plantas das construções geminadas. No projeto apresentado por Pedro Botti, de construção de duas casas geminadas na rua Moraes e Castro, no ano de 1910, aparece a referência de que estes prédios seriam de Typo-I. Provavelmente este seria um modelo dentro de um receituário de possibilidades de construção de prédios.

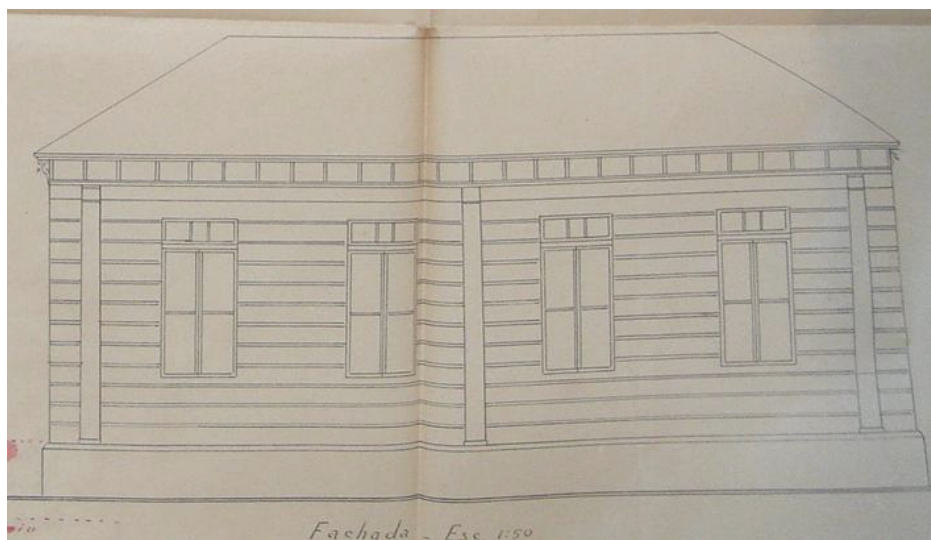


Imagem 14: Pedro Botti, 1910. Desenho de fachada. Cx. 4. AHPJF.

A fachada é bem simples tendo apenas as janelas à mostra e estas listas na parede, que são um artifício para aumentar a horizontalidade da fachada e integrar as diversas moradas, que dessa forma ficam juntas, sem serem percebidas individualmente, a não ser depois de uma observação mais atenta. As entradas se dão pela lateral do prédio, que internamente é composto de seis cômodos, incluindo cozinha e latrina, na parte externa da casa.

As casas construídas por Odelon Turolla, em 1912, na rua Paula Lima, também apresentavam apenas janelas na frente, divididas por colunas embutidas, tendo destaque o frontão triangular com aplicações e lambrequim arrematando a beira do telhado. A divisão interna é composta de cinco cômodos, também com latrina ao lado da cozinha, mas do lado externo.

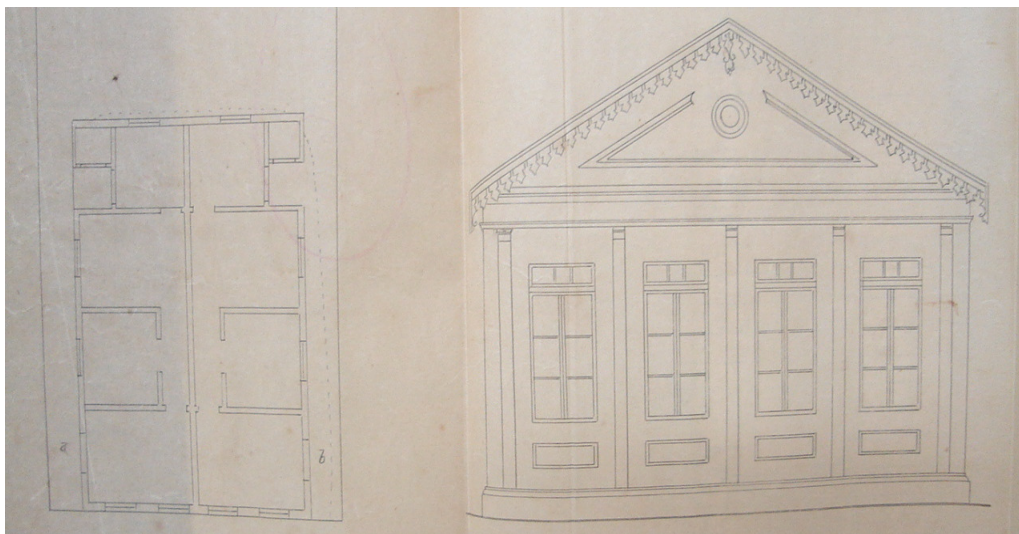


Imagem 375: Odelon Turolla, 1912. Desenho de fachada e Planta baixa. Cx. 6. AHPJF.

Um dado diferente que aparece neste requerimento é a estipulação do valor do aluguel (não dá para saber se deveria ser este valor, ou não poderia ser maior que ele), feita talvez pelo diretor de obras; neste caso o aluguel seria de 60\$000. Como essa casa pode ser considerada de modo geral um modelo comum de casas geminadas, é possível supor que o valor dos aluguéis das mesmas ficassem em torno dos 60\$000 mensais, o que a distancia dos aluguéis “para operários” determinados pela Resolução 666 de outubro deste mesmo ano, fixados em 30\$000, caso o proprietário quisesse ser beneficiado pelos favores da lei. Talvez o valor mais baixo, determinado meses depois, seja uma resposta a cifras tão altas como a das casas do sr. Odelon Turolla.

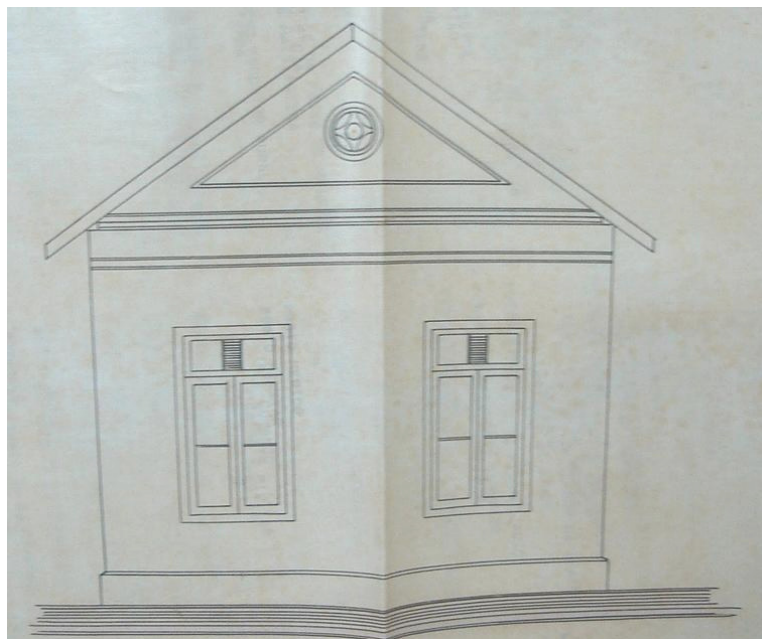


Imagem 16: Augusto Degwert, 1913. Desenho de fachada: João Surerus Júnior. Cx. 7. AHPJF

Algumas casas geminadas tinham suas fachadas tão estreitas que não denunciavam serem duas moradas ao invés de uma, estratégia utilizada também para disfarçar avenidas e cortiços, como a casa construída para Augusto Degwert, na rua Paula Lima. Olhando-a, vê-se uma das casas isoladas de que se falou agora há pouco. Esta construção tinha apenas quatro cômodos, sendo que a latrina estava ao lado do tanque, afastados da casa e não há referência à presença de cozinha, mas o que não excluiu a possibilidade de sua existência.

Até o momento, apresentou-se alguns modelos de casas geminadas mais simples, no entanto, havia casas que, mesmo geminadas, primavam pelos ornamentos excessivos, comuns na época. Exemplo é a casa de João Surerus, na rua da União (atual Dom Lasagna, no bairro Santa Catarina), em que nota-se uma profusão de elementos, como platibanda, vasos, compoteiras, colunas e o tijolo à vista acrescentando mais um componente estilístico a esta fachada. Seu interior era formado por cinco cômodos, sendo uma sala bem ampla, que poderia ser dividida em duas, dois quartos, cozinha e como as demais, latrina no quintal ao lado do tanque, mas sem fazer ligação com a parede da cozinha.



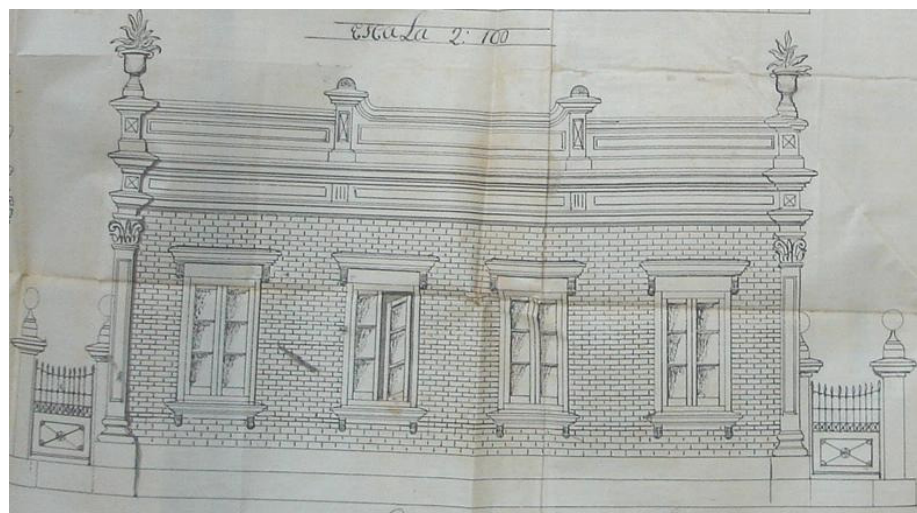


Imagem 1738: João Surerus, 1907. Desenho de fachada: Luiz Perry. Cx. 3. AHPJF

A partir das fontes utilizadas e da observação das plantas foram consideradas sinônimas as avenidas e vilas operárias. Constituíam-se de habitações muito comuns feitas para operários, ou para os menos favorecidos de modo geral, como pobres e viúvas, os populares. Foram muitas as construções de vilas e avenidas encontradas na documentação recolhida. Em algumas, havia a denominação de que eram vilas ou avenidas para operários, mas poucas foram construídas por empresas, o que era comum em outros lugares<sup>406</sup>. Porém, a documentação apresenta falhas claras, ela não contém, por exemplo, as plantas de vilas de duas indústrias importantes da cidade, a Bernardo Mascarenhas e a Ferreira Guimarães, que as possuíam. Em outros momentos, foram encontradas indicações de vilas operárias, mas que tinham suas casas construídas uma a uma, de forma isolada, por vários proprietários, não formando aqueles conjuntos típicos, o que leva a dúvida quanto ao seu caráter proletário. A tentativa, daqui para frente, será de localizar e entender esses conjuntos habitacionais no contexto em que estavam inseridos.

De acordo com Eva Blay, “O surgimento, no cenário urbano, das vilas operárias é parte do processo de industrialização e constitui etapa da formação do operariado.” As vilas têm raízes no passado remoto, como um sucedâneo das senzalas,<sup>407</sup> o que pode ser verificado quando se lê trabalhos sobre o morar dos escravos em senzalas individuais, compostas

<sup>406</sup> Há uma certa divergência quanto a presença de vilas de empresas, para Bonduki, apesar de sua importância elas foram raras, exceção feita a Vila Maria Zélia (SP). E exceto em casos em que era essencial a proximidade e controle dos trabalhadores, o objetivo das vilas era o investimento, a renda que elas propiciavam. (Nabil BONDUKI. Op. cit. p. 48,49) Ao contrário, Telma Correia considera um equívoco da bibliografia nacional a subestimação da abrangência das vilas e núcleos fabris no Brasil. Pelo levantamento feito pela autora existiu um número significativo das mesmas, as quais não se restringiam ao início da industrialização, continuando sua difusão no pós 1930. (Telma CORREIA. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. p. 20)

<sup>407</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 30.

geralmente por um pequeno quarto e cozinha coletiva, sem janelas, apenas com uma porta<sup>408</sup>, ou seja, não se diferenciando muito de alguns conjuntos de casas edificadas para o operariado, mesmo quanto ao aspecto da fachada, as semelhanças são claras, como pode ser visto na foto abaixo. Além da relação, um tanto quanto servil, que se estabelecia entre o trabalhador que "ganhava" a casa e seu patrão. "A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força." Com a sua construção objetivava-se reduzir os custos com a reprodução da mão de obra. Interessados em atrair e reter força de trabalho na década de 1850, algumas fábricas começaram a alojar seus empregados, como é o caso da Rheingantz<sup>409</sup>. Inicialmente forneciam dormitórios, aos poucos passaram a oferecer casa e só na última década do XIX é que passaram a construir as vilas. Em São Paulo foi provavelmente a ferrovia o primeiro setor a construir vilas.<sup>410</sup>



Imagem 18: Fazenda Santa Sofia. In: RIBEIRO, op. cit. p. 59. Foto editada pela autora.

A construção de vilas era motivada por quatro fatores de acordo com Marisa Carpintéro, são eles: a) vilas operárias atreladas à fábrica, contratação e formação de mão de obra; b) localizar os operários próximos as fábricas e gerar um núcleo de urbanização que atraísse a outros; c) imperativos políticos – formação de um código de condutas que persegue o trabalhador do trabalho ao lazer; d) a aplicação de capitais em casas era também um bom negócio para empresários.<sup>411</sup>

<sup>408</sup> Mônica Ribeiro OLIVEIRA. Famílias...Op. cit. In: Célia Maia BORGES. Op. cit. p. 58. Para os escravos a "possibilidade de morar individualmente traduzia-se em melhores possibilidades de sobrevivência, principalmente porque se relacionava com a pré-existência de núcleos familiares cativos."

<sup>409</sup> A Avenida Rheingantz era atendida por bondes e de um lado ficavam as casas dos funcionários mais graduados (mais bem equipadas e isoladas no lote) e do outro lado as moradias dos operários de menor ordenado. (Vivian da Silva PAULITSCH. Op. cit. p. 68)

<sup>410</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 10, 14, 31, 32

<sup>411</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 64

Durante o período estudado, como já foi visto, foram inúmeras as tentativas para erradicação dos cortiços e surgimento de uma nova maneira de viver. Segundo Carlos Lemos, nesse esforço de formação de novos hábitos, encontramos o incentivo à construção das casas operárias, que de início significavam simplesmente uma casa pequena. Qualquer pessoa podia solicitar licença para construir casa operária e depois alugá-la. Seria o que hoje chamamos de casa popular.<sup>412</sup> A preocupação com o ambiente era muito forte, "o meio forma os indivíduos", e assim se entende a preferência por esse tipo de moradia ao invés dos cortiços, que eram uma ameaça à saúde, a moral e à produção<sup>413</sup>. Comparando os lugares em que viviam os pobres e as vilas que mais tarde foram construídas, estas eram como ilhas de ordem e bem-estar. Lugar "ideal para uma pobreza honesta, sadia, pacífica e obreira."<sup>414</sup>

As vilas asseguravam a reprodução física do trabalhador e o barateamento no custo de sua reprodução, o que era fundamental em um momento em que a carestia era crônica e as doenças e epidemias colocavam milhares de vidas em risco constante.<sup>415</sup> "Dar ao operário uma habitação higiênica, mediante pequena retribuição, é trabalhar para o aperfeiçoamento social das classes pobres e contribuir altamente para o saneamento geral das cidades."<sup>416</sup> "As habitações sadias e alegres, confortáveis e espaçosas, para o operariado, não teriam somente os resultados que a higiene pública ambiciona. A moral de um operário que vive bem, com relativo conforto, é muito diversa daquele que não tem onde repousar a cabeça."<sup>417</sup> Este tipo de discurso sobre os benefícios de melhores construções para os populares circulavam nas revistas de engenharia e arquitetura, além de terem sido alvo de discussões em congressos dos profissionais da época<sup>418</sup>. Assim, difundiram uma perspectiva do que seria melhor para as classes trabalhadores e, também, para os que precisavam de seus préstimos.

No entanto, nem todos viam estas construções com bons olhos. No *Jornal do Comércio*, de 1914, Luiz de Melo Brandão e Rodrigo, escreveram, cada um deles, em dois dias seguidos, textos que criticavam as construções do tipo avenidas. No primeiro texto, com linguajar rebuscado, a questão é tratada como um problema que deveria ser resolvido pelo doutor Oscar Vidal, presidente da Câmara Municipal entre os anos de 1913-1915, e qualifica as avenidas como um "abuso inqualificável, condenável, anarquizador da planta da cidade". "(...) uma ofensa a direitos de terceiros, alicerçados em garantias que procuram sofismar uma

<sup>412</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História...* Op. cit. p. 59,60.

<sup>413</sup> Telma CORREIA. Op. cit. p.1,19

<sup>414</sup> Idem. *Pedra: Plano e cotidiano no sertão*. p.10. Apud: Maria Luiza de FREITAS. Op.cit.p. 90

<sup>415</sup> Jaime Larry BENCHIMOL. *Pereira...* Op. cit. p. 292.

<sup>416</sup> Revista de Engenharia, 10 jun. 1911, p.4. Apud: Telma CORREIA. Op. cit. p.24.

<sup>417</sup> Revista Commercial e Industrial, 1923. Loc. Cit.

<sup>418</sup> O trabalho de Maria Luiza de FREITAS trata com detalhes essas discussões na capital paulista e a influência dos engenheiros arquitetos.



ofensa à higiene pública, uma contravenção regulamentar das leis que permitem aberturas de ruas novas, crismadas com o nome filaucioso de avenida”. E, para confirmar sua argumentação, vai buscar o significado da palavra avenida e rua, para mostrar que não se aplicam às edificações encontradas pela cidade.

Que é avenida?

Caminho direto por onde se chega a algum sítio. Entrada ou rua orlada por árvores em direitura a uma casa de campo, praça, etc. Caminho orlado de colunas. Eis a significação lexicográfica que dão os especialistas sobre o modo de compreender o termo AVENIDA.

Que é rua?

Esta se caracteriza pelos casas, muros que bordam de um ou de ambos os lados, servindo ao transito público na área de uma zona de habitações. (...)

É um termo que traz em si mesmo sua significação e fim a que se destina: é uma autotelia, concretizada, objetivada, bem definida. No seu traçado, não há casas.<sup>419</sup>

No dia seguinte, Rodrigo tenta amenizar as palavras do colunista anterior, que pareceram um tanto duras. Vale a pena ler seu texto completo:

(...) Pode parecer que há da parte do clínico que escreveu as linhas que comentamos, uma estranha e incompreensível crueldade na condenação das casas edificadas para a gente pobre. Dir-se-á: ou os proletários vão residir nas avenidas ou ficarão sem ter onde recolher-se... Que se fará então, se condenam o sistema adotado e não há outro recurso?...

Tudo é relativo na soberana organização das coisas do mundo; e, por isso, ninguém condena, com rigor absoluto, as habitações coletivas; condenam-se as atuais habitações, sem higiene, sem segurança, sem moralidade, plantadas no centro da cidade, nas ruas mais populosas e mais impróprias.

Como tem sido feitas até agora, num renque de moradias, com pouca água e pouca limpeza, algumas avenidas merecem o repúdio da higiene, senão até da moral pública, tais os habitantes que se ocupam e que nelas vivem numa constante algararra.

Anti-estéticas, de construção estoicamente simples, fechadas dentro de um muro de fortaleza, as habitações coletivas que aí estão, sem grande espaço, no caso de ser indispensável sua existência, poderiam ser erguidas nos bairros mais afastados e mais largos. É seu primeiro defeito e não pequeno, como se poderá verificar.

(...) Nós temos a avenida, constante perturbadora da ordem, recorrente na quebra da tranqüilidade pública. (...) a higiene das avenidas é um mito, uma lenda. [os proprietários] erigem os prédios, alugam-nos com pouca água e insuficientes aparelhos sanitários.

(...) Encarado por todas as suas faces, o problema da avenida é sempre o mesmo e requer um estudo acurado: nem por lhes pertencer o terreno poderão os proprietários fazer dele aquilo que os convier: há o interesse público acima do interesse particular e se assim não é bem mal andaria a sociedade...<sup>420</sup>

Analisando com calma a construção da argumentação do colunista do jornal, é possível compreender melhor o que estava por trás do discurso. Em primeiro lugar ele tenta

<sup>419</sup> As palavras grifadas são do texto original. *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 31/10/1914.p.1, c.1.

<sup>420</sup> *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 01/11/1914. p. 1, c.3.

amenizar o que foi dito no dia anterior, afinal pelo modo como as coisas foram escritas, houve uma condenação veemente sobre este tipo de habitação e em consequência de seus moradores, chegando a dizer que à administração cabia “matar o bicho enquanto é tempo”. Por isso, de início, lembra dos proletários que moram nas avenidas e, muitas vezes, só têm a elas como seu abrigo, embora não apresente nenhuma possível solução para abrigar essas pessoas.

A partir daí, utiliza-se do discurso sanitário. O problema não seria a avenida, mas as habitações coletivas anti-higiênicas. Essas mereceriam o repúdio. E como o ambiente é influência para seus moradores, esses ambientes deveriam ser rejeitados pela moral pública por serem constantes focos de perturbações da ordem.

A questão estética também é aspecto que conta ponto negativo para as avenidas. Simples, rígidas, fechadas entre muros. Um contraste se for comparada às outras construções, que prezavam os elementos ecléticos, em voga naqueles anos e presentes mesmo em casas mais simples, como já foi falado antes.

Mas o que é mais marcante, o que mais incomoda nestes prédios é a sua localização. E para isso ele dá uma solução: “no caso de ser indispensável sua existência, poderiam ser erguidas nos bairros mais afastados e mais largos”. O problema das avenidas não é, na verdade, sua falta de higiene, mas é o lugar em que se encontravam; se estivessem longe dos olhos dos mais abastados, daqueles que não podem ver o que é feio, ver o que é pobre, se não ameaçam a saúde dos outros, tudo bem. O problema é quando a falta de estética, a pobreza “sujam” a paisagem, impedem a existência de um conjunto harmonioso e belo. Isso nos remete diretamente às reformas Pereira Passos e às expulsões de pobres feitas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Para onde eles foram, como estavam vivendo, se havia higiene em suas novas moradas, não era mais problema das autoridades. Nos morros eles não continuariam a incomodar.

O fim do artigo também é bem sugestivo. Alerta para que os proprietários urbanos não poderiam fazer o que quisessem, só por serem os donos dos terrenos. Afinal, como ele diz: o interesse público está acima do interesse particular. Mas pode-se perguntar que interesse público é esse? A quem atenderia? Garantir moradia ao proletariado não é atender a um interesse público? Volta-se assim, ao que foi dito no parágrafo anterior, tratava-se de garantir o interesse de uma minoria poderosa, que não aceitava dividir o seu espaço com qualquer um.

As vilas operárias de empresas não foram muito constantes na documentação pesquisada, mas fazem parte de momento substancial do processo de industrialização brasileiro. “Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que, eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de

mais nada, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de freqüentes crise de mercado e de conflito nas relações de trabalho.” As casas por mais que custassem não se comparavam com os gastos em maquinários e infra-estrutura, mesmo assim só seriam investidas se houvesse possibilidade de retorno financeiro, garantindo a permanência do trabalhador e reduzindo os gastos com a sua reprodução.<sup>421</sup>

As vilas para os operários “significava morar perto do trabalho, ter casa e emprego garantido, ter um salário certo. Significava, portanto, livrar-se da insegurança econômica, dos cortiços, das moradias em cômodos ou da convivência forçada com muitas outras famílias. Significava um lugar dentro da cidade e não, na periferia. Significava compartilhar da propriedade privada sem ser proprietário.”<sup>422</sup> Apesar disso a vila não era o paraíso divulgado pelos viajantes e nem os industriais a construam por bondade.<sup>423</sup>

Não havia casa para todos os operários. Cada uma das fábricas tinha a sua forma de seleção daqueles que poderiam morar na vila. De modo geral eram escolhidos os operários que possuíam maior capital simbólico, aqueles que mais pudessem contribuir para o bom andamento da fábrica. Normalmente eram moradores aqueles que desempenhavam funções mais necessárias para a contínua produção, caso dos operários da manutenção, ou com qualificação maior. Na Matarazzo, por exemplo, escolhia-se como morador as famílias que tivessem ao menos 3 ou 4 trabalhadores na fábrica. E ainda em outras, era preciso esperar que algum operário aposentasse para desocupar uma casa e haver seleção para a escolha do novo morador.<sup>424</sup> A preferência pelos empregados mais qualificados era pela dificuldade de encontrar especialistas em determinados setores; aos empregados menos qualificados que poderiam ser facilmente substituídos não era dada a oportunidade de morarem na vila.

A casa era mediadora da relação entre o patrão e o empregado. Se fossem escolhidos como moradores aqueles operários que possuíssem maior capital simbólico, a casa também se constituiria como tal em relação ao empregador. Com a casa o empregador controlava seu empregado, exigia-lhe trabalho extra pela facilidade de locomoção até à fábrica e pelo tipo de ofício exercido, além de ser fator de pressão em momentos de greve (ou voltavam ao trabalho ou seriam despejados). Ao mesmo tempo em que era capital para as pressões dos empregados sobre os patrões, por exemplo, quando ameaçam abandonar a indústria se não lhes fosse arrumada uma casa. “A relação não pode ser categorizada como de exploração de uma das partes sobre a outra, como se a indústria tivesse um poder absoluto sobre o empregado e este

---

<sup>421</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 39, 97

<sup>422</sup> Idem. p. 145

<sup>423</sup> Cusano foi um dos viajantes que reforçou essas idéias de vila. Idem. p. 38

<sup>424</sup> Idem. p. 159, 164

fosse mero agente passivo e submisso. (...) O empregado quer a casa, precisa morar na vila, mas sabe muito bem que seu trabalho também é necessário à indústria e que ela só lhe alugará esta casa porque ele, de alguma maneira extra, também está pagando por ela.”<sup>425</sup> Mesmo com o salário diminuído por causa da casa oferecida pela empresa, para os cálculos dos operários ainda é uma vantagem morar na vila, por causa do aluguel ser mais barato e por não precisarem utilizar o transporte público. Dessa forma concluíam que de fato estavam ganhando um pouco mais do que realmente ganhavam.<sup>426</sup> Ou seja, nesse período de consolidação do capitalismo a casa não constituía apenas lugar de moradia mas capital simbólico nas relações entre empregado e empregador.

Nas plantas pesquisadas foram encontradas apenas as requisições para a construção de casas de três empresas de Juiz de Fora, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), a Companhia Industrial e Comercial América e a Cerâmica Progresso.

Situada no bairro da Tapera (Santa Terezinha), a Cerâmica Progresso de Hamlet Ciampi, ganhou um grupo de quatro casas geminadas duas a duas para habitação de seus empregados, no ano de 1922, tendo por construtor, o proprietário. Era composta de seis cômodos, com latrina no interior da casa. A entrada para as casas dava-se pela lateral, tendo na fachada quatro janelas, mas que por sua disposição e formato davam a impressão de serem apenas duas, ornatos pendentes do telhado e emoldurando as janelas completavam a frente do prédio.

A Companhia Mineira de Eletricidade requereu licença para construção de quatro casas, também geminadas duas a duas, na rua Antônio Dias, em 1924. Provavelmente a escolha do local teve relação com a proximidade da sede da CME, na rua Espírito Santo, paralela a esta. Como as casas da Cerâmica Progresso, estas também tinham seis cômodos, distribuídos em sala de jantar, três quartos, cozinha e WC no interior da casa. A frente da casa possuía frontão triangular, telhado aparente, duas janelas (correspondentes às janelas de um quarto de cada uma das casas), portão lateral e acesso à porta de entrada feito por pequena varanda, com lambrequim arrematando a cobertura da mesma. Em entrevista à professora Leda Maria de Oliveira, em 1998, o senhor Manoel Monachesi confirmou a existência dessas casas da CME. Seu avô, Miguel Faccio Marco Perez, trabalhou na CME e morava em uma das casas da rua Antônio Dias<sup>427</sup>.

---

<sup>425</sup> Idem. p.168

<sup>426</sup> Idem. p.187

<sup>427</sup> Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico da rua Espírito Santo*. p. 24-25.

Em 1930, a Companhia Industrial e Comercial América pediu licença para construir um conjunto de oito casas na avenida Sete de Setembro. Talvez essa seja a única das três que mais se caracteriza como modelo tradicional de construções para operários. Todas as casas eram geminadas umas nas outras, no estilo porta-janelas (também chamado de construção em fita) de tijolo aparente. Compunham-se, como as outras, de seis cômodos e banheiro completo no interior da casa.

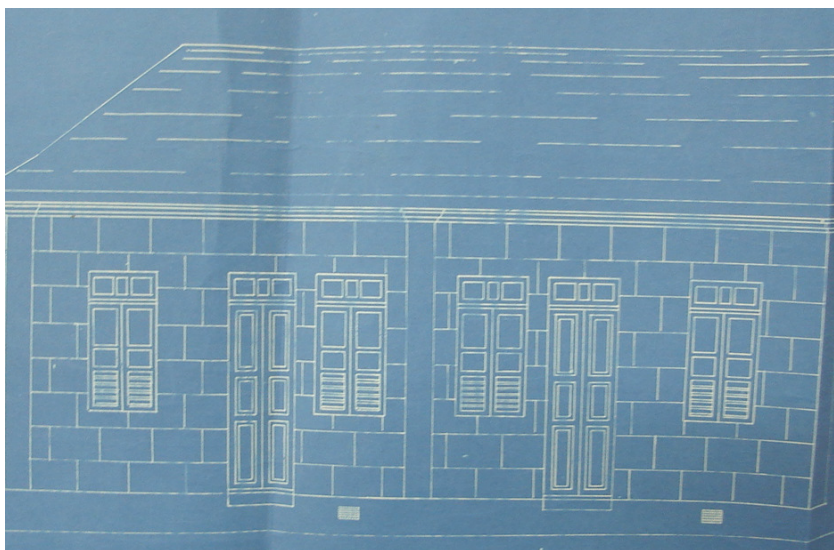


Imagem 19:Companhia Industrial e Comercial América, 1930. Desenho de fachada: R. Santos. Cx. 21

Por outras fontes encontrou-se informação sobre outras vilas de empresas pela cidade. O jornal *O Pharol*, de 1915, dava notícia de que a Companhia Industrial Mineira, também conhecida como fábrica dos ingleses, mandou construir uma avenida de 42 casas para seus operários, na maioria de nacionalidade inglesa, nas proximidades do Largo do Riachuelo. Aproveitando os benefícios da Câmara, conseguiram isenção de impostos para a construção das referidas casas.<sup>428</sup> Esta fábrica, que mais tarde passou a se chamar Ferreira Guimarães, parou de funcionar na década de 1990 e a preservação de seus prédios gerou ampla discussão na cidade em 2003, quando a fachada secundária e as chaminés foram tombadas pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Na época da polêmica, vários artigos foram publicados no jornal local, *Tribuna de Minas*, em que confirmam a prática da Companhia de construir casas para alugar a seus operários. O que foi feito na rua Benjamin Guimarães, contígua à avenida dos Andradas, onde se situa a fábrica. Em seu auge, a companhia chegou a possuir 2,5 mil funcionários.<sup>429</sup> A vila da rua Benjamin Guimarães era caiada e somava 12 casas,

<sup>428</sup> Avenida Operária. *O Pharol*, Juiz de Fora, 28/02/1915. p. 1. (Coleção Sílvia Vilela-AHUFJF)

<sup>429</sup> *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 15/06/2003.p.5.

além de outras na avenida dos Andradas, estrada da Usina, Estrada do Imperador e no Serro Azul. A mesma Companhia também construiu outras casas no bairro Borboleta, também para serem alugadas para seus empregados, por volta de 1948.<sup>430</sup>

Em 2004, o mesmo jornal fez uma reportagem sobre as vilas ainda existentes na cidade e o modo de vida propiciado por elas. No levantamento por eles feito aparece como a vila operária mais antiga ainda existente na cidade a Vila Mascarenhas, no Bairro São Bernardo. Esta vila foi construída para abrigar os operários da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, fundada em 1888. De acordo com o jornal, a vila é do início da década de 1920, composta de vinte cinco casas iguais, geminadas, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Hoje poucas estão conservadas como no original e as outras passaram por ampla reforma.<sup>431</sup> Normalmente as casas quando eram vendidas para os moradores passavam por reformas, em especial da fachada da casa, “recobrando com outros materiais, alterando a forma e colorindo-as de modo a destacá-la dentro do conjunto”,<sup>432</sup> maneira esta de distinguir a casa própria no conjunto da vila, o que não deixa de ser uma forma de distinção social do morador.

Outra referência encontrada da Vila Mascarenhas foi no processo<sup>433</sup> de loteação (sic) e abertura de novas ruas para uma vila operária no bairro Vitorino Braga ou Botanágua (em cada página do documento há a referência a um bairro diferente), em terrenos de Bruno Barbosa do Rego, no ano de 1927, projetada por Pedro F. Bastos. A área foi dividida em 173 terrenos de tamanhos e formatos diferentes, sendo que os terrenos 1 e 2 localizavam-se na avenida Sete de Setembro. O proprietário, no requerimento, apresenta "projeto de uma Vila Operária no bairro do Botanágua, nas mesmas condições da Vila Operária construída pela Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, isto é, tendo a rua 6,50 metros de largura e rampas de 5 e 9,5%, ficando os prédios situados somente de um dos lados da rua." O objetivo de Bruno Barbosa em citar a vila da Bernardo Mascarenhas deve ter sido uma forma de pressionar para que a Câmara abrisse uma nova concessão e o projeto fosse aceito. É importante lembrar que pela Resolução 706 de 1916, ficava proibido abrir avenidas para operários com largura inferior a 13 metros, o que não acontecia com a Vila Mascarenhas, nem com a vila proposta por Bruno Barbosa. O diretor de obras, Jonas Bastos, aprova confirmando a concessão. “A rua terá 6,50m, sendo que a Câmara já fez igual concessão à Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, que já construiu diversos prédios em boas condições

---

<sup>430</sup> Patrícia Falco GENOVEZ. *Núcleo Histórico da Avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio*. p. 32

<sup>431</sup> *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 24/10/2004. p.5.

<sup>432</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p. 177. Vivian PAULITSCH também observou este tipo de individualização nas casas que compõem a vila de sua pesquisa.

<sup>433</sup> Bruno Barbosa do Rego, 1927. Cx.16. AHPJF. Não há plantas das casas que foram construídas, só do loteamento feito.

higiênicas, e de relativo conforto. Sendo a rua traçada em meia encosta e sendo só de um lado as construções, a largura do projeto satisfaz regularmente o trânsito de veículo”. Mais uma vez pode-se verificar que as leis não eram cumpridas com tanto rigor como se esperava, ou se pretendia que fossem. A tentativa de segregação não obteve sucesso total, nem aqui, nem em nenhum outro lugar.

Magalhães explicita esta relação em artigo que faz um balanço da produção historiográfica sobre a cidade do Rio de Janeiro:

(...) todos os autores que trabalharam com a relação entre meios de transporte e indução do crescimento, sempre fizeram questão de lembrar que o grande local de moradia para as classes populares, mesmo após a reforma urbana implementada durante o governo Passos, era a região central da cidade, próxima aos locais de trabalho, que para muitos eram as próprias ruas do centro. Os valores das passagens dos bondes e trens, somados a duração das viagens que ligavam o centro à periferia, tornavam inviável, para os populares, deslocar suas moradias para as regiões periféricas da cidade.<sup>434</sup>

Francisco Baptista de Oliveira<sup>435</sup> escreveu "Notas Urbanísticas", livro publicado em 1939, no qual explana sobre as habitações e a preocupação com a construção de bairros populares, da qual a administração não se deteve até então. Assim, ele faz menção a algumas fábricas que construíram vilas para seus operários, na tentativa de “minorar os sacrifícios de seus trabalhadores”. Diz ele: “Os diversos “barracões” existentes em toda parte da cidade, constituem sólidas provas do completo abandono em que vivem os seus habitantes pobres. Mas, mesmo nesta situação, o trabalhador de Juiz de Fora se sente feliz, porque, enquanto a administração se preocupa com outros afazeres, os industriais se interessam por esta magna questão da casa barata, procurando resolvê-la para o bem geral.”<sup>436</sup> O autor, em conferência feita em 1940, disse que o plano de moradia popular deveria integrar um planejamento regulador e regional. “O progresso urbano, não consiste, pois em invadir cegamente os terrenos e sim em edificar conscientemente, tendo-se a preocupação de assegurar a formação e a conservação do espaço por onde devem entrar, o ar puro e o sol vivificante, no interior das casas e dos bairros.”<sup>437</sup>

A Companhia Fiação e Tecelagem Industrial Mineira construiu um bairro popular na Fazenda da Floresta para seus operários. Este bairro tem toda estrutura para uma vida

<sup>434</sup> Marcelo de Souza MAGALHÃES. Formulando projetos para a cidade: o conselho Municipal do Rio de Janeiro discutindo a questão da habitação popular (1892-1902). (Grifo meu).

<sup>435</sup> Francisco Baptista Oliveira foi engenheiro civil e eletrotécnico, geógrafo, professor da Escola de Engenharia de Juiz de Fora; engenheiro chefe da sessão de fiscalização da diretoria de obras da Prefeitura de Juiz de Fora e primeiro secretário do Club de Engenharia de Juiz de Fora. (Francisco Baptista OLIVEIRA. *Noções elementares de urbanismo*. Contra-capa)

<sup>436</sup> Francisco BAPTISTA OLIVEIRA. *Notas urbanísticas*. p. 69.

<sup>437</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 92

autônoma, como escola, igreja e comércio. Este tipo de organização assemelha-se, em menores proporções, à que continha a Fiação e Estamparia Maria Zélia, no bairro do Belenzinho em São Paulo, que, em 1912, continha uma vila operária de 600 casas, creches, jardim de infância, dois grupos escolares, escolas profissionais, farmácia, médico, dentista, açougue, armazém, igreja, jardim e restaurante.<sup>438</sup>

Outro exemplo de grande vila fabril foi a implantada no Rio de Janeiro pela Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, no bairro Vila Isabel. As construções eram em alvenaria de tijolos e alojava mais de mil indivíduos em cerca de duzentas casas.<sup>439</sup>

De acordo com o livro de Francisco B. de Oliveira, em Juiz de Fora, também a Fábrica São João Evangelista estaria desenvolvendo um plano que beneficiasse seus funcionários composto de escola, confortável residência para o diretor da escola, uma vila operária prevendo quatro tipos de prédios, de uma, duas e três moradias; e organização de um espaço para recreio. Por último diz que outras fábricas como a Moraes Sarmento, Santa Cruz, São Vicente, Mascarenhas e algumas outras também se preocupavam e construía aqui e ali.<sup>440</sup>

Sendo assim, para finalizar, pode-se falar que a construção de casas operárias, por empresas, na cidade de Juiz de Fora, embora tenha existido, não se constituiu como memória da cidade. Pouco se sabe sobre elas, a documentação é limitada e não houve/há preocupação em preservar o pouco de história que ainda resta deste contingente de sujeitos, que foi enorme na Manchester Mineira.

Outras avenidas e vilas, que não estavam ligadas às fábricas foram também freqüentes nas plantas pesquisadas, como visto no requerimento seguinte,

O abaixo assinado estando a concluir as obras de um grupo de casas com quarenta e uma moradas, á rua Henrique Vaz<sup>441</sup>, e pretendendo construir novo grupo em número de trinta em nova rua , derivada da mesma Henrique Vaz, vêm, respeitosamente, apresentar a V. Ex. a respectiva planta inclusa e requerer a devida licença para esse fim.

Outrosim, roga a V. Ex. o favor da isenção do pagamento de alinhamento, nivelamento, etc, bem como o de impostos pelo espaço de cinco anos, em virtude de, com a construção em perspectiva, completar naquela localidade o número de setenta e uma casas, o que naturalmente merecerá de V. Ex., todo carinho.

Nestes termos, p. deferimento

Juiz de Fora, 6 de abril de 1926.

Henrique Surerus.

<sup>438</sup> Henrique Telles VICHNEWSKI. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: a arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. p. 48.

<sup>439</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit. p. 99

<sup>440</sup> Francisco Baptista OLIVEIRA. Op.cit. p. 70,71

<sup>441</sup> Vale lembrar que entre os anos 50 e 80 essa rua tornou-se a maior referência à prostituição em Juiz de Fora.



O pedido de licença anterior não foi encontrado entre os documentos pesquisados, mas com o requerimento acima se consegue chegar à totalidade das construções da Avenida Surerus. Habitações muito simples faziam parte de sua composição, possuindo apenas dois cômodos, sendo que o menor poderia ser a latrina, totalizando mais ou menos 55 metros quadrados cada uma das casinhas<sup>442</sup>. A planta arquivada não possui o desenho da fachada, mas pelo tamanho da construção deveria ser só porta e janela, um tipo muito comum de construções operárias daquela época e de tijolo aparente como foi informado por Maria de Lourdes Andrade Nascimento<sup>443</sup>.

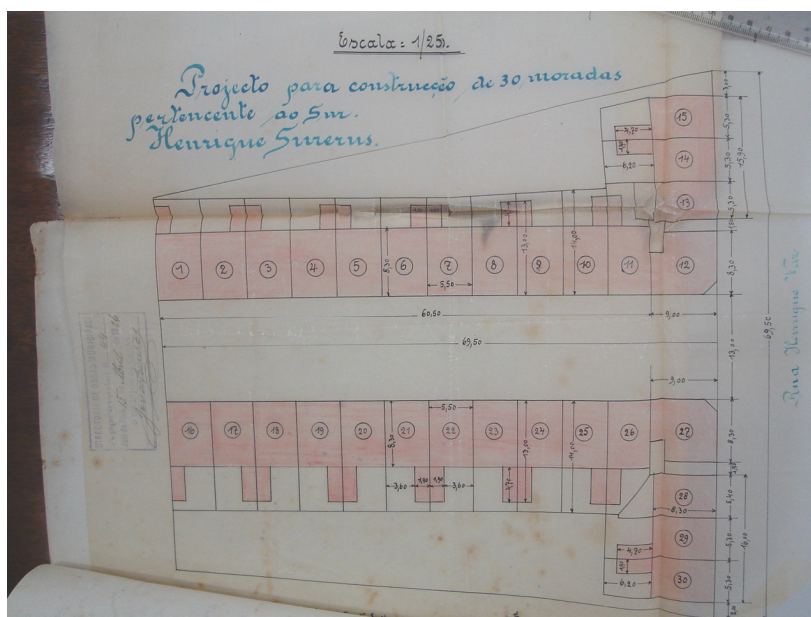


Imagem 20: Henrique Surerus, 1926. Construtor: o proprietário. Desenho de implantação. Cx.15.AHPJF.

De acordo com a autora, o tijolo aparente foi largamente utilizado em Juiz de Fora, após 1860, com a vinda dos alemães. Presente não só em construções simples, mas também em outras de proprietários mais abastados, como a casa de Mariano Procópio (atual Museu Mariano Procópio) e o colégio Santa Catarina. A opção de deixar material a mostra é resultado do Racionalismo arquitetônico e teve ampla aceitação na Alemanha e Inglaterra. Nas vilas operárias buscaram recursos como tijolos coloridos e desenhos geométricos com a

<sup>442</sup> Interessante notar a questão do tamanho das casas, populares ou não, que com o passar do tempo foram diminuindo. Na década de 1960 foi construído um conjunto habitacional popular em Campinas (a Vila Castelo Branco), no qual as casas oferecidas tinham 36,22 m<sup>2</sup>. (José Roberto GONÇALVES. Op. cit. p. 112) Ainda menores do que as casinhas da Avenida Surerus, que foram das menores encontradas na documentação analisada.

<sup>443</sup> Maria de Lourdes Andrade NASCIMENTO. *Arquitetura de vilas operárias em Juiz de Fora*. (Monografia). Juiz de Fora:UFJF, 1987. Apud: Vanda Arantes do VALE. Op. cit. p.11 – Infelizmente não foi localizada nenhuma cópia do trabalho de Maria NASCIMENTO, o que teria contribuído muito para o levantamento feito neste trabalho.

intenção de dar um aspecto mais agradável àquele tipo de construção.<sup>444</sup> Carlos Lemos confirma, para São Paulo, o pioneirismo dos alemães na construção civil, utilizando o tijolo, mas foram os operários imigrantes italianos os que popularizaram a alvenaria de tijolos em construções urbanas, fazendo suas próprias casas.<sup>445</sup>

A questão da estética, que já foi tantas vezes citada, volta com a utilização dessas opções de tijolos coloridos e na intenção de camuflar a construção de vilas e avenidas. Lembrar que a estética foi também uma estratégia de diferenciação das casas que tinham sido adquiridas pelos trabalhadores, em oposição à uniformidade resultante das vilas operárias.

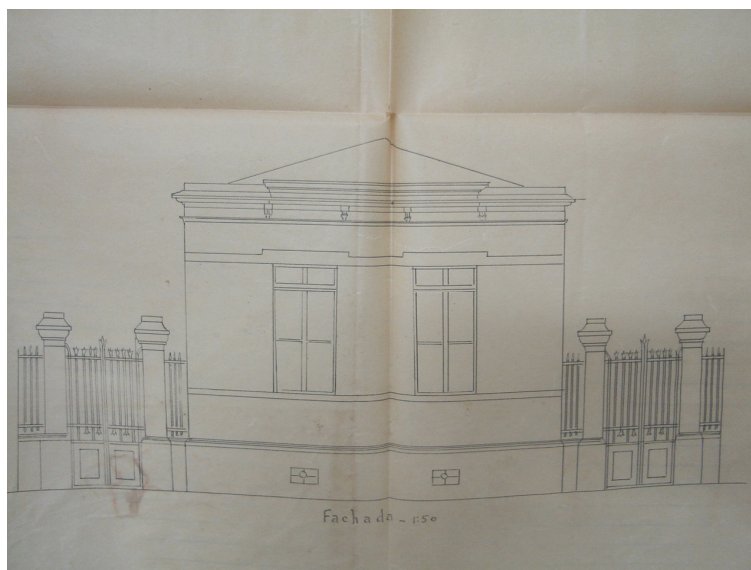


Imagem 21: João José Vieira, 1912. Desenho de fachada. Cx. 5. AHPJF.

Olhando a frente desta casa, na rua do Sampaio, poderia-se afirmar que se trata de uma casa geminada como tantas das quais já foi falado páginas atrás. Mas a grande surpresa está quando olhamos a planta baixa e encontramos um corredor formado por cinco casas de cada lado. Casas pequenas de três cômodos e provavelmente com as latrinas e tanques comuns a todas as cinco moradias. Pela falta de instalações sanitárias individualizadas pode-se até considerar este tipo de construção como um cortiço (e localizado em área não muito afastada do centro da cidade). A fachada lateral é composta apenas por portas e janelas, sem nenhum tipo de ornamento, sendo que cada casa era formada pelo conjunto de três janelas e uma porta, a qual se tinha acesso por meio de escada de quatro degraus.

<sup>444</sup> Idem. loc.cit.

<sup>445</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História...* Op. cit. p. 60.

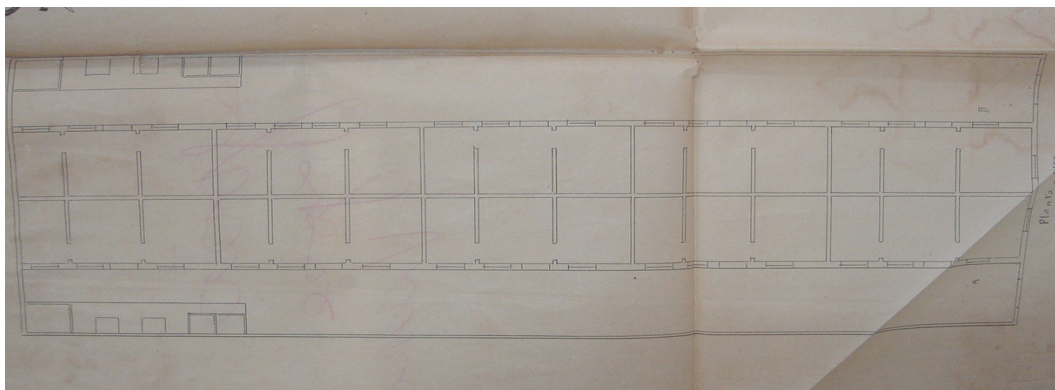


Imagem 22: Idem anterior. Desenho de implantação.

Construções como a anterior corroboram um modelo comum encontrado em outros locais, como descrito por Goulart: “Alguns conjuntos de habitação popular apresentavam também formas especiais de implantação. Compunham-se de fileiras de casas pequeninas – às vezes, mesmo apenas de quartos – edificadas ao longo de um terreno mais profundo, abrindo para pátio ou corredor, com feição de ruela. Nesses casos era freqüente a existência de um só conjunto de instalações sanitárias e tanques, dispostos no pátio, para uso comum.”<sup>446</sup>

Prezando pela estética da edificação que iriam construir, Jorge Miguel e Irmão também se utilizaram do artifício de mascarar, as quatro casas geminadas que iriam construir, através de uma fachada mais elaborada e que não denunciava a quantidade de moradas que estariam naquele terreno situado na rua Fonseca Hermes. Neste caso, em específico, o disfarce é ainda mais elaborado. Nem morada dupla aparenta ser, mas uma casa isolada, com elementos estilísticos bem dispostos na fachada, destacando-se a platibanda decorada, como pode ser observado na imagem 23.

<sup>446</sup> Nestor Goulart REIS FILHO. Op. cit. p. 58

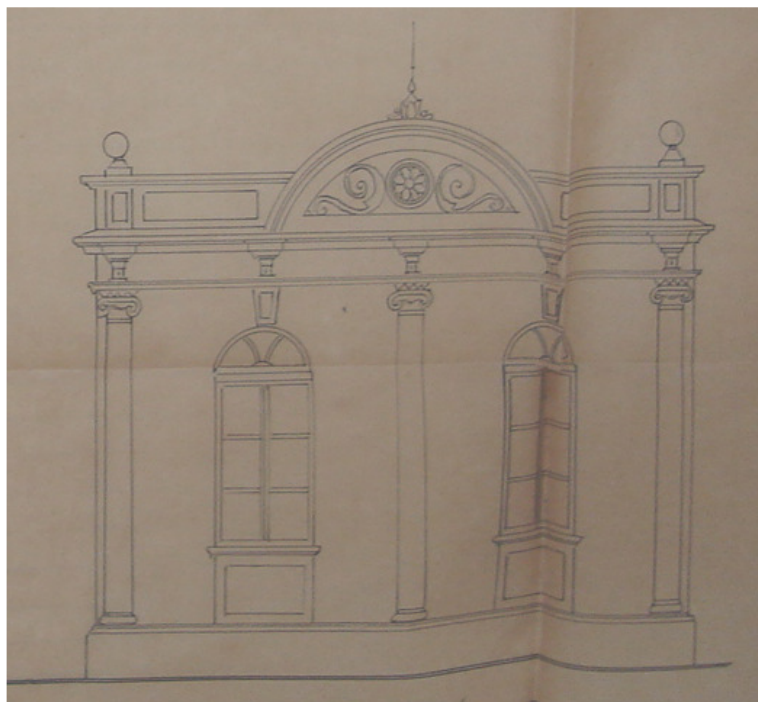


Imagem 23: Jorge Miguel e Irmãos, 1913. Desenho de fachada. Cx. 7. AHPJF.

Conforme Nestor Goulart, esta era uma forma comumente usada, na qual as fachadas voltadas para a via pública eram construídas no alinhamento, como era costume, e eram capazes de disfarçar a destinação para qual eram construídas.<sup>447</sup> Desse modo avenidas e cortiços ficavam diluídas no cenário urbano não constituindo elemento de distorção da estética geral do lugar, o que contribuía para a permanência dos trabalhadores em áreas mais próximas de seu lugar de trabalho. Em depoimentos de carpinteiros franceses do fim do século XIX, também é visível a preocupação com a estética e a individualidade das casas. Diziam querer variedade nas fachadas e disposição interna: “As casas seriam, por exemplo, divididas em grupos de cinco, onde uma teria uma fachada em pedra talhada, outra de tijolos, uma terceira de alvenaria, para que nada permitisse pensar que se tratava de uma vila operária.”<sup>448</sup>

No ano de 1912, Joaquim Dias da Silva requereu licença para construir seis grupos de dez casas tipo porta-janela, para operários, no bairro da Tapera junto da ponte. Ambos os proprietários pedem os favores da lei que isentava de impostos construções desse tipo, o que ilustra o crescimento proporcionado pelas Resoluções da Câmara. Devido a estas leis incentivadoras percebe-se que o ano de 1912 foi no qual mais se construiu casas coletivas, tipo avenida/vila. Além destes grandes projetos, com mais de dez casas, foi muito comum encontrar projetos compostos de cinco casas geminadas.

<sup>447</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>448</sup> Michelle PERROT. *Op. cit.* p. 113

O que é interessante notar é a opção por casas térreas, o que não aconteceu em outros lugares, como em São Paulo e Rio de Janeiro, em que várias foram as casas geminadas assobradadas. Como pode ser observado no concurso de projetos feito em São Paulo em 1916, no qual a demanda era por um projeto de uma casa simples de dois compartimentos habitáveis para um suposto casal sem filhos. Mas previa-se um aumento da família, o que deveria incluir no projeto a possibilidade de aumento da construção; sempre atendendo às condições de higiene, comodidade, estética e economia. As construções concorrentes foram divididas em quatro grupos e o vencedor do grupo "casas em série" foi Jourdan & Ponchon. Seu projeto propunha entrada direta nas dependências diurnas (cozinha e refeitório) ligado ao banheiro por pequeno corredor e no segundo andar o dormitório do casal.<sup>449</sup> E também como decorrência do código de 1918, em São Paulo, que popularizou os sobrados geminados formados por grupos de até seis unidades, com poucos cômodos, arejados e ensolarados, conhecidos como "sobradinhos Ford", todos iguais e feitos em série.<sup>450</sup>

Em Juiz de Fora, as primeiras avenidas e vilas encontradas datam do ano de 1909 e foram construídas para operários na rua Osório de Almeida. Como já foi falado é no ano de 1912 que estas construções ganharam impulso e foram mais construídas. Também a partir de 1925 elas voltam a aparecer com maior frequência entre as licenças expedidas para novas edificações. Mas sabe-se que elas continuaram a ser construídas ainda nos anos subsequentes. Como a Vila Caruso (rua Batista de Oliveira, 1000) de 1947. Construída no pós II guerra mundial e ainda sentindo os efeitos da mesma, foi recebida com entusiasmo "pela cidade tão necessitada de empreendimentos idênticos e que fossem coadjuvar-lhe o progresso."<sup>451</sup> A obra é composta de uma parte principal em dois pisos e anexando-se a este "um grupo de apartamentos confortáveis, tudo somando onze excelentes apartamentos".<sup>452</sup>

A estrutura física das casas contou um pouco como era a maneira de se construir, quais eram as preocupações da época, qual era o estilo estético em voga e como as casas eram, além de abrigo, instrumento de mediação das relações sociais. Perseguindo ainda as relações que se estabeleciam através da casa passa-se agora às relações entre público e privado, interior e exterior.

---

<sup>449</sup> Maria Luiza de FREITAS. Op. cit. p. 52-57.

<sup>450</sup> Carlos A. C. LEMOS. *A república...* Op. cit. p. 86.

<sup>451</sup> *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 31/05/1947. s/pág.

<sup>452</sup> Idem.

### 4.3 – A relação público e privado mediada pela casa

Assim como a fachada tinha por objetivo identificar seu morador ou falsear o tipo de habitação e compor harmonicamente o cenário urbano, a organização interna da casa igualmente refletia certas preocupações, como a privacidade e a intimidade do lar. Dessa forma, a frente das casas e os cômodos mais próximos a ela e que podiam ser admirados pelas visitas eram os mais valorizados. As partes laterais e superiores eram reservadas à intimidade da família. Os fundos e a lateral, como as áreas de serviço, eram os verdadeiros desprestígios, ainda reflexo da escravidão.<sup>453</sup> As áreas de serviço, ora lugar dos escravos, agora dos empregados domésticos, continuava a ser desvalorizada no interior das casas como forma de manter também internamente a segregação aplicada nas ruas.

As salas da frente mantinham as aparências e escondiam a “vergonha” das cozinhas e tanques, lugar reservado ao trabalho e ainda lembrando à escravidão.<sup>454</sup> A abertura das salas de visitas redefinia o espaço social das elites. Se a rua misturava grupos, a sala de visitas selecionava a mistura permitida, além de se compor como cartão de visitas daquela casa e de seu proprietário.<sup>455</sup> Só o descaso arquitetônico permitiria que um visitante visse um tanque ou uma horta. Tudo isso deveria ficar escondido. A segregação aplicada nas ruas, buscando afastar cada vez mais o trabalhador do centro da cidade (sua “sala de visitas”), tinha sua aplicação anterior dentro da casa burguesa. Claro que esta valorização dos espaços da casa e a rígida definição dos mesmos não foi realidade para toda a população.

A preocupação com a moral permeava as discussões sobre a moradia e para tentar resolver a questão os técnicos chegaram até mesmo a indicar a distribuição interna das casas populares. Para eles a sala era o local da reunião da família depois do trabalho. Ao lado, a cozinha de forma a aproximar a mulher do controle da casa. Os dormitórios mereciam atenção por ser lugar fechado e de espaço privado. O quintal era onde se lavava roupa e os filhos brincavam, uma alternativa à rua. “Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisava procurar esquecimento na bebida e no jogo.”<sup>456</sup>

Mesmo com o fantasma dos cortiços e casas de pensão, foi crescente o número de construções organizadas coletivamente. Isso implicava na relação de privacidade tanto preservada pela elite, como vista acima, e necessária à separação entre pobres e ricos. O processo de exclusão e, ao mesmo tempo, sua não completa efetivação, levou a outra

---

<sup>453</sup> Nestor Goulart REIS FILHO. Op. cit. p. 72

<sup>454</sup> Idem. P. 68

<sup>455</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p.31

<sup>456</sup> Marisa CARPINTÉRO. Op. cit. p. 134



mudança significativa, como apontado por Richard Sennet. Os espaços públicos começaram a corresponder a conotações negativas, como perigo, multidão, indiferença e o privado passou a representar o refúgio seguro<sup>457</sup>. Os limites entre público e privado foram historicamente construídos para reelaborar a separação entre lugar da produção e da reprodução, lugar da mulher e do homem, a vida privada da família e a vida do resto da sociedade. E foram melhor definidos a partir da era vitoriana e constituídos junto com as esferas sexuais e a delimitação entre os sexos.<sup>458</sup> Por isso, a circulação no espaço público era restrita. A princípio era lugar dos escravos, mas mesmo no pós-abolição não foi de imediato que as mulheres ganharam o espaço da rua. As francesas pobres do século XIX circulavam pelas ruas como faxineiras, lavadeiras, entregadoras ou pequenas comerciantes, devido ao espaço exíguo das casas e de sua precariedade. O exterior passava a ser mais importante para as donas de casa, pois era onde buscavam água, lenha, etc, ao contrário das mulheres da burguesia que tinham seu espaço limitado por regras sociais mais rígidas,<sup>459</sup> assim como no Brasil, onde também essas atividades cabiam às mulheres pobres, que por isso freqüentavam mais a rua. Antes das reformas urbanas que ordenaram a cidade os espaços públicos e privados eram pouco dissociados, ainda influenciados pela tradição rural.<sup>460</sup> O espaço público, lugar da escravaria e da libertinagem foi redimido na virada do século pela iluminação, a harmonia dos desenhos das fachadas e a definição de quem poderia circular por entre as ruas (já que os indesejáveis haviam sido, de certa forma, excluídos). E mais, foi definido qual era o tempo da rua, quais atividades poderiam ser ali exercidas e em qual momento.<sup>461</sup>

Assim entende-se o sonho da elite em prezar pela sua privacidade, que foi oferecida aos operários de forma camuflada através das vilas e avenidas, em oposição aos cortiços. Aos mais pobres esta privacidade foi mascarada, pois estas construções de vilas e avenidas e, mesmo em alguns casos, das casas geminadas duas a duas, não garantiam intimidade e privacidade. Ouvia-se o que se passava no cômodo ao lado, sabia-se o que acontecia na casa ao lado, da rua era possível enxergar o lado de dentro das casas. A convivência era forçada, não havia alternativa. Era só a porta que permitia um certo desligamento do mundo exterior.<sup>462</sup>

---

<sup>457</sup> Richard SENNET. *O declínio do homem público*. Apud: Maria Izilda S. de MATOS. São Paulo: Entre as Paredes e na Cidade. In: Maria A. SOLLER e Maria I. S. MATOS (orgs). *A cidade em debate*. p.149

<sup>458</sup> Maria Izilda Santos de MATOS. *Cotidiano...* Op. cit. p. 38, 39

<sup>459</sup> Michelle PERROT. Op. cit. p. 214-215, 221

<sup>460</sup> Idem. p. 216, 218

<sup>461</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 34. Por mais que esta divisão não tenha sido rígida, não deixou de se caracterizar como empecilho para as atividades populares, naquele primeiro momento.

<sup>462</sup> Vanda Arantes do VALE. Op. cit. p. 11.

As muitas janelas voltadas para rua, sem recuo, favoreciam a falta de privacidade, mas, ao mesmo tempo, o intercâmbio social, nem sempre havendo a preocupação com o isolamento. De acordo com Perrot o interior das casas era um lugar de reunião temporária, pois viviam mais do lado de fora, nos corredores, patamares, escadas e pátios e, em especial, na cidade.<sup>463</sup> A utilização “confusa” da casa também acontecia dentro das famílias imigrantes, pois a rua e o espaço doméstico eram lugares de produção, colidindo com a idéia de lar, destinado à família nuclear só para comer e dormir. Para complementar a renda as mulheres faziam quitutes, bordados e costuravam, além de alugarem parte da casa. “Assim, o que genericamente se considerava ‘promiscuidade’ abrangia uma multiplicidade de agenciamentos familiares, de redes de compadrio, de estratégias produtivas, de arrimos de sobrevivência e astúcia ao potencializar a utilização do espaço ao máximo”.<sup>464</sup> O que era contrário ao ideal burguês de moradia e a especialização do tempo e do espaço: tempo do lar, no interior da casa unifamiliar; tempo do trabalho, na fábrica, no escritório, na loja; tempo de movimentação, nas ruas; tempo do lazer, nos cafés, cabarés, bares.<sup>465</sup>

Mesmo nos cortiços, condenados pelos higienistas, pela elite e pela imprensa “seus moradores desenvolveram uma forte coesão interna, cuja maior expressão era o fato de a polícia não conseguir entrar no local ou, quando entrava, nunca encontrava ninguém”, diz Bonduki ao se referir a um grande cortiço no Bexiga, só demolido em 1948. Nas vielas de circulação das vilas e cortiços criava-se um espaço semi-público, onde crianças brincavam, lavava-se e seca-se roupas, faziam rodas de cantoria e bate papo e as festas de São João. As casas de reduzido tamanho e muitas vezes a identidade étnica dos moradores afirmavam a sociabilidade neste tipo de espaço público.<sup>466</sup>

As atividades exercidas dentro de uma casa variam no tempo e no espaço. Com o desenvolvimento industrial a sobreposição de funções tende a diminuir, pois não se trabalha mais em casa, a produção sai do âmbito familiar. O que diferencia uma casa de classes sociais ou culturais diferentes são os critérios de sobreposição ou distribuição das atividades dentro de um mesmo espaço. Nas casas mais pobres a quantidade de sobreposições é incrível, basta lembrar das casas de apenas de um cômodo. A casa popular de modo geral contém a sobreposição entre lazer, estar e serviço, enquanto que a classe média aburguesada, a partir do pós segunda guerra, têm no “sofá-cama” a síntese das funções de sua residência, estar e lazer

<sup>463</sup> Michelle PERROT. Op. cit. p. 112

<sup>464</sup> Raquel ROLNIK. Op. cit. p. 79, 80

<sup>465</sup> Idem. p. 84

<sup>466</sup> Nabil BONDUKI. Op. cit. p.55, 60



coabitado ao dormir.<sup>467</sup> O que para a burguesia do início do século XX era o horror da coabitação e da sobreposição de funções, hoje é uma realidade aceita sem questionamentos, materializada nos minúsculos apartamentos.

João do Rio em uma de suas crônicas descreve a casa de um operário desempregado:

(...) empurrou a porta, acendendo uma candeia. Eu vi, então isso: um espaço de teto baixo, separados por uma cortina de saco. Por trás dessa parede de estopa, uma velha cama, onde dormiam várias damas. (...) Para cá da estopa, uma espécie de sala com algumas figurinhas na parede, o estandarte do clube, o vexilo das Violetas embrulhado em papel, uma pequena mesa, três homens moços roncando sobre a esteira fria ao lado de dois cães, e numa rede, tossindo e escarrado (...) um mulato esqualido, que parecia tísico. (...)<sup>468</sup>

A casa visitada por João do Rio é exemplar de coabitação, falta de privacidade versus espaços específicos para cada uma das atividades domésticas. A separação de cômodos feita de saco, pessoas dormindo em todos os cantos, junto com cães e na “sala”, ao lado da mesa. Segundo Sevcenko o pequeno espaço privado não era uma questão de promiscuidade, mas as conseqüências da política urbana e também da intromissão ameaçadora das autoridades a qualquer momento. A privacidade para essas pessoas era uma espécie de fantasia, o privilégio de pertencer ao mundo secreto que mantém as aparências das conveniências oficiais.<sup>469</sup> No trabalho de Chalhoub a coabitação aparece como oportunidade de troca de parceiros e por isso motivo de ciúmes e de diversos crimes justificados por um suposto amante, ou cometidos por homens que não aceitaram ser trocados.<sup>470</sup>

Este ideal de privacidade e individualidade talvez tenha sido muito mais um desejo da elite, oferecido aos mais pobres, porém, que não o desejavam com a mesma intensidade. Afinal, os laços de sociabilidade e solidariedade eram construídos e reafirmados, justamente, por este contato forçado entre os vizinhos. "Na janela, sempre ladeada por assentos (as conversadeiras), sentavam-se as mulheres, à luz natural, para costurar, bordar, tricotar, descascar os legumes e conversar com as vizinhas."<sup>471</sup>

Ao falar dos bairros tipicamente operários da capital paulista, como Brás, Móoca, Cambuci, Barra Funda, Bexiga e outros, Marins apresenta esse rompimento entre público e privado como fomentador de solidariedades.

Alinhadas diretamente com as calçadas, as habitações populares formaram a paisagem marcante dos bairros de imigrantes, em cujas janelas debruçadas sobre as ruas rompia-se a desejada diferenciação espacial das elites empenhadas em

<sup>467</sup> Carlos A. C. LEMOS. *História...* Op. cit. p. 10, 72

<sup>468</sup> Nicolau SEVCENKO. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. Op. cit. p. 542

<sup>469</sup> Idem. p. 544

<sup>470</sup> Sidney CHALHOUB. *Trabalho...* Op. cit. p. 239

<sup>471</sup> Maria Izilda Santos de MATOS. *Cotidiano...* Op. cit. p. 45

discernir fronteiras entre espaços públicos e privados. De espaço previsto para a circulação viária, os logradouros, com escasso movimento automotivo, transformavam-se em extensão das pequenas salas de estar, e rodas de cadeiras espalhavam-se pelas calçadas, metamorfoseando a sociabilidade dos vilarejos rurais europeus. As músicas, o vozerio alto e acalorado rompiam os tênues limites de paredes e vidraças, fundindo experiências – e fomentando solidariedades.<sup>472</sup>

Estas mesmas relações podem ser percebidas na reportagem de 2003, já citada, do jornal local. A moradora de uma das vilas, ainda existentes na cidade, disse ao jornal: "Aqui há muita solidariedade. Quando a minha panela de pressão explodiu, todos vieram me socorrer." Um outro morador, este da Vila Mascarenhas, reforça estas impressões ao dizer: "Trabalhei 53 anos de minha vida. Hoje, viúvo, moro sozinho nessa casa e minhas distrações são os vizinhos e as viagens para ver meus filhos."<sup>473</sup>

No entanto, não são todos os autores que concordam com esta perspectiva. Blay, por exemplo, acredita que a tão falada solidariedade é na verdade uma forma de escamoteamento das dificuldades financeiras. Em seu trabalho percebeu que várias famílias alugavam parte da casa para parentes e alegavam solidariedade e ajuda mútua, mistificando essas relações sociais. Integração entre os moradores, festas e ajuda não foram observadas naquele momento e a autora suspeita que também no passado elas não existiram.<sup>474</sup>

Não cabe aqui discutir estas relações de sociabilidade (o que demandaria outra pesquisa), mas apenas apontá-las como uma possibilidade de resolução de problemas ou apenas de amenização das dificuldades passadas por estes grupos sociais.

Foi possível perceber ao longo do capítulo as formas de moradia de parte significativa da população juizforana, que não morava na região central da cidade e, na maioria das vezes, pagava aluguel. Mesmo com dificuldades procuraram dar às habitações os requisitos mínimos exigidos pela Câmara Municipal e de aproximá-las do bom gosto necessário ao embelezamento da cidade e sua formação cenográfica de espaço civilizado e progressista. O tipo de fonte utilizada permitiu caracterizar a obra de alguns construtores, engenheiros e arquitetos atuantes na cidade. E, por fim, viu-se que as definições de público e privado almejadas pela elite não foram vivenciadas pelos operários, porém com todas as dificuldades em conseguir morar de forma "descente e saudável" alguma vantagem havia nessa convivência forçada entre vizinhos tão próximos, de acordo com o depoimento de alguns moradores.

---

<sup>472</sup> Paulo César MARINS. Op. cit. p. 173.

<sup>473</sup> *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 24/10/2004. Loc. Cit.

<sup>474</sup> Eva Alterman BLAY. Op. cit. p.205-207, 243

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo das “cozinhas” oculto das vistas dos mais elegantes, preocupados em favorecer o aparecimento das “salas de visitas”, que funcionavam como cartões a serem apresentados aos passantes, tentou ser desvendado neste trabalho. Assim como o espaço físico da casa, destinado aos serviços domésticos, mereceu pouca atenção e era socialmente desprestigiado, também o espaço físico da cidade destinado aos trabalhadores era desvalorizado e até em certo sentido lugar de desprezo e para onde iam os indesejáveis.

Buscou-se durante todo o trabalho ressaltar a importância de compreender o processo de afastamento das populações mais carentes e também seu assentamento na cidade, além da relevância simbólica existente em morar ou possuir uma casa. Estudar este processo de exclusão e precariedade é ir à gênese de um problema que persiste ao longo dos anos e ainda se constitui desafio para as administrações municipais de, praticamente, todas as cidades. Mesmo sendo um estudo de caso particular, Juiz de Fora, as transformações acontecidas na cidade e as reflexões que elas suscitam pode ajudar a entender o que aconteceu em vários outros lugares, pois são parte de um mesmo processo de alinhamento da nação ao modelo capitalista .

Foi visto que a casa, fosse ela alugada ou própria, ganhou importância à medida que o século XX ia se aproximando e o urbanismo ganhando para si a missão de pôr ordem na cidade modernizada. Entender as concepções de moradias, os discursos elaborados por políticos, engenheiros, higienistas e operários faz com que os mesmos ganhem sentido independente de sua origem e de seu objetivo. Não havendo maior legitimidade entre este ou aquele. Cada grupo, ao seu modo, expressava suas idéias e suas necessidades quanto a ter um lugar para morar. Desse modo, os discursos não são entendidos apenas como falas de uma elite que quer continuar dominando. Mas, falas de pessoas que entendem a moradia como um bem necessário à vida cotidiana. A casa, a moradia, além de se constituir como um problema estrutural, devido à quantidade insuficiente, também era entendida como foco de epidemias e desvios de caráter; por isso a importância de transformá-la em santuário doméstico, lugar de restauração das energias gastas com o trabalho e de fortalecimento dos laços familiares.

Em Juiz de Fora o café e a indústria proporcionaram o crescimento, por isso a cidade tornou-se pólo de atração de pessoas, ao mesmo tempo em que dinamizava um projeto modernizador mais amplo, com o intuito de moldar toda a sociedade. Ordem para amparar o crescimento, dar ares de modernidade, organizar o funcionamento da cidade, mas que, ao mesmo tempo, gerou ou agravou o problema da moradia.

O período em estudo coincide com um momento de reajuste social e econômico, com forte presença da carestia que atingiu a tantas pessoas e a falta de moradias que agravava este quadro. Para este processo de reajuste a medicina social exerceu papel preponderante delimitando o que era recomendado e o que era proibido em vista de um ambiente saudável e higiênico. A casa fazia parte de um desses ambientes e deveria ser *locus* de saúde e moral, por isso o intenso combate aos cortiços e o incentivo à construção de moradias mais higiênicas. Aliada ao discurso da higiene existia também os interesses dos capitalistas, que aproveitaram a situação vivida para aumentarem seus negócios na área urbana, em constante crescimento.

Os construtores, na maioria imigrantes italianos, colaboraram para a formação do cenário urbano composto de grandes prédios ecléticos ou não, para o serviço público ou para o lazer. O tipo de fonte utilizada permitiu caracterizar a obra de alguns construtores, engenheiros e arquitetos atuantes na cidade. Além dos mais famosos e de suas grandes obras, existiram aqueles pouco lembrados pela memória oficial da cidade, possivelmente por terem se dedicado mais às construções de moradias populares, do que de prédios públicos ou palacetes. Foi importante conhecê-los para que também sejam agregados à memória da cidade.

Conhecer as formas de moradia de parte significativa da população juizforana, que não morava na região central da cidade, contribuiu para o melhor entendimento da situação vivida por eles, e da recuperação da memória urbana popular. Mesmo com dificuldades procuravam dar às habitações os requisitos mínimos exigidos pela Câmara Municipal no intuito de aproximá-las dos elementos tidos como necessários para o aformoseamento da cidade e sua formação cenográfica de espaço civilizado e progressista. Viu-se, ainda, que as definições de público e privado tal qual almejadas pela elite não foram vivenciadas pelos operários. Porém, com todas as dificuldades passadas alguma vantagem havia nessa convivência forçada entre vizinhos tão próximos, de acordo com o depoimento de alguns moradores.

Como todo trabalho em História o fim não representa o esgotamento do assunto, nem uma versão definitiva sobre o mesmo. Ao determinar o fim acredita-se que as perguntas fundamentais que nortearam a pesquisa tenham sido respondidas, embora ao longo do trabalho outras interrogações tenham surgido e ficado sem resposta. Eis então a abertura de

novas possibilidades de análise para que as novas perguntas sejam respondidas. Entre elas podemos citar o modelo da casa Typo I, de Pedro Botti (imagem 14, página 131). O que seria esta classificação? Provavelmente um modelo dentro de um receituário de possibilidades de construção de prédios. Mas quem teria feito, com base em qual modelo, para ser seguida por quem?

Duas outras questões que se colocaram e não puderam ser respondidas dizem respeito, primeiro ao crescimento de construções a partir de 1926, com grande acréscimo no ano de 1929. Quais fatores teriam levado a esse incremento e por quê? E segundo, sobre as relações de sociabilidade. Afinal, elas foram ou não possíveis de existir entre os moradores de casas populares? Seria a integração entre eles um mito? Até que ponto a presença dos patrões (no caso de vilas de empresas) impedia a formação de laços de sociabilidade?

Dessa forma, acredita-se que o trabalho tenha contribuído para o conhecimento da situação habitacional de Juiz de Fora, no início do século XX. A partir do levantamento dos tipos de moradia, de sua localização e de seus construtores é possível entender melhor a configuração urbana da cidade atualmente, ao mesmo tempo em que são apontadas possibilidades de pesquisa no campo da história da arquitetura e também da história social.

## ANEXOS

## Anexo 1:

## Juiz de Fora e seus bairros



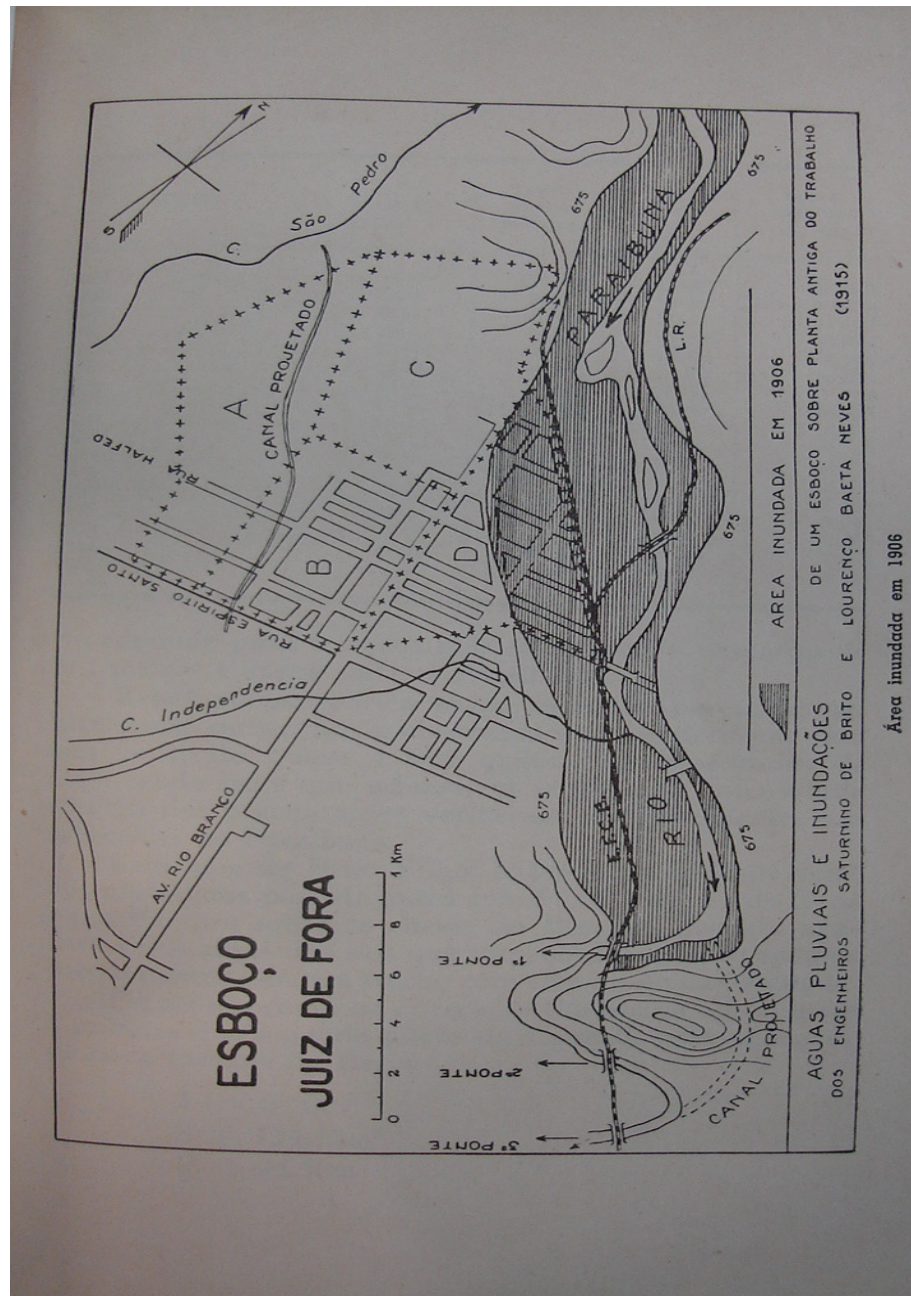
Mapa 2: Juiz de Fora localização dos bairros. In: Sônia Regina MIRANDA. Op. cit. Anexo 2.<sup>475</sup>

<sup>475</sup> Legenda do mapa 1: 1-Centro. 2-Botanágua. 3-Vitorino Braga. 4-Alto dos Passos. 5-Fábrica. 6-Mariano Procópio. 7-Glória. 8-Poço Rico. 9-São Mateus. 10-Santa Terezinha. 11-Manoel Honório. 12-Serra. 13-



## Anexo 2:

## Área inundada por enchente em 1906



**Mapa 2:** H. de Araújo GOES. Inundações do Paraíba em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. s/pág.

Grambery. 14-Boa Vista. 15-Mundo Novo. (As setas em azul apontam para o trajeto do rio Paraíba e a seta em vermelho a Avenida Rio Branco.)

## Anexo 3:

## Quantidade de construções populares por ano

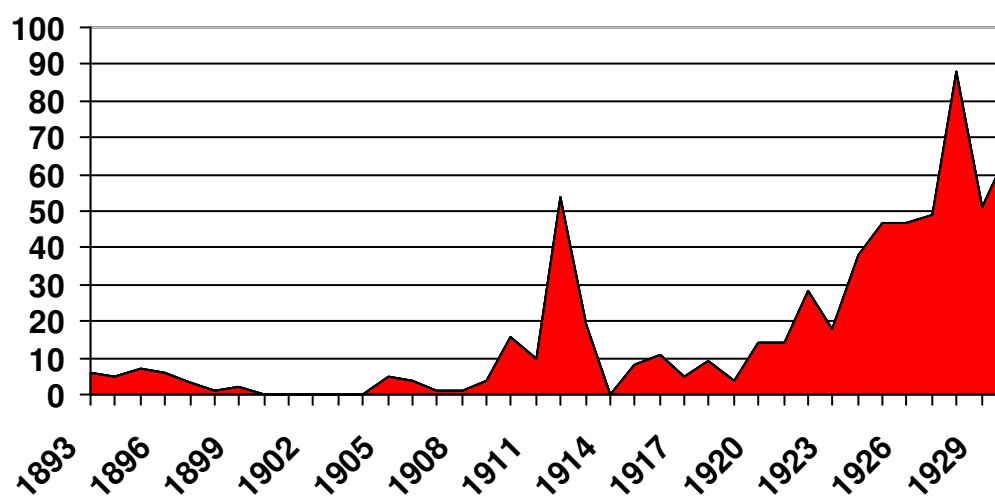


Gráfico 2: Quantidades de construções populares por ano. Fonte: Fundo Câmara Municipal da República Velha, Plantas, Caixas de 01 a 21 (1892-1930)



**Anexo 4:****Desenhistas mais atuantes**

<b>Desenhista</b>	<b>Quantidade de projetos de sua autoria</b>
Luiz Turolla	99
Pedro Scapim	68
Joaquim Rodrigues de Araújo	13
Raul Lemos	10
João Surerus Júnior	09
Albionte J. Castelhani	08
Salvador Notaroberto	05

**Tabela 4:** Desenhistas mais atuantes entre 1892 e 1930. **Fonte:** Fundo Câmara Municipal da República Velha, Plantas, Caixas de 01 a 21 (1892-1930)

## Anexo 5:

## Localizações mais freqüente de construções

Localização	Freqüência ao longo dos anos (1892-1930)
Santana	28
Benjamim Meggiolaro	24
Bernardo Mascarenhas	22
Botanágua	19
Moraes e Castro	19
Vitorino Braga	19
Independência	17
Bernardo Mascarenhas	17
Dona Maria Perpétua	17
Manoel Honório	16
São Mateus	15
Paula Lima	14
São Geraldo	13
Avenida Sete de Setembro	12
Mariano Procópio	12
Santa Rita	11
Barão de São Marcelino	10
Henrique Vaz	10

**Tabela 5:** Locais de construção mais freqüente entre os anos de 1892-1930. **Fonte:** Fundo Câmara Municipal da República Velha, Plantas, Caixas de 01 a 21 (1892-1930)

**Anexo 6:****Relação de plantas de casas populares pesquisadas**

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
1	Rua Santa Rita	Delsicco [Lidovino] Giovanni	1893
2	Rua Santa Rita	Delsicco [Lidovino] Giovanni	1893
3	Transversal a Gratidão	Félix Antonio da Rocha	1893
4	Morro de Santo Antônio	Francisco Carvalho de Moura	1893
5	Rua Bernardo Mascarenhas	Gertruth Gerheim	1893
6	Rua do Comércio	Pocedônio José de Souza	1893
7	Rua Carlos Otto	Antônio de [Porice] [Braga]	1894
8	Junto igreja metodista de Mariano Procópio	Antônio Tavares	1894
9	Rua do Botânica	Francisco Jeruz	1894
10	Rua do Botânica	Manoel Pereira da Silva	1894
11	Rua do Comércio	Miguel Teperine	1894
12	Rua São João Nepomuceno	Braz Giacomo	1895
13	Rua Moraes e Castro	Firmino Frederico Júnior	1895
14	Avenida Dona Maria Perpétua	Guisepe Signantini	1895
15	Rua de São Mateus	José Francisco Alves	1895
16	Rua Bernardo Mascarenhas	Luis Dilly	1895
17	Rua Moraes e Castro	Carlos Ventura	1896
18	Rua Moraes e Castro	Deolinda Ferreira Brazil	1896
19		Comendador Francisco Antônio Brandi	1896
20	Rua Bernardo Mascarenhas	José Lanher	1896
21	Rua Bernardo Mascarenhas	José Weiss	1896
22	Rua do Progresso	Lauriano Ribeiro de Assis	1896
23		Antônio Carlos	1897
24		Gertruda Gerheim	1897
25	Beco do Morro da Gratidão	Manoel Castro	1897
26	Rua do Capim	Onório José	1898
27	Rua da Gratidão	Alfredo Guedes	1899
28	Rua Imperador	Frederic Carrato	1899
29	Rua da Providência	Egídio Meggiolaro	1905
30	Rua Mariano Procópio	Honorato Munck	1905
31	Rua da União	Silva Braga	1905
32	Rua Bernardo Mascarenhas	Christiano Gereheim	1906
33	Rua da Providência	Egídio Magiollaro	1906
34	Rua Fonseca Hermes	José Gomes Fraga	1906
35	Rua Marechal Floriano Peixoto	Martinho Pereira da Silva	1906
36	Rua da União	João Surerus	1907
37			1908

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
38	Rua Bernardo Mascarenhas	Jorge Kieffer	1909
39	Rua Fonseca Hermes		1909
40	Rua Santa Rita	Narcizo Coelho da Silva	1909
41	Rua Ozório de Almeida		1909
42	Rua do Botânica	Philippina Kascher	1910
43	Rua Barbosa Lima	Christovão Gogliano	1910
44	Rua Ewbanck da Câmara	Januário Correa	1910
45	Artistas	João Surerus	1910
46	Rua do Botânica		1910
47	Rua Bernardo Mascarenhas	Jorge Kinfer	1910
48	Rua do Botânica	José Antunes de Carvalho	1910
49	Rua Mariano Procópio	Antônio Scapim Guerino	1910
50	Rua Santa Rita	José Pedro Martins	1910
51	Rua Direita	José Rodrigues de Paiva	1910
52	Rua Batista de Oliveira	Manoel Jorge Fernandes	1910
53	Rua Moraes e Castro	Pedro Botti	1910
54	Rua Batista de Oliveira	Rafael Barone	1910
55	Rua Floriano Peixoto	Rafael Barone	1910
56	Rua do Botânica	Rodolpho Turati	1910
57	Rua Batista de Oliveira	Ventura Pereira de Souza	1910
58	Rua Vitorino Braga	Antônio Pires da Fonseca	1911
59	Avenida Garibaldi	Antônio Gaetano de Andrade	1911
60	Rua Paula Lima	Antônio Girnoni	1911
61	Rua São Mateus	Antônio Passarela	1911
62	Largo do Cruzeiro	Associação Damas da Caridade	1911
63	Rua Botânica	Delfim da Costa Carvalho	1911
64	Rua Vitorino Braga	Eduardo dos Santos	1911
65	Rua Fernando Lobo		1911
66	Rua Mariano Procópio	Fernando Pongetti	1911
67	Rua de São Mateus	Ignácio N. Damelis	1911
68	Margem da Estrada de Ferro Piau	Agostinho Augusto Correa	1912
69	Rua do Botânica	Almina Aldelina Daide	1912
70	Rua Gratidão	Anna Caputi	1912
71	Rua Garibaldi	Antônio Alves Teixeira	1912
72		Antônio Angelo	1912
73	Rua São Mateus	Antônio Magaldi	1912
74	Rua Mariano Procópio	Antônio Tavares	1912
75	Rua Dona Maria Perpétua	Antônio Teixeira Tocantins	1912
76	Rua de Santo Antônio	Rino Rossi Bitino	1912
77	Avenida Dona Maria Perpétua	João Francisco de Sasles	1912
78	Rua Sampaio	João José Vieira	1912
79	Bairro Tapera junto à ponte	Joaquim Dias da Silva	1912
80	Rua Carlos Otto	José Francisco Ribeiro	1912

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
81	Rua São Sebastião	José Garcia Júnior	1912
82	Rua Dona Maria Perpétua	José Gomes da Silva	1912
83	Rua Garibaldi	Juneval J. de Oliveira	1912
84	Rua Mariano Procópio	Sirillio Virgílio	1912
85	Rua do Botânica	Torquato dos Santos Tassor	1912
86	Rua Henrique Vaz	Vicente de Paula d'Assunção César	1912
87	Rua Dona Maria Perpétua	Humbaldo [Hilemon]	1912
88			1912
89	Rua Antônio Carlos	Cristiano Cunha	1912
90	Rua São Mateus	Custódio da Silva Braga	1912
91	Rua Paula Lima	Dídimo Francisco de Paula	1912
92	Rua Tiradentes	Ezequiel Gomes da Cruz	1912
93	Avenida Garibaldi	Egídio Magiolaro	1912
94	Entre as ruas São João e 15 de Novembro	Felício [DeGacomo]	1912
95	Rua Vitorino Braga	Firmino Frederico	1912
96	Rua Osório de Almeida	Francisco Borges de Mattos	1912
97	Rua Paula Lima	Francisco Lucatto	1912
98		Geraldino José da Silva	1912
99	Rua Halfeld	Ignácia da Conceição	1912
100	Fundos da Rua Sampaio	J. W. Tarboux	1912
101	Avenida Municipal	Cel. João Evangelista da Silva Gomes	1912
102	Rua Hipólito Caron	Cel. João Evangelista da Silva Gomes	1912
103	Rua Hipólito Caron	Cel. João Evangelista da Silva Gomes	1912
104	Rua São Sebastião	Cel. João Evangelista da Silva Gomes	1912
105	Rua Carlos Otto	João Pestana	1912
106	Rua Vitorino Braga	Joaquim Francisco	1912
107	Rua Barão de Santa Helena	Jocelino Pereira da Silva	1912
108	Avenida Garibaldi	José Garcia	1912
109	Rua Vitorino Braga	José Miranda	1912
110	Morro de Santo Antônio	José Pedro Martins	1912
111	Morro de Santo Antônio	José Pedro Martins	1912
112	Morro de Santo Antônio	José Pedro Martins	1912
113	Rua Vitorino Braga (requerimento) Rua Garibaldi (na planta)	Antônio Scapim Guerino	1912
114	Rua São Mateus	Cel. Josué Leite Ribeiro	1912
115	Rua Gratidão com vista para a Rua Direita	Luiz Leonello	1912
116	Avenida [Almerijo] Vaz	Manoel Coralina de St'Anna	1912
117	Rua Paula Lima	Odelon Turolla	1912
118	Rua B, defronte São Mateus	Rodolfo	1912
119	Rua Dona Maria Perpétua	Salvador Trefilio	1912
120	Avenida Garibaldi	Sílvio e Benjamim Meggiolaro	1912
121	Rua Osório de Almeida	Vicente Perugino	1912
122	Rua São João Neponuceno	Vicente Picoreli	1912

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
123	Rua Espírito Santo	Antônio Alves de Sá	1913
124	Rua Botanágua	Antônio Fortunato de Lima	1913
125	Rua Vitorino Braga	Antônio Sibem	1913
126	Rua Dona Rosa	Aristóteles Braga	1913
127	Rua Vitorino Braga	Ataliba Modesto de Almeida	1913
128	Botanágua	Attilio Breda	1913
129	Rua Paula Lima	Augusto Degwert	1913
130	Rua Bernardo Mascarenhas	Felismino Evaristo de Oliveira	1913
131	Rua de São Mateus	Cel. Francisco Luiz de Barros	1913
132	Cel. [Baclusa] [?]	João Emílio da Costa	1913
133	Rua São Mateus	João José Viera	1913
134	Rua Vitorino Braga	João Pereira	1913
135	Rua Floriano Peixoto	João Teixeira Lopes	1913
136	Rua do Parque	Joaquim Pereira	1913
137	Rua Fonseca Hermes	Jorge Miguel e Irmãos	1913
138	Largo do Cruzeiro	José Luqueses Loures	1913
139	Rua Vitorino Braga	José Pedro da Silva	1913
140	Rua São Mateus	Virgílio José Pereira	1913
141	Rua Nova, entre Paula Lima e B. Cataguases		1913
142	Avenida 15 de Novembro	Adolpho Knop	1915
143	Avenida Manoel Honório	Evangelio Crivelari	1915
144	Rua Floriano Peixoto	Antônio de Araújo	1915
145	Rua Botanágua	Antônio Fortunato Lima	1915
146	Rua da Tapera	Custódio José da Silva	1915
147	Rua Moraes e Castro	Desidério Dardette	1915
148	Rua Paula Lima	Ernesto Padovão	1915
149	Rua Doutor Romualdo	Euclides Chripim	1915
150	Rua Mariano Procópio	Fernando Gongetti	1915
151	Rua Bernardo Mascarenhas	Herdeiros de Francisco Baptista Pinto	1915
152	Rua Barbosa Lima	Francisco Coelho da Silva	1915
153	Rua Osório de Almeida		1915
154	Rua Paula Lima	Francisco Muller	1915
155	Rua Dr. Oscar Vidal	Francisco Vitorino	1915
156	Avenida C em Manoel Honório	Henrique Dionísio	1915
157	Avenida 15 de novembro	Hermann Erhardt	1915
158	Avenida Municipal	João Alexandre Baptista	1915
159	Rua Dona Maria Perpétua	João Corrêa	1915
160	Rua São Mateus	João José Vieira	1915
161	Rua do Botanágua	João Larzarini	1915
162	Rua Bernardo Mascarenhas	Joaquim Duarte	1915
163	Rua Vitorino Braga	João Garcia	1915
164	Rua Dr. Romualdo	José Leonel	1915
165	Avenida D. Pedro II	José Olavo Winter	1915

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
166	Rua Dona Maria Perpétua	Laurindo Gomes de Souza	1915
167	Rua Garibaldi	Manoel Alves Baptista	1915
168	Rua Nova (no requerimento) Rua 7 de Julho (na planta) em Mariano Procópio	Manoel Simões de Oliveira	1915
169	Rua Marechal Deodoro	Martinho Pereira Júnior	1915
170	Rua Nova em Mariano Procópio	Moysés Anastácio da Silva	1915
171	Bairro Manoel Honório (no requerimento) bairro da Glória (na planta)	Porphírio Augusto de Assis	1915
172	Rua Nova em Mariano Procópio	Romeu Biancolle	1915
173	Rua do Parque	Albino Lopes de Abreu	1916
174			1916
175	Rua Nova em Mariano Procópio	João Kiffer Filho	1916
176	Avenida D. Pedro II	João Surerus	1916
177	Rua Nova no Botânica	Laura de Macedo Bretas	1916
178	Avenida Garibaldi	Luiz Marangon	1916
179	Avenida Garibaldi	Manoel Alves Baptista	1916
180	Rua D. Pedro II	Mario Honachese	1916
181	Avenida Rio Branco, bairro da Glória	Maud Wood de Lemos	1916
182	Rua Nova em Mariano Procópio	Maximiano Minini	1916
183	Rua Santo Antônio	Maximiano Antônio Pinto	1916
184	Avenida Rio Branco, bairro da Glória		1917
185	Bairro Tapera	Esperança Milagres	1917
186	Rua Vitorino Braga	João Cardoso Pinto	1917
187	Rio Branco, sítio Lamaçal	Rosa Augusta de Castro Monteiro de Barros	1917
188	Rua Carlos Otto	Rosário Falce	1917
189	Rua Espírito Santo	Álvaro Teodoro de Paula	1918
190	Rua Moraes e Castro	Antônio Gaio	1918
191	Rua Barão de Cataguases	Ayres Gomes da Silva	1918
192	Rua Osório de Almeida	Elisa Meurer	1918
193	Rua Bernardo Mascarenhas	Esperidião Gabriel	1918
194	Rua do Parque	José Perotta	1918
195	Rua São Mateus	Pedro Luiz da Silva	1918
196	Rua Mariano Procópio	Manoel Emílio Ferreria	1918
197	Rua Gratidão	Presciliana de Queiroz Carneiro Leão	1918
198	Rua do Progresso (na petição) Rua Santa Helena (na planta)	João Borges de Matos	1919
199	Rua Santa Helena	João Borges de Matos	1919
200	Bairro Tapera	Francisco Miranda	1919
201	Rua Tiradentes	Antônio Moreira Gomes	1919
202	Rua do Botânica	Cel. Francisco Luiz de Barros	1920
203	Rua do Progresso	Eugênio Ribeiro Bastos	1920
204	Rua Osório de Almeida	Cel. Christovão de Andrade	1920
205	Rua Moraes e Castro	Chrestiano Vieira de Araújo Machado	1920

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
206		Alfredo Sebastião de Faria	1920
207	Rua do Parque	Cel. Alfredo de Andrade Villela	1920
208	Rua do Botánágua	Caetano Chiantia	1920
209	Rua Moraes e Castro	Honorata de Araújo Braga	1920
210	Rua do Parque	Aristides Amado Correa	1920
211	Rua Direita em Manoel Honório	Antônio Angelino	1920
212	Rua São Geraldo no Botánágua	Laurinda Machado da Silva	1920
213	Rua do Botánágua	Maria Cristina da Silva	1920
214	Avenida Dona Maria Perpétua	Queiroz e Irmão	1920
215	Rua Padre Café	Roldão Rodrigues	1920
216	Rua do Botánágua	Viúva Stiebler e filhos	1921
217	Rua Benjamim Constant	Saint-Clair José de Miranda Carvalho	1921
218	Rua Feliciano Pena	Raphael Segura	1921
219	Bairro Manoel Honório	Pedro Bellotti	1921
220	Rua Manoel Bernardino	Onofre Mendes	1921
221	Rua Botánágua	Ary Pereira da Silva	1921
222	Avenida Botti	Antônio Bento de Vasconcelos	1921
223	Avenida Botti	Antônio Bento de Vasconcelos	1921
224	Rua dos Artistas	Albano Perassini	1921
225	Bairro Manoel Honório	Luiz Kelmer	1921
226	Rua do Espírito Santo	Josefina Zaguitti	1921
227	Rua de São Mateus	José Moreira Sobrinho	1921
228	Rua Santa Rita	João Borges de Matos	1921
229	Rua Barão de Bertioga		1921
230	Rua Dona Maria Perpétua	Abílio Marinho Leitão	1922
231	Rua São Geraldo	Alfredo Benjamin Gonçalves	1922
232	Barão de São Marcelino	Arthur Baptista de Oliveira	1922
233	Avenida Rio Branco	Antônio Silva Ferreira	1922
234	Avenida Costa Carvalho	Aurélio Fazza	1922
235	Barão de São Marcelino		1922
236	Rua São Geraldo	Frankiln Fernandes Mattos	1922
237	Avenida Dona Maria Perpétua	Galileu de Souza	1922
238	Rua do Monti	Galileu de Souza	1922
239	Bairro Tapera	Hamlet Ciampi	1922
240	Eugênio Fontainha	Hermenegildo Dionísio	1922
241	Rua Vitorino Braga	Isidoro Brada	1922
242	Rua São Geraldo	Jayme Damaso da Costa	1922
243	Rua do Progresso	João de Mattos	1922
244	Rua Manoel Honório	João Damiani	1922
245	Rua da Independência	João Marinelli	1922
246	Rua D. Pedro II	José Monachesi	1922
247	Rua perpendicular a da Tapera	Miguel Precioso	1922
248	Rua Paula Lima	Francisco Lucati	1922



	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
249		Osório de Mello	1922
250	Antônio Dias	Pantaleone Arcuri	1922
251	Margem da Central	Pedro Borgiono	1922
252	Rua dos Artistas	Perpétua Peracini	1922
253	Rua São Geraldo	Procópio Pacheco de Castro	1922
254	Avenida Dona Maria Perpétua	Sérgio Braidá	1922
255	Rua Manoel Bernardino	Thereza de Jesus	1922
256	Rua Santa Rita	Vicente Martelli	1922
257	Rua Dr. Romualdo	Aníbal Zacaran	1923
258	Rua da Piau	Anna Timoti	1923
259	Entre Barão de Cataguases e Paula Lima	Áurea de Andrade	1923
260	Rua Bernardo Mascarenhas	Ernesto Tonelle	1923
261	Rua da Independência	Francisco Alves Vieira	1923
262	Rua da Independência	Francisco José Falci	1923
263	Rua Paula Lima	Francisco Lucato	1923
264	Rua da Harmonia	Francisco Victorino	1923
265	Rua Américo Lobo	João Fabriciano Dantas	1923
266	Rua Dr. Romualdo	João Stumpf	1923
267	Avenida Dona Maria Perpétua	Manoel Moreria Guedes	1923
268	Rua da Harmonia	Manoel Moreira Guedes	1923
269	Rua Moraes e Castro	Pedro Magaldi	1923
270	Entre Barão de Cataguases e Paula Lima	Sebastião Fernandes Dias	1923
271	Rua Paula Lima	Sebastião Fernandes Dias	1923
272	Avenida Botti	Silviano José Machado	1923
273	Rua A no bairro São Mateus	Cel. Ubaldo Tavares Bastos	1923
274	Rua Padre Café	Juaquim Juse Amorim	1924
275	Rua Henrique Vaz	José Emídio de Oliveira	1924
276	Rua Vitorino Braga	José Fagundes Neto	1924
277	Rua do Parque	José Gomes	1924
278	Rua Padre Café	José Martini	1924
279	Rua São Geraldo	Leonídia Leite Guimarães	1924
280	Rua 2 em Manoel Honório	Lino Rodrigues	1924
281	Rua da Independência	Manoel Alves	1924
282	Avenida Ribeiro	Maria Antônia Lima	1924
283	Avenida Cel. Vidal	Maria Rosa Esquerdo	1924
284	Rua C em São Mateus	Francisco das Chagas Fontes	1924
285	Avenida Dona Maria Perpétua	Francisco Victorino	1924
286	Rua do Cruzeiro	Francisco Xavier de Moura	1924
287	Avenida São Geraldo	Franklin Fernandes Mattos	1924
288	Villa Vidal	Franklin Fernandes Mattos	1924
289	Rua A em São Mateus	João Domingos Russo	1924
290	Rua 3, prolongamento da Avenida Rio Branco	Angela Guisoti	1924
291	Rua da Luz	Angelo Siben	1924

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
292	Aos fundos da Rua Independência, aquém do Asilo de Mendigo	Ana Maria Falci	1924
293	Rua 3, prolongamento da Avenida Rio Branco	Antônio Carlos de Miranda	1924
294	Rua do Parque	Antônio Carneiro	1924
295	Rua da Malícia na Tapera	Antônio Marquese	1924
296	Rua Vitorino Braga	Antônio Ribeiro de Sá	1924
297	Rua Manoel Bernardino	José Gonzaga de Barros	1924
298	Rua Antônio Dias	Companhia mineira de eletricidade	1924
299	Rua Barão de Juiz de Fora	Cleta Cavallari	1924
300	Avenida Cel. Vidal	Conrado Wargas	1924
301	Prolongamento da Rio Branco em Manoel Honório	Daneil Tardio	1924
302	Paralela a Rua Bernardo Mascarenhas	Darvina Minervina de Siqueira	1924
303	Avenida Dona Maria Perpétua	Eduardo Lott Filho	1924
304	Avenida São Geraldo	Paulino Ferreira Brum	1924
305	Rua Dr. Romualdo	Paulo Olímpio Rocha	1924
306	Rua 7 setembro	Paulo Tirapani	1924
307	Rua Dona Maria Perpétua	Pedro Bargiona	1924
308	Bairro Manoel Honório	Rufina Maria de Jesus	1924
309	Rua Independência	Severino Costa Irmão	1924
310	Travessa da Rua Paula Lima	Theodorico Gomes	1924
311	Vila operária, Tapera	Adolpho Norelli	1925
312	Avenida Botti	Afonso Botti	1925
313	Avenida Botti	Afonso Botti	1925
314	Bairro Tapera	Alexandre Befenante	1925
315	Rua São Geraldo	Álvaro Barbosa dos Reis	1925
316	Rua Santana na Tapera	Alvino Alvim de Menezes	1925
317	Rua Dr. Romualdo	Antônio B. de Oliveira Tavares	1925
318	Prolongamento Rio Branco	Antônio da Silva Ferreira	1925
319	Prolongamento Rio Branco	Antônio da Silva Ferreira	1925
320	Bairro Tapera	Antônio de Almeida	1925
321	Rua Espírito Santo	Antônio Ferreira	1925
322	Rua Bernardo Mascarenhas	Antônio Leopoldo Pires	1925
323	Bairro Serra, sítio D. Laurinda	Antônio Passarelli	1925
324	Rua Bernardo Mascarenhas	Arthur Penna	1925
325	Rua da Luz	Arthur de Azevedo	1925
326	Rua Carlos Otto	Augusta Santos	1925
327	Rua Santana	Benedito e Carlos Lopes	1925
328	Rua Floriano Peixoto	Bernardino Corumba	1925
329	Rua Tamoyo na Tapera	Fortunato Belti	1925
330	Rua Américo Lobo	Francisco Cardoso de Mello	1925
331	Rua Paula Lima	Francisco Lucato	1925
332	Rua Osório de Almeida	Franklin Fernandes Mattos	1925
333	Rua Padre Café	Frederico Cathorid Schmidt	1925

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
334	Rua Tamoyo	Genaro Novella	1925
335	Rua C em São Mateus	Gelázio de Almeida	1925
336	Rua Vitorino Braga	Izaías J. Macário	1925
337	Rua Dr.Oscar Vidal	João Helte	1925
338	Rua do centro	João Pinto	1925
339	Rua 1 no Mariano Procópio	João Reinaldo	1925
340	Rua Santana	Jorge Pereira	1925
341	Rua Rui Barbosa	Jonas Salustiano	1925
342	Rua Ruy Barbosa	José Corrêa	1925
343	Rua Dr. João Pinheiro	José Muller	1925
344	Rua Bernardo Mascarenhas	José Scheffer	1925
345	Bairro Manoel Honório	José Vilela	1925
346	Rua Dr. Menezes	Lindolpho Linhares	1925
347	Prolongamento Rio Branco em Manoel Honório	Luiz de Andrade	1925
348	Rua Santana	Luiz Mendes de Oliveira	1925
349	Margem da E.F. Central do Brasil (a 10 metros da Rua Paula Lima)	Marcelino Vaz de Magalhães	1925
350	Avenida Dona Maria Perpétua	Mário Fernandes	1925
351	Rua Bernardo Mascarenhas	Messias Dias de Souza	1925
352	Rua Santana - Vila Operária	Maria Ferreira	1925
353	Rua do Progresso	Meurer Irmãos e Comp.	1925
354	Rua Affonso Penna	Raymundo Antônio	1925
355	Rua Santana	Raymundo Nonato Ferreira	1925
356	Rua Santana - Vila operária	Santos Rachel	1925
357	Rua Moraes e Castro	Theotônio Nogueira de Barros	1925
358	Rua Manoel Bernardino	Ubaldo Rodrigues Tavares Bastos	1925
359	Rua Independência	Ulisses Henrique Soares	1925
360	Rua Belo Horizonte	Gabriel Ribeiro de Oliveira	1926
361	Rua Manoel Honório	Geraldo da Costa Nunes	1926
362	Rua Tamoyo	Gerosina de Andrade Lellis	1926
363	Tavares Bastos	Gilásio de Almeida	1926
364	Rua Henrique Vaz	Henrique Surerus	1926
365	Prolongamento Rio Branco, rua nº1 em Manoel Honório	Hildebrando Rua	1926
366	Rua Moraes e Castro	Ignácio V. Damelig	1926
367	Prolongamento Rio Branco, rua nº1 em Manoel Honório	Adelaide Tavares	1926
368	Avenida Botti	Afonso Botti	1926
369	Rua Espírito Santo	Afonso Botti	1926
370	Rua Cel. Vidal	Aldovino Venanzoni	1926
371	Avenida São Geraldo	Álvaro Barboza dos Reis	1926
372	Rua Independência	Alvise Cavalieri	1926
373	Rua Santana	Antônio José Fernandes	1926
374	Rua Belo Horizonte	Augusto Pagioli	1926

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
375	Rua Santana	Barela Alexandro	1926
376	Rua Dr. Eduardo de Menezes	Benjamin Gomes do Nascimento	1926
377	Rua Moraes e Castro	Carlos Laureano dos Santos	1926
378	Rua da Serra	Constantino Paleta	1926
379	Rua 1- Manoel Honório	Emília Camargo e filhos	1926
380	Rua Cel. Vidal	Ernesto Tonelli	1926
381	Rua 7 setembro	José Carneiro Pinto	1926
382	Rua 7 setembro	José Carneiro Pinto	1926
383	Rua Vila Operária 14 de setembro	Joaquim Brandel	1926
384	Rua Barão de São Marcelino	José de Barros Campos	1926
385	Rua Tavares Bastos	José Marinho do Nascimento	1926
386	Rua Santana	George Gracioso	1926
387	Rua do Parque	José Rezende	1926
388	Rua Santana	José Teixeira	1926
389	Rua Independência	Luiz Andurho	1926
390	Rua Belo Horizonte	Luiz Candido Xavier	1926
391	Rua Tavares Bastos	Luíz Fernandes Pinto	1926
392	Rua Dr. Eduardo de Menezes	Manoel dos Passos Sardinha	1926
393	Avenida Manoel Honório	Marcelino Fernandes	1926
394	Rua Antônio Dias	Mariana de Medeiros Evangelista	1926
395	Rua Belo Horizonte	Oscar Cortes	1926
396	Rua João Pinheiro	Sebastião F. Dias	1926
397	Rua Moraes e Castro	Ulysses Lúcio Pereira	1926
398	Vila operária na Tapera	José Liner	1926
399	Rua Padre Café	Amélia Fernandes	1927
400	Rua Bernardo Mascarenhas	Arthur Vieira Horta	1927
401	Rua Santana	Arminda de Almeida	1927
402	Rua Barão de São Marcelino	Antônio Vicente Ferreira	1927
403	Rua João Pinheiro	Antônio Silva	1927
404	Rua Valadares	Antônio Rodrigues	1927
405	Rua Belo Horizonte	Antônio Pedro Gomes	1927
406	Rua Bernardo Mascarenhas	Antônio Leopoldo Pires	1927
407	Rua Américo Lobo	Antônio Júlio Pereira	1927
408	Rua Santana	Antônio José Scoralich e Bernardino A. P. Filho	1927
409	Rua Pedro Botti	Álvaro Martins vilela	1927
410	Rua Santana	Antônio Clemente	1927
411	Rua Vitorino Braga	Agilberto Costa	1927
412	Avenida 7 setembro	Alice Gerhein Rocha	1927
413	Rua Independência	Albino Luiz Gonzaga	1927
414	Rua Barão de Cataguases	Amélia Pereira Pinto de Moreira	1927
415	Rua Barão de Cataguases	Amélia Pereira Pinto de Moreira	1927
416	Rua Bruno Barboza	Custódia Rodrigues da Cruz	1927

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
417	Rua Dr. Feliciano Pena	Cristovam de Andrade	1927
418	Rua Manoel Honório	Antônio Silva	1927
419	Rua Santana	Joaquim Justino	1927
420	Rua Tavares Bastos	Joaquim Cesário de Castro	1927
421	Rua Belo Horizonte	Jerônimo Francisco de Oliveira	1927
422	Rua São Geraldo	João de Araújo Braga	1927
423	Rua Belo Horizonte	João de Barros Lima	1927
424	Rua Américo Lobo	João Evangelista Ferreira	1927
425	Rua Padre Café	Joaquim Brandi	1927
426	Travessa Paula Lima	Joaquim Brandi	1927
427	Rua Dr. Eduardo de Menezes	Joaquim M <sup>a</sup> Pinto Leite Sobrinho	1927
428	Terreno de D. Mariana Botti	Elisa Rodrigues Marins	1927
429	Rua Moraes e Castro	Ernani Batista de Magalhães	1927
430	Rua Santana	Eugênio Grassiano	1927
431	Rua Bernardo Mascarenhas	Fernando Pagiolle	1927
432	Rua Batista de Oliveira	Figueiredo Correa e Cia.	1927
433	Rua D. Pedro II	Francisco Alves Pinto	1927
434	Rua Santana	Francisco Roth	1927
435	Rua Dr. Romualdo	Gilázio Costa de Almeida	1927
436	Avenida Cel. Vidal	Jorge Scoralick	1927
437	Rua Américo Lobo	José Amâncio Kneip	1927
438	Rua Barão de Cataguases	José C. Freire	1927
439	Rua das Laranjeiras	José Evangelista dos Santos	1927
440	Rua 1º de maio	José Veríssimo da Silva	1927
441	Rua Dona Maria Perpétua	Macedo Rodrigues	1927
442	Rua Mariano Procópio	Manoel Joaquim Manno	1927
443	Rua Henrique Vaz	Maria Clara Rodrigues	1927
444	Rua de Santa Rita	Maria da Conceição Botelho e Ignez F. de Mendonça	1927
445	Rua do Progresso	Maria Procópio D' Assunção Valle	1927
446	Rua Tavares Bastos	Reynaldo Xavier	1927
447	Cesário Alvim	Sebastião Miterhof	1927
448	Rua Dr. Eduardo de Menezes	Thereza Donato	1927
449	Rua Dr. Eduardo de Menezes	Ademar Ferreira Viana	1928
450	Rua Cesário Alvim	Agosto e Irmão	1928
451	Rua Moraes e Castro	Alexandre Lionel	1928
452	Rua Benjamin Meggiolare	Alfredo Masiano	1928
453	Avenida 7 setembro	Amélia Lopes de Castro	1928
454	Rua da Luz	Angelo Greston	1928
455	Rua Independência	Antônio Lutz	1928
456	Rua Dr. Henrique Vaz	Antônio Nunes	1928
457	Rua B em Benjamin Megiolaro	Antônio Pedro Ferreira	1928
458	Rua 1º de maio - vila operária	Arthur de Castro	1928

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
459	Rua 1, prolongamento Rio Branco	Atílio M.	1928
460	Rua Moraes e Castro	Atílio Montovani	1928
461	Rua Barão de São Marcelino	Augusto Gonçalves da Silva	1928
462	Rua 7 setembro	Augusto Meggiolaro	1928
463	Vila São Bernardo "Botanágua", lote 25	Bernardino Martins de Lima	1928
464	Rua Dr. Paletta	Christiano Vieira Araújo Machado	1928
465	Avenida 7 setembro	Christovam de Andrade	1928
466	Rua Benjamin Constant	Dagoberto Ribeiro de Sá	1928
467	Rua Espírito Santo	Débora de Almeida	1928
468	Rua São Geraldo	Emília Valle de Macedo	1928
469	Rua Américo Lobo	Ernesto Bartles	1928
470	Prolongamento da Rio Branco	Esau Jacob d'Araújo Torres	1928
471	Rua Santana	Eugenio Gracioso	1928
472	Rua D em Benjamin Meggiolaro	Eurides de Oliveira	1928
473	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Eurides de Oliviera	1928
474	Rua aberta por Afonso Botti	Fausto Bibiano	1928
475	Rua Padre Café	Francisco Coelho dos Santos Monteiro	1928
476	Prolongamento da rua Bernardo Mascarenhas	Francisco de Paula	1928
477	Rua da Independência	Francisco José Falci	1928
478	Rua Manoel Honório	Geraldo da Costa Nunes	1928
479	Prolongamento da rua Dr. Romualdo	Gilásio Costa de Almeida	1928
480	Rua Dr. Romualdo	Honorina Lisboa Pinto Leite	1928
481	Rua Américo Lobo	Hortência de Albuquerque	1928
482	Rua Barão de São Marcelino	Jesuino Antônio da Silva	1928
483	Rua do Parque	João Alves Ferreira da Silva	1928
484	Vila São Bernardo	José Muller	1928
485	Rua Padre Café	João Coelho	1928
486	Rua Santana	João de Barros Lima	1928
487	Rua Bernardo Mascarenhas	João Goldner e Francisco Frank	1928
488	Rua de São Mateus, Avenida Barros	João Henrique Dielle	1928
489	Rua Independência	Joaquim Alves	1928
490	Rua Barão de São Marcelino	Joaquim Braudel	1928
491	Rua Moraes e Castro	Joaquim Brandi	1928
492	Rua Belo Horizonte	Joaquim Maria Pinto Leite Sobrinho	1928
493	Rua C, lote 47 - Cel. Ubaldo T. Bastos	José Alexandre Comini	1928
494	Rua Nova em Benjamin Meggiolaro	José Fernandes da Silva	1928
495	Rua Barão de São Marcelino	João Florêncio Ribeiro	1928
496	Prolongamento da Avenida Rio Branco	José Fraga	1928
497	Rua Ruy Barbosa	José Marques da Silva	1928
498	Rua Jaboticabal, prolongamento da rua Bernardo Mascarenhas	José Maximiano dos Reis	1928
499	Rua Dr. Paletta	José Patrocínio de Paula	1928
500	Rua aberta por Afonso Botti	José Zaghetto	1928

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
501	Grota dos Macacos	Jovelino de Barros	1928
502	Rua Santana	Jovino Brazil	1928
503	Rua Padre Café	Leopoldo Simões de Assis	1928
504	Rua Santana	Luiz Delom	1928
505	Rua Santana	Luiz Ferreira Esteves	1928
506	Rua Bernardo Mascarenhas	Luíz Schelgshorng	1928
507	Rua Cesário Alvim	Manoel Barbosa Leite	1928
508	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Manoel Costa	1928
509	Rua D em Benjamin Meggiolaro	Manoel Romoaldo do Carmo	1928
510	Rua C em Benjamin Meggiolaro	Manoel Romoaldo do Carmo	1928
511	Rua Barão do Retiro	Manoel Venâncio Pereira	1928
512	Rua Dr. João Penido	Marcos Rugini	1928
513	Rua Belo Horizonte	Maria Cyriaca de Jesus	1928
514	Rua São Mateus	Maria Esterci	1928
515	Rua São Mateus	Maria Esther	1928
516	Vila São Bernardo	Minervina Gomes da Fonseca	1928
517	Rua Santana	Nicolau Micarelli	1928
518	Rua João Pinheiro	Nilo de Oliveira	1928
519	Avenida dos Andradas	Osmar Gonçalves de Oliveira	1928
520	Rua Manoel Honório	Pedro Agostinho Schimmel	1928
521	Rua Nova em Benjamin Meggiolaro	Pedro Cândido de Cerqueira	1928
522	Rua Moraes e Castro	Pedro Cerqueira Lage	1928
523	Lote 48 terreno de Benjamin Meggiolaro	Pedro de Almeida	1928
524	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Pedro de Almeida	1928
525	Rua Barão de São Marcelino	Pedro Esterci	1928
526	Rua Manoel Honório	Querino Venancio Pereira	1928
527	Rua Santana	Renault Dutra Nicacio	1928
528	Rua Cesário Alvim	Rosa Ramio	1928
529	Rua 3 em terrenos do Sr. Lemos	Sebastião Acácio Faria	1928
530	Rua da Luz	Sebastião Antunes de Sá	1928
531	Rua Dom Viçoso	Sílvio Alves Machado	1928
532	Vila São Bernardo	Thereza Serutti	1928
533	Avenida Manoel Honório	Thomas R. Santos	1928
534	Rua B, próxima da rua Moraes e Castro	Ubaldo Rodrigues Tavares Bastos	1928
535	Rua nº5 em Manoel Honório	Abel Gonçalves de Freitas	1929
536	Rua Luiz Penna	[Alfonso] Botti	1929
537	Rua São José	Agilberto Costa	1929
538	Rua C em Benajmin Meggiolaro	Alberto de Araújo	1929
539	Rua Independência	Albino L. Gonzaga	1929
540	Vila Meggiolaro	Allonço Barezi	1929
541	Rua da Harmonia	Amadeu Helt	1929
542	Vila Benjamin Meggiolaro	Antônio Barezi	1929
543	Rua Santana	Antônio Caniato	1929

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
544	Rua Mariano Procópio	Antônio Carlos Justiniano de Mattos	1929
545	Rua Bernardo Mascarenhas	Antônio Gonçalves	1929
546	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Armando José Pereira	1929
547	Rua E em Benjamon Meggiolaro	Armando Rodrigues Moraes	1929
548	Rua Marechal Deodoro	Arnaldo José de Paula	1929
549	Rua Vitorino Braga	Augusto Meggiolaro	1929
550	Rua Feliciano Pena	Aurélio Vitor de Souza	1929
551	Avenida Dona Maria Perpétua	Benjamin Meggiolaro	1929
552	Rua Vitorino Braga	Benjamin Meggiolaro	1929
553	Rua Dom Viçoso	Biaggio Pugliese	1929
554	Rua D em Benjamin Meggiolaro	Custódio Avelino de Souza	1929
555	Rua Independência	Ercole Cornovalle	1929
556	Rua D em Benjamin Meggiolaro	Eurídes de Oliveira	1929
557	Grota em Manoel Honório	Francisco A. da costa	1929
558	Vila Andrade	Honório dos Santos	1929
559	Rua D em Benajmin Meggiolaro	Ibratina Pinto	1929
560	Rua E em Benjamin Meggiolaro	João Tomussi	1929
561	Rua Independência	Joaquim Braudel	1929
562	Rua B em Benjamin Meggiolaro	José Antônio de Oliveira	1929
563	Rua Osório de Almeida	José Araújo Motta	1929
564	Rua Dr. João Penido	José Frazzo	1929
565	Vitorino Braga	José Marçal	1929
566	Rua Dr. Henrique Vaz	José Marinho da Cruz	1929
567	Rua E em Benjamin Meggiolaro	José Pinto de Figueiredo	1929
568	Rua B em Benjamin Meggiolaro	Luiz Bertolino	1929
569	Rua São Mateus	Luiz de Andrade Gutierrez	1929
570	Benjamin Meggiolaro	Luiz de Aquino	1929
571	Rua Nova em terreno de Afonso Botti	Luiz Ferreira	1929
572		Manoel Esteves	1929
573	Rua B em Benjamin Meggiolaro	Manoel Romoaldo	1929
574	Rua Dom Silvério	Margarida de Lima	1929
575	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Maria Izabel	1929
576	Vila Antônio Carlos	Mário Salve	1929
577	Rua Santa Rita	Onofre Mendes	1929
578	Rua D em Benjamin Meggiolaro	Oscar Streng	1929
579	Avenida Costa Carvalho	Pedro Policarpo de Almeida	1929
580	Rua São Bernardo	Rodrigues e Gonçalves	1929
581	Rua Nova - Botti	Romualdo Magalhães	1929
582	Rua Belo Horizonte	Satyro Dielle	1929
583	Valadares	Sebastião Nunes	1929
584	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Sylvio Alves Machado	1929
585	Rua São Geraldo	Washington de Alvarenga	1929
586	Rua Princesa Izabel	Adelaide Marques e Filho	1930



	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
587	Rua Moraes e Castro	Afonso Botti	1930
588	Rua 7 setembro	Alberto Delprat	1930
589	Rua Tamoyo	Alberto Silveira	1930
590	Rua 7 setembro	Albino Zeferino Musacchio	1930
591	Rua Eduardo de Menezes	Albino Zeferino Musacchio	1930
592	Rua Américo Lobo	Angelo Carbonario	1930
593	Avenida Costa Carvalho	Antônio Adriano	1930
594	Rua Henrique Vaz	Antônio Cândido	1930
595		Antônio Carneiro Moreira	1930
596	Rua 7 setembro	Antônio Girardi	1930
597	Rua Marechal Deodoro	Antônio Gomes Silveira	1930
598	Rua Costa Carvalho	Antônio Luiz da Silva	1930
599	Vila Antônio Carlos	Antônio Luiz da Silva	1930
600	Rua Santana	Carlota Romano Gomes	1930
601	Rua Cesário Alvim	Carmen Rocha	1930
602	Travessa Paula Lima	Catharina Bortol Riolino	1930
603	Rua 7 setembro	Christovam de Andrade	1930
604	Avenida 7 setembro	Cia. Industrial e Comercila América	1930
605	Rua Dr. João Penido	Clotilde Paschoa de Jesus	1930
606	Rua do Monte	David Pasquini	1930
607	Rua Santana	Emma Trevizani Pedroni	1930
608	Rua Dom Silvério	Ernesto Grizende	1930
609	Rua Dom Silvério	Ernesto Lazzarini	1930
610	Rua Américo Lobo	Francisco Arnone	1930
611	Rua Santana	Francisco Sant'Ana	1930
612	Rua Henrique Vaz	Guilherme Lazzari	1930
613	Rua Dom Viçoso	Humberto Matheu Siano	1930
614	Rua Dom Silvério	Ibrantina Oliveira Pinto	1930
615	Avenida Cel. Vidal	Jacob Kneep	1930
616	Rua Ruy Barbosa	Jacomo Triflio	1930
617	Rua Costa Carvalho	João Baptista Marques	1930
618	Rua Olavo Bilac	João Capuzzo	1930
619	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Joaquim Marçal de Paula	1930
620	São Bernardo	Jocelino de Paula Lopes	1930
621	Rua Santana	Jorge Sacone	1930
622	Vila São Bernardo	José A. dos Reis	1930
623	Rua São Geraldo	José de Oliveira Vale e Lucas Vale	1930
624	Rua Dr. João Penido	José Furtado	1930
625	Rua D em Benjamin Meggiolaro	José Jacob Valeri	1930
626	Rua São Geraldo	José Maria Pedrosa	1930
627	Rua C em Benjamin Meggiolaro	José Maria Pereira da Silva	1930
628	Avenida Costa Carvalho	José Mathiasi	1930
629	Rua Valadares	José Nunes Rosa	1930

	<b>Localização</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Ano</b>
630	Rua Barão de Ibertioga	Jovino Vieira de Araújo	1930
631	Rua Ewbanck da Câmara	Lindolfo Brandel	1930
632	Rua São José	Luiz Chrispim	1930
633	Rua Vitorino Braga	Luiz Mathiasi	1930
634	Rua C em Benjamin Meggiolaro	Luiz Marucci	1930
635	Rua Independência	Manoel Almeida W. de Campos	1930
636	Rua Ewbanck da Câmara	Manoel Chaves do Valle	1930
637	Rua Redentor	Manoel Emílio Ferreira	1930
638	Rua Independência	Manoel Lins de Barros	1930
639	Rua do Cruzeiro	Maria Almada França	1930
640	Rua Santana	Martinho Gonçalves	1930
641	Rua Barão de São Marcelino	Orlando Tostes	1930
642	Manoel Honório	Otto Salzer	1930
643	Rua Santana	Pedro Bisotti	1930
644	Rua do Progresso	Sebastião Costabile	1930
645	Rua Henrique Vaz	Sebastião José Ferreira	1930
646	Rua E em Benjamin Meggiolaro	Sylvio Antônio Piazzzi e Corina Capute Piazzzi	1930
647	Rua São Bernardo	Umberto Gaburri	1930
648	Rua Henrique Vaz	Valeriano José Cardoso	1930
649	Terreno do Sr. Gonçalves Carneiro, em frente Cemitério	Waldemar Freesz	1930
650	Rua Santos Dumont	Yedda Maria Procópio Rodrigues Valle - menor	1930

**Tabela 6:** Plantas coletadas de casas populares. **Fonte:** Fundo Câmara Municipal da República Velha, Plantas, Caixas de 01 a 21 (1892-1930)

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1- Fontes

#### A) Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Fundo Câmara Municipal da República Velha, IIª parte, série 44/6- documentos referentes a Construções Particulares.

Fundo Câmara Municipal da República Velha, IVª parte, série 90/06 – Cortiços.

Fundo Câmara Municipal da República Velha. VIª parte, série 164 - documentos referentes a dados estatísticos. Caixa 120.

Fundo Câmara Municipal da República Velha. Plantas, Caixas de 01 a 21 (1892-1930)

#### B) Arquivo Histórico da UFJF

Coleção Sílvia Vilela. Fichas resumo contendo dados sobre as condições de vida e de trabalho dos operários. Contêm informações sobre habitação, lazer, salário, etc. (1908-1925)

OLIVEIRA, Paulino de. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. Juiz de Fora: s/ed., 1959.

#### C) Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Diário Mercantil - 1912, 1913, 1914, 1920, 1947.

Jornal do Comércio - 1905, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916.

O Pharol - 1900, 1901, 1902, 1903, 1912, 1913, 1914, 1915.

Tribuna de Minas, 15/06/2003, 24/10/2004.

Resoluções da Câmara Municipal números, 01, 03, 119, 127, 227, 318, 374, 385, 510, 577, 602, 628, 661, 666, 706, 715, 797, 814, 853, 869, 876, 883, 902.

ESTEVES, Albino, LAGE, Oscar Vidal Barbosa. (Org.) *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

FILHO, J. Procópio. *Salvo Erro ou Omissão - gente juiz-forana*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica Ltda, 1979.

GOES, H. de Araújo. *Inundações do Paraibuna em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MENEZES, Dr. Eduardo de. *Cidade Salubre*. Juiz de Fora: Typographia Brazil, 1911.

OLIVEIRA, Francisco Baptista. *Noções elementares de urbanismo*. s/ed., 1937.

\_\_\_\_\_. *Notas urbanísticas*. s/ed., 1937.

## 2- Bibliografia

### A) Livros

ANDRADE, Sílvia M. B. Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1987.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick Editora, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período de 1899-1937. In: BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.). *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz, 1990. P.5-88.

\_\_\_\_\_. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BATALHA, Cláudio H.M.. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BORGES, Célia Maia.(Org.) *Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHRISTO, Maraliz de Castro V.. *Europa dos Pobres: A Belle Époque Mineira*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil- 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.

Divisão de Patrimônio Cultural da PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (org) *Guia dos bens tombados de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FUNALFA (org.) *Memória da urbe: bens tombados*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ruas da Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Angela de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA (org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Roberto (Org.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favela*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

KOWARICH, Lúcio. A lógica da desordem. In: KOWARICH, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEMOS, Carlos A. C.. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Eclétismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.) *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1987.

\_\_\_\_\_. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org. Vol.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 131-214

MATOS, Maria Izilda S. de. São Paulo: Entre as Paredes e na Cidade. In: SOLLER, Maria A. MATOS, e Maria I. S. (orgs). *A cidade em debate*. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. Memórias 1. 6ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2ª edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PIRES, Anderson. Café e Indústria em Juiz de Fora: um anota introdutória. In: NEVES, Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro(orgs.) *Juiz de Fora: história, texto e imagem*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. 3ª edição. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1987.

SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª edição. São Paulo: Editora Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org. Vol.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.513-619

\_\_\_\_\_. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org. Vol.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 07-48.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: Otávio Guilherme VELHO(Org.). *O Fenômeno urbano*. 4ª edição. São Paulo: Zahar, 1979.

TRIBUNA DE MINAS. *Juiz de Fora em 2 tempos*. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 1996.

WEBER, Eugene Joseph. *França fin – de – siècle*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

**B) Teses, dissertações e monografias**

ALMEIDA, Patrícia Lage de. *Elos de Permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

BARROS, Cleyton Souza. *Luz e Progresso: eletricidade em Juiz de Fora (1889-1914)*. Monografia de Bacharelado. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BRANDÃO, Ramon de Lima. *Arquitetura neocolonial. Juiz de Fora 1925-1955*. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização. Juiz de Fora: UFJF, 2001.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (JF – 1858-1921)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1980.

DORNELAS, Juliana Gomes. *Ares Árabes na Manchester Mineira: um estudo sobre os sírios e libaneses em Juiz de Fora (1893-1933)*. Monografia de Bacharelado. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FARIA, Rodrigo Santos. *Ribeirão Preto uma cidade em construção (1895-1930)- o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2003.

FREITAS, Maria Luiza de. *O “Lar conveniente”: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931)*. Dissertação de mestrado. São Carlos: USP, 2005.

GONÇALVES, José Roberto. *Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da Vila Castelo Branco*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2002.

GOODWIN JUNIOR, James William. *A “Princesa de Minas”: A construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LIMA, Fábio José Martins de. *Bello Horizonte um passo de modernidade*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1994.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade Capital e Poder: Políticas Públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2007

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

PAULITSCH, Vivian da Silva. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande-RS*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2003.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Tese de doutorado. Franca: UNESP, 2004.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876-c.1922)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *Modernizar para criar a cidade sonhada: Juiz de Fora na virada do século XX*. Monografia de Bacharelado. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SOUZA, Ana Lúcia Fiorot de. *Metáfora de Modernidade: As imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891-c.1922)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: a arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2004.

### C) Artigos

ALMEIDA, Renato. Planejamento urbano em Juiz de Fora: Reflexões Históricas. In: *Anais do I Colóquio do Lahes*. Juiz de Fora, 2005. Disponível em: [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br). Capturado em: 02/12/2005.

BARROSO, Elaine A. Laier. O Sanitarismo na Manchester Mineira: uma das vias de modernização na cidade-1889-1918. *Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História (Anpuh-MG)*. São João del Rei, 2006.

BORGES, Isabel C. M. Mattos. “É proibido negociar com ciganos e suspeitos...”- O trabalho na Manchester Mineira. In: *Anais do I Colóquio do Lahes*. Juiz de Fora, 2005. Disponível em: [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br). Capturado em: 02/12/2005.

BRESCIANI, Maria Stella M.. A algaravia das pequenas memórias encontra-se com as linguagens cultas em São Paulo, 1890-1940. Communication au Seminaire “Les Mots de la Ville”.

\_\_\_\_\_. *Imagens de São Paulo: Estética e cidadania*. Conferência de abertura do XIII Encontro da Anpuh- São Paulo: 1996.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *Saberes eruditos e técnicas na configuração e reconfiguração do espaço urbano –Estado de São Paulo, séculos XIX e XX*. Projeto temático encaminhado à FAPESP: UNICAMP, PUC-Campinas, UNESP- Bauru, IUAV-Veneza.



\_\_\_\_\_. Século XIX: elaboração de um mito literário. *História: Questões e Debates*. 7(13):209-244. Curitiba, 1986.

CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. 15(2):291-306, maio/ago. São Paulo, 1985.

DORNELAS, Juliana Gomes. Sírios e libaneses em Juiz de Fora. *Correio Icarabe*. Disponível em: [http://www.icarabe.org/CN02/artigos/arts\\_det.asp?id=78](http://www.icarabe.org/CN02/artigos/arts_det.asp?id=78). Capturado em 24/02/2008.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Alto dos Passos)*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 8). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

\_\_\_\_\_. *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 9). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

\_\_\_\_\_. *Núcleo Histórico da Avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 10). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

\_\_\_\_\_. *Núcleo Histórico da rua Espírito Santo*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 7). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

\_\_\_\_\_. *Núcleo Histórico do Bairro Granbery*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 6). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

\_\_\_\_\_, SOUZA, Maria Julieta Nunes de, LEITE, Mônica C. Henriques, GAWRYSZEWSKI, Paulo, FRAGA, Raquel de Oliveira. *Núcleo Histórico e Arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro - Parte Alta*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 4). Disponível em: [www.ufjf.br/~clionet/bvhbr](http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr)

LANA, Vanessa. Limpar a cena urbana: a SMCJF e o combate aos cortiços. *Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História* (Anpuh-MG). São João del Rei, 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para a cidade: o conselho Municipal do Rio de Janeiro discutindo a questão da habitação popular (1892-1902). *Revista de História Regional*. V.5- nº 1. (versão on-line), 2000.

MENEZES, M. L. P. Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(133). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(133).htm)> [ISSN: 1138-9788]

SCOTON, Roberta M. S.. Médicos acadêmicos e Curandeiros na Manchester Mineira (Juiz de Fora, MG – 1890-1940). In: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira, I: 2005, Juiz de Fora (MG). *Anais...CES*, 2005. (Disponível em CD-ROM).

SOUSA, Fábio G. R. B. de. Campina Grande cartografia de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*. (versão on-line) V. 23. n. 46. São Paulo, 2003.

VALE, Vanda Arantes do. Juiz de Fora-“Manchester Mineira”. *III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas* – Cambridge – Inglaterra, 1996.

VISCARDI, Cláudia. M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. s/referência.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e Filantropia. In: *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Anpuh-MG, 2004. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e Filantropia. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 18, 2004.

\_\_\_\_\_. Proteção e Socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. João Pessoa: Associação Nacional de História e Universidade Federal da Paraíba, 2003. CD-ROM.